

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS

FRANCIELE SABCHUK

PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO:
UMA JORNADA ETNO-HISTÓRICA PELOS POVOS ORIGINÁRIOS
DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

TESE DE DOUTORADO

MARINGÁ
2025

FRANCIELE SABCHUK

**PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO:
UMA JORNADA ETNO-HISTÓRICA PELOS POVOS ORIGINÁRIOS
DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História, Cultura e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota.


MARINGÁ

2025


FRANCIELE SABCHUK
**PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO: UMA JORNADA ETNO-HISTÓRICA PELOS
POVOS ORIGINÁRIOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História, Cultura e Narrativas.


Banca examinadora:

 Documento assinado digitalmente
LUCIO TADEU MOTA
Data: 28/04/2025 10:23:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


PROF. DR. LUCIO TADEU MOTA
Presidente

 Documento assinado digitalmente
CLAUDIA INES PARELLADA
Data: 05/05/2025 10:51:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


PROF^a. DR^a. CLAUDIA INÊS PARELLADA
Membro

 Documento assinado digitalmente
ISABEL CRISTINA RODRIGUES
Data: 30/04/2025 20:44:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF^a. DR^a. ISABEL CRISTINA RODRIGUES
Membro

 Documento assinado digitalmente
EDER DA SILVA NOVAK
Data: 05/05/2025 10:23:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. ÉDER NOVAK
Membro

 Documento assinado digitalmente
GILMAR ARRUDA
Data: 09/05/2025 09:24:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. GILMAR ARRUDA
Membro

Maringá, 04 de abril de 2025.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S111u	<p data-bbox="443 1402 638 1433">Sabchuk, Franciele</p> <p data-bbox="443 1433 1361 1523">Para além do silenciamento : Uma jornada etno-histórica pelos povos originários de São José dos Pinhais / Franciele Sabchuk. -- Maringá, PR, 2025. 302 f. : il. color., figs., tabs., mapas</p> <p data-bbox="443 1534 1361 1624">Orientador: Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.</p> <p data-bbox="443 1635 1361 1724">1. Etno-História. 2. História Indígena. 3. Povos originários. I. Mota, Lucio Tadeu, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.</p> <p data-bbox="1181 1870 1361 1908">CDD 23.ed. 980.4</p>
-------	---

RESUMO

Esta pesquisa investiga a presença indígena na região do Planalto Curitibano, com ênfase no município de São José dos Pinhais, a partir de uma abordagem Etno-histórica. Buscou-se compreender como os povos indígenas, tradicionalmente marginalizados pela historiografia regional, inserindo-os como protagonistas em narrativas históricas mais inclusivas. Para isso, adotou-se um método interdisciplinar, articulando História, Arqueologia e Antropologia, a fim de interpretar vestígios materiais, fontes documentais e registros orais.

A investigação revelou que, apesar da abundância de evidências arqueológicas e da crescente produção acadêmica sobre a temática, os povos indígenas ainda são pouco representados na historiografia local na educação básica. Observou-se que a ausência de espaços de memória e de políticas públicas voltadas à valorização desses sujeitos contribui para o silenciamento histórico. A análise dos vestígios arqueológicos, bem como a revisão crítica da produção historiográfica paranaense, demonstrou a necessidade de reformular as narrativas tradicionais, superando conceitos eurocêtricos que minimizam ou apagam a agência indígena.

Ao final, a pesquisa destaca a urgência de um ensino de História que incorpore as contribuições da Etno-história, promovendo uma educação mais plural e alinhada com as diretrizes das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Assim, reafirma-se a importância da valorização da presença indígena na construção de uma história regional mais representativa e democrática.

Palavras-chaves: Etno-história; História Indígena; Povos Originários.

ABSTRACT

This research investigates the indigenous presence in the Curitiba Plateau region, with a focus on the municipality of São José dos Pinhais, through an Ethno-historical approach. It seeks to understand how indigenous peoples, traditionally marginalized by regional historiography, can be incorporated as protagonists in more inclusive historical narratives. To achieve this, an interdisciplinary method was adopted, integrating History, Archaeology, and Anthropology to interpret material remains, documentary sources, and oral records.

The investigation revealed that, despite the abundance of archaeological evidence and the increasing academic production on the subject, indigenous peoples are still underrepresented in local historiography and basic education. The absence of memory spaces and public policies aimed at valuing these populations contributes to historical silencing. The analysis of archaeological findings, as well as the critical review of Paraná's historiographical production, demonstrated the need to reformulate traditional narratives, overcoming Eurocentric concepts that minimize or erase indigenous agency.

Ultimately, the research highlights the urgency of a History education that incorporates Ethno-history's contributions, fostering a more pluralistic education aligned with the guidelines of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008. Thus, it reaffirms the importance of valuing indigenous knowledge in constructing a more representative and democratic regional history.

Keywords: Ethno-history; Indigenous History; Indigenous Peoples / Native Peoples.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro organizador da ciência Histórica segundo David Carneiro.....	31
Figura 2 - Os “Três Paranás”.....	73
Figura 3 - Vestígios líticos resgatados do Sítio Céu Azul	137
Figura 4 - Ficha catalográfica e croqui de Rauth, localizado por Claudia Parellada recentemente	138
Figura 5 - Pesquisas Arqueológicas desenvolvidas na área da AUDI.....	142
Figura 6 - Fotografia da Expedição Cuéra em um trecho do Caminho do Arraial.....	146
Figura 7 - Localização do empreendimento	150
Figura 8 - Bens arqueológicos do sítio Céu Azul	161
Figura 9 - Projeteis resgatados na área em que foi construída a Renault	164
Figura 10 - Características do empreendimento	170
Figura 11 - Prancha técnica de materiais lascados do Sítio Colônia Malhada	171
Figura 12 - Maquete do MAE/USP de Casa Subterrânea	181
Figura 13 - Parte do Quadro com os sítios identificados nos municípios abrangidos pela pesquisa da Espaço Arqueologia	184
Figura 14 - Sítios arqueológicos na região Castelhanos em SJP	187
Figura 15 - Bens arqueológicos líticos e cerâmicos da Tradição Itararé-Taquara	191
Figura 16 – Fragmento de cerâmica com características da Tradição Tupiguarani	200
Figura 17 - Visão ampliada da legenda do Mapa de Pedro de Souza Pereira	218
Figura 18 - Livro de registro de óbitos de São José dos Pinhais (1757-1852).....	225
Figura 19 - Obra de Debret (1834) intitulada Sinal de Combate (Coroados):	230
Figura 20 - Soldados Indígenas na Província de Curitiba	232
Figura 21 - Vale da Serra do Mar do Debret	244
Figura 22 - Perfil da Trincheira no sítio Campo do Assobio.....	262
Figura 23 - Trabalho escolar apresentado na Mostra Pedagógica da Rede Municipal de SJP:	269
Figura 24 - Programação do curso de História e Cultura Local:	270
Figura 25 – Formação continuada sobre Patrimônio Histórico e Cultural local na educação básica:	271
Figura 26 – Oficinas de História e Arqueologia:	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Artigos da revista História, Questões e Debates no campo da História Indígena ..	77
Gráfico 2 - Teses e dissertações do banco do PRPPG.....	101
Gráfico 3 - Teses e dissertações das Universidades Estaduais e da UNILA (Federal)	105
Gráfico 4 - Sistema da estratigrafia do Sítio João Bueno	193

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Regiões Geográficas dos Paraná segundo o IBGE.	26
Mapa 2 - Mapa Geológico do Paraná segundo o geógrafo Reinhard Maack.....	40
Mapa 3 - Unidades de Preservação Ambiental de SJP	131
Mapa 4 - Distribuição dos sítios arqueológicos levantados em São José dos Pinhais	134
Mapa 5 - Bacias hidrográficas do Paraná	148
Mapa 6 - Vestígios vinculados a presença de grupos caçadores e coletores.....	158
Mapa 7 - Localização dos sítios com vestígios Itararé-Taquara em São José dos Pinhais	183
Mapa 8 - Possível área de encontro dos ancestrais Tupiguarani	197
Mapa 9 - Parte do mapa do Brasil do século XVIII	215
Mapa 10 - Mapa da Bahia de Paranaguá	217
Mapa 11 - São José dos Pinhais e o quarteirão dos Ambrósios em Mapa do Paraná de 1892	241
Mapa 12 - Caminho dos Ambrósios	243
Mapa 13 - Distribuição das caminhadas dos grupos Laklãnõ.	246
Mapa 14 - Sítios Pós-contato	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Povos Originário da RMC nos Boletins do IHGPR entre 1917 e 1953	52
Quadro 2 - Sistematização do tempo, quando se utilizou as épocas geológicas:	128
Quadro 3 - Datações de sítios arqueológicos de populações caçadoras e coletoras no Paraná	176
Quadro 4 - Troncos Linguísticos Indígenas	206
Quadro 5 - Sesmarias de São José dos Pinhais no Século XVIII	256

LISTA DE ABREVIATURAS

A.B.	Antes do branco
ABA	Associação Brasileira de Arqueologia
ANPUH	Associação dos Professores Universitários de História
AP	Antes do Tempo Presente
APA	Área de Preservação Ambiental
APAH	Associação Paranaense de História
APUH	Associação dos Professores Universitários de História
BIHGPR	Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CEB	Círculo de Estudos Bandeiras
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
COMPAC	Conselho Municipal de Patrimônio Cultural
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
D.B.	Depois do branco
DPHAC	Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Estado do Paraná
FFCL/PR	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNPAR	Fundação da Universidade Federal do Paraná
HQ&D	Revista História, Questões e Debates
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGPR	Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN/PR	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Paraná
LAEE	Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História
LT	Linha de transmissão

MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
ONG	Organização não governamental
PBA	Projeto Básico Ambiental
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
ProfHistória	Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História
PRONAPA	Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
PRPPG	Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SBCT	<i>South America – Brazil – Curitiba</i> (Aeroporto)
SBPH	Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica
SEMUC	Secretaria Municipal de Cultura
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SGPA	Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico
SJP	São José dos Pinhais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UBEE	União Brasileira de Educação e Ensino
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UP	Universidade do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
UTM	Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
-------------------------	-----------

PARTE I

1 A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA DO PARANÁ E DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	26
1.1 A ESCRITA DA HISTÓRIA DO PARANÁ E DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	28
1.2 OS CLÁSSICOS DA HISTORIOGRAFIA DO PARANÁ	30
1.3 A PRIMEIRA GERAÇÃO: OS PIONEIROS	34
1.3.1 Romário Martins e a “História do Paraná”	36
1.3.1.1 A obra História do Paraná e o indígena	38
1.3.2 O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)	49
1.3.2.1 Os primeiros Boletins do IHGPR	51
1.4 A SEGUNDA GERAÇÃO: OS PROFESSORES	55
1.4.1 A Coleção “História do Paraná” e seus autores	58
1.4.1.1 Brasil Pinheiro Machado	59
1.4.1.2 Maria Cecília Westphalen	60
1.4.1.3 Altiva Pilatti Balhana	61
1.4.2 A coleção “História do Paraná”	63
1.4.3 Rui Wachowski e outra História do Paraná	67
1.4.3.1 A História do Paraná de Rui Wachowicz	68
1.5 A TERCEIRA GERAÇÃO: NOVAS QUESTÕES, FONTES E MÉTODOS	74
1.5.1 A Revista História Questões e Debates	75
1.5.1.1 As edições da revista História, Questões e Debates	76
1.5.2 Produções contemporâneas	80
1.5.2.1 Teses e dissertações de História na UFPR	81
1.5.3 Maria Angélica Marochi uma historiadora local e independente	83
1.5.3.1 Os indígenas nas narrativas de Maria Angélica	84
2 HISTÓRIA INDÍGENA EM OUTROS LUGARES	87
2.1 HISTÓRIA INDÍGENA COM O MÉTODO ETNOHISTÓRICO	88
2.2 EM DIÁLOGO COM CIÊNCIAS HUMANAS	91
2.2.1 História e Antropologia	92

2.2.2	História e Arqueologia	95
2.3	O CONHECIMENTO PRODUZIDO EM OUTROS LUGARES SOCIAIS DA UFPR.....	99
2.4	UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAL NO INTERIOR PARANÁ.....	104
2.5	ESTUDOS PIONEIROS	108
2.5.1	Um alerta.....	110
2.5.2	Novos caminhos	113
2.5.3	Outro olhar	114
2.6	CONCLUSÕES DA PRIMEIRA PARTE	116

PARTE II

3	UMA NARRATIVA ETNO-HISTÓRICA LOCAL	119
3.1	OS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	120
3.2	A ARQUEOLOGIA E A HISTÓRIA INDÍGENA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	128
3.3	PERFIL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	132
3.3.1	PRONAPA e o sítio Céu Azul.....	136
3.3.2	O Contorno Leste	139
3.3.3	A Renault.....	140
3.3.4	A AUDI.....	142
3.3.5	O Aeroporto Afonso Pena.....	143
3.3.6	A ONG Caramuru	145
3.3.7	A Barragem do Miringuava	147
3.3.8	A Linha de Transmissão Blumenau – Curitiba Leste.....	149
3.3.8.	Entre relatórios e Lacunas: narrativas fragmentadas	151
3.4	A OCUPAÇÃO DO PARANÁ PELOS CAÇADORES E COLETORES	152
3.4.1	Os pré-ceramistas em São José dos Pinhais	156
3.4.1.1	Fazenda Céu Azul ou Sítio Céu Azul I e II	159
3.4.1.2	Sítio Rio Pequeno I.....	162
3.4.1.3	Sítios Rio Pequeno III e Arroio do André	163
3.4.1.4	Sítio Afonso Pena III	165
3.4.1.5	Sítio Barro Preto, Rodembuch e João Bueno	166
3.4.2	Relatório sem determinação de filiação cultural	168

3.4.2.1	Sítios Malhada, Gamelas e Portãozinho	169
3.4.3	Considerações sobre os caçadores e coletores em São José dos Pinhais	173
3.5	OS CERAMISTAS	177
3.5.1	Ceramistas Itararé-Taquara no Brasil Meridional	178
3.5.2	Os ceramistas Itararé-Taquara em São José dos Pinhais	183
3.5.2.1	Sítios Pedro dos Santos, Ingo Grassmann, Pedro Cardoso e Elidia Furquim 186	
3.5.2.2	O sítio Rio Pequeno II	188
3.5.2.3	Os sítios Represa Seca II, Capão, Pinheiro da Divisa I e II	189
3.5.3.3.	O sítio João Bueno	192
3.5.3	Ceramistas da Tradição Tupiguarani	194
3.5.4	Conclusões sobre os sítios ceramistas em São José dos Pinhais	198
4	ENTRE O PRÉ-CONTATO E O CONTATO: OS INDÍGENAS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	202
4.1	OS INDÍGENAS NOS SERTÕES DE CURITIBA	204
4.1.1	Povos da família linguística Jê	207
4.1.1.1	Kaingang	207
4.1.1.2	Xokleng	208
4.1.2	Povos da família linguística Tupi-Guarani	210
4.1.2.1	Guarani	211
4.2	O CONTATO E A CONQUISTA	213
4.2.1	São José dos Pinhais: uma freguesia nos sertões de Curitiba	220
4.2.2	Administração particular dos indígenas: uma prática social na freguesia	221
4.2.3	Indígenas na Freguesia: uma presença desconfortável	233
4.2.4	Territórios de resistência: “as correrias dos indígenas” nos campos dos Ambrósios	240
4.2.5	Identidades negadas	248
4.3	AS FONTES MATERIAIS DO CONTATO	255
4.3.1	Sítios arqueológicos do período colonial em São José dos Pinhais	258
4.3.1.1	Sítio Represa Seca-1	259
4.3.1.2	Sítios Alameda das Araucárias e Campo do Assobio	260
4.3.1.3	Sítios Afonso Pena I e Afonso Pena II	263
4.3.1.4	Sítios Miringuava, Murici, Papanduva, Serraria e João Bueno	264
4.3.1.5	O sítio Anselmo Claudino	265

4.3.2	Conclusões Históricas e Arqueológicas do Planalto Curitibano	266
4.3.3	O ensino de História e a Educação Patrimonial	268
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277
	ANEXOs	292

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca contribuir para a historiografia local, com foco no município de São José dos Pinhais (SJP), localizado no primeiro planalto paranaense, entre as primeiras vilas portuguesas do estado. Trata-se de um município do Paraná em residir e atuar profissionalmente. A maior parte das narrativas históricas produzidas localmente aborda a trajetória da região a partir da colonização portuguesa, retratando os povos originários de forma secundária, sem lhes atribuir protagonismo.

Compreender de forma metódica a presença dos povos originários na região tornou-se uma inquietação decorrente de minha atuação como docente na educação básica, quando precisei lecionar sobre esse passado e percebi limitações e insatisfações com os materiais disponíveis. Essa preocupação se intensificou com as escavações arqueológicas realizadas para a construção de uma represa no município. O projeto de Educação Patrimonial associado a essas escavações envolveu a Secretaria de Educação, em que eu atuava na época, para a elaboração de ações formativas voltadas a professores e estudantes das escolas no entorno da obra.

Esse contato inicial despertou minha curiosidade sobre as escavações, os vestígios resgatados e os novos conhecimentos revelados, que, embora já produzidos desde os anos 1970, eram desconhecidos para mim. Em 2017, com as obras da represa e a descoberta de sítios arqueológicos evidenciando a presença humana antiga na região, senti-me instigada a investigar mais profundamente a ocupação pré-colonial do território.

Minha trajetória como professora e pesquisadora em São José dos Pinhais, aliada à problematização do currículo municipal no âmbito do Mestrado em Ensino de História, levou-me a reconhecer uma lacuna: a ausência de uma abordagem consistente sobre a presença histórica dos povos indígenas na região. Assim, decidi contribuir para a construção de uma narrativa que identificasse a diversidade étnica e racial da população atual e desse visibilidade às histórias silenciadas ou negadas pelas narrativas oficiais, que ignoram as trajetórias e lutas dos povos originários.

Foi nesse contexto investigativo, que deparei-me com uma ausência de narrativas históricas sobre esses povos na região em que se localiza o município. Para saber mais sobre esses grupos, foi necessário investigar os relatórios produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), exigidos quando um empreendimento de grande impacto está em construção. Foi nesses relatórios que encontrei informações relevantes sobre o assunto que pretendia investigar, e, o que mais me impressionou, em quantidade e antigo, ou melhor, muita coisa já sendo produzida desde a década de 1970. É como se todo este

conhecimento estivesse distante do universo escolar, estivesse destinado somente a outra esfera da sociedade, a dos acadêmicos.

Os vestígios encontrados em diversos sítios arqueológicos de São José dos Pinhais refutam narrativas que negam a presença expressiva dos povos indígenas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No entanto, esses vestígios continuam sendo pouco explorados na historiografia regional antes do Período Colonial, o que reforça a necessidade de integrar esse conhecimento ao processo de ensino e aprendizagem.

Uma inquietação central desta pesquisa é compreender até que ponto a historiografia atual tem contribuído para os currículos escolares no tratamento da história indígena, especialmente considerando as limitações do curso de Pedagogia na formação de professores para abordar esses conteúdos. Embora leis como as nº 10.639/2003 e 11.645/2008 tornem obrigatória a inclusão da história indígena nos currículos, é evidente que, enquanto a historiografia acadêmica não produzir narrativas que coloquem os indígenas como protagonistas, será difícil alcançar mudanças significativas no ensino. Os dois espaços de produção e difusão do conhecimento histórico, tanto o acadêmico como o escolar, são faces diferentes de uma mesma moeda, portanto, é fundamental que avancem juntos.

As inquietações mencionadas serviram como bússola para o processo de pesquisa. Nesse sentido, os capítulos foram planejados e redigidos à medida que a investigação avançava. Inicialmente, buscou-se compreender por que a História ensinada localmente ainda não dialoga com o conhecimento produzido sobre os povos originários. Posteriormente, aproximou-se de tudo o que já foi investigado e registrado sobre a presença desses grupos na região, até alcançar o objetivo final: redigir uma narrativa local que aborde a presença indígena, incluindo seus antecessores, como os caçadores-coletores.

Produzir uma narrativa histórica onde os povos originários sejam sujeitos efetivos de suas trajetórias é uma tarefa desafiadora. Uma metáfora para esta tarefa, foi apresentada por Pacheco (2016), quando disse que trata-se de um movimento semelhante a mexer em um castelo de cartas, pois, assim que se mexe em uma carta, involuntariamente “somos involuntariamente conduzidos a rever as interpretações mais frequentes e consagradas que eminentes historiadores, sociólogos, geógrafos, economistas e antropólogos formularam sobre o país (Pacheco, 2016, p. 8).

Para estruturar esta pesquisa e alcançar os objetivos propostos, ela foi dividida em duas partes complementares que, embora distintas em suas abordagens, se articulam de maneira integrada. A Primeira Parte, composta pelos Capítulos I e II, foi dedicada à revisão de literatura nos campos da História, Arqueologia e Antropologia. O objetivo foi identificar pontes e lacunas

entre essas disciplinas, problematizando os motivos pelos quais os diálogos entre elas nem sempre foram estabelecidos, mesmo quando o aprofundamento dos conhecimentos específicos de cada área se aproximava. Essa etapa permitiu entender como essas ciências interagem (ou não) na construção do conhecimento sobre os povos indígenas do Paraná, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba.

A Segunda Parte, composta pelos Capítulos III e IV, concentrou-se na redação de uma narrativa histórica baseada nos conhecimentos já produzidos e consolidados por essas ciências. A proposta foi explorar suas potencialidades e fragilidades, buscando suprir lacunas na historiografia local. Essa narrativa tem como foco construir uma perspectiva mais inclusiva e contextualizada sobre a presença indígena na região, contribuindo para a produção de um conhecimento histórico mais amplo e significativo.

No Capítulo I, foi realizado um levantamento sobre como os povos indígenas são tratados nas narrativas históricas referentes ao estado do Paraná, com atenção especial à RMC, onde está localizado São José dos Pinhais. A revisão da literatura incluiu obras clássicas da historiografia paranaense, analisando como esses textos abordam a presença indígena antes e durante o processo de colonização. O recorte temporal estabeleceu como limite o ano de 1889, marcado pela Proclamação da República, um momento que trouxe mudanças significativas na forma de produzir e armazenar fontes históricas, bem como no perfil e no volume da documentação gerada.

A análise do processo histórico local e do Paraná exigiu a consideração de sua transformação no contexto nacional e mundial. No Brasil, a profissionalização da historiografia a partir dos anos 1970 foi um marco para o “fazer histórico” e para a compreensão do significado da história. Nesse período, os programas de pós-graduação foram ampliados, resultando na diversificação de objetos de estudo, territórios, métodos e abordagens teóricas, além da integração da história com outras disciplinas (Arruda; Proença, 2013, p. 241).

Antes dessa profissionalização, narrativas sobre a cidade e o estado já eram produzidas e compunham o imaginário social. Este aspecto foi aprofundado no primeiro capítulo, ao estudar as transformações da disciplina histórica e suas práticas no campo historiográfico. A análise dialoga com autores como Le Goff (1994), que tratou das transformações da ciência histórica e do olhar do historiador sobre a história de sua própria disciplina. Essa abordagem, denominada “História da História” (Le Goff, 1994, p. 7), foi central para compreender a gênese da historiografia paranaense.

Foram selecionadas obras canônicas ou clássicas da historiografia paranaense, analisando a presença (ou ausência) dos povos indígenas nessas narrativas. A seleção

considerou também a representação desses sujeitos no território da atual RMC, com destaque para São José dos Pinhais até a Proclamação da República. Além da análise das narrativas, investigaram-se os contextos sociais e institucionais em que essas obras foram produzidas, considerando seus autores, círculos intelectuais, vínculos institucionais e as formas de trabalho intelectual empregadas. Como observado por Chartier (2009, p. 17), “cada um desses lugares impõe à história não apenas objetos próprios, mas também modalidades de trabalho intelectual, formas de escrita, técnicas de prova e de persuasão”.

Para organizar as análises do primeiro capítulo, as obras selecionadas foram divididas em três grupos:

1. Primeira geração – Composta por produções de historiadores não profissionais, ou seja, sem formação acadêmica específica em História. Destacam-se Romário Martins e sua obra *História do Paraná*, bem como os primeiros boletins do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).
2. Segunda geração – Marcada pela profissionalização da escrita da história no Paraná, com autores como Brasil Pinheiro Machado, Maria Cecília Westphalen e Altiva Balhana (*História do Paraná*), além do professor Rui Wachowski, cujas pesquisas têm relevância para este estudo.
3. Terceira geração – Iniciada na década de 1990, impulsionada pela expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Destacam-se autores que publicam na revista *História, Questões e Debates* e os trabalhos da professora Maria Angélica Marochi, voltados à história de São José dos Pinhais.

A hipótese inicial era de que o curso de História da UFPR, sediado em Curitiba, produziria narrativas relacionadas aos povos indígenas da RMC, mas essa expectativa não se confirmou, o que foi objeto de problematização no Capítulo. Assim, a pesquisa expandiu-se para outros centros de produção acadêmica, como cursos de pós-graduação em universidades estaduais de diferentes regiões do Paraná, a fim de construir uma base bibliográfica mais consistente.

No Capítulo II, discutiu-se o uso da Etno-história como metodologia para a escrita de uma História Indígena. Adotou-se a perspectiva de que os povos indígenas, assim como outros grupos sociais que compõem a sociedade são-joseense, têm sua própria trajetória histórica, que antecede a colonização. Contudo, essa trajetória deve ser apresentada a partir de métodos, objetos e fontes que reconheçam os indígenas como protagonistas, destacando suas lutas, conhecimentos e conquistas (Wolf, 2005, p. 45).

Nesse sentido, a investigação proposta nesta pesquisa pode ser situada no campo da História Indígena (Oliveira, 2003, p. 1). Para a construção da narrativa histórica, foram consideradas as produções de historiadores e cientistas sociais acerca do transcurso sociocultural e histórico das populações nativas que habitavam o território que hoje pertence a São José dos Pinhais. Isso inclui representações e discursos construídos sobre “o outro”, uma perspectiva que Oliveira denominou de visão ética (Oliveira, 2003, p. 1).

Outro aspecto prioritário na construção desta pesquisa foi valorizar as histórias indígenas narradas e interpretadas pelos próprios povos originários, por meio da tradição oral, documentários e declarações públicas, além de contribuições de pesquisadores indígenas. Essa abordagem busca reconhecer os povos indígenas como agentes sociais plenos de suas trajetórias, permitindo que eles contem suas histórias. Esse enfoque historiográfico, que considera a narrativa dos próprios nativos sobre si mesmos e seus ancestrais, é conhecido como visão êmica (Oliveira, 2003, p. 2).

Para articular as representações ética e êmica, esta pesquisa incorporou a metodologia de trabalho da Etno-história como ferramenta analítica. Essa metodologia se destaca por fomentar a cooperação interdisciplinar entre a História e outras disciplinas, ampliando as fontes e objetos de estudo, além de introduzir novos problemas e abordagens (Mota, 2014, p. 15).

Originalmente, conforme Cavalcante (2011, p. 350), o conceito de etno-história estava associado ao estudo de sociedades não ocidentais, utilizando fontes produzidas por terceiros, frequentemente em contextos coloniais. Assim, a etno-história foi concebida como uma forma de “história dos povos sem história”. Eric Wolf aprofundou essa abordagem em *A Europa e os povos sem história* (2005), demonstrando que sociedades humanas e culturas só podem ser plenamente compreendidas quando analisadas sob a perspectiva de suas relações e interdependências mútuas no espaço e no tempo (Wolf, 2005, p. 12).

Na década de 1950, a Etno-história consolidou-se como disciplina na América do Norte, impulsionada por estudos sobre os indígenas, especialmente no contexto de reivindicações de terras (Cavalcante, 2011, p. 352). No Brasil, um movimento similar emergiu após a promulgação da Constituição de 1988, que gerou demanda por pareceres e laudos especializados.

Embora esta pesquisa não explore detalhadamente a trajetória do conceito de etno-história, sua abordagem segue alinhada a outros estudiosos que utilizam essa metodologia para produzir conhecimento histórico sobre os povos indígenas, em especial aqueles que habitaram o território de São José dos Pinhais antes da colonização. Para tanto, foram utilizadas diversas fontes, incluindo vestígios materiais e narrativas das próprias sociedades indígenas.

Ao dialogar com fontes que incorporam a perspectiva dos próprios povos indígenas, inevitavelmente surgem divergências em relação à documentação gerada por colonizadores ou pesquisadores não indígenas. Essas diferenças requerem cuidado na análise e interpretação das fontes, que devem ser consideradas em sua multiperspectividade, sem atribuir importância hierárquica entre elas.

A aplicação da Etno-história exige do pesquisador mais do que habilidades convencionais de historiador; ela demanda conhecimentos etnográficos sólidos sobre a sociedade estudada (Trigger, 1982, p. 30-31). Segundo Mota (2014, p. 15), incorporar as tradições orais e os valores presentes nos conhecimentos indígenas implica estimular a cooperação interdisciplinar, unindo disciplinas como Arqueologia, Antropologia e História. Esse método tem demonstrado grande potencial para alcançar resultados inovadores.

Enquanto pesquisadores norte-americanos já utilizavam métodos Etno-históricos para a História Indígena desde a década de 1950, no Brasil e na historiografia paranaense, esse movimento começou somente a partir da década de 1980. Ele foi influenciado pela Nova História Cultural e pela ampliação da interdisciplinaridade, aspectos tratados no primeiro capítulo ao discutir a historiografia do Departamento de História da UFPR.

No segundo capítulo, a pesquisa aproximou-se das Ciências Humanas e Sociais, buscando construir um método interdisciplinar. Esse esforço foi feito com cautela, incorporando métodos, objetos, fontes e conhecimentos dessas áreas, especialmente no que diz respeito à Arqueologia e Antropologia. A revisão da literatura sobre a presença indígena considerou contextos diversos, organizados em três grandes fases: os intelectuais pioneiros e autodidatas, a profissionalização da ciência e as produções contemporâneas.

Os lugares sociais investigados incluíram:

1. Grupo dos pioneiros – Representado por autores como Loureiro Fernandes, com destaque para os Boletins do IHGPR, e Júlio Estrela Moreira (1975), autor de Caminhos da Comarca de Curitiba.
2. Profissionalização da ciência – Incluindo o terceiro volume da coleção “História do Paraná”, de Faris Antônio Salomão Michaele (1969), professor de Ponta Grossa.
3. Produções contemporâneas – Analisando bancos de teses e dissertações em Arqueologia e Antropologia da UFPR e de programas de pós-graduação em História no interior do Paraná.

No Capítulo III, foram aplicadas as premissas apresentadas, utilizando a metodologia interdisciplinar da Etno-história para construir uma narrativa histórica sobre a presença dos povos indígenas em São José dos Pinhais, desde antes da colonização até o início da

colonização. Já o Capítulo IV abordou o período da colonização até a Proclamação da República. A intenção foi integrar abordagens da Arqueologia, Antropologia e História, buscando significados para as ações dos sujeitos a partir de suas próprias culturas, enquanto se compreendem suas histórias em um contexto mais amplo (Trigger, 1982, p. 1-19).

Ainda em relação à metodologia Etno-histórica, é importante salientar que uma de suas preocupações centrais é considerar a compreensão que os próprios povos estudados têm sobre sua história. Nesse sentido, o uso de diversas tipologias de fontes torna-se indispensável para que o pesquisador possa, com base em pressupostos teóricos e metodológicos, problematizar o passado dos povos indígenas. Essa abordagem exige cautela, como destacado por Almeida:

Esse exercício, no entanto, envolve alguns problemas e limitações, dentre os quais as possibilidades de se incorrer em anacronismos, pelo uso de comparações inadequadas. Dados históricos e etnográficos revestem-se de significados em contextos temporais e culturais específicos, e sua utilização para explicar situações semelhantes em contextos diversos pode ser extremamente rica, como tem sido demonstrado por vários autores, porém requer cuidados especiais para se evitar apropriações indevidas. Deve-se lembrar, sobretudo, que as culturas, as etnicidades e os significados das ações humanas e dos objetos são dinâmicos, de modo que projeções de elementos ou situações sociais, históricas ou etno-culturais em tempos diversos devem levar em conta os processos de mudança (Almeida, 2012, p. 158-159).

A seleção das fontes documentais para a produção de narrativas históricas sobre os povos indígenas que habitaram o Planalto Curitibano, grupos marginalizados e cujas trajetórias foram silenciadas pela ciência histórica, demandou um olhar atento. Muitas das fontes disponíveis, produzidas por não indígenas, estão repletas de concepções etnocêntricas, preconceituosas e equivocadas. Exemplos disso incluem correspondências trocadas entre colonizadores e a Coroa Portuguesa, narrativas de viajantes, relatórios de presidentes de províncias, leis, regimentos, decretos, mapas, censos demográficos, relatos de missionários e documentos paroquiais.

Embora essas fontes históricas não sejam inéditas, o que se destaca nesta pesquisa é o olhar atribuído a elas: uma problematização que explora diferentes objetos, classificações étnicas e trajetórias, levando em consideração os tempos, os espaços e as dinâmicas das relações sociais. Trata-se de uma leitura que busca captar as entrelinhas dos documentos, identificando contradições e certezas, e interpretando-os à luz dos pressupostos metodológicos da Etno-história.

Nesse contexto, destaca-se uma das notas preparatórias das Teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin (1981), que serviu de inspiração para esta pesquisa. Benjamin propôs “[...] demolir a história universal, eliminar o elemento épico, não se identificar com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo. A história da cultura como tal é

abandonada; ela deve ser integrada à história da luta de classes” (Benjamin, 1981, p. 240). Ele critica o historicismo cultural, que se identifica com as classes dominantes e glorifica os feitos culturais que sustentam seu status de herdeiras da cultura passada. Em suas críticas, Benjamin inspira-se na filosofia marxista, incorporando também elementos nietzschianos (Löwy, 2011, p. 21).

Examinar as fontes documentais “à contrapelo” implica observar os “tesouros culturais” sob uma perspectiva distanciada, posicionando-se ao lado dos vencidos — neste caso, os povos indígenas que habitavam a Região Metropolitana de Curitiba e o Planalto Curitibano. Para Benjamin (1981, p. 222-232), é essencial recuperar a cultura dos vencidos, que por muito tempo foi ignorada ou desprezada. Nesse sentido, os vestígios da cultura material produzida por esses grupos tornam-se uma ferramenta crucial para compreender seus comportamentos e relações no território estudado.

No Capítulo III, como a investigação retrocede a um tempo mais afastado, as fontes da cultura material foram fundamentais, com destaque para aquelas que foram localizadas em escavações arqueológicas realizadas em São José dos Pinhais e que estão cadastradas no IPHAN, cujos detalhes podem ser acessados pelos relatórios de prospecção, salvaguarda e nos espaços em que elas estão arquivadas, como no Centro de Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da UFPR, no Museu Paranaense e no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). São vestígios que permitiram olhar para como estas sociedades eram muito mais complexas e dinâmicas do que normalmente são apresentadas, desconstruindo a ideia de unicidade, revelando múltiplas formas de interação com o meio em que estavam.

A conceituação de cultura material como fonte histórica, segundo Meneses (1983, p. 112), enfatiza a intervenção humana na sociabilização da materialidade. A noção de apropriação é central nesse processo, pois é por meio dela que a sociedade, com base em padrões culturais estabelecidos, molda e confere significado ao universo material. Nesse movimento retroativo, a cultura material é “produto e vetor de relações sociais” (Meneses, 1983, p. 113). Como esclarece Almeida (2012, p. 147), “[...] é produto porque resulta da ação humana, de processos de interações sociais que criam e transformam o meio físico, mas também vetor porque constitui um suporte e condutor concretos para a efetivação das relações entre os homens”.

No Capítulo IV, além das fontes de cultura material, foram utilizados documentos históricos tradicionais, como os produzidos por colonizadores, viajantes e sacerdotes. Um exemplo notável são os “Livros Tombos” da Igreja Bom Jesus dos Perdões e São José, que se mostraram preciosos para a pesquisa. Em ambos os capítulos, as fontes documentais e materiais

foram analisadas “à contrapelo”, contribuindo para uma historiografia local e regional que coloca os indígenas como sujeitos históricos.

Parte I

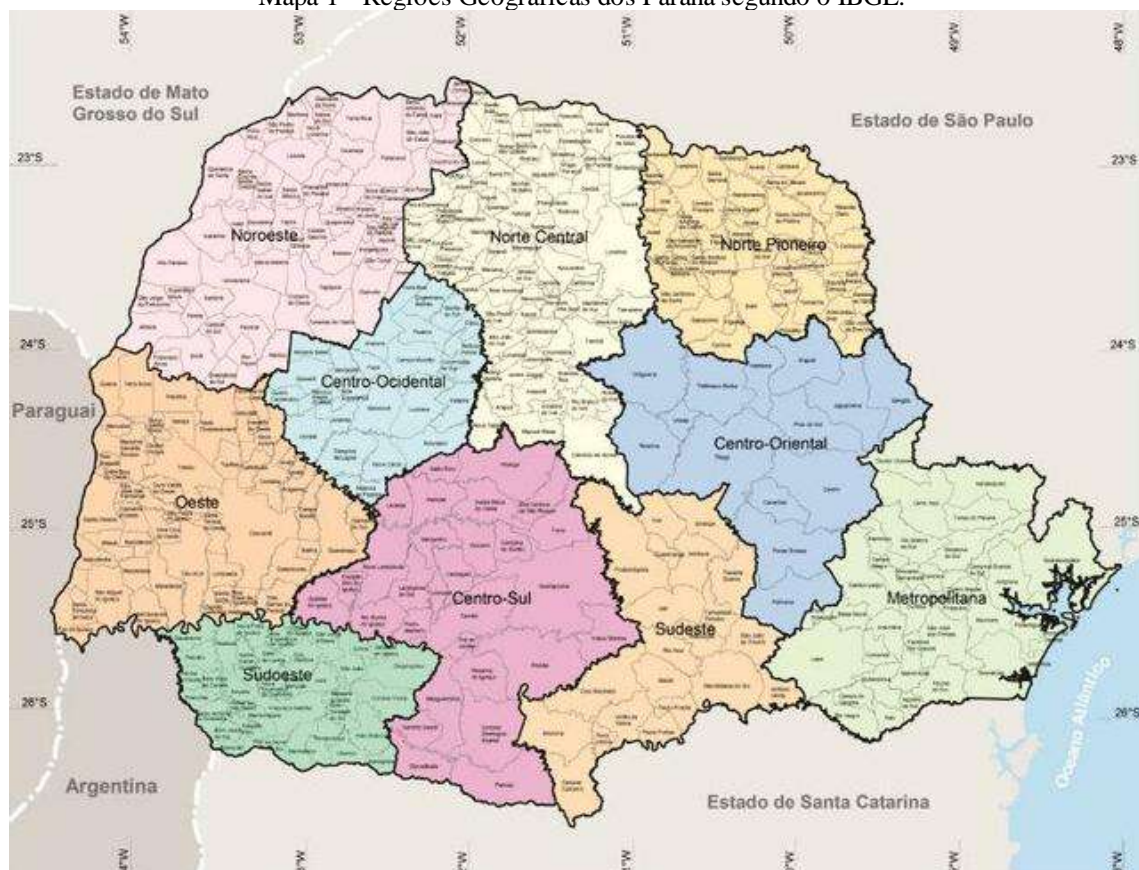
Desvendando Territórios Conhecidos

1 A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NA HISTORIOGRAFIA DO PARANÁ E DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Para tratar da presença, ou mesmo da ausência, dos povos históricos e indígenas como sujeitos da história na produção historiográfica de São José dos Pinhais, é necessário abordar aspectos da história regional, mais especificamente da História do Paraná. Neste capítulo, serão explorados o surgimento e a trajetória da História do Paraná, bem como os autores e publicações relevantes em cada período. Além disso, será analisada a forma como os povos históricos e indígenas foram abordados nessas narrativas, com ênfase nos autores e publicações que tratam da Região Metropolitana de Curitiba, recorte espacial desta pesquisa.

São José dos Pinhais integra a Mesorregião Metropolitana, que abrange os municípios do litoral e do Primeiro Planalto Paranaense. Nesta pesquisa, o foco não está nos povos históricos e indígenas que ocuparam a região litorânea, mas naqueles que habitaram o interior do estado, área conhecida como Primeiro Planalto, classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), conforme o Mapa 1:

Mapa 1 - Regiões Geográficas dos Paraná segundo o IBGE.



Fonte: Estado do Paraná (2018).

De acordo com o IBGE, o estado do Paraná está dividido em dez mesorregiões geográficas, definidas pela Lei nº 15.825/2008. No entanto, ao propor um estudo que problematizam a ocupação de São José dos Pinhais por povos históricos antes da existência das fronteiras e organizações políticas e administrativas como conhecemos hoje, é imprescindível olhar para o território de forma ampla, não restringindo a análise ao município.

Tradicionalmente, as narrativas históricas oficiais de São José dos Pinhais negligenciam a presença dos povos indígenas. Geralmente, textos históricos voltados para fins institucionais ou educacionais concentram-se em eventos relacionados à chegada dos portugueses, à fundação dos primeiros povoados ou à criação de colônias por imigrantes europeus no final do século XIX.

Um exemplo desta perspectiva pode ser identificado no conteúdo de um vídeo institucional veiculado pela Prefeitura do Município¹, que apresenta uma parte da história da cidade, aquela que considera ser a “identidade” da população que vive no município, como se sua ocupação só tivesse iniciado no século XIX com a chegada dos imigrantes e fundação das primeiras colônias:

[...] Com uma localização estratégica que mostra em parte porque tanta gente resolveu ficar e viver aqui [...] Um bom exemplo dessa história é a forte presença de imigrantes ao longo dos anos [...] Ucrânicos, italianos e poloneses adotaram esta região graças à terra fértil e clima ameno (São José dos Pinhais, 2015).

A abordagem utilizada nesse vídeo pode ser interpretada como uma tentativa de promover a visão de uma classe social dominante como detentora da cultura “legítima”, ocultando as relações de poder que sustentam essa narrativa (Felipe; França, 2014, p. 7). Esse tipo de ocultamento reforça a exclusão de indígenas, negros e grupos marginalizados, perpetuando a ideia de que esses povos não pertencem à sociedade. Como afirma Silva (2007, p. 489), “ao fortalecer uma visão distorcida das relações étnico-raciais e promover a ideia de que vivemos harmoniosamente integrados em uma sociedade que não reconhece diferenças, considera-se democrático ignorar o outro em sua diferença”.

Outra evidência do apagamento da presença indígena foi encontrada em uma apostila de História e Geografia distribuída para as escolas públicas municipais entre 2006 e 2008. No capítulo intitulado “História, Território e Colonização”, lia-se: “Para resgatarmos as origens da história de São José dos Pinhais devemos lembrar algumas situações da História do Brasil. Os

¹ O conteúdo na íntegra pode ser visualizado pelo seguinte link:
<https://www.youtube.com/watch?v=8kmkRRbS8Dg> (acesso em 09 fev. 2025).

primeiros povoados que surgiram na área em que hoje é o estado do Paraná, foram fundados por espanhóis [...]” (São José dos Pinhais, 2008, p. 137).

O texto segue mencionando a exploração do ouro e a fundação de vilas e povoados, mas não faz referência aos povos indígenas, como se esses sujeitos não existissem na região naquele período.

A negação da presença indígena também pode ser observada nos espaços oficiais de memória e patrimônios históricos tombados na cidade, como igrejas católicas fundadas por imigrantes, que representam a maior parte dos registros. Da mesma forma, a literatura historiográfica existente sobre o município geralmente aborda os fluxos populacionais mais recentes, tratando da ocupação por colonizadores e imigrantes.

Contudo, vestígios materiais encontrados em escavações arqueológicas comprovam a presença de povos indígenas na região antes da colonização. Esses grupos não desapareceram; continuaram a existir, relacionar-se e lutar por sobrevivência. No entanto, suas histórias foram apagadas, silenciadas ou ignoradas pela historiografia oficial.

Pesquisas arqueológicas fornecem evidências suficientes para superar essas narrativas excludentes. Diversos sítios arqueológicos escavados em São José dos Pinhais revelaram artefatos que comprovam a presença de grupos humanos caçadores e coletores na região há cerca de 3.705 anos, conforme datações sistematizadas por Parellada (2006). Esses sítios estão registrados no IPHAN, mas permanecem subexplorados na historiografia da RMC.

A análise temporal desta pesquisa abrange os períodos pré-colonial e colonial, até 1889 com a Proclamação da República. Este marco foi escolhido devido às mudanças significativas na produção e organização documental a partir desse momento.

1.1 A ESCRITA DA HISTÓRIA DO PARANÁ E DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Para abordar a presença ou ausência da história indígena e dos povos originários na historiografia de São José dos Pinhais e do Paraná, é essencial refletir sobre as transformações ocorridas no campo historiográfico, especialmente nas últimas décadas do século XX. Esse período inaugurou novas práticas, promoveu rupturas e redefiniu o trabalho do historiador. Este capítulo tem como objetivo observar os diferentes modos de escrever a história do Paraná, com foco especial nos povos históricos e indígenas que habitaram a Região Metropolitana de Curitiba em distintos períodos. Além disso, analisa os métodos, interpretações e controvérsias envolvidos na construção dessas narrativas.

Uma das controvérsias abordadas refere-se ao recorte espacial adotado nesta pesquisa. Durante o período pré-colonial, os limites territoriais do Paraná e de São José dos Pinhais não

estavam definidos, sendo essas fronteiras uma construção moderna. As relações entre a historiografia e os estados nacionais modernos foram analisadas por autores como Ângela Castro Gomes (1999). Em “História e Historiadores”, Gomes demonstra as conexões entre espaço e produção histórica, explorando a noção de “consciência nacional”, ou seja, os vínculos entre as noções de tempo e território.

Segundo Gomes, a noção de nação brasileira está vinculada a institucionalização da ideia de que se trata de como porção de espaço separada, vista como um “território” com forte conotação cartográfica. Segundo a autora, as metáforas geográficas no discurso da nacionalidade buscaram estabelecer as fronteiras e suas relações com o tempo e o espaço, definindo a marca da conquista territorial e sua manutenção. Portanto, “o discurso ‘geográfico’ de estabelecimento de fronteiras é um discurso ‘histórico’, fruto de um longo e cuidadoso trabalho historiográfico” (Gomes, 1999, p. 22).

Nesta pesquisa, a relação com o espaço foi considerada de forma ampla, abrangendo a natureza, a terra e seus fenômenos, além de seu papel na definição de identidades nacionais e regionais, com um olhar específico para São José dos Pinhais e a Região Metropolitana de Curitiba.

A preocupação com os limites geográficos nacionais e a história da pátria foi uma das primeiras questões abordadas pela disciplina de História. No século XIX, a História, a Geografia e a Literatura centraram suas narrativas nos territórios. Considerando o recorte desta pesquisa, é relevante observar os conceitos de região promovidos pela produção historiográfica realizada nas universidades paranaenses ao longo do período proposto. De acordo com Arruda e Proença (2013, p. 251), essa discussão permite identificar os desdobramentos das “espacialidades” nos diversos textos, bem como no processo de “fundação” de novas “regiões”, fundamentando novas áreas de conhecimento.

Arruda e Proença (2013, p. 252) também destacam que somente no final dos anos 1980 e, de maneira mais acentuada, nos anos 1990, ocorreram transformações significativas no campo da historiografia. Essas mudanças foram evidenciadas pela expansão da história da cultura, momento em que as análises passaram a considerar a história regional como um discurso que participava da “luta de representações”. Essa transformação ocorreu de duas formas:

A primeira, na fixação do seu objeto, que já seria um campo de luta com outras disciplinas ou ainda uma disputa dentro do campo historiográfico com outras interpretações sobre a “história regional”; segunda, a tentativa de objetivação científica do discurso regionalista, criando um suporte autorizado pelo “capital simbólico” investido na figura do historiador, seria uma luta de legitimação do recorte regional. (Arruda; Proença, 2013, p. 252).

Durval Albuquerque Júnior também contribuiu para essa problematização ao apontar como a “História Regional” estabelece uma relação fixa e estática com o espaço, mesmo ao historicizá-lo, validando-o como ponto de partida para a construção da historicidade (Albuquerque Junior, 1994, p. 10). Para ele, a “região geográfica” é frequentemente transformada em uma “região epistemológica” que justifica narrativas de identidade homogênea.

Essa crítica ressalta a necessidade de superar categorias fixas como nacional e regional, explorando as dinâmicas de interação, conflito e transformação presentes no espaço. Uma historiografia mais contextualizada pode incluir as perspectivas de grupos como os povos indígenas, ampliando a compreensão sobre suas histórias e contribuições.

Ao longo deste capítulo, a abordagem adotada ultrapassou os limites geográficos e categorias espaciais modernas, explorando aspectos da ocupação da Região Metropolitana de Curitiba em períodos anteriores à colonização. Essa perspectiva ampliada permitiu examinar a história sob múltiplos contextos e relações, indo além das delimitações espaciais e temporais fixas.

Embora o estabelecimento de um recorte espacial seja útil para delimitar o objeto de estudo, é fundamental evitar reducionismos. Ao adotar uma abordagem mais abrangente, é possível considerar os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da ocupação da região, integrando diferentes atores e processos históricos. Essa perspectiva oferece uma compreensão mais completa e contextualizada da presença indígena, promovendo uma narrativa mais inclusiva e representativa no âmbito da historiografia regional.

1.2 OS CLÁSSICOS DA HISTORIOGRAFIA DO PARANÁ

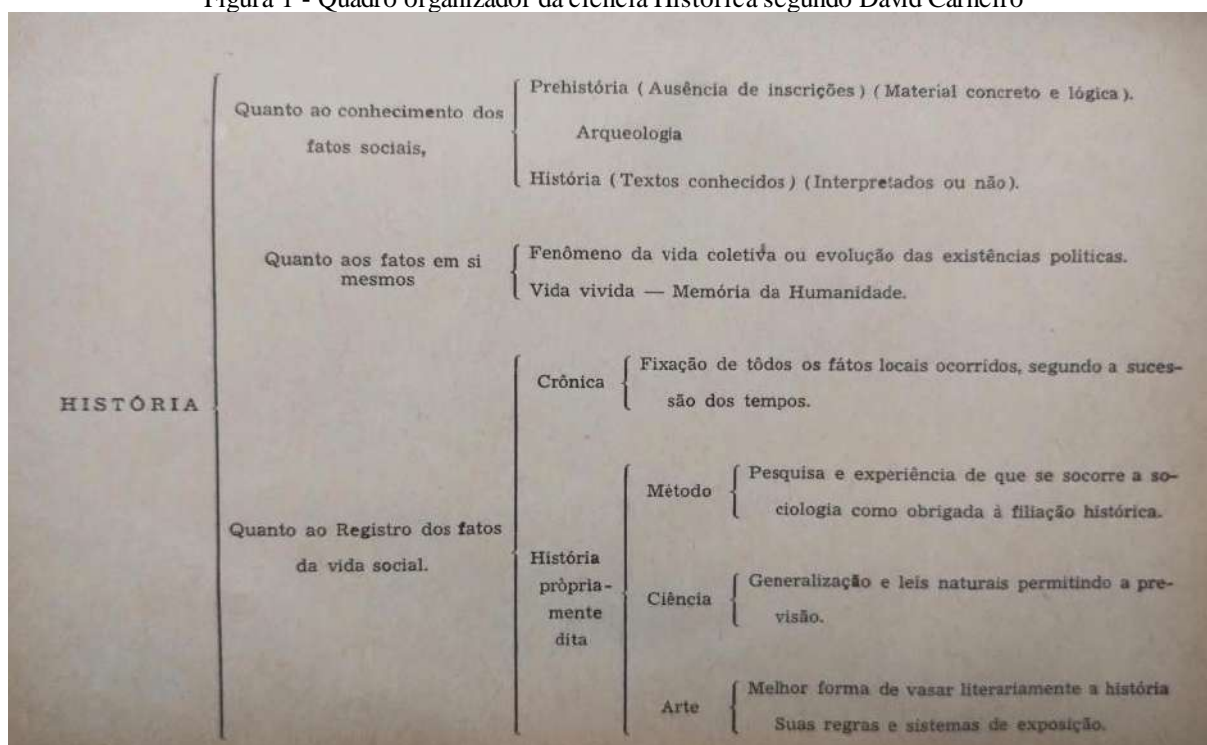
Para esta pesquisa, foram selecionadas obras consideradas canônicas da História do Paraná, abrangendo desde o período em que o estado era uma comarca de São Paulo até a atualidade. Além de sua relevância clássica, essas obras foram escolhidas para analisar a presença ou ausência dos povos indígenas em suas narrativas, considerando também o contexto social e institucional em que esses discursos foram produzidos. Foram analisados os autores, seus vínculos institucionais e os círculos intelectuais aos quais pertenciam. Essa abordagem reflete a importância dos diferentes lugares de produção histórica e suas modalidades de trabalho.

A fim de se ter uma melhor compreensão da seleção das obras consideradas canônicas para a historiografia regional do Paraná, o autor David Carneiro apresentou-se uma referência

importante. Isso porque, em 1952, ele publicou o livro “História da História do Paraná”, inspirado na obra “A história de História” de J. T. Shotwell, investigou os historiadores do Paraná e suas obras fundamentais. Carneiro (1952) sistematicamente compilou definições, opiniões e doutrinas relacionadas à história, com o objetivo de dar forma à narrativa, mesmo que isso implicasse em expor divergências e tomar partido. Essa publicação oferece reflexões valiosas sobre os sujeitos que registraram a história local antes da profissionalização da ciência histórica no Paraná.

David Carneiro (1952) organizou sua obra abordando a ciência histórica como ponto de partida, considerando-a uma investigação que buscava encontrar e expor a verdade. Ele destacou a distinção entre a pré-história, que envolvia a tentativa de reconstruir o passado por meio de elementos concretos e lógica, e a história propriamente dita, que dependia de textos conhecidos, interpretados ou obscuros, e estava conectada ou separada da pré-história pela arqueologia. Essa delimitação permitiu ao autor estabelecer o que ele considerou como verdadeiro quadro da História e suas bases para análise, que pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 - Quadro organizador da ciência Histórica segundo David Carneiro



Fonte: Carneiro (1952, [n.p.]).

Após estabelecer suas diretrizes sobre os períodos e a forma como a História deve ser feita e escrita, o que ele conceituou como “Eurística e a Arte de Narrar”, David Carneiro abordou os historiadores do Paraná, que poderiam ser enquadrados em classificações como

“aqueles que fazem ou assistem a História” (Carneiro, 1952, p. 105). Essas classificações incluem pesquisadores, narradores, memorialistas, cronistas e cartógrafos.

Na segunda parte de sua obra, Carneiro (1952) dedicou-se à biografia desses indivíduos e suas contribuições para os registros históricos do Paraná, como Antônio Botelho, Saint Hilaire, Pe. Antônio Vieira, John Elliott, Zacarias de Góes e Visconde de Taunay. Esses personagens foram importantes para a escrita da História do Paraná e, suas narrativas e produções foram utilizadas como *fontes históricas* desta pesquisa em diferentes momentos e contextos. No entanto, eles não receberam o *status* de *historiadores regionais*.

Seria relevante destacar que nesta pesquisa, estamos alinhados ao entendimento de Machado (1974, p. 45) ao considerar que foi com o Romário Martins que a História do Estado foi estabelecida como uma história, de uma comunidade orgânica, de um grupo humano em relação um meio físico, assim lançando as bases para a História Regional do Paraná. Nos trabalhos de outros historiadores não profissionais, anteriores a Romário Martins, como os pesquisadores, narradores, memorialistas, cronistas e cartógrafos listados por David Carneiro (1952), o objetivo de estudo consistia em fatos isolados do contexto, com foco na pesquisa e reconstituição documental, sem uma tematização regional específica.

No contexto deste levantamento, proposto nesta pesquisa, a obra de Sebastião Paraná² “O Brasil e o Paraná”, datada de 1925, que foi utilizada como material didático nas escolas primárias do Estado, não será utilizada como fonte por alguns motivos, que serão aqui brevemente listados.

Primeiramente, trata-se de um livro de Geografia, cujo conteúdo está focado nos aspectos físicos e geográficos do Estado, não abrangendo a História Regional em si. Além disso, o autor não dedicou atenção significativa aos indígenas, restringindo-se a um breve comentário, quando mencionou as ilhas do litoral, momento em que comentou sobre a existência de sambaquis e alguns vestígios da presença dos primeiros habitantes da região, pois segundo o autor:

Existem sambaquis, também vulgarmente chamados de ostreiras, tem encontrado ossos humanos, cinzas, carvão vegetal, fragmentos de louça de barro, espinhas de peixe, machados de pedra e outros utensílios que utilizavam os primeiros habitantes daqueles lugares (Paraná, 1929, p. 105).

² Nasceu e morreu em Curitiba (1874-1938) onde foi professor de Geografia e Cronografia do Brasil, no Ginásio Paranaense, na Escola Normal e na UFPR. Também foi diretor da Biblioteca Pública do Paraná e da Instrução Pública do Estado.

Um último aspecto relevante, diz respeito a São José dos Pinhais, pois o autor se limitou a uma descrição geral, sem abordar aspectos históricos relevantes sobre o local:

S. José dos Pinhães, situada sobre uma coxilha à margem esquerda do Iguaçu e distante 14 kilometros de Curityba, que se comunica por uma estrada carroçável [...] É uma das povoações mais antigas do Paraná. O município é vasto e conta com diversos povoados, inclusive florescentes núcleos coloniais (Paraná, 1929, p. 132).

Delimitados os recortes e limites da investigação, a primeira parte desta pesquisa, seguiu a cronologia e organização apresentada na Introdução, analisando o que considerou serem os clássicos da História do Paraná, dividindo-os em três grupos distintos: Primeira Geração, dos Pioneiros; Segunda Geração, dos Professores; e, Terceira Geração, dos Revisionistas.

A seguir, uma breve descrição de cada grupo geracional, com base nas características dos autores, período e produção:

- 1) Primeira Geração - Os Pioneiros: nesse grupo, pretende-se analisar as produções e os historiadores que não eram profissionais, ou seja, não possuíam uma formação acadêmica específica em História. Suas obras foram produzidas no século XIX e início do século XX, eles desbravaram o campo historiográfico da História Regional no Paraná. Incluem o livro “História do Paraná” de Romário Martins (1953) e os primeiros boletins do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (BIHGPR, 1917; 1918; 1919; 1951; 1953). São fontes importantes para compreender como a História do Paraná foi escrita em seus estágios iniciais, e tratam-se de narrativas com características e limitações do período em que foram escritas.
- 2) Segunda Geração – Os Professores: composto por historiadores professores, que surgiram a partir da segunda metade do século XX, com novas perspectivas, métodos e fontes para o estudo da região, contribuindo para a profissionalização e ampliação do conhecimento histórico. Com a análise das narrativas produzidas por este grupo, pretende-se examinar a profissionalização da escrita da História do Paraná. Ele inclui os professores: Brasil Pinheiro Machado, Maria Cecília Westphalen e Altiava Balhana, especialmente com a obra “História do Paraná” (1969). Também foram consideradas as pesquisas do professor Rui Wachowski nesta geração, pois contribuíram significativamente para o recorte geográfico e o objeto de estudo da pesquisa, que é a presença indígena nesta narrativa.
- 3) Terceira Geração - Os contemporâneos: nesse grupo, analisou-se as narrativas dos historiadores mais recentes, que continuam a produzir conhecimento sobre a

História do Paraná até os dias atuais. Nessa etapa, pretende-se analisar parte das produções a partir da década de 1990, quando houve uma expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em História. Foram consideradas as publicações da professora Maria Angélica Marochi (2007; 2013; 2014; 2016; 2021), que abordam a história de São José dos Pinhais, teses e dissertações do Departamento de História da UFPR e as edições da revista História, Questões e Debates. Essa geração representa um momento de maior diversificação e ampliação das pesquisas históricas sobre o Paraná.

Seguindo essa cronologia e dividindo os clássicos em grupos, foi possível traçar de forma mais didática as transformações na escrita da História do Paraná ao longo do tempo, analisando a presença dos povos indígenas nas narrativas e sua relação com RMC e SJP.

Ao iniciar com a Primeira Geração, considera-se que atividade do historiador no país não é recente, remonta ao início do século XIX, com Leopold Von Ranke. Ainda em relação ao contexto brasileiro, pontua-se que nos anos 1950, e mesmo nos de 1960, prevalecia em termos quantitativos um tipo de história que se poderia chamar de “tradicional”, que era “[...] produzida por intelectuais autodidatas com as mais diversas formações, também vinculados a instituições de ensino e agremiações tradicionais, como sociedades e institutos históricos” (Malerba, 2009, p. 17).

A caracterização da historiografia produzida no Paraná durante a primeira metade do século XX, assim como em nível nacional, se destacava pela prevalência de uma história centrada no Estado, que pode ser considerada oficial, oficiosa, apologética das elites governantes ou até mesmo paroquial e biográfica. Essa abordagem historiográfica refletia uma perspectiva que valorizava as narrativas das classes dominantes e do poder estabelecido (Malerba, 2009, p. 18).

1.3 A PRIMEIRA GERAÇÃO: OS PIONEIROS

A Primeira Geração de autores que produziram sobre o estado do Paraná aproximava-se significativamente do modelo proposto por Von Martius para a escrita da História no Brasil. É fundamental contextualizar esse período para compreender as primeiras narrativas históricas e sua relação com as diretrizes definidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em meados do século XIX.

De acordo com as reflexões de Guimarães (1988, p. 17), “o projeto de escrita da história nacional deveria dar conta da totalidade, contemplando a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos”. Foi nesse sentido que, em 1840, o IHGB, propôs um concurso para

escolher a tese que melhor elaborasse um plano para escrever a História do Brasil. O texto premiado em 1847 foi o do alemão Von Martius. Assim, foi sua tese definiu as diretrizes para um projeto historiográfico nacional, que buscava estabelecer uma identidade específica para a nação em construção. Segundo o autor da tese, a historiografia produzida no Brasil deveria mostrar a mistura das três raças, que constituem as matrizes culturais formadoras da nação brasileira (Guimarães, 1988, p. 16).

Em sua tese, Von Martius argumentou que a narrativa histórica deveria abordar aspectos formadores do país, com destaque para os grupos étnicos que, em sua interpretação, constituíam a nacionalidade brasileira (Sabchuk, 2020, p. 80). Ele propôs valorizar os indígenas ao integrar seus conhecimentos à história nacional e enfatizou o papel civilizador dos brancos, especialmente os bandeirantes e as ordens religiosas. No entanto, o negro recebeu pouca atenção, sendo visto como um elemento que dificultava o processo civilizador.

Guimarães (1988, p. 17) analisa criticamente essa perspectiva:

O texto de Von Martius propõe uma forma de tratar cada um dos três grupos étnicos formadores, a seu ver, da nacionalidade brasileira, e inicia valorizando os estudos relativos aos indígenas, com a perspicua de integrar à história nacional os conhecimentos por eles veiculados. Certamente a atuação do elemento branco, através de seu papel civilizador, será particularmente sublinhada, resgatando especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas nesta tarefa desbravadora e civilizatória [...]. Do seu ponto de vista, o indígena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade - neste ponto o autor toma o exemplo dos mitos sobre os cavaleiros medievais no espaço europeu. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. O negro obtém pouca atenção de Von Martius, reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção da história nacional: a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização (Guimarães, 1988, p. 17).

Francisco Adolfo Varnhagen (1907) concretizou a tese de Von Martius ao publicar a primeira História Nacional, dando forma a um projeto historiográfico alinhado a interesses políticos, econômicos e sociais do período. Revisitar essas primeiras produções historiográficas da História do Brasil permite compreender como certos temas e abordagens foram incorporados nas narrativas regionais do Paraná, especialmente quando o estado ainda buscava sua emancipação de São Paulo.

Neste período, escrever a História do Brasil exigia narrativas que integrassem as particularidades regionais a um projeto nacional, evitando conflitos entre o geral e o particular (Gontijo, 2009, p. 56). A partir da década de 1870, teorias científicas europeias passaram a subsidiar explicações para a diversidade racial no país, justificando desigualdades e projetos de progresso baseados na mestiçagem e no embranquecimento da população.

As teorias científicas europeias naturalizaram diferenças socioculturais, associando características físicas a atributos morais para justificar o atraso social de certos grupos e propor estratégias de organização nacional. Essas ideias reforçavam a desigualdade racial e a superioridade do homem branco, frequentemente afirmadas pela intelectualidade da época (Gontijo, 2009, p. 57). A escrita da história estava vinculada a um ideal de progresso que buscava a eliminação das diferenças raciais por meio da mestiçagem.

Foi no início do século XX, com a Proclamação da República, que surgiu uma nova visão da identidade nacional, incorporando atores anteriormente ignorados. Estudiosos como Capistrano de Abreu e João Ribeiro promoveram uma concepção moderna do tempo histórico, destacando a atuação do povo como sujeito. Essa mudança marcou o início de uma historiografia moderna no Brasil, alinhada aos ideais republicanos e preocupada com questões político-culturais (Gontijo, 2009, p. 58).

No Paraná, Romário Martins desempenhou um papel semelhante ao de Varnhagen na História Nacional, estabelecendo os fundamentos da História Regional (Marchette, 2013, p. 107) e colocando-os no papel. Suas obras seguem princípios positivistas, exaltando o progresso e os ideais de grandeza moral, intelectual e material. Martins também demonstrou preocupação em abordar as matrizes étnicas formadoras da nação brasileira, dedicando atenção especial aos indígenas em suas narrativas.

A análise da Primeira Geração de autores paranaenses revela a influência do modelo historiográfico nacional de Von Martius e Varnhagen. Essas primeiras narrativas refletem as tensões entre o universal e o regional, buscando integrar as especificidades locais a um projeto nacional. Ao valorizar os indígenas como parte da formação nacional, ainda que de forma limitada e subordinada ao papel civilizador do branco, essas obras lançaram as bases para a construção da historiografia regional. Contudo, permanecem marcadas por ideologias que justificavam desigualdades raciais e sociais, refletindo os desafios da historiografia de seu tempo.

1.3.1 Romário Martins e a “História do Paraná”

Alfredo Romário Martins, nasceu em 8 de dezembro de 1874, era o único filho de um casal de viúvos. Ele estudou no Colégio Curitibanos, sendo contemporâneo de outros futuros nomes conhecidos da sociedade curitibana, como: Ermelino Agostinho de Leão, João Pernetá, Júlia Wanderley e Arthur Martins Franco.

De acordo com pesquisas sobre o autor e a sua atuação no Museu Paranaense, desenvolvidas por Cíntia Braga Carneiro (2013, p. 71), com apenas 14 anos, Romário Martins

ficou órfão de pai e se viu obrigado a trabalhar. Ele começou atuando como aprendiz de tipógrafo no Jornal “19 de Dezembro”, em 1889, em seguida foi convidado a trabalhar com o Vicente Machado no Jornal “A República” (local que mais tarde, se tornou redator chefe). Também trabalhou em outros jornais, como no “15 de Novembro”, no “Correio Oficial”, no “Diário do Comércio”, na “Folha Nova”, na “Federação” e na “Companhia Impressora Paranaense” (Carneiro, 2013, p. 71).

Além de sua atuação na imprensa, Romário Martins ocupou diversos cargos públicos, que ilustram sua inserção nos espaços de poder da época. Em 1892, colaborou com a Superintendência de Ensino Público; em 1900, foi nomeado Superintendente de Ensino Público; entre 1902 e 1928, dirigiu o Museu Paranaense; foi Deputado Estadual, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; e, em 1905, exerceu o cargo de Prefeito de Curitiba por cerca de oito meses. Outros cargos incluem a direção do Departamento de Agricultura do Paraná. Em 1933, após 35 anos de dedicação ao serviço público, aposentou-se, mas continuou ativo em sua atuação intelectual (Oliveira, 2001, p. 187).

Romário Martins estava profundamente conectado aos círculos da elite ervateira, que desempenhou um papel crucial na construção da identidade regional paranaense. Essa elite patrocinou iniciativas culturais, incluindo o Movimento Paranista, do qual Martins foi um dos principais idealizadores (Córdova, 2007, p. 171). Imerso nesse ambiente intelectual, começou sua produção literária, publicando um livro de poesias em 1893 e outro sobre socialismo em 1895, demonstrando suas preocupações sociais e defesa de uma sociedade mais igualitária.

Foi com o folheto “Combate do Cormorant” (1898) e, especialmente, com a publicação de “História do Paraná” (1899) que Romário Martins se consolidou como historiador. Segundo Brasil Pinheiro Machado, com o qual concordamos, esta obra é um marco fundador da História Regional do Paraná, ao tratar da comunidade paranaense em sua relação com o meio geográfico (Machado, 1974, p. 43). Após essa publicação, Martins associou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e fundou o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGPR) em 1900, consolidando sua influência no campo historiográfico.

O período em que Romário Martins atuou foi marcado por esforços para incluir o Paraná no projeto nacional do IHGB, que buscava construir narrativas unificadoras sobre o passado brasileiro. A historiografia da época valorizava a história política e diplomática, com pouca ênfase na pesquisa e ausência de discussões teóricas. As narrativas eram influenciadas pelo empirismo positivista, destacando agentes políticos, militares e diplomáticos, e procuravam integrar a diversidade regional em um Brasil único e indivisível (Falcon, 2001).

As ideias de raça e mestiçagem, defendidas pelo IHGB, também permeavam as narrativas da época. Inspirado pelos ideais de Von Martius, Romário Martins destacou o papel do indígena e do negro na formação da identidade paranaense, ainda que de maneira limitada e dentro das concepções de seu tempo. As iniciativas de educação agrícola, por exemplo, buscavam inserir o caboclo na sociedade, enquanto os estudos etnológicos reforçavam a mestiçagem como um elemento legítimo da identidade regional (Javorski, 2019, p. 37-38).

Romário Martins foi um autodidata em sua produção intelectual, o que influenciou o caráter de suas obras. Sua vasta produção incluiu artigos, livros e folhetos, além de sua atuação como diretor do Museu Paranaense e participação em instituições culturais como a Fundação Cultural, o Centro Paranaense de Letras e o Círculo de Estudos Bandeirantes. Embora suas narrativas seguissem os padrões da historiografia de seu tempo, carecendo de critérios metodológicos e aprofundamento historiográfico, seu pioneirismo na abordagem de temas ignorados por outros pesquisadores merece destaque (Pereira, 1996, p. 109).

Não obstante seus equívocos, Romário Martins foi um dos primeiros a incluir o indígena e o negro como contribuintes para o desenvolvimento do Paraná. Ele reconhecia a importância dessas “raças” na formação do povo brasileiro, o que era incomum em sua época. Por isso, esta pesquisa propõe um estudo mais detalhado de sua obra *História do Paraná*, buscando identificar de forma concreta como o indígena foi representado em suas narrativas.

1.3.1.1 A obra *História do Paraná* e o indígena

A obra *História do Paraná* de Romário Martins foi publicada pela primeira vez em 1899, tendo sido reeditada em 1937, 1953 e 1995, sempre com o apoio do Governo. Considerada uma obra canônica, trata-se da primeira tentativa de compilar toda a *História do Paraná* em um único volume. Originada de uma monografia apresentada ao Ginásio Paranaense, a obra foi adotada como material oficial nas escolas estaduais por longo período, tornando-se a principal referência histórica para boa parte da população paranaense.

Conforme análises do historiador Iurkiv (2002, p. 126-128), as edições da obra apresentam diferenças significativas em termos de conteúdo e extensão. A primeira edição contava com cerca de 250 páginas, enquanto a segunda, publicada em 1937, foi revisada e ampliada para aproximadamente 500 páginas. Apesar das mudanças, todas as edições mantiveram um estilo narrativo predominantemente jornalístico e informativo, marcado pela organização sequencial e abrangência de períodos e localidades da história paranaense. Essa característica estilística reflete a trajetória profissional de Romário Martins como jornalista.

A fonte documental utilizada nesta pesquisa foi a terceira edição de sua obra, publicada em 1953. Essa edição é considerada a versão final do autor, uma vez que a edição de 1995 não passou por sua revisão. A análise dessa edição permite compreender como as narrativas e concepções historiográficas de Romário Martins moldaram muitas das interpretações históricas ainda presentes no Estado, mesmo quando algumas carecem de embasamento documental sólido.

Ao explorar algumas outras obras publicadas de Romário Martins, que trataram de aspectos da ocupação e formação da população, ao longo da História do Paraná, em específico do Planalto Curitibano, foi possível encontrar narrativas muito semelhantes às presentes no “História do Paraná”. Até mesmo na forma de tematização para organização dos sumários, é como se a versão final de 1953 fosse um compilado de suas obras anteriores. Por isso, trata-se de um livro mais completo que recebeu mais atenção nesta investigação.

A título de exemplo da afirmativa do parágrafo anterior, tendo por referência “História do Paraná” de 1953, o livro “Bandeiras e Bandeirantes em terras do Paraná” (1921) aproximou-se do capítulo VII, enquanto “Curitiba, histórico de sua fundação” (1908) é muito semelhante ao capítulo X. Já o “Quantos Somos e Quem Somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná” (1941) trouxe aspectos muito próximos ao que o autor apresentou nos capítulos IV e XIV, intitulados “Os Fatores Étnicos Fundamentais” e “Os Novos Fatores Étnicos”. Foi justamente esta estrutura que consolida a ideia de que “História do Paraná” seria a sua obra mais abrangente e completa.

A obra de Romário Martins reflete sua concepção de história, fortemente influenciada pelos ideais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pela tese de Von Martius. Martins defende uma história nacional baseada na construção de uma identidade singular, fundamentada em um passado comum que conectasse as diversidades regionais.

Um aspecto marcante é sua preocupação em afirmar a territorialidade do Paraná, compartilhada pela elite regional que buscava consolidar a autonomia do Estado. A instabilidade territorial enfrentada pelo Paraná, como a disputa de limites com Santa Catarina, motivou a elite local a criar um imaginário coletivo que unisse a população em torno de uma identidade paranaense. Nesse contexto, o papel de historiador foi utilizado como uma ferramenta para marcar os limites territoriais e atribuir historicidade ao jovem estado.

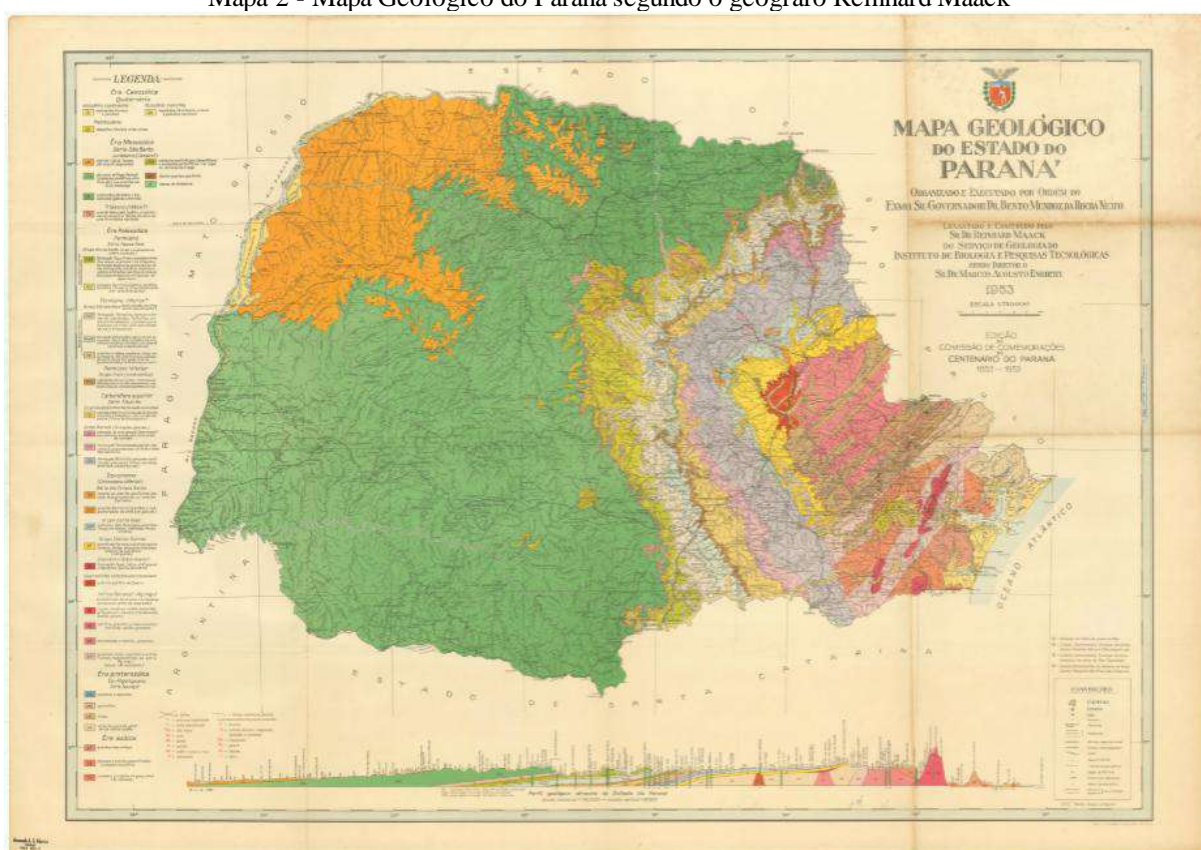
Desde o início da obra, o autor indica sua compreensão de que as circunstâncias que definem o meio físico de um país exercem influência, por vezes decisiva, em seu destino, revelando seu apreço pelos determinismos, como o geográfico. Em seguida, ele faz referência ao relevo, utilizando a classificação geológica difundida na época pelo geólogo e naturalista

Reinhard Maack. De acordo com essa classificação o relevo do Paraná seria dividido da seguinte forma: Litoral e Serra do Mar; Primeiro Planalto - de Curitiba; Segundo Planalto - de Ponta Grossa, separados pelas escarpas devonianas da Serra de São Luiz do Purunã; Terceiro Planalto - de Guarapuava, que compreende as elevações eruptivas da Serra da Esperança até as margens do Rio Paraná.

Essas informações geográficas são relevantes para compreender o contexto e o espaço em que a História do Paraná se desenvolve, estabelecendo uma conexão entre o meio físico e o destino do estado. Além disso esta nomenclatura estará presente em muitas narrativas históricas que apareceram ao longo deste estudo, em contraponto a utilizada atualmente pelo IBGE, apresentada no início do Capítulo para apresentar a localização de SJP e na RMC.

A obra de Romário Martins buscou situar o Paraná dentro dessas características geológicas do Estado, conforme pode-se observar com mais detalhes, no Mapa Geológico do Paraná, publicado em 1953, nas comemorações do Centenário do Paraná, que foi produzido pelo Serviço de Geologia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, resultado de expedições de reconhecimento e perfilagens do território regional, sendo um marco devido ao seu grau de detalhes:

Mapa 2 - Mapa Geológico do Paraná segundo o geógrafo Reinhard Maack



Fonte: Instituto Água e Terra ([n.d.])

No contexto desta pesquisa, pretende-se voltar a atenção ao que foi denominado como Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, de acordo com a classificação proposta por Reinhard Maack e mencionada no livro *História do Paraná*. No entanto, é importante lembrar que atualmente, de acordo com a classificação do IBGE, essa região é chamada de Região Metropolitana de Curitiba.

O livro “*História do Paraná*” (Martins, 1953) foi organizado em vinte capítulos, nos quais o autor aborda questões como o meio ambiente, a posse da terra, os indígenas, os caminhos, os ciclos econômicos, a administração e a organização provincial. No primeiro capítulo, Romário Martins (1953) inicia com uma descrição minuciosa de rios, afluentes e bacias hidrográficas. No segundo capítulo, ele trata das populações indígenas, apresentando-as quase como parte da paisagem. Martins identifica os grupos que habitavam o Paraná na época, organizando-os em três “tribos indígenas”³:

Os Tupís: Guaranís; Tinguís; Carijós; Caiguás; Guaianás; Guarapiabas; Guapuras; Mimos; Chiquis; Teminimós; Mbiazais; Abapanis; Tabacais; Aboipitans; Jaguaúes; Araxis; Ninguarús; Cuminunguaras; Itacuras; Itaquébas; Hindós; Tarapopês; Arés; Biturunas; Pinarés; Ibiticois; Tupiniquins; Ibiticurús; Itambaracás; Camperos; Guapuás; Chovas; Cheripás; Biopébas; Pés Largos; Chiringuanas; Papagaios; Guapaús; Guanaós; Itatins. [...] **Os Crêns:** Caingang; Camés; Votorões; Dorins; Cairucrês; Chocrês; Corutons; Chavantes; Cabeludos; Ubirajaras; Gualáchos. [...] **Os Gés:** Botocudos (Martins, 1953, p. 31-45).

Dentre os povos indígenas apresentados por Martins, alguns viviam, segundo ele, na região que estamos investigando, como os grupos de Guarani. Outro grupo, aparece com frequência nos seus relatos do autor é o povo Tinguí:

Dominavam, no século do descobrimento do sertão, os campos de Curitiba, a partir da encosta ocidental da Serra do Mar (São José dos Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Araucária, Tamandaré, Colombo, Campina Grande e Rio Branco). Os Tinguís (“Tin” “guí” – nariz afilado) não hostilizavam os aventureiros pesquisadores e exploradores de ouro que se estabeleceram com os arraiais no Atuba e na chapada do Cubatão, inícios da formação de Curitiba [...] Seus mestiços ainda constituem em parte da população de vários municípios acima citados e se ufanam de sua ascendência [...] Tinguiguera é a antiga denominação da atual vila de Araucária, que quer dizer buraco Tinguí, pois estes índios tinham suas habitações em covas abertas no chão, em pleno campo. Os mapas espanhóis os denominavam de *Mbiazais*, localizando-os nas mesmas posições indicadas acima (Martins, 1953, p. 31-45).

A menção do povo Tinguí, conforme relatado por Martins, desempenha um papel significativo na compreensão de uma história local articulada com os mitos de criação de algumas cidades no Paraná, principalmente as da RMC. Um exemplo, seria a cidade de

³ Nesta parte do texto, iremos adotar a grafia das palavras conforme a fonte em questão, no entanto, os padrões de escrita serão problematizados em outro oportuno momento.

Araucária, que era conhecida como “buraco do Tingui” de acordo com o autor, ou, da cidade de Curitiba, que também possui uma história de criação relacionada a um líder indígena chamado “Tinguiguera”. Essas referências indígenas na toponímia das cidades remeteriam a importância do povo Tingui na memória e na identidade regional (GRECA, 2016, p. 35).

Quanto aos Mbiazais, Martins (1953) mencionou que eles apareceram nos mapas espanhóis e dominavam a região ocidental da Serra do Mar, incluindo parte do território de São José dos Pinhais. É interessante notar que os Mbiazais são relacionados pelos espanhóis aos Tingui, o que indicaria uma conexão ou sobreposição entre esses grupos indígenas.

Outro grupo mencionado por Romário Martins são os Cabeludos, da “tribo” Crêns, que habitavam as nascentes do rio Iguaçu, nos campos de Curitiba e São José dos Pinhais. Segundo o autor, os portugueses deram o nome Cabeludos aos indígenas da “tribo dos Ubirajaras”. São informações que evidenciam a presença de diferentes grupos indígenas na região e sua relação com os nomes atribuídos pelos colonizadores europeus.

Ubirajara é a denominação dada pelos Tupis aos índios chamados Bileiros e Caceteiros, pelos portugueses. Capistrano de Abreu (O Descobrimento do Brasil, 34) chama-os todos de Caiapós. Dada a incontestada autoridade deste autor, classificamos estes povos no grupo Crên de Martius, que corresponde ao grupo Caiapó de Von Stein (Martins, 1953, p. 41).

Ressalta-se que as informações fornecidas por Romário Martins são baseadas em sua pesquisa e perspectiva histórica do século XIX, em um contexto em que o conhecimento sobre os povos indígenas era limitado e muitas vezes baseado em estereótipos e visões eurocêntricas. Quanto às nomenclaturas específicas mencionadas por Romário, como Tingui, Mbiazais e Cabeludos, seria válido questionar a origem desses nomes e como ele os obteve para elencá-los em seu livro.

Em um artigo, para um evento do Grupo de Trabalho da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 1995, a pesquisadora Cecília Maria Vieira Helm, propôs uma análise mais minuciosa, sobre como os povos indígenas apareceram na obra do Martins (1953), no capítulo dedicado a “distribuição geográfica dos povos indígenas”. Ela comentou que as nomeações atribuídas aos Guarani, por exemplo, foram fundamentadas nas descrições do Cabeza de Vaca (1987), dos padres espanhóis da Companhia de Jesus e dos bandeirantes. O autor, por exemplo, arrolou o povo Carijó como distinto do Guarani, quando na realidade, o povo Guarani era conhecido como Carijó ou Carió.

Helm também identificou que denominações presentes em documentos anteriores ao século XIX, como “Guaianás”, foram substituídas em registros mais recentes por termos como “Coroados”, “Caingangues” e “Kaingang”. Essas classificações, que Martins agrupou sob o

termo “Crêns”, derivam diretamente das propostas de Von Martius, reforçando o caráter geográfico dessas categorias. Além disso, Martins adotou as denominações de clãs, como “Kamé” e “Kaíru”, tratando-os como povos distintos, sem considerar a autodenominação indígena (Helm, 1995, p. 5).

Apesar das limitações, nós, assim como Helm reconhecemos a relevância do trabalho de Martins para sua época. Sua tentativa de sistematizar os “Crêns” como parentes aproxima-se dos estudos linguísticos e antropológicos realizados posteriormente, especialmente no que diz respeito à localização e percepção das migrações dos povos no sul do Brasil.

No capítulo “Posse da Terra”, Martins trata da colonização e afirma que a chegada do Governador Geral das Minas, Ébano Pereira, marcou o início dos “tempos históricos” (Martins, 1953, p. 60). Essa declaração reflete uma visão eurocêntrica, que desconsidera as complexas histórias pré-coloniais dos povos indígenas. Manoela Carneiro da Cunha problematizou o uso dessa perspectiva de maneira bastante eloquente:

A história dos povos indígenas no Brasil está mudando de figura. Até os anos 1970, os índios, supunha-se, não tinham nem futuro, nem passado. [...] Os historiadores, afeitos a fontes escritas – e escritas por seus atores – hesitavam ainda em pisar nas movediças areias da tradição oral ou de uma documentação sistematicamente produzida por terceiros: missionários, inquisidores, administradores, viajantes, colonos, intermediários culturais, em suma, com interesses próprios e geralmente antagônicos das populações descritas. [...] Os índios, no entanto, têm futuro: e, portanto têm passado. Ou seja, o interesse pelo passado dos povos indígenas, hoje, não é dissociável da percepção de que eles serão parte do nosso futuro (Cunha, 2009, p. 125).

Na sequência Martins (1953) tratou das Reduções da Companhia de Jesus, porém, no recorte regional adotado nesta pesquisa não houve as povoações “índio-cristãs”. No capítulo dedicado aos caminhos históricos, também fez pouca, ou quase nenhuma referência aos indígenas. Por mais que alguns destes caminhos fossem utilizados ancestralmente por grupos indígenas, as menções do autor, basicamente remetem a toponímia do nome do caminho ou menciona que era por onde os indígenas se comunicavam (Martins, 1953, p. 87).

O capítulo VI, intitulado “Fatores Étnicos Fundamentais”, ele organizou em três etnias, claramente inspirado na proposta de escrita da história do von Martius: os Índios Selvagens; o Colonizador Ibérico; o Africano Escravizado. Ficou evidente os papéis atribuídos a cada grupo étnico, os indígenas que deveriam ser integrados à história nacional, o europeu branco como civilizador e o negro recebendo pouca atenção, como escravo (Guimarães, 1988, p. 17).

Para falar dos indígenas, no capítulo VI, o autor utiliza a expressão “Os Índios Selvagens” e começa tratando de sua origem no continente americano. Segundo ele, ainda não havia consenso se os indígenas eram autóctones ou resultado de uma migração. O autor também

comentou que, por mais diferentes que possam parecer, um estudo mais aprofundado permitiria ter certeza de que todas as populações espalhadas pelo continente se reduziram a uma única raça (Martins, 1953, p. 105).

Ele descreveu a população indígena, tratando-a como aborígine em alguns trechos, na ocasião do descobrimento. Em seguida, ele se debruçou nas especificidades de alguns grupos étnicos, organizando a narrativa em três partes:

- 1) Na primeira parte, o autor apresentou a cosmogonia e religiosidade dos “tupis”. Destacou que seu sacerdote era o *pajé*, que não era um bruxo ou feiticeiro. mencionou que eles viviam da caça e coleta de frutos silvestres. Possuíam uma cultura artística e industrial elevada. Utilizavam tubérculos nativos como batata e mandioca, além de fabricarem farinhas e utilizarem o milho. Eles também tinham conhecimento sobre plantas medicinais para fazer fermentados e remédios, fabricação de instrumentos de caça e pesca, conhecimento de higiene, cerâmicas e o alcance da língua tupi. O autor considerava que seus conhecimentos científicos, embora baseados em puro empirismo, denotam uma profunda observação da natureza e alcançam realizações admiráveis, como na botânica e astronomia. Além disso, destacou o domínio do fogo obtido facilmente através da fricção da madeira (Martins, 1953, p. 105-111).
- 2) Na segunda parte, Martins (1953) destacou que o território hoje paranaense não era habitado apenas pelos tupis-guaranis e suas variedades etnográficas, mas também por grupos dos “Crêns (Caingangos e suas variedades)” e pelos “Gês (Botocudos)”. Ele caracterizou os “Caingangos” como “índios” bem conformados fisicamente, francos, alegres, conservadores e hospitaleiros. mencionou que eles gostavam de criar galinhas brancas e pintadas, domesticar bichos e aves silvestres, sendo o cão seu animal favorito. Viviam da caça, pesca, coleta de mel e frutas, além de plantarem milho e feijão. Produziam armas como arco, flechas e facas, acreditavam em uma divindade chamada “Tupan” e viviam em grupos de 50 a 100 pessoas. Eram poligâmicos, não possuíam habitação permanente e mudavam-se constantemente para lugares onde houvesse abundância de caça e frutos. Fabricavam poucos instrumentos de uso doméstico. O autor descreveu também suas indumentárias, jogos e diversões (Martins, 1953, p. 112-117).
- 3) Na terceira parte, o autor apresentou características dos Botocudos, considerados os prováveis descendentes dos humanos pré-históricos. Martins (1953) os chamou de “terceiro elo das raças sem história que habitavam nosso país” (Martins, 1953,

p. 122). Ele faz algumas considerações sobre a pré-história brasileira para contextualizar a ancestralidade dos Botocudos e comentou o território que habitavam. Descreveu seus adornos, especialmente o botoque, e suas armas, geralmente arcos e flechas com pontas de ferro ou madeira. Mencionou que costumavam cremar seus mortos e não conheciam o direito à propriedade. Eles matavam cavalos e burros, cuja carne apreciavam, pilhavam as roças de milho e tinham interesse por objetos de ferro, com os quais faziam pontas para flechas e lanças. O autor os descreveu como astutos, sagazes e notáveis fisionomistas, além de possuírem uma paciência e perseverança admiráveis (Martins, 1953, p. 117-125).

Na primeira parte do Capítulo IV, o autor buscou destacar os indígenas como o primeiro grupo étnico na formação do estado, o que chamou a atenção, indicando uma preocupação específica de Martins, pois, de forma geral, no projeto de modernidade paranaense, havia uma ênfase na valorização do imigrante europeu e um ocultamento de outras etnias (Iurkiv, 2002, p. 129). No Capítulo VI, ele tratou rapidamente do “Colonizador Ibérico” e, de forma ainda mais breve, do “Africano Escravizado”. Nessa parte, ele ainda se deteve em esmiuçar aspectos da miscigenação, tema relevante na época, quando apresentou os tipos antropológicos resultantes dos cruzamentos da raça negra com brancos e amarelos: mulato (branco e negro), caboré (índio e negro), xibáro (caboré e negro) e curiboca (índio e caboré).

No capítulo seguinte, o autor abordou as “Bandeiras e Bandeirantes”, os indígenas aparecem nas narrativas como membros das expedições e, também, como informantes ou guias dos bandeirantes, uma vez que seus conhecimentos eram fundamentais para o avanço das expedições. Em alguns momentos, o autor destacou a captura e os ataques das expedições às aldeias indígenas, como ocorreu em Guairá (Martins, 1953, p. 143). Em relação às expedições na região que é o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, o planalto curitibano, Martins tratou da expedição de Ébano Pereira em 1649, o fundador dos arraiais que deram origem a Curitiba. Nessa parte da narrativa, o autor não menciona explicitamente a presença ou participação dos indígenas nas expedições.

O Capítulo X de “História do Paraná” (Martins, 1953) aborda o “Povoamento do Litoral e do Planalto” e revela um padrão narrativo que reflete as perspectivas historiográficas da época e que se reproduzem em discursos institucionais até os dias atuais. Martins observa que a região já era conhecida pelos bandeirantes, que utilizavam caminhos indígenas para explorar o território em busca de ouro e para capturar “índios”. No entanto, ele destaca que essas incursões não tinham a intenção de povoar a região (Martins, 1953, p. 204).

O autor atribui o início do povoamento ao grupo liderado por Ébano Pereira, embora ressalte a dificuldade em estabelecer uma data precisa para esses eventos. Martins organiza sua narrativa de forma cronológica, destacando a “Elite Seiscentista” e outros grupos, descritos como:

Haviam grupos de aventureiros errantes arraialados nas regiões auríferas, ao sabor dos descobrimentos e das explorações, provindos dos primeiros dias da história da mineração; os gaúchos nômades, índios e mestiços, gente egressa de bandeiras e de outros centros da população paulista; e os índios “administrados” peças do gentil da terra como diziam os povoadores (Martins, 1953, p. 209).

Essa descrição reflete a visão predominante de sua época, os indígenas são reduzidos a “peças” no contexto colonial, sem destaque para suas agências históricas ou culturais.

No mesmo capítulo, o autor destacou que foi exatamente a falta de repressão desses elementos “perturbadores” da vida do grupo “ordeiro e patriarcal” que compunha os pioneiros do território curitibano, juntamente com a dificuldade de manter a harmonia dentro das convenções da sociedade pacífica, que motivou a elevação do povoado a vila. Essa elevação tinha como objetivo estabelecer a justiça para alcançar a “paz, tranquilidade e bem-estar do povo” (Martins, 1953, p. 210).

A citação da carta de 1721 do Ouvidor Geral Rafael Pires Pardinho ao Rei complementa essa narrativa. A carta menciona que a povoação, habitada por pessoas “um tanto fora da lei e dos bons costumes”, existia há cerca de 80 anos e abrigava 200 casais e mais de 1400 confessados na fé (Martins, 1953, p. 210).

A narrativa de Martins atribui aos indígenas um papel periférico e funcional no povoamento, geralmente vinculando-os à toponímia e à contribuição com trabalho nos currais. Embora ele reconheça os indígenas como uma das “três raças elaboradas da nossa história”, sua presença nas narrativas posteriores diminui progressivamente, especialmente após o Capítulo XV, quando desaparecem dos eventos históricos mencionados.

O autor também discute a origem do nome “Curitiba”, conectando-o à abundância de Araucária Angustifolia nos arredores da cidade. Ele cita Saint-Hilaire, que interpreta o termo como “reunião de pinheiros” em guarani. No entanto, ao consultar o “Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena (2008)”, é possível observar outras traduções para *curi* e *tiba*,

sugerindo que o nome pode não estar exclusivamente associado às Araucárias⁴ (Chiaradis, 2008, p. 219).

Um elemento curioso do Capítulo X é a lenda da criação da cidade, que teria sido narrada por Saint-Hilaire. Segundo essa lenda, uma imagem de Nossa Senhora da Luz teria indicado o local onde os colonos deveriam se estabelecer, levando-os a fundar o novo centro (Saint-Hilaire *apud* Martins, 1953, p. 212). Nesse mesmo capítulo do livro, encontra-se uma das lendas sobre a criação da cidade de Curitiba:

Na época da minha viagem, todo mundo contava nessa cidade que os primeiros habitantes da região se estabeleceram em um primeiro num lugar chamado Vila Velha, que é mais próximo a Serra de Paranaguá e onde construíram somente palhoças. Não sei se sua estadia nesse lugar tinha inconveniente para eles, mas aí não ficaram por muito tempo. Segundo uma antiga lenda a imagem de nossa Senhora da Luz, padroeira, tinha todas as manhãs os olhos voltados para o lugar que hoje Curitiba ocupa e foi por esta razão, segundo a lenda que os colonos para ali se transportaram. Por si mesmos eles proclamaram cidade, aliás vila, seu novo centro (Saint-Hilaire *apud* Martins, 1953, p. 212).

Nesta parte da obra Martins (1953) destacou alguns comentários de Saint-Hilaire sobre os moradores de Curitiba, pois segundo ele, em nenhuma outra parte do Brasil os habitantes pronunciavam o português tão bem, sem alteração, o que revelaria a mistura das raças. Além disso, possuíam maneiras agradáveis e fisionomia aberta, nada de tom sarcástico de humor que tornaria os comerciantes e seus empregados da capital do país desagradáveis. As mulheres teriam os traços mais delicados que as das outras partes do Império por onde ele havia viajado, elas se escondiam menos e conversam com mais desenvoltura (Marins, 1953, p. 213).

Nos capítulos seguintes, o autor foca na economia rural e na "Militaria", relegando os indígenas a um papel subalterno ou invisível. Essa abordagem reflete o imaginário historiográfico da época, que priorizava as contribuições dos colonizadores e imigrantes europeus, ao mesmo tempo que ignorava ou minimizava a agência histórica dos povos originários.

As observações de Saint-Hilaire quando esteve em Curitiba também foi fonte para Romário Martins enaltecer aspectos da população que na época eram considerados virtuosos, como o fato da elite representativa do Paraná ser isenta de mestiçagem, mencionando, pois em

⁴ Em consulta ao Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena (2008) observou-se que os termos podem ter mais de uma tradução, pois em Tupi-Guarani: a) *curi* seria pinhão, pinheiro e *tiba* (igual a *tuba*) lugar abundante em pinheiral; b) *curi* seria igual a argila vermelha e *tiba* (igual a *tuba*) abundante em; c) *curi* seria igual a *guri*, que significa bagre e, *tiba* (*tuba*) lugar abundante (Chiaradis, 2008, p. 219).

suas anotações o viajante que afirmava não encontrar em nenhuma parte do Brasil tantos homens verdadeiramente brancos, sem sinal de mistura de raças.

A partir do Capítulo XV, a presença dos indígenas diminui ainda mais das narrativas, chegando a desaparecer nos relatos de Martins (1853). Eventos históricos posteriores, como a “Propaganda da República”, a “Organização da Província”, a “A organização da Província”⁵, a “Organização do Estado” e “Administradores Públicos”, não mencionam mais a presença indígena. O reconhecimento da importância dos povos indígenas na composição étnica da população paranaense por parte de Romário Martins, pode ser considerado de vanguarda, uma vez que até então, se tinha cristalizado no imaginário a ideia de que havia um vazio demográfico, principalmente no oeste do estado (Mota, 1994).

Romário Martins e seus contemporâneos retratavam o Paraná como um lugar de convivência harmoniosa entre diversos grupos étnicos, que viviam em “cooperação e fraternidade”. Essa perspectiva influenciou os estudos de História do Paraná e é reproduzida em discursos institucionais, como os do município de São José dos Pinhais, conforme exemplos do início do Capítulo.

A análise de “História do Paraná” revela que Romário Martins (1953) desempenhou um papel significativo na consolidação de uma narrativa histórica regional, mesmo que a obra apresente limitações metodológicas e epistemológicas próprias de sua época. Embora sua contribuição seja alvo de discordância entre pesquisadores - sendo valorizada por uns e menosprezada por outros -, é inegável que sua presença política, literária e historiográfica está profundamente enraizada na construção do imaginário paranaense.

Romário Martins, ao lado de outros intelectuais de sua geração, foi pioneiro ao promover reflexões e iniciativas voltadas para a História Regional do Paraná, ainda que sua produção reflita o viés eurocêntrico predominante no início do século XX. Suas obras, especialmente “História do Paraná”, funcionaram como referência durante décadas e foram amplamente reproduzidas, muitas vezes sem revisões críticas ou atualizações que considerassem avanços historiográficos e novas perspectivas.

Essa perpetuação de suas narrativas - frequentemente sem releituras ou problematizações - reforça a necessidade de estudos que revisitem a obra de Martins, identificando tanto seus méritos quanto suas lacunas. Tal revisão crítica é indispensável para

⁵ Apenas um breve comentário sobre a população de SJP em 1854 que era composta de brancos, pardos, mulatos e pretos. Ou seja, um entendimento de que não havia indígenas no território, apenas os mestiços.

compreender como essas narrativas ainda moldam discursos institucionais, escolares e culturais em diversos espaços sociais no Paraná.

Portanto, a análise extensa dedicada a “História do Paraná” justifica-se pela influência duradoura de Martins na historiografia regional e pela continuidade de sua narrativa em contextos contemporâneos. Nos próximos tópicos deste texto, será possível verificar como elementos originalmente descritos por Martins continuam a ser reproduzidos, muitas vezes sem considerar o impacto de novas interpretações historiográficas ou a inclusão de perspectivas mais abrangentes e inclusivas.

1.3.2 O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) desempenhou um papel importante na produção das primeiras narrativas históricas sobre o território paranaense. Fundado no início do século XX em Curitiba, seus membros fundadores eram geralmente indivíduos letrados da elite, incluindo Romário Martins, com formações em áreas como Medicina, Engenharia, Jornalismo, Direito e Militar (Corrêa, 2006). Embora não fossem historiadores profissionais, eles compartilhavam um interesse curioso e possuíam conhecimentos especializados em diferentes áreas.

O IHGPR seguia as linhas mestras propostas pelo IHGB, que por sua vez, tinha como inspiração o *Institut Historique* de Paris. O instituto parisiense, fundado em 1834, teve como objetivo sistematizar a História Oficial da França e concentrava em Paris um vasto volume de informações sobre diferentes partes do país, com o propósito de controlar e manter a ordem (Guimarães, 1988).

O surgimento do IHGPR coincidiu com outros movimentos identitários políticos e/ou culturais que ganharam força no Paraná no final do século XIX e início do XX. Esses movimentos estavam relacionados ao sentimento patriótico que foi reforçado pelas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil e do 47º aniversário da instalação da província do Estado do Paraná (Dias, 2019, p. 113)⁶.

A solenidade de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) ocorreu em 24 de maio de 1900, no salão da Biblioteca Pública do Paraná, nas dependências do antigo Clube Curitibano. De acordo com pesquisas de Corrêa (2006), a fundação do IHGPR foi

⁶ Para obter mais informações sobre esses movimentos, recomenda-se consultar estudos como de Souza (2002), Freitag (2002), Marchette (1998) e Bega (2001).

anunciada publicamente por meio do jornal “A República” em 1918, que divulgou uma lista de pessoas interessadas nos assuntos que o instituto pretendia abordar. Representantes da elite ervateira do Paraná foram convidados para a ocasião. Embora apenas seis pessoas estivessem fisicamente presentes na reunião de fundação, dezesseis membros se comprometeram a iniciar a sistematização da pesquisa histórica do estado, com o objetivo de obter documentos e estabelecer um método e uma racionalidade para a pesquisa histórica.

Apesar de ser uma instituição jovem, já em 1905 o IHGPR enfrentava dificuldades para se manter. Seu primeiro boletim foi publicado somente em 1906, com o intuito de promover a revitalização e reorganização do Instituto. Foi a partir dessa tentativa de revitalização que seus membros lançaram as bases para a escrita da História do Paraná. A publicação do boletim era vista como um avanço significativo para os membros do movimento, representando uma ação concreta na solução dos problemas relacionados à história e geografia do estado, bem como em outros campos correlatos, como etnografia e paleografia (Dias, 2019, p. 116).

O IHGPR compartilhava a proposta do IHGB de estabelecer uma história regional no Paraná, que o tornasse reconhecido tanto entre os seus próprios membros quanto em nível nacional, baseando-se especialmente nas ideias de progresso e desenvolvimento social. Para organizar suas atividades, o IHGPR formou comissões permanentes, com a função de desenvolver estudos sobre o Estado a partir de diferentes perspectivas. Foi criada uma Comissão de História, composta por Manuel Inácio Carvalho de Mendonça, Dário Veloso, Nilo Cairo, Cardoso de Gusmão e Costa Carvalho (BIHGPR, 1918, p. 6).

Nos primeiros trinta anos de existência, o IHGPR enfrentou dificuldades, como falta de recursos financeiros, sede para reuniões e regularidade nas publicações. Segundo o Estatuto do Instituto, seu objetivo era coletar, estudar, publicar e arquivar documentos que servissem à historiografia do Paraná, promovendo a divulgação desse conhecimento pela imprensa e pela tribuna (BIHGPR, 1917, p. 17-18).

Uma característica do período em que houve a fundação do Instituto era a ausência de ambientes universitários. Conforme observado por Dias (2019, p. 120), a atividade de escrita da história era vista como uma prestação de serviços à sociedade, de grande relevância, que visava posicionar seus autores em um lugar legítimo no panteão cívico da intelectualidade local e até mesmo brasileira. A fim de entender como este movimento se concretizou, foram analisados o conteúdo discursivo dos Boletins.

1.3.2.1 Os primeiros Boletins do IHGPR

Ao analisar o discurso historiográfico presente nos Boletins do IHGPR, evidencia-se que essas produções partiram de um lugar social específico, tanto no que diz respeito aos autores quanto aos objetivos e ao público-alvo. Como procedimento de pesquisa, atribuímos um sentido ao que Michel de Certeau (2002) denominou “Operação Historiográfica”.

Os membros do Instituto tinham como objetivo explorar e descobrir o Paraná, especialmente no que se referia à identidade paranaense. Para tanto, utilizavam os princípios da História Nacional estabelecidos pelo IHGB, buscando definir elementos identitários para a construção de um ideal de nação. Nesse contexto, o Instituto e seus Boletins posicionavam-se como espaços legitimados para a escrita de uma história autêntica do Paraná, conferindo a si mesmos o status de promotores de uma narrativa histórica “verdadeira”.

Essa abordagem historiográfica permitiu aos membros do Instituto reivindicarem um papel ativo na construção da identidade e do conhecimento histórico do Paraná, oferecendo bases para a afirmação de uma narrativa própria e contribuindo para a formação de uma consciência coletiva paranaense.

As publicações dos Boletins do IHGPR tiveram início em 1917. Segundo a pesquisadora Rosevics (2016), entre 1917 e 1925, foram publicados oito fascículos, totalizando 32 artigos. Alguns desses textos apresentavam informações obtidas em expedições exploratórias realizadas no território paranaense.

Ao longo do tempo, o Instituto passou por várias reorganizações. Em 1948, o Estatuto foi alterado, permitindo a escolha de Romário Martins como patrono e presidente perpétuo e mudando o nome da instituição para Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Dado que o foco desta pesquisa é investigar como a presença dos povos indígenas que habitavam a RMC, mais especificamente São José dos Pinhais, foi abordada na historiografia do Paraná, propôs-se uma análise das formas de registro dessas narrativas pelos intelectuais do Instituto. Assim, foram analisados os sumários dos primeiros Boletins do Instituto até o início da década de 1950, período que precede a profissionalização da História no Paraná e a transição para outros contextos sociais e acadêmicos.

Foram considerados os seguintes aspectos para análise dos sumários dos Boletins: 1º) a presença dos povos originários/indígenas na narrativa; 2º) o território retratado no texto deveria ser São José dos Pinhais, o Planalto Curitibano ou o Primeiro Planalto; 3º) a temporalidade abordada deveria ser anterior a Proclamação da República.

Como poucos artigos dos Boletins contemplavam simultaneamente os três critérios, foi estabelecido um quarto critério para a análise: a presença de pelo menos dois dos aspectos mencionados nas narrativas. Os dados podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 - Povos Originário da RMC nos Boletins do IHGPR entre 1917 e 1953

N./Vol.	Autor	Título e páginas	Período estudado	Considerações
1917/1	José Franco Grillo (Médico)	A Paleonthonologia (p. 168-181)	Desde a formação dos Planaltos.	Tratou das Ciências Naturais que enquanto elo natural que ligaria a História e a Geologia. Para isso, comentou sobre as eras geológicas do Paraná, inclusive na RMC. Explorou também aspectos dos vestígios da presença humana, que foram localizados em expedições e que ficaram preservados no Museu Paranaense.
1917/1	Barbosa Rodrigues (Naturalista)	Lendas, Crenças e Superstições (p. 197-220)	Não definido.	O autor defende, que um mito quase sempre daria origem a lenda, sendo que para alguns povos isso caracterizaria seu desenvolvimento moral. Ainda, segundo ele, na gentilidade não haveria lendas e sim crenças, pois, para eles não seria um conto, que deleita, sim uma verdade, que pode ser até normalizadora. Em seguida narra a lenda do Pahy-Tuna; da Yara; o Pirayaura.
1917/1	Relatório apresentado ao presidente Zacarias Góes de Vasconcellos, pelo então Chefe de polícia, Bacharel Antônio Manoel Fernandes Júnior. (p. 221-244)		1853	Envio de notícias sobre as cidades, vilas, freguesias e capelas em território paranaense. Apresenta inclusive dados sobre São José dos Pinhais, que teria então 810 fogos nos 20 bairros; abrigando 4600 indivíduos, entre eles: 2626 brancos, 992 pardos e mulatos, 972 pretos, sendo 365 escravos.
1917/1	Jayme Dortmund dos Reis (Diretor Interino de Instrução Pública)	Ligeiras Notas sobre Ethnologia Paranaense (p. 245-259)	Não definido.	O autor tratou da “evolução” do homem nascido no Paraná, em linhas gerais. Segundo o artigo, inicialmente teriam sido “as hordas de selvagens”; sua posterior união com os portugueses; com portugueses, espanhóis e africanos; entre os mestiços e os europeus da pequena migração; finalmente grande colonização. Assim, fraternizando todos os elementos, a fim de engrandecer o Paraná, que resultou no sucesso evolutivo que foi miscigenação.
1917/1	Ermelino de Leão (Político paranaense, foi presidente da	Curitiba em 1820 (p. 284-297)	1820	O autor tratou da origem de Curitiba, comentou sobre a população, recorrendo a descrição de Saint-Hilaire. Segundo o autor que em 1813 a população do município era de 42890 habitantes. O município então

	província do Paraná)			compreendia: Curitiba, São José dos Pinhais, Campina Grande, Colombo, Tamandaré, Bocayuva, Assunguy, Serro Azul e Araucária. Conforme dados do censo havia: 9 806 brancos, 4116 mulatos livres, 289 negros livres, 704 mulatos escravos, 1237 negros escravos.
1917/1	Barão de Capanema (Naturalista, engenheiro e físico brasileiro)	Investigações no Sertão Paranaense (p. 299-310)	A partir de 1532, com a chegada de Martins Afonso.	O autor narra o que observou durante sua estadia no território das Missões em 1887. Suas observações enfocam o sistema de viação em épocas remotas, que foram utilizadas por exploradores em contato com os indígenas que viviam na região. Menciona a região de Curitiba, porém, o enfoque maior é o território de Palmas e Guarapuava.
1918/2	John Henrique Elliot (Agrimensor, topógrafo, cartógrafo, desenhista e escritor)	Viagem de Exploração (p. 3-24)	1845	Apresenta o itinerário de viagem exploratória pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes pelo Paraná, por ordem do Barão de Antonina. As descrições estão mais vinculadas aos aspectos físicos da expedição, menos as pessoas que ocupavam tais espaços. Os indígenas são apenas mencionados e como “selvagens”.
1919 1925/3	Romário Martins (Jornalista e historiador)	Branco, Amarelo e Preto (p. 37-42)	Indeterminado.	No artigo Martins comentou sobre a formação étnica da população brasileira e paranaense, a partir das três matrizes étnicas e culturais que nomeiam o texto. Cada “raça” foi explorada seguindo as linhas mestras para escrita da História propostas pelo IHGB.
1951/5	Afonso José Matoso Botelho ⁷ (Escritor e filósofo).	Histórico da situação inicial e da evolução da Comarca de Curitiba até o aparecimento em Paranaguá.	XVIII	Tratou da fundação de povoações no litoral e no primeiro planalto, inclusive de SJP, que segundo o autor, surgiu as margens do Rio Iguaçu, como um arraial de mineração de ouro.
1953/6	Loureiro Fernandes (médico, antropólogo e etnógrafo) e Oldemar Blasi (Arqueólogo).	As jazidas arqueológicas do planalto paranaense. (p. 67-86)	Pré-colonial	Descreve um trabalho que foi apresentado no III Congresso Regional de História e Geografia Regional do Paraná, que chamaram a atenção dos historiadores para os vestígios arqueológicos encontrados no Paraná. O artigo possui um anexo interessante, um mapa etnohistórico do Paraná ⁸ .

7 O intelectual é homônimo de Afonso Botelho, o bandeirante, que realizou explorações pelo planalto paranaense entre 1768 e 1774.

8 O mapa teria sido divulgado no Congresso, foi decalcado a partir de um original, desenhado por Cut Nimendajú, em Belém em 1944 em escala de 1:2.500.00. A Doutora Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional, deve-se a cópia que foi reproduzida pelos autores em tamanho reduzido com a necessária modificação das convenções em cores que figuram no original (BIHGPR, 1953, p. 69).

1953/6	Cecília Maria Westphalen (Professora do Departamento de História da UFPR)	III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná	1953	O artigo é um relatório, redigido pela professora Cecília, do Congresso, pois ela tinha a função de Secretária do Evento. Entre os estudos e sessões que foram apresentados no evento conforme dados do relatório destacamos a apresentação do trabalho acima descrito; e, outro trabalho de José Loureiro Fernandes, desta vez com Eny Maranhão, sobre o “Indígena na Província do Paraná”.
--------	---	--	------	--

Fonte: organizado pela autora (2025).

As narrativas históricas publicadas pelo IHGPR seguiram as diretrizes do IHGB, que buscavam valorizar os estudos relacionados aos indígenas, integrando seus conhecimentos à História Nacional. Essas narrativas reconheciam a presença indígena, atribuindo-lhes um espaço bem delineado: o de contribuir para a produção de mitos fundadores da nacionalidade.

Alguns artigos publicados pelo IHGPR evidenciam essa orientação, como “Paleontologia” por José Franco Grillo, “Lendas, Crenças e Superstições” por Barbosa Rodrigues, “Ligeiras Notas sobre a Ethnologia Paranaense” por Jayme Dortmund dos Reis e “Branco, Amarelo e Preto” por Romário Martins. Em paralelo, observou-se como as narrativas destacavam o papel do branco europeu como civilizador, especialmente por meio das bandeiras e da presença das ordens religiosas. Essa perspectiva foi reforçada em textos de autores como o Barão de Capanema, John Henrique Elliot e Afonso Botelho.

O negro, que era visto por esta geração de intelectuais como um obstáculo ao processo de civilização, recebeu pouca atenção, e observou-se como as narrativas estavam mais preocupadas em dissertar sobre os processos de miscigenação, visando o branqueamento da população. As populações indígenas foram sendo gradualmente apagadas das narrativas dos Boletins, à medida que o projeto de miscigenação avançava, restando apenas os sujeitos resultantes da mistura com outras etnias. Essa visão refletia a mentalidade de construção de uma nação como unidade, na qual os indígenas estavam excluídos.

Em alguns artigos que apresentavam dados censitários, como nos relatórios de Zacarias Góes de Vasconcellos e Ermelino de Leão, os indígenas sequer eram mencionados como grupo étnico. Apenas as populações miscigenadas eram consideradas, reforçando o apagamento das identidades indígenas.

As edições de 1925 e 1950 do Boletim apresentaram características distintas em relação às anteriores. A edição de 1925 abordou a visita de Dom Pedro II e sua esposa Teresa Cristina à Província do Paraná em 1880, narrando sua passagem por várias cidades paranaenses. Já a

edição de 1950 foi dedicada a homenagens póstumas a Romário Martins, falecido em 10 de setembro de 1948, e ao Visconde de Guarapuava, por ocasião do cinquentenário de sua morte.

A partir de 1950, observou-se uma mudança significativa no perfil dos artigos publicados nos Boletins do IHGPR. Houve uma redução nas publicações sobre expedições exploratórias e eventos históricos, com maior ênfase em biografias e feitos de figuras importantes da elite paranaense. Paralelamente, os artigos que abordavam a presença indígena, seus costumes, crenças, línguas e catequização diminuíram drasticamente.

Alguns pesquisadores da época, especialmente aqueles influenciados por métodos de outras disciplinas, como Antropologia, Etnografia, Geografia e Arqueologia, destacaram a importância de incluir as populações indígenas na historiografia do Paraná. Essa visão foi expressa, por exemplo, no trabalho dos professores Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi, apresentado no III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná. Nesse evento, os professores chamaram a atenção para vestígios arqueológicos que evidenciavam a presença dos primeiros grupos humanos na região. Esses vestígios, encontrados em expedições pelo estado e integrados ao acervo do Museu Paranaense, foram apontados como materiais fundamentais para a ampliação das pesquisas históricas.

1.4 A SEGUNDA GERAÇÃO: OS PROFESSORES

A partir da década de 1950, a História como disciplina passou por redefinições em termos de problemáticas, métodos e objetos de estudo. Houve uma ampliação de seu território e a constituição de novos campos e modalidades dentro da própria disciplina. Jean Boutier e Dominique Julia destacam que, numa espécie de "exame periódico de consciência", os historiadores passaram a interrogar-se mais incisivamente sobre o estatuto de sua própria disciplina (Boutier; Julia, 1998, p. 22-25).

Essa reconfiguração da História também impactou o contexto paranaense. Segundo Gilmar Arruda (2013, p. 246), ocorreu um divórcio entre a História universitária, praticada no meio acadêmico, e a chamada vulgarização histórica, realizada por pesquisadores externos ao ambiente universitário. Essa separação entre os dois campos de produção histórica é relevante para compreender a produção historiográfica sobre o Paraná a partir de 1950. A nova geração de historiadores estabeleceu diálogos ou mesmo embates simbólicos com as narrativas consolidadas pela geração anterior.

Um espaço relevante para investigar esse processo de profissionalização no Paraná é o Departamento de História da UFPR, dada sua importância pioneira na região. Para aprofundar o entendimento sobre a criação do curso de História na UFPR, a pesquisa de Daiane Machado

(2013) oferece importantes contribuições. Aqui, porém, tratamos de forma mais ampla, visando contextualizar a problemática em questão. Machado observa que, desde a década de 1930, havia um movimento de criação de universidades, ainda em caráter experimental, enfrentando dificuldades relacionadas à estrutura física, burocracia e projetos pedagógicos.

No Paraná, o curso de História surgiu inicialmente associado ao de Geografia, em 1938, oferecido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Em 1946, a FFCL foi incorporada à Universidade do Paraná (UP), tornando-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL/PR). Contudo, disputas políticas e exigências do Conselho Nacional de Educação (CNE) levaram à assinatura de um contrato com os Irmãos Maristas. Sob a gestão da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), a Faculdade passou a contar com Departamentos de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, sendo realocada em diferentes espaços, incluindo o edifício da UP e o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB).

Em 1955, ocorreu a separação oficial dos cursos de História e Geografia, regulamentada pela Lei Federal nº 2.594. Esse movimento de autonomia foi marcado pela definição de fronteiras disciplinares, com cada curso estabelecendo suas especificidades, normas, métodos e fontes (Machado, 2013, p. 10).

Entre as décadas de 1950 e 1960, mudanças significativas marcaram a historiografia brasileira. Houve uma busca pela valorização dos profissionais licenciados em História, pela autonomia disciplinar e pela renovação de perspectivas teóricas e metodológicas. Nesse contexto, surgiu, em 1961, a Associação dos Professores Universitários de História (APUH), atualmente chamada Associação Nacional de História (ANPUH), com o objetivo de promover a profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História (Guimarães, 2011, p. 30).

No Paraná, a consolidação da História como disciplina acadêmica ocorreu por meio do Departamento de História da UFPR, criado em 1959. Um marco relevante foi o Seminário de Revisão da Historiografia Paranaense, realizado no mesmo ano, que teve como objetivo promover uma análise crítica das obras de historiadores paranaenses, examinando fontes, métodos e técnicas de trabalho para identificar lacunas e propor novas abordagens (Westphalen *et al.*, 2009, p. 291).

A associação foi criada com o objetivo de promover a profissionalização do ensino e da pesquisa na área de História, contrapondo-se à tradição de uma historiografia não acadêmica e autodidata que ainda era amplamente predominante na época (Guimarães, 2011, p. 32). Essa preocupação já havia sido sinalizada anteriormente, quando tratamos de Romário Martins e do IHGPR. Para avançar no ensino, pesquisa e extensão, a instituição organizou o Departamento de História, com o objetivo de estabelecer um plano de trabalho que estimulasse a reflexão

sobre os problemas da “ciência histórica”. Os principais articuladores desse projeto foram os professores Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, que serão abordados com mais detalhes e individualmente na sequência, assim como a obra coletiva “História do Paraná”.

Durante o seminário, o professor Brasil Pinheiro Machado foi responsável por apresentar a obra “História do Paraná” de Romário Martins, que, como mencionado anteriormente, foi considerada a primeira obra sobre a história do estado. Os debatedores destacaram cinco principais problemas a serem abordados: 1) o conceito de estrutura; 2) a necessidade de reexame e estudo comparativo das fontes; 3) a importância de um sistema de referências para a construção da História do Paraná; 4) a necessidade de realizar pesquisas mais aprofundadas com base em fontes primárias e a elaboração de monografias especializadas; 5) a contribuição que o uso de novas técnicas metodológicas poderia trazer para a ampliação do conhecimento histórico sobre o Paraná (Westphalen *et al.*, 2009, p. 294).

Esse momento representou uma ruptura e a consolidação de um novo paradigma na ciência histórica. Considerando essas transformações, a presente pesquisa propõe investigar como os indígenas foram representados nesse novo cenário instituído a partir da década de 1950. Para tanto, foram analisados personagens e narrativas dessa nova geração de historiadores paranaenses, que buscavam renovar as perspectivas teóricas e metodológicas da disciplina, alinhando-se às Ciências Sociais e Humanas em expansão.

Após o Seminário de Revisão da Historiografia Paranaense, a nova geração de historiadores passou a adotar uma abordagem influenciada pela história estrutural de Fernand Braudel, com uma estrutura narrativa global, que dificulta a redução de escala de abordagem, acaba negligenciando os indígenas, além de incorporar técnicas quantitativas para a análise da história econômica e demográfica. Esse vocabulário e essas ferramentas metodológicas foram integrados às narrativas históricas sobre o Paraná, marcando uma transformação significativa na prática historiográfica.

Dessa forma, surgiram linhas de pesquisa voltadas para a história econômica e social, com o objetivo de reconstruir um panorama mais abrangente da sociedade e da economia paranaenses. A nova narrativa histórica buscava compreender fenômenos como a expansão demográfica, o impacto do surto econômico do café na região norte do estado e a caracterização da população paranaense. Partia-se do princípio de que o discurso histórico poderia oferecer subsídios intelectuais para a formulação de políticas públicas e ações econômicas (Machado, 2013, p. 14).

Essa abordagem destacou-se pela ênfase na análise de estruturas sociais, econômicas e demográficas, privilegiando uma compreensão mais ampla dos processos de transformação que moldaram a sociedade paranaense. O uso de técnicas quantitativas tornou possível uma investigação mais sistemática e objetiva, baseada em dados estatísticos, o que contribuiu para uma visão mais aprofundada dos fenômenos históricos.

Este breve panorama sintetiza o processo de profissionalização da produção historiográfica no Paraná, no qual o Departamento de História da UFPR desempenhou um papel relevante e pioneiro. Dado o caráter de ruptura e mudança de paradigma na ciência histórica, interessa-nos examinar como os povos indígenas foram representados nesse novo cenário, instituído a partir da década de 1950.

Com esse propósito, analisaram-se os personagens e as narrativas dessa nova geração de historiadores paranaenses, comprometidos com a renovação teórica e metodológica da disciplina, alinhando-a ao contexto das Ciências Sociais e Humanas em expansão na época. O foco da análise foi identificar como os indígenas eram representados por essa geração, impulsionada pelo desejo de profissionalizar o ensino e a pesquisa histórica. Para tanto, o livro “História do Paraná – Volume I” (1960) foi selecionado como objeto de uma análise sistemática.

1.4.1 A Coleção “História do Paraná” e seus autores

Com a consolidação do curso de História na UFPR, iniciou-se o que pode ser chamado de primeira geração de textos históricos regionais e locais, produzidos por professores inseridos em um ambiente universitário. A universidade passou a ser um espaço não apenas de formação de docentes, mas também de preparação de pesquisadores para o trabalho científico no campo da História. Esse período marcou a institucionalização de um paradigma dominante na produção historiográfica local, baseado em abordagens demográficas e econômicas inspiradas no movimento dos *Annales*, liderado por Fernand Braudel.

Além disso, como apontado por Arruda (2013, p. 254), as produções historiográficas dessa primeira geração contribuíram para a definição da região do Paraná e para uma história que se limitava, em termos espaciais, aos contornos do estado. Esse movimento é evidente ao analisar a coleção organizada nos anos 1960 por Faissal El-Khatib, da Grafipar, intitulada História do Paraná, composta por quatro volumes. Na apresentação da obra, escrita por Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-governador do estado, ficam claros os objetivos dessa publicação. Segundo Rocha Neto:

Necessidade de divulgação da história [...] Nenhuma região brasileira, tanto quanto a paranaense, exige atualmente, não apenas a ampliação das pesquisas de sua História, de que Romário Martins plantou os marcos definitivos, mas, sobretudo sua divulgação intensiva. O Paraná povoou-se subitamente diante de nossos olhos de repente (Rocha Neto, 1969, p. 11).

A publicação da obra, conforme conclusão do pesquisador Francisco Falcon (1996, p. 8), caracterizou a conclusão da década de 1960 ficando marcada por uma relação dialética da tradição e com a inovação, cujas sementes haviam sido plantadas nos anos de 1930.

Compreender essas produções historiográficas exige também um olhar atento para os indivíduos responsáveis por elas. Suas posições sociais, concepções políticas, origens e visões de mundo desempenham um papel crucial na forma como a história é escrita, na compreensão de presenças e ausências de determinados sujeitos históricos nas narrativas. Nesse contexto, propõe-se a seguir uma breve biografia dos professores-pesquisadores responsáveis pela coleção “História do Paraná” de 1969.

1.4.1.1 Brasil Pinheiro Machado

Brasil Pinheiro Machado, carinhosamente chamado por seus alunos da UFPR como “Professor Brasil”, foi uma figura central na história da Universidade Federal do Paraná e da historiografia regional. Ele participou da fundação da Faculdade de Filosofia na década de 1940 e, posteriormente, com a criação do Departamento de História nos anos 1960, tornou-se catedrático de História do Brasil.

Nascido em Ponta Grossa-PR, em 12 de dezembro de 1907, sua trajetória de vida foi marcada por desafios pessoais. Após o falecimento precoce de seu pai em 1918, Brasil e seus irmãos foram enviados para estudar em um colégio rigoroso e conservador dos Padres Salesianos em São Paulo. Segundo registros pessoais, esse ambiente o manteve isolado de eventos importantes, como a Semana de Arte Moderna de 1922.

Em 1924, deixou o colégio e foi morar em uma pensão em São Paulo. Dois anos depois, em 1926, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar na Universidade do Brasil, onde se formou em Direito em 1930. No entanto, sua passagem pela então capital do país foi marcada pelo contato com o efervescente cenário cultural e político da época (Muller, 2019, p. 179).

De acordo com “História Biográfica da República no Paraná”, de David Carneiro e Túlio Vargas (1994), Brasil Pinheiro Machado acumulou uma vasta experiência política e acadêmica. Em 1932, foi nomeado prefeito de Ponta Grossa e, em 1935, tornou-se Deputado Estadual. Após casar-se em 1936, mudou-se para Curitiba, assumindo, em 1940, a cátedra de História do Brasil na Faculdade de Filosofia. Entre outros cargos, foi Interventor Federal do Paraná em

1946, Deputado Federal em 1947 e Diretor do Tribunal de Contas em 1951. Na UFPR, ocupou posições de liderança, incluindo vice-reitor e reitor interino, permanecendo como professor até sua aposentadoria em 1977.

Em 1951, Brasil publicou um pequeno estudo intitulado *Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná*, no qual propôs um modelo explicativo para a história regional do estado, buscando construir uma narrativa única sobre o passado paranaense. A pesquisadora Tatiana Dantas Marchette (2013) analisou detalhadamente as atividades políticas e acadêmicas de Brasil, destacando sua atuação em 1953, ano do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Na ocasião, sob a coordenação de Brasil, o governador Bento Munhoz da Rocha organizou uma série de eventos comemorativos.

Durante esse período, Brasil retomou esboços previamente publicados pelo IHGPR em 1951, enquanto ocupava a diretoria da Comissão de História. Esses esboços serviram de base para a elaboração de capítulos de um livro monumental sobre a História do Paraná, planejado por ele. Contudo, os autores convidados não conseguiram entregar os textos dentro do prazo estipulado, e o livro não foi publicado (Marchette, 2013, p. 42). Ainda assim, a ideia de uma obra abrangente e definitiva sobre a história do estado não foi completamente abandonada, como veremos mais adiante.

1.4.1.2 Maria Cecília Westphalen

A professora Maria Cecília Westphalen foi uma das organizadoras do livro *História do Paraná*, publicado na década de 1960. Nascida na cidade da Lapa, em 1927, ela era bisneta de imigrantes alemães. Em 1944, mudou-se para Curitiba com sua família, onde estudou no Colégio Estadual do Paraná e na Escola Normal do Instituto de Educação do Paraná. Em 1950, graduou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, posteriormente, obteve seu doutorado.

Cecília Westphalen foi docente-livre e professora catedrática em História Moderna e Contemporânea na UFPR. Entre 1958 e 1959, cursou pós-graduação na Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia, na Alemanha Oriental, e na 6ª Sessão da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris, especializando-se em História Moderna e Contemporânea.

Ao retornar à UFPR após sua formação na França, a professora Westphalen introduziu novas diretrizes para a pesquisa histórica na instituição. Seus estudos no exterior, especialmente com foco na perspectiva das estruturas, inspiraram uma abordagem renovada para os estudos regionais. Sob sua liderança, foi formado um grupo no Departamento de História da UFPR que

desenvolveu um programa específico de pesquisa histórica, moldando uma geração de profissionais mais focados na pesquisa do que na docência.

Ao analisar a participação de Cecília Westphalen na criação do Departamento de História da UFPR, a reflexão proposta por Michel de Certeau é pertinente: “Cada resultado individual inscreve-se em uma rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história em um determinado momento” (Certeau, 2002, p. 72).

Um marco importante nesse processo foi o Seminário para Revisão da Historiografia Paranaense, realizado em 1959, que oficializou a criação do Departamento de História da UFPR. O evento teve como principal objetivo revisar criticamente as obras dos historiadores paranaenses, analisando suas fontes, métodos e técnicas de trabalho. O objetivo era compreender o estado da historiografia regional e identificar os desafios ainda a serem enfrentados (Westphalen *et al.*, 2009, p. 291).

Esse seminário foi crucial para problematizar o trabalho dos autores e instituições da “Primeira Geração: os autodidatas”, analisados anteriormente neste capítulo. Além disso, as reflexões promovidas no evento impulsionaram uma renovação conceitual e metodológica, tanto no trabalho de Cecília Westphalen quanto no Departamento de História da UFPR.

Segundo Machado (2019, p. 168), o seminário também levantou questões em relação à obra “História do Paraná”, de Romário Martins (1953), debatendo temas como a relação entre história regional e história geral, a influência do meio geográfico, o conceito antropológico de cultura, o conceito de estrutura, o uso de técnicas quantitativas e a interdisciplinaridade.

A relevância da professora Cecília Westphalen se destaca tanto na organização da obra “História do Paraná” (1960), publicada pela editora Grafipar, quanto em sua atuação na consolidação de uma historiografia científica no estado. Por meio de sua liderança, a historiografia paranaense passou a incorporar novas epistemologias, métodos, técnicas, e a expandir o uso de fontes e o diálogo interdisciplinar no Departamento de História da UFPR.

1.4.1.3 Altiva Pilatti Balhana

A terceira professora responsável pela organização da obra História do Paraná foi Altiva Pilatti Balhana (1928–2009). Iniciou sua carreira acadêmica na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1950 e teve um período de estudos na *Università Degli Studi di Firenze*, na Itália. Conquistou sua livre-docência em 1959 e, em 1978, tornou-se Professora Titular de História da América no Departamento de História da UFPR. Além disso, Balhana coordenou o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR entre 1973 e 1985, sendo também uma das sócias

fundadoras da ANPUH (Associação Nacional de História) e da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Ela é reconhecida como pioneira nos estudos de história demográfica no Brasil, com ênfase na formação social do Paraná e especialização em imigração italiana (Almeida, 2019, p. 195).

Seu primeiro trabalho publicado foi um estudo sobre o fandango em Caiobá, em 1950, na revista *Logos*, do Centro Acadêmico de Filosofia da UFPR. Este artigo foi desenvolvido em parceria com as professoras Cecília Westphalen e José Loureiro Fernandes, abordando as práticas culturais populares dos caboclos nos balneários de Caiobá e Matinhos sob uma perspectiva antropológica.

Essa colaboração inicial marcou o início de uma série de trabalhos conjuntos com a professora Cecília Westphalen, contribuindo significativamente para a renovação conceitual e metodológica promovida pelo Departamento de História da UFPR. Altiava Balhana foi fortemente influenciada pela geração dos *Annales* e buscava construir uma história total ou global, situando os debates históricos no contexto das ciências humanas da época, com uma abordagem social (Le Goff, 2005). Sua relação próxima com a historiografia francesa, especialmente com Fernand Braudel, foi fundamental para a introdução de análises mais complexas e interdisciplinares no Departamento de História da UFPR, contrastando com as abordagens narrativas da história predominantes até então.

Na década de 1960, Altiava Balhana concentrou seus esforços em pesquisas sobre as mudanças estruturais no Paraná, com foco no papel dos imigrantes na região dos Campos Gerais. Segundo Machado (2019, p. 198), sua produção acadêmica desse período buscava integrar a interdisciplinaridade com a Geografia, evidenciada em suas colaborações com o geógrafo José Bigarella. Essas parcerias exploraram as transformações do estado do Paraná desde o período colonial, enfatizando as particularidades regionais e utilizando a geografia física como base para discutir temas como economia agrária e imigração, considerando a relevância da região para fluxos migratórios (Almeida, 2019, p. 197). Outra colaboração importante de Altiava foi com o fotógrafo e cineasta Vladimir Kozák, que documentou suas pesquisas de campo sobre imigração.

A professora Altiava também se destacou pela valorização dos arquivos como fontes documentais, enfatizando sua importância para uma pesquisa histórica científica. Ela demonstrava preocupação com a formação contínua de pesquisadores em História, incentivando a produção acadêmica além das atividades de ensino básico (Almeida, 2019, p. 201). Os elementos apresentados na trajetória de Altiava Pilatti Balhana serão analisados mais detalhadamente na obra que será discutida a seguir.

1.4.2 A coleção “História do Paraná”

Nos anos 1960, a consolidação de um núcleo de professores no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) resultou na produção de narrativas sobre a história regional do Paraná, criando uma linha de pesquisa que orientaria trabalhos de mestrado e doutorado nas décadas seguintes. Esse trabalho situava-se dentro do contexto da universidade como um espaço de produção científica e reflexão histórica, estabelecendo uma nova etapa para a historiografia paranaense.

A obra “História do Paraná”, organizada por Faissal El-Khatib (1969) em quatro volumes, é um marco dessa produção pioneira. O Volume I contou com a colaboração de pesquisadores do Departamento de História da UFPR, anteriormente apresentados, a fim de que suas trajetórias e linhas de interesse acadêmico auxiliasse na compreensão da narrativa por eles produzida. O livro trouxe uma introdução escrita por Bento Munhoz da Rocha Neto, que destacou a “necessidade de divulgação da história paranaense” (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 11-24).

A análise dessa obra revela uma forte influência do movimento dos *Annales*, tanto na utilização de dados quantitativos quanto na ênfase em fontes específicas e no foco em determinados períodos históricos, como a colonização e a imigração. Tratava-se de uma escrita que buscava construir uma história regional total, ampla e generalizante, que fosse adequada à reprodução do Paraná como uma entidade unificada⁹.

A perspectiva regional, como destacam Arruda e Proença (2013, p. 255), buscava afirmar a existência de uma identidade própria do Paraná por meio de uma narrativa dominada por “perspectivas e imperativos ostensivamente adequados à reprodução do Paraná”. Essa abordagem moldou a representação dos povos indígenas na obra, conforme expresso por Brasil Pinheiro Machado em seus esboços:

A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil, e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta, de qualquer forma, das outras comunidades regionais do Brasil. Sua formação, em traços gerais, se processa do seguinte modo: a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba; b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território; c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto (Machado, 1987, p. 178).

⁹ A Coleção “História do Paraná” (1969) apresenta um capítulo exclusivamente dedicado aos indígenas no Paraná, porém, pertencente ao Volume III e será analisado em outro momento em função do lugar social em que foi produzido.

Na História do Paraná, os povos indígenas são abordados predominantemente no contexto da colonização, exploração e escravização. No caso específico do Paraná, são mencionados em passagens sobre a mineração de ouro em Paranaguá, onde foram utilizados como mão de obra.

Ao tratar do povoamento de Curitiba, a obra adota uma perspectiva de centro-periferia, destacando Curitiba como polo irradiador e subordinador do restante do território. Nesse contexto, a conquista do Planalto Curitibano, dos Campos Gerais e, por fim, dos Campos de Guarapuava aparece associada à expulsão das sociedades indígenas para dar lugar às fazendas de gado e às estruturas coloniais.

Os indígenas são retratados como mão de obra escravizada, sem maior aprofundamento em suas especificidades culturais ou sociais. Os “carijós” são mencionados como “administrados” na expansão paulista para o litoral paranaense, mas sua presença no território é tratada de forma subalterna e desprovida de agência histórica.

A narrativa continua explanando alguns marcos considerados importantes para a história do Paraná, como a mineração, a pecuária, as indústrias extrativas e a agricultura, que compõem o chamado “Paraná Tradicional”. A estimativa do número de habitantes que viviam nas terras paranaenses no século XVII foi apresentada como difícil de ser precisada devido à escassez de informações. No entanto, os autores mencionam a existência de “Requerimentos para a criação das Justiças”, enviados pelos habitantes de Curitiba ao Capitão-Povoador em 1693, como uma fonte indireta que pode fornecer algumas informações.

É interessante observar que, mesmo recorrendo a mesma fonte que Romário Martins e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), os autores da “História do Paraná” apresentam novas análises, hipóteses e estimativas, o que representa uma transformação em relação às narrativas dos pioneiros. Isso demonstra uma busca por renovar e aprofundar o conhecimento histórico sobre a região do Paraná:

Partindo destas informações é válido deduzir que tanto em Paranaguá em 1646, como em Curitiba em 1668, houvesse pelo menos 30 homens, exigidos para a instalação naquelas datas das perspectivas justiças e fossem levantados os seus pelourinhos. Da mesma maneira é possível estimar a população partindo do pressuposto que esses homens eram chefes de família, as quais compostas de pelo menos 6 pessoas, significariam uma população de 180 habitantes, para Paranaguá e Curitiba [...]. Por outro lado, na data do referido requerimento, ou seja, em 1693 havendo em Curitiba 90 homens ou 3 povos, deveria existir uma população de aproximadamente 540 pessoas (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 116).

O censo realizado em 1772 pela Capitania de São Paulo forneceu dados estatísticos sobre a população do Paraná, utilizados tanto pelos pioneiros quanto pelos professores do

Departamento de História da UFPR. Entretanto, foi apenas esta nova geração de historiadores que destacou a ausência de certos segmentos sociais nos gráficos, como as populações indígenas (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 118). Eles ressaltaram que a população paranaense era composta pelos mesmos elementos étnicos que constituíram a população brasileira: além dos colonizadores quantificados pelo censo, também havia indígenas e negros.

Apesar da aparente preocupação em incluir indígenas e negros como sujeitos da história do Paraná, a narrativa subsequente segue uma perspectiva colonial. O espaço atribuído a esses grupos está limitado ao papel de escravizados. Ademais, ao enfatizar “a participação do elemento indígena nas atividades dos primeiros povoadores do território paranaense”, os autores sugerem que os indígenas não eram os povoadores originais do território, mas sim participantes ou contribuintes para os colonizadores brancos em seu projeto de ocupação do território (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 119).

Ao analisar outras fontes estatísticas sobre a população do estado, os autores levantaram uma nova problemática, criticando a política de branqueamento da população em curso no século XIX. Nesse período, os recenseadores passaram a incluir declarações de cor da população, ainda que sem critérios precisos. Os autores destacam que, no caso da população escrava, a declaração de cor – classificada como preto, mulato, pardo, fulo, fusco e cafuzo – era feita pelos proprietários ou seus prepostos.

Ainda no século XIX, a tríade étnica fundamental da composição da população brasileira, baseada no modelo de Von Martius (indígena, português e negro), foi complementada por “novos elementos étnicos”. Esses eram os imigrantes europeus, que imprimiram ao Paraná uma “grande variedade étnica”, transformando o estado em um “verdadeiro mosaico étnico-cultural” (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 128).

A partir desse ponto, a presença indígena praticamente desaparece da narrativa. Quando tratam de atividades econômicas como a extração de erva-mate e madeira, ou de eventos políticos e econômicos provinciais, os indígenas são ausentes. É como se, na narrativa dos autores, eles tivessem deixado de existir no território.

Ao abordar migrações humanas, os deslocamentos de povos caçadores e coletores são classificados como um fenômeno universal e permanente, caracterizando a América como um continente de imigrantes – com a diferença de que alguns chegaram mais cedo, e outros, milhares de anos depois (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 156).

A narrativa dá um salto temporal significativo para o século XIX, quando ocorreram as fundações das colônias europeias, muitas das quais são destacadas nas narrativas oficiais de São José dos Pinhais. O texto apresenta detalhes sobre colônias estabelecidas a partir de 1878,

como Santa Maria Nova Tyrol, Muricy, Zacarias e Inspetor Carvalho, que abrigavam poloneses, italianos e alemães.

Essas colônias integravam estratégias de ocupação do território brasileiro estabelecidas desde o decreto de 1808, que permitia estrangeiros adquirirem propriedades. Os autores destacam que essa política visava resolver supostos “vazios demográficos”, uma abordagem ainda presente em discursos oficiais, mas que já foi amplamente contestada por pesquisadores como Mota (2008). Para ele, tais narrativas apagavam os povos indígenas como sujeitos históricos, apresentando a ocupação do território como pacífica e sem resistências (Mota, 2008, p. 15).

Não tem nenhuma menção aos movimentos de resistência e ataque que os indígenas da região faziam com vistas em proteger seus territórios e modos de vida. Nem aos chamados “administrados” que estavam presentes no cotidiano das famílias que viviam em espaços urbanos e rurais.

O livro também analisa os desdobramentos da presença de imigrantes no Paraná após a Proclamação da República. Em seguida, a narrativa se volta para uma perspectiva bélica, destacando heróis de conflitos como a Revolução Federalista, a Guerrilha do Contestado e a Revolução de 1930.

Outras regiões do estado são mencionadas pelos autores, como o norte do Paraná, sudoeste e oeste, a economia cafeeira ou os empreendimentos coloniais. A cultura paranaense foi retratada enfocando os Jesuítas do colégio de Paranaguá como iniciadores do preparo intelectual, mas, que teriam sido expulsos antes de consolidarem sua obra educativa no Paraná, reforçando a ausência de consideração pelos povos indígenas na formação da cultura do estado. Por fim, os autores retratam a integração das comunidades paranaenses e os deslocamentos populacionais internos para concluir a obra.

Um aspecto que merece atenção é o conceito de cultura adotado pela narrativa, que parece restringir-se àquela iniciada pelos jesuítas, desconsiderando o que existia antes como manifestação cultural legítima. Esse entendimento reflete uma perspectiva restrita e bastante eurocêntrica, que marginaliza as expressões culturais dos povos indígenas e reforça sua invisibilização como sujeitos históricos no Paraná.

A relevância dos professores-pesquisadores analisados, tanto na docência quanto na produção historiográfica, é inquestionável. Contudo, no contexto desta investigação, que busca compreender a presença e a representação dos povos indígenas na região, os silêncios e omissões nas narrativas desses historiadores revelam mais do que os escritos sobre o tema. Esses vazios discursivos indicam as limitações de uma historiografia que, embora inovadora

em metodologias e abordagens, ainda reproduziu, em muitos aspectos, as exclusões características das narrativas anteriores e/ou reforçou mitos que contribuem para o preconceito e intolerâncias racial em relação aos povos originários.

1.4.3 Rui Wachowski e outra História do Paraná

Um outro professor e pesquisador cuja trajetória e obra foi objeto de investigação foi o Ruy Christovam Wachowicz. Natural de Itaiópolis, Santa Catarina, destacou-se como um autor relevante na historiografia do Paraná. Sua obra “História do Paraná” foi amplamente utilizada em escolas e republicada diversas vezes. A autora desta pesquisa, por exemplo, utilizou o livro como material didático durante o Ensino Médio, no curso de Magistério em 1999.

O Arquivo Público do Paraná possui um fundo dedicado a Ruy Wachowicz, que reúne recortes de jornais, trabalhos de pesquisa, projetos, monografias, cópias de documentos primários, entrevistas em fita cassete, fitas de vídeo e fotografias relacionadas à história do estado. Essa valiosa documentação foi doada por Lilian Anna Bendhhack Wachowicz, esposa do autor, coleção que facilita bastante a vida de pesquisadores que desejam se aprofundar em sua biografia.

No site do Arquivo Público, há uma breve biografia de Ruy, elaborada por Lilian, que destaca sua trajetória como professor e pesquisador. Segundo ela, sua vida profissional foi pautada por uma postura metodológica rigorosa, em que “os interesses individuais e familiares não poderiam sobrepor-se, enquanto temática, aos interesses coletivos e culturais”. Ruy priorizou “[...] uma metodologia de pesquisa científica, ousada e rigorosa, com o olhar nos horizontes mais distantes do tempo e do espaço, para encontrar explicações teóricas nos fatos e nas fontes, e principalmente nas relações entre os fatos e as fontes”.

Como descendente de poloneses, Ruy Wachowicz dedicou especial atenção aos aspectos da colonização polonesa no Paraná. Ele produziu inúmeros artigos, livros e coordenou a organização do Almanaque Polonês. Na década de 1970, idealizou e organizou um curso pioneiro e gratuito sobre a história de Curitiba, realizado na Casa Romário Martins. Foi também membro da Academia Paranaense de Letras, ocupando a cadeira 10, e responsável pela organização das Semanas de História, evento anual significativo. Ruy faleceu em Curitiba, em 19 de agosto de 2000.

Além de sua dedicação à temática polonesa, Ruy explorou outros aspectos da história regional, como a colonização do sudoeste do Paraná, tema pouco abordado na obra “História do Paraná” de 1969. Entre suas publicações destacam-se: *Abranches: um Estudo de História Demográfica*, Orleans - *Um Século de Subsistência*, Tomaz Coelho - *Uma Comunidade*

Camponesa, O Camponês no Brasil, Universidade do Mate, Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização, História do Paraná, Norte Velho, Norte Pioneiro e fascículos sobre a história de Curitiba.

Em sua obra didática *História do Paraná*, publicada em 1967, Ruy Wachowicz introduziu inovações significativas na escrita da história regional, especialmente no que diz respeito à representação dos povos indígenas. Ele recorreu a estudos antropológicos clássicos para tratar das populações pré-colombianas na América e no Brasil.

Mesmo tendo dedicado grande parte de sua trajetória ao estudo da imigração polonesa, Ruy Wachowicz demonstrou uma preocupação em abordar a presença indígena ao construir uma narrativa histórica regional para o Paraná. Sua abordagem apresentava características distintas das narrativas produzidas pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Enquanto as narrativas acadêmicas da UFPR eram marcadas pela ênfase em análises quantitativas e estruturais, influenciadas pelos *Annales* e centradas na perspectiva econômica e demográfica, Wachowicz optou por incorporar elementos das ciências humanas de forma mais abrangente. Ele dialogou com estudos antropológicos e utilizou fontes como o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú, que oferece uma visão mais detalhada sobre os povos originários e sua relação com o território paranaense.

Essa diferença é notável não apenas no conteúdo, mas também na intenção subjacente. Enquanto os professores da UFPR muitas vezes relegavam os indígenas a papéis periféricos ou os mencionavam apenas como figuras coadjuvantes no processo de colonização, Wachowicz buscou integrá-los de forma mais consistente à narrativa histórica, reconhecendo sua relevância na formação cultural e territorial do estado.

Sua preocupação em representar os indígenas não se limitava à descrição de sua presença. Wachowicz procurava resgatar aspectos culturais, sociais e históricos que, frequentemente, eram ignorados ou marginalizados em outras produções historiográficas da época. Essa abordagem reflete um esforço em oferecer uma história regional mais inclusiva e multifacetada, que reconhecesse os diversos agentes históricos envolvidos na construção do Paraná.

1.4.3.1 A História do Paraná de Rui Wachowicz

No livro “*História do Paraná*”, de Rui Christovam Wachowicz, a obra foi apresentada como um material didático voltado principalmente para estudantes, com o objetivo de fornecer uma visão geral sobre a história do estado, desde as origens até o processo de colonização. O

autor enfatizou que, por ser um material pedagógico, a metodologia adotada seguiria as diretrizes didáticas vigentes, priorizando a atividade intelectual do aluno e incentivando a leitura e interpretação de fontes e documentos históricos (Wachowicz, 1995, p. 3).

No primeiro capítulo, intitulado “O indígena paranaense”, Rui Wachowicz introduz a narrativa destacando a necessidade de classificar as populações pré-colombianas na América e no Brasil a partir de critérios antropológicos, em vez de considerações baseadas nas fronteiras políticas contemporâneas, já que para estes povos tais limites não faziam parte de seu cotidiano. Ele cita a abordagem proposta pelo antropólogo Julian Haynes Steward, que dividiu os povos indígenas sul-americanos em quatro grandes áreas culturais, baseando-se em fatores ecológicos e geográficos:

1 – ANDINA – compreende os índios que já possuíam metalurgia desenvolvida e arquitetura, apresentando portanto uma civilização bem desenvolvida. Exemplo: incas. 2 – CIRCUM CARIBE – compreende as tribos localizadas ao norte da América do Sul, nas costas do mar das Antilhas. Exemplo: os caribes. 3 – Floresta Tropical – são os que já conheciam a navegação fluvial, a cerâmica, a rede e a agricultura. Exemplo: no Brasil os tupi-guarani, nuaruaque, pano, tucano, etc. 4 – Marginal – este grupo é composto por tribos que desconheciam o uso da rede, possuindo na melhor das hipóteses uma cerâmica e agricultura muito rudimentares. Eles viviam principalmente da coleta de alimentos silvestres da caça e da pesca. No Brasil é o caso dos gê, também denominados de tapuia (Wachowicz, 1995, p. 5-6).

Nesse trecho, observa-se a presença de uma concepção evolucionista e civilizatória que hierarquiza os grupos indígenas ou ameríndios em estágios de desenvolvimento, frequentemente comparados a padrões europeus. Essa visão, comum em determinados momentos da historiografia, tende a classificar povos indígenas como “inferiores” ou “primitivos” com base em sua organização social, econômica, política e religiosa. No entanto, estudos contemporâneos contestam essa abordagem. Por exemplo, os povos Guaraní no Brasil já praticavam agricultura sofisticada, manejo sustentável de sementes e plantas, e viviam em redes sociais amplamente organizadas milhares de anos antes da chegada dos europeus.

Wachowicz dá destaque aos indígenas do Paraná, pertencentes a duas grandes áreas culturais: a Floresta Tropical e a Área Marginal. Na Floresta Tropical, sobressai a grande família tupi-guarani, composta por diversas “tribos”. Já na Área Marginal, predominam os povos de língua gê, como os Kaingang e Xokleng. Segundo o autor, os tupi predominavam no litoral, no nordeste e no oeste do estado, sendo os primeiros a entrar em contato com os colonizadores portugueses. Os Kaingang, por sua vez, habitavam áreas do Primeiro e Segundo Planaltos. Os Xokleng, ainda pouco estudados na época, também aparecem na narrativa, mas com menor detalhamento (Wachowicz, 1995, p. 5-6).

O capítulo reflete uma tentativa de integrar as populações indígenas à narrativa histórica do Paraná, embora reproduza algumas limitações metodológicas e conceituais de sua época. Apesar de seus esforços em adotar uma abordagem mais científica, o livro reforça certas perspectivas coloniais, ao sugerir, por exemplo, que os indígenas eram sujeitos passivos em um processo dominado pelos europeus, e não agentes históricos de sua própria trajetória. Ainda assim, o reconhecimento das áreas culturais e das especificidades dos povos indígenas marca uma diferença em relação a outras obras da época, que frequentemente negligenciavam esses aspectos.

Na obra “História do Paraná”, de Rui Christovam Wachowicz, o autor utilizou recursos como mapas, ilustrações e fotografias para complementar as explicações e tornar o conteúdo mais acessível e visual, considerando sua natureza didática. Entre os temas abordados, Wachowicz destacou as diferenças entre as duas principais famílias indígenas presentes no Paraná – os tupi-guarani e os gê – afirmando que “os tupi-guarani em geral eram mais adiantados que os gê” (Wachowicz, 1995, p. 5). Ele também enumerou as influências indígenas na cultura paranaense, incluindo aspectos como a miscigenação, o vocabulário e a toponímia, a alimentação, o uso da rede, o consumo de erva-mate e fumo, além do costume do banho diário.

Outro ponto de destaque na narrativa é a menção aos sambaquis, vestígios arqueológicos deixados pelos indígenas na região costeira. A partir desse contexto, Wachowicz passou a explorar a colonização do Paraná, descrevendo como diferentes grupos indígenas interagiram com os colonizadores europeus. Ele destacou tanto os que auxiliaram quanto os que resistiram aos colonizadores, abordando temas como a catequização, os aldeamentos e a política republicana, que transferiu a responsabilidade pelos indígenas para o Estado.

Uma característica distintiva da narrativa de Wachowicz é o uso de uma variedade maior de fontes e bibliografia em comparação com outros historiadores da época, como Romário Martins. Ele também evidenciou o diálogo com disciplinas como Antropologia, Arqueologia e Etnologia, enriquecendo sua análise. No final do capítulo sobre os indígenas, o autor incentivou os estudantes a interagirem com fontes históricas, como o texto adaptado do professor Igor Chmyz, intitulado “A pré-história paranaense”, e documentos da 4ª Delegacia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Nos capítulos seguintes, embora o foco da pesquisa não os analise em detalhe, Wachowicz abordou temas como as reduções indo-cristãs no Guairá e o povoamento do litoral. Nos capítulos IV e V, que tratam da descoberta do ouro e das origens de Curitiba, merecem atenção especial. Ao narrar a mineração em Paranaguá, Wachowicz mencionou a formação do Arraial Grande, um núcleo de mineração que deu origem à cidade de São José dos Pinhais,

descrevendo o cotidiano dos mineradores e a miscigenação resultante dos casamentos entre homens brancos e mulheres indígenas:

Penosa e difícil era a vida dos mineradores. Verdadeiros pioneiros enfrentavam destemidamente o sertão bravo, estimulados pelo desejo de enriquecimento rápido. Agrupavam seu acampamento em formato de um arraial, onde moravam em toscas cabanas de pau, cobertas com folhas de palmeira ou capim. Com frequência, esses mineradores contraíam casamento com as índias da região, o que vai causar um elevado índice de miscigenação entre o homem branco e a mulher índia (Wachowicz, 1995, p. 57).

Apesar de trazer algumas mudanças historiográficas, como o diálogo com novas disciplinas e fontes, a narrativa de Wachowicz mantém continuidades em relação à tradição histórica brasileira. Cada grupo étnico ocupa um papel bem delimitado, com os indígenas geralmente retratados como contribuintes passivos para a formação da identidade nacional, reforçando ideais como o “branqueamento” através da miscigenação.

Na narrativa sobre as origens de Curitiba, Wachowicz retomou a presença dos indígenas “tingui”, vinculados à grande nação tupi-guarani. Ele também trouxe a lenda da fundação da cidade, relacionada à Nossa Senhora da Luz, que teria direcionado os colonizadores ao local onde Curitiba foi erguida. Diferentemente de Romário Martins, que associou essa lenda a Saint-Hilaire, Wachowicz não mencionou essa ligação em sua obra, tratando a tradição oral como um complemento aos fatos históricos:

A lenda continua narrando que para ter uma boa amizade com os indígenas, os povoadores convidaram o cacique de uma tribo tinguí, que habitava a região, para indicar-lhe o lugar mais apropriado. Este cacique aceitou o convite e, depois de procurar demoradamente um bom lugar, fincou a vara no chão dizendo: Coré-tuba, isto é, muito pinhão, aqui. Desta expressão do cacique tinguí surgiria o nome da futura capital paranaense. É verdade que não se encontram documentos históricos que comprovem a veracidade destas informações, entretanto como é uma tradição que não contradiz com a verdade do que conhecemos sobre o assunto, completa-se com os fatos reais ocorridos. Desta forma, pode ser considerada verdadeira (Wachowicz, 1995, p. 57).

Apesar desta “lenda” ser sobre a origem da cidade de Curitiba, não de São José dos Pinhais, ela é interessante se considerarmos a presença dos povos no território antes de existirem os limites impostos hoje, portanto, nos permitem pensar algumas questões da narrativa histórica em si. Segundo a narrativa de Wachowicz (1995), a participação dos indígenas no seguimento da cidade de Curitiba provavelmente era real, pois, ela justificaria as “boas relações” que sempre existiram entre indígenas e portugueses na região, expressão que reforça a proposta de narrativa da tese de Von Martius, de Brasil como nação fraterna.

Na obra História do Paraná, Rui Christovam Wachowicz reforça a ideia de que o lugar dos indígenas está associado a um passado distante, frequentemente retratado de forma

mitológica e romântica. Isso se reflete em capítulos posteriores, como “A Ocupação dos Campos Gerais” e “A Ocupação dos Campos de Guarapuava”. Em narrativas sobre temas como o tropeirismo, a emancipação política e a evolução da província, os povos indígenas praticamente desaparecem, como se sua relevância estivesse cristalizada apenas no período colonial.

Um dos poucos momentos em que os indígenas voltam à narrativa é no capítulo sobre o regime escravocrata, onde Wachowicz menciona que, inicialmente, os portugueses recorreram ao trabalho indígena, mas que este foi rejeitado por eles, por considerarem o trabalho forçado humilhante. Ele também cita a oposição dos jesuítas à escravidão indígena, o que levou ao aumento do uso de mão de obra africana. A narrativa conclui com a transição para o uso de trabalhadores imigrantes europeus no século XIX, como resultado do fim da escravidão e de restrições à entrada de africanos.

No capítulo XII, “Imigração”, Wachowicz inicia afirmando:

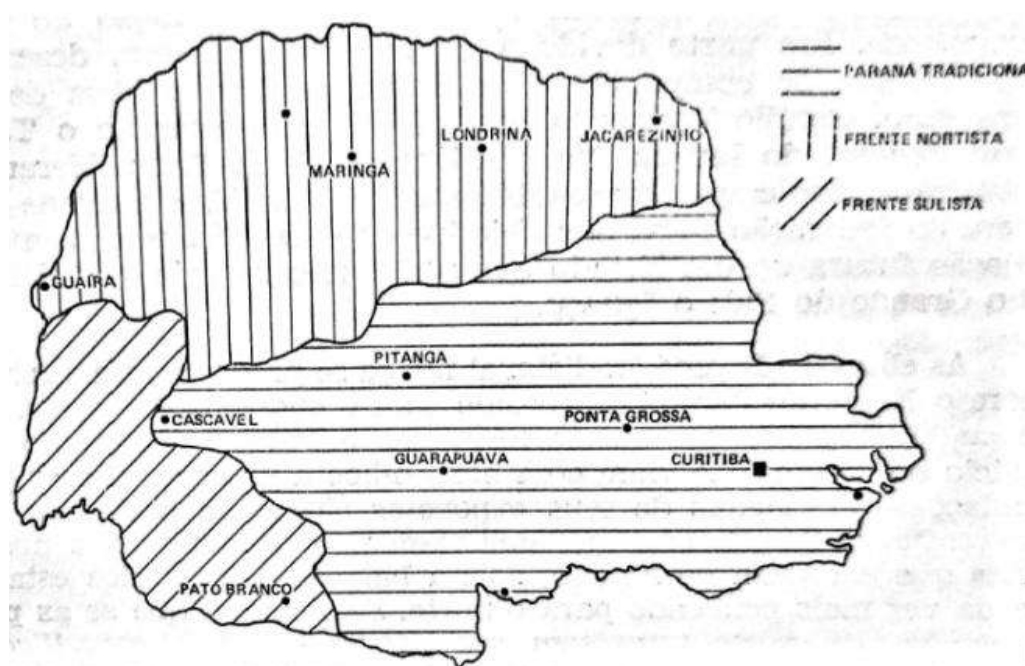
Em meados do século XIX, era o território paranaense ainda uma região mal povoada, com sertões brutos e desabilitados, inclusive em áreas não muito distantes de Curitiba. Os índios hostis amedrontavam com suas correrias a população existente em núcleos raros, pequenos e dispersos, localizados no interior como Guarapuava, Palmas, Rio Negro, Castro, Tibagi e etc. (Wachowicz, 1995, p. 141).

Essa passagem reflete a defesa do autor sobre a ideia de um “vazio demográfico”, um argumento frequentemente utilizado para justificar a colonização europeia e que negligencia a densidade populacional e a complexidade social dos povos indígenas antes da chegada dos colonizadores. Pesquisadores como Lúcio Tadeu Mota (1994) já contestaram essa visão, ressaltando a presença significativa e o papel dos indígenas na ocupação e transformação do território.

Os próximos capítulos exploraram temáticas mais belicosas como “A República no Paraná e a Revolução Federalista”, “A ocupação dos Campos de Palmas e do Sudoeste”, “Contestado Brasil X Argentina”, “Contestado Paraná X Santa Catarina”, “O levante dos posseiros em 1957”. No final da obra, o autor explora a ocupação do Oeste Paranaense, do Norte Pioneiro e do Norte Novo e Novíssimo, encerrando com a abordagem das “três frentes histórico-culturais que ocuparam e colonizaram o Paraná”¹⁰.

¹⁰ O professor Rui organizou o Paraná didaticamente em três frentes, ou melhor, em “três Paranas”: 1º - o Paraná Tradicional, composto por Paranaguá, Curitiba, Campos Gerais, indo até Cascavel; 2º - Norte do Paraná, contemplando Jacarezinho, Londrina, Maringá e Paranavaí; e 3º - Sulista, cuja região se estende entre Francisco Beltrão, Pato Branco, Toledo, Marechal Cândido Rondon, entre outras. Se fossemos utilizar nesta pesquisa esta organização, nosso recorte espacial seria o “Paraná Tradicional”.

Figura 2 - Os “Três Paranás”



Fonte: Wachowicz (1995, p. 271).

A obra de Wachowicz oferece contribuições importantes à historiografia do Paraná, explorando temas e questões que não haviam sido tratados pelos professores do Departamento de História da UFPR. Sua abordagem mais ampla e didática ajudou a divulgar a história regional e atraiu a atenção de pesquisadores e educadores.

Wachowicz foi inovador ao destacar as populações indígenas como parte da história paranaense e ao dialogar com disciplinas como Antropologia e Arqueologia. Ele utilizou a classificação de J. H. Steward das áreas culturais para situar os povos indígenas do Paraná no contexto mais amplo das áreas culturais sul-americanas. Esse cuidado é evidente na didática empregada, pois o autor tinha como público-alvo estudantes do Ensino Médio e professores.

Ainda assim, o autor era um homem de seu tempo, a obra não está isenta de limitações. A ideia de miscigenação, por exemplo, presente em sua narrativa e na de outros historiadores do período, reflete o imaginário de incorporação dos indígenas à sociedade brasileira. Esse conceito está vinculado à noção de aculturação e ao quadro legal vigente na época, como apontado por Helm (1995, p. 9). Wachowicz reconhece as dificuldades em estudar as populações indígenas, especialmente devido à mobilidade constante dessas comunidades e à confusão nos registros históricos e nomenclaturas, problemas evidenciados em obras anteriores, como as de Romário Martins.

Embora a obra avance em alguns aspectos ao reconhecer a relevância dos povos indígenas, ela também reproduz visões que os limitam a um passado estático, negando sua continuidade e agência nos processos históricos mais amplos. Por isso, sua narrativa permanece um produto do contexto em que foi escrita, ao mesmo tempo em que aponta para novas possibilidades de pesquisa e interpretação.

1.5 A TERCEIRA GERAÇÃO: NOVAS QUESTÕES, FONTES E MÉTODOS

Na década de 1970, a expansão dos cursos de pós-graduação em História no Brasil provocou um impacto significativo na produção científica da área, ampliando as linhas de pesquisa, incluindo a História Regional (Arruda; Proença, 2013, p. 250). O interesse por essa linha avançou nas décadas seguintes. Contudo, segundo Silveira (1990), na década de 1980, a ideia de região estava fortemente articulada à problemática do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. A pesquisadora destaca: "É inegável que a maior parte dos estudiosos da chamada 'questão regional' concentrou suas análises e suas elaborações teóricas a partir do processo de constituição do capitalismo" (Silveira, 1990, p. 39).

Conforme Arruda e Proença (2013, p. 251), no final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, ocorreram transformações significativas na historiografia. Estudos sobre história da cultura, simbologia e representações ganharam força. Influenciados por intelectuais como Pierre Bourdieu, as narrativas históricas começaram a explorar novas formas de discurso, explicitando identidades e particularidades de determinados territórios nomeados como regiões. Essas abordagens permitiram compreender como esses espaços moldavam o "poder simbólico" e eram palco de "lutas simbólicas".

A partir dos anos 1990, observa-se uma ruptura com a ideia de escrever uma única narrativa histórica para o estado do Paraná, que caracterizava obras de autores como Romário Martins e produções do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). Esse rompimento também se distanciou das narrativas unificadoras propostas pelos professores do Departamento de História da UFPR na década de 1960. Naquele momento, a historiografia regional adotou "[...] novas fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista, que levam à reavaliação do passado e de suas interpretações estabelecidas" (Reis, 2000, p. 10).

A criação de novas universidades estaduais no Paraná a partir da década de 1970, como a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ampliou significativamente as oportunidades para a pesquisa histórica na região. Muitos professores dessas instituições buscaram aprimoramento acadêmico em universidades

renomadas, como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), fortalecendo os laços com centros de pesquisa e atualizando métodos e abordagens historiográficas.

Esse intercâmbio acadêmico permitiu a formação de redes de colaboração, promovendo avanços significativos na pesquisa histórica e consolidando a historiografia paranaense. No final da década de 1990, a criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em História nas universidades estaduais do Paraná proporcionou um impulso adicional. Esses programas se tornaram espaços fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas com foco no estado, enriquecendo a compreensão da história regional por meio de novas questões, fontes e metodologias.

No próximo capítulo desta pesquisa, serão discutidas as transformações no campo da historiografia regional, com destaque para a presença dos povos indígenas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), especialmente em São José dos Pinhais. Para isso, serão analisados os sumários da revista História, Questões e Debates da UFPR, o banco de dissertações e teses do curso de História da mesma universidade, além das obras da historiadora Maria Angélica Marochi, que se especializou em história regional e local, com foco em São José dos Pinhais.

1.5.1 A Revista História Questões e Debates

A revista “História, Questões e Debates”, vinculada ao departamento de História da UFPR e à Associação Paranaense de História (APAH), teve seu primeiro número publicado em novembro de 1980. Ela se tornou um importante veículo de divulgação acadêmica, reunindo produções de pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais.

Durante a década de 1980, a revista acompanhou as transformações no campo da historiografia, promovendo a ampliação dos objetos de estudo e revisões metodológicas. Nesse contexto, desempenhou um papel relevante ao fomentar o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, bem como entre a história e outras disciplinas. A revista consolidou-se como um espaço de debate acadêmico, promovendo avanços no conhecimento histórico e incentivando a interação entre pesquisadores.

Segundo Thiago Felipe Reis, em sua análise sobre a criação da revista, o contexto de sua fundação reflete divisões no Departamento de História da UFPR. Conforme destacou:

O departamento de história da UFPR estava dividido entre uma geração de historiadores anteriores e uma nova [...] havia uma área mais conservadora como da professora Cecília Westphalen e Altiva Balhana, e outra área mais progressista formada por professores como Ana Maria Burmester, Marionilde além do professor Sergio Nadalin [...]. A coordenação do periódico propôs a criação de um local social para o debate entre os historiadores interessados na historiografia do Paraná que seria a associação a APAH, que procurou diferenciar-se da ANPUH (Reis, 2000, p. 250).

Reis (2019, p. 257) destacou que, nos primeiros anos, a revista foi fortemente influenciada pela Escola dos *Annales*, abordando temas como educação, análise demográfica e quantitativa, história dos alimentos e gêneros alimentícios, movimentos agrários sindicais, história agrária, teoria da história, historiografia, história regional e formação do historiador. A revista buscava estabelecer um diálogo entre professores do ensino médio, universitários e acadêmicos, promovendo uma educação histórica que estimulasse a reflexão crítica.

Segundo considerações de Brasil Pinheiro Machado, na apresentação da edição de 1987, a criação da revista permitiu que se abrisse um espaço para se escrever história, que fosse pensada a partir de qualquer viés teórico, pois o importante é que fosse escrita e publicada pelos historiadores regionais praticantes, marcando essa linha de pesquisa naquela universidade.

Ao analisar os sumários da revista, Reis (2019, p. 255) observou que os autores que colaboraram, em sua maioria foram os pesquisadores da UFPR, seguidos por de outras instituições universitárias do Estado. Além disso, a revista promoveu uma aproximação da História com as Ciências Sociais, introduzindo novas influências, fontes, problemas, metodologias e estilos de escrita, fortalecendo a linha da história social.

Para analisar como os povos indígenas que habitavam a Região Metropolitana de Curitiba antes da colonização foram retratados nas narrativas publicadas pela revista, foi realizada uma análise preliminar dos sumários de suas edições. O critério inicial foi a presença dos termos “índio”, “indígena” ou o nome de algum grupo étnico nos títulos dos artigos, considerando que o título reflete os elementos centrais do conteúdo, indicando o tema e o assunto abordados.

Além disso, os termos deveriam estar contextualizados em recortes temporais e espaciais específicos, como o período pré-colonial ou pré-histórico, a colonização, o Brasil Colônia, o Planalto Curitibano, o Primeiro Planalto e São José dos Pinhais.

1.5.1.1 As edições da revista História, Questões e Debates

A análise do sumário de todas as edições da revista História, Questões e Debates, desde sua primeira publicação em 1980 até o ano de 2022, teve como objetivo identificar artigos que mencionassem os termos “índio”, “indígena” ou algum grupo étnico nominalmente nos títulos.

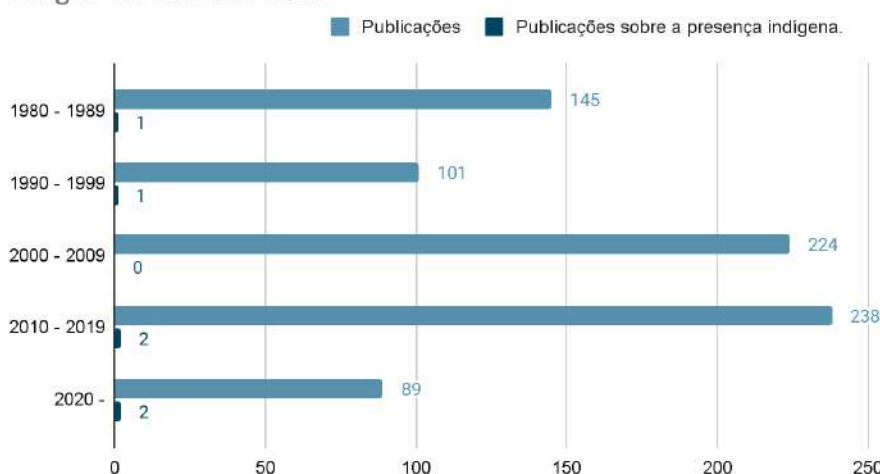
O intuito era compreender a presença da temática indígena nas narrativas historiográficas divulgadas pela revista e aplicar filtros temporais e espaciais relevantes para esta pesquisa.

Durante a análise, verificou-se que nenhum artigo publicado ao longo dessas quatro décadas tinha como foco central a História Indígena, conforme indicado pelos títulos. Isso significa que os povos indígenas não foram apresentados como o principal sujeito das pesquisas selecionadas para publicação. Dessa forma, não foi possível aplicar o segundo filtro, que previa uma delimitação temporal e espacial mais específica.

É importante destacar, entretanto, que isso não significa que os povos indígenas estejam completamente ausentes das narrativas dos artigos. A ausência de destaque nos títulos indica que esses povos não foram priorizados como o sujeito principal, mas podem estar presentes de forma secundária ou marginal em outras abordagens, isso, sem considerar que não temos acesso aos artigos que não foram aceitos para publicação e que poderia proporcionar subsídios para uma outra reflexão.

A partir da análise, foram selecionados cinco artigos que apresentavam alguma relação com a temática indígena por meio de palavras-chave. Esses artigos não contribuíram diretamente para o levantamento bibliográfico específico desta pesquisa, mas trouxeram reflexões importantes sobre como a história e a cultura dos povos indígenas no Paraná foram tratadas – ou negligenciadas – pela historiografia produzida no contexto do curso de História da UFPR, uma das instituições mais tradicionais do estado.

Gráfico 1 - Artigos da revista História, Questões e Debates no campo da História Indígena



Fonte: organizado pela autora (2023)¹¹.

¹¹ Maiores informações sobre os artigos no Anexo I.

Os artigos identificados revelam lacunas e continuidades na produção historiográfica sobre os indígenas no Paraná, como se observa nas abordagens e autoria:

- 1) 1984 – “Depoimento de índios Kaingang sobre o trabalho volante que realizam no Paraná agrário” (Cecília Maria Vieira Helm) - Este foi o primeiro artigo da revista com temática indígena em destaque no título. Ele não foi escrito por uma historiadora, mas por uma professora titular do Departamento de Psicologia e Antropologia da UFPR. Esse fato ressalta que o texto foi produzido a partir de outro lugar social e disciplina científica, evidenciando a ausência de protagonismo da História na abordagem desse tema.
- 2) 1996 – “Missionários e Feiticeiros: representações do índio segundo os missionários castelhanos das missões jesuíticas do Paraguai (séculos XVII-XVIII)” (Aníbal Costa e Souza) - Esse foi o primeiro artigo na revista escrito por um historiador e que abordou a história indígena diretamente. A narrativa utilizou fontes documentais produzidas por colonizadores para analisar as representações dos indígenas pelos missionários castelhanos. Apesar disso, a pesquisa priorizou a perspectiva dos colonizadores, com os indígenas figurando como objeto de representação.

Entre os anos 2000 e 2016 não foi localizado nenhum artigo com o filtro utilizado. Por isso avançou-se para 2017, quando o periódico publicou a edição temática “História da Moda” e para a surpresa desta pesquisadora, trouxe um artigo intitulado “Vestires indígenas em Bonecas Karajá: argumentos para uma história da indumentária no Brasil”, da pesquisadora Rita de Moraes de Andrade (2017). A autora do artigo é Doutora em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo professora associada da Universidade Federal de Goiás. Na pesquisa, Rita de Moraes, propôs uma reflexão sobre os estudos de indumentária de acervos a partir de museus, para isso ela selecionou indumentárias das bonecas Karajá, as ritxoko.

O dossiê temático buscou apresentar um pouco sobre as Histórias da Moda, reunindo pesquisadores brasileiros e estrangeiros que utilizam a indumentária e cultura material como fonte histórica, nesse sentido, evidenciou a possibilidade de tratar da história e cultura dos povos indígenas na historiografia a partir de temáticas diversas, como no caso do dossiê do volume 65 da revista História, Questões e Debates, que tratou da “História da Moda”.

Em 2020 foi publicado o último artigo, uma produção coletiva dos pesquisadores Tamiris Maia Gonçalves Pereira, Sônia Maria de Magalhães e Elias Nazareno, intitulado “Estado do Conhecimento sobre história da alimentação indígena no Brasil”, como parte do

dossiê temático “Direitos Humanos e Política de Memória”. Os autores buscaram contextualizar abordagens recentes desenvolvidas na História da Alimentação, com foco na alimentação indígena, cujo interesse está relacionado ao fomento de produções que privilegiam questões relacionadas a identidade, hábitos, saúde e consumo.

Os últimos artigos, publicados nos volumes 65 e 68 da revista, estão relacionados as abordagens mais atuais e as novas possibilidades para a escrita da História, onde os povos indígenas aparecem como sujeitos da história incluídos nas narrativas a partir de uma diversidade de olhares, utilizando fontes históricas variadas.

Se desconsiderarmos a metodologia proposta nesta etapa da pesquisa, a partir da busca de palavras-chave nos títulos dos artigos, a história e cultura dos povos indígenas poderiam ser localizados em alguns textos, como os que investigam a formação étnica das populações. O que nos remete, ainda, em certa medida, a influência da tese do von Martius sobre como escrever a História, uma vez que o espaço do indígena está vinculado a sua contribuição da formação étnica da sociedade brasileira, porém revisitado a partir de novas questões e debates, como “A etnia como estratégia política” (Mercante, 1984) ou “Da festa a sedição: sociedade, etnia e controle social na América Portuguesa” (Silva, 1999).

Outra abordagem em que podemos identificar a presença dos povos indígenas nos discursos, mesmo que sua história e cultura não sejam o objeto da investigação, são os artigos que tratam da escravidão. Como no volume 16 da revista, em 1988, cujo tema do dossiê foi “Escravidão”, em referência ao Centenário da Abolição, nesse sentido, ao falar da escravidão no país ou estado, não seria possível deixar de mencionar os povos indígenas, porém, se limita a isso, mencionar, considerando que nenhum dos artigos trouxe uma investigação que fosse específica sobre os indígenas e a escravidão. Por sinal, seria interessante comentar que questões como “escravidão” foi tema de dossiês da Revista mais de uma vez, em 1988 como mencionado, em 2010 com “África, tráfico de escravos e escravidão na América”, enquanto a história e cultura das populações indígenas não foi tema de nenhum dossiê¹².

Ainda, em relação ao dossiê temático de 2010, nenhum dos artigos tratou das especificidades da escravidão dos povos indígenas na América, mesmo que dentro do tema houvesse essa possibilidade. O mesmo, pode ser observado em outro dossiê temático, o número 66, que foi dividido em dois volumes, cujo tema era “O que o Patrimônio muda?”. Conforme esclarecimentos na edição, feito pela equipe editorial da Revista, eles estariam buscando a

¹² O tema futebol também possui mais de um dossiê temático.

internacionalização da revista, por isso, teriam adotado como prática alternar convidados do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR com pesquisadores importantes.

Pela primeira vez observou-se um dossiê organizado por uma pesquisadora de fora do programa, da Universidade de Laval, no Canadá. Os artigos foram escritos por estudiosos da cultura material e patrimônio e estariam em consonância com as preocupações atuais, discutindo políticas públicas para uma democratização do acesso ao passado e gestão de patrimônio. No entanto, nenhum dos textos trouxe a importância da cultura material para a escrita da história indígena.

Uma análise mais detalhada e sistemática da revista, considerando todos os artigos publicados e não apenas os títulos, seria fundamental para compreender como os indígenas foram retratados de forma mais ampla. No entanto, esta análise preliminar destaca que, mesmo em um dos principais veículos de divulgação historiográfica do Paraná, os povos indígenas têm recebido atenção limitada, frequentemente figurando como coadjuvantes ou sendo mencionados de forma marginal.

A ausência de uma abordagem consistente e centralizada sobre a história indígena nas edições da revista reflete uma lacuna significativa na historiografia regional. Isso ressalta a necessidade de novas investigações que não apenas reconheçam, mas priorizem a história, cultura e protagonismo dos povos indígenas no Paraná e no Brasil.

1.5.2 Produções contemporâneas

A partir da década de 1990, a historiografia brasileira passou por importantes transformações, impulsionadas pela expansão dos cursos de pós-graduação em História e pela ampliação das abordagens temáticas e metodológicas. No Paraná, essas mudanças também influenciaram a produção acadêmica e cultural relacionada à Região Metropolitana de Curitiba, incluindo narrativas locais e regionais.

Um exemplo significativo dessa produção é o livro “São José dos Pinhais: a trajetória de uma cidade”, publicado em 1992. Resultado de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Cultura e a iniciativa privada, a obra foi lançada em comemoração ao tricentenário da cidade. Seu objetivo principal era registrar a história local, com enfoque em aspectos históricos, econômicos e sociológicos. O livro foi amplamente distribuído para escolas e bibliotecas, tornando-se uma referência na educação básica e um objeto de estudo para docentes da região.

O estudo foi conduzido pelos pesquisadores Maria Cristina Colnaghi (Mestra em História do Brasil pela UFPR e era vinculada ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social - IPARDES), Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho (era professor de Economia na UFPR E presidente do IPARDES) e Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (Professora na UFPR e vinculada ao IPARDES).

Segundo o texto introdutório, o livro seria fruto de uma pesquisa histórica, econômica e sociológica que adotou como elemento de análise uma cidade (Colnaghi; Magalhães Filho; Magalhães, 1992, p. 3). A obra foi organizada em três partes, ou capítulos, e em nenhuma delas a população indígena foi mencionada. A trajetória da cidade começa com a exploração do ouro e ocupação pelos europeus, que foi seguida da construção de uma capela.

Apesar de se tratar de uma obra que buscava compreender a trajetória histórica da cidade, nenhuma menção foi feita à presença ou legado dos povos indígenas que habitavam o território antes e durante a ocupação europeia. A narrativa começa diretamente com a exploração do ouro, ignorando as populações originárias que desempenharam papel crucial na formação inicial do espaço e na interação com os colonizadores.

A ausência de menções aos povos indígenas na obra reflete uma continuidade na tradição historiográfica predominante em décadas anteriores, que relegava os indígenas a um papel secundário ou os excluía completamente das narrativas sobre a formação das cidades. Esse tipo de lacuna não é incomum em produções históricas voltadas para comemorações institucionais, que frequentemente priorizam narrativas eurocêtricas e celebratórias.

Além disso, ao ignorar os povos indígenas, a obra reforça a ideia de que a história de São José dos Pinhais começa com a chegada dos europeus, apagando séculos de ocupação e contribuição indígena para a formação do território. Essa abordagem perpetua uma visão limitada e incompleta do passado local.

1.5.2.1 Teses e dissertações de História na UFPR

Para conduzir a análise das produções disponíveis no Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, foi adotada a mesma metodologia utilizada para o periódico “História, Questões e Debates”. A busca concentrou-se nos títulos dos trabalhos, entendendo que este espaço deve apresentar claramente o objeto e a problemática central da pesquisa. Ressalta-se que, devido à ausência de alguns trabalhos no repositório, apenas os documentos disponíveis foram considerados.

A análise inicial buscou identificar títulos contendo palavras-chave como “índio”, “indígenas” ou nomes de etnias que habitaram o estado do Paraná nos períodos pré-colonial e colonial. O levantamento revelou a ausência de pesquisas cujo foco central fosse a história indígena, especialmente no recorte espacial e temporal de interesse desta investigação.

Essa lacuna é significativa e merece problematização, pois a falta de interesse em pesquisar os povos indígenas como sujeitos históricos evidencia não apenas uma escolha acadêmica, mas também traços de uma mentalidade que perpetua o silenciamento histórico sobre essas populações.

Apesar da ausência de pesquisas diretamente alinhadas ao tema desta investigação, dois trabalhos se destacaram pelo ineditismo e por explorarem aspectos relacionados à história indígena. O primeiro publicado no ano de 2012, do Maicon Fernando Marcante, intitulado “Aldeados e africanos livres: relações de compadrio e formas de inserção no aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)”.

A pesquisa investigou as implicações do projeto de civilização e incorporação dos grupos indígenas durante o Segundo Reinado, a partir do caso específico do aldeamento São Pedro de Alcântara, o trabalho destacou-se por seu enfoque inovador no contexto do Paraná.

A segunda pesquisa, publicada em 2018, também é uma dissertação, do pesquisador Marcio Marchioro (2018), intitulado “Sobre os índios da pedra escorregadia: matrimônio e família na aldeia de Itapecerica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830)”. No estudo, buscou compreender as alianças e afinidade dos indígenas aldeados em Itapecerica em comparação com outras aldeias indígenas, além de analisar aspectos da organização social dos aldeamentos indígenas no final do período colonial.

A análise revelou que, quando os povos indígenas aparecem nas pesquisas do Programa, geralmente estão inseridos em contextos mais amplos, como diversidade étnica, reduções jesuíticas ou escravidão. No entanto, a história e cultura indígena raramente figuram como objeto central de investigação, sendo tratadas como parte do pano de fundo de outras temáticas.

Uma exceção, uma vez que não se encaixou no escopo desta pesquisa, porém, digna de menção, dado o ineditismo a partir do lugar em que foi produzida, é a dissertação produzida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), criado em 2013 e vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A dissertação foi intitulada “A temática indígena e o ensino de História: os Avá-Guarani e a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1973-1982)”, defendida em 2021 pela pesquisadora Crislene Bueno Carvalho Galdino.

A análise dos títulos disponíveis no banco do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR reforça o silenciamento sobre a presença indígena na historiografia regional, especialmente no Planalto Paranaense. Tal ausência é reveladora e reflete mais sobre as escolhas acadêmicas e institucionais do que sobre a ausência de relevância histórica dos povos

indígenas. Demonstrando uma permanência em relação ao este campo investigativo, que se estende deste a criação do Departamento de História, até o momento deste levantamento.

Embora estas pesquisas tenham sido utilizadas como referências nesta investigação, isso se deu de forma secundária, devido ao estudo de trajetórias de historiadores ou obras importantes, e não pelo tratamento direto da história indígena na região e nos períodos de interesse. Por fim, a análise evidencia a necessidade de um olhar mais crítico e inclusivo na produção historiográfica regional, que considere os povos indígenas não apenas como coadjuvantes em narrativas mais amplas, mas como sujeitos históricos centrais.

1.5.3 Maria Angélica Marochi uma historiadora local e independente

A dificuldade em encontrar estudos históricos específicos sobre a presença indígena na Região Metropolitana de Curitiba, particularmente em São José dos Pinhais, durante os períodos pré-colonial e colonial, foi evidente na análise das produções do Departamento de História da UFPR, incluindo a “Revista História, Questões e Debates” e o banco de teses e dissertações. Contudo, a trajetória e as obras da historiadora Maria Angélica Marochi receberam atenção especial, dada sua relevância como pesquisadora de história regional e local.

Maria Angélica Marochi nasceu e cresceu em São José dos Pinhais e é graduada em História e Pedagogia pela UFPR, tendo aulas com alguns dos professores mencionados anteriormente, pertencentes a “Segunda Geração”. Dedicou a maior parte de sua vida à docência, atuando no sistema estadual de ensino do Paraná e em escolas municipais de São José dos Pinhais, ocupando funções pedagógicas e administrativas. Entre 1985 e 1988, coordenou o sistema estadual de ensino local como Inspetora Estadual de Ensino e, em 1989, dirigiu o Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Apesar de seus vínculos institucionais com o estado e município, desde que se aposentou ela pesquisa e publica de forma independente. Praticamente todos os livros de autoria da professora Maria Angélica são de história local, a partir da pesquisa em diferentes arquivos públicos e particulares, depoimentos e pesquisadores, procurou investigar o passado a partir de diferentes problemáticas, porém sem se debruçar em fatos ou eventos específicos. Suas narrativas são as principais referências das unidades de ensino e páginas institucionais, para conhecer a história da cidade de São José dos Pinhais, portanto, o que a professora escreve acaba sendo reproduzido.

Algumas de suas obras publicadas foram: “Imigrantes (1870-1950): os europeus em São José dos Pinhais” (2013); “De freguesia a diocese: a trajetória da Igreja Católica em São José dos Pinhais / 1690-2007” (2007); “Uma história de esperança: entre o nascer e o morrer:

documentos oficiais e de memórias da religiosidade e da cultura em São José dos Pinhais” (2011); “História & Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais” (2014); “Ordem & Poder: uma ideia de construção da vida política e administrativa de São José dos Pinhais” (2017); “Caminhando por São José dos Pinhais” (2021).

As obras de Maria Angélica são as principais referências utilizadas nas unidades de ensino e em materiais institucionais de São José dos Pinhais para contar a história do município. Essa ampla circulação faz com que suas narrativas sejam reproduzidas de maneira quase incontestável, consolidando sua influência na construção da memória coletiva da cidade.

Embora suas obras tragam contribuições valiosas para a história local, as narrativas de Maria Angélica Marochi não se aprofundam na presença ou na cultura dos povos indígenas que habitaram São José dos Pinhais nos períodos pré-colonial e colonial. Esse silenciamento reflete uma lacuna recorrente na historiografia local, que muitas vezes privilegia aspectos da imigração e da formação política e administrativa da cidade, deixando de lado a história indígena enquanto foco central.

Marochi continua produzindo e publicando até o momento desta pesquisa. Em suas obras mais recentes, tem demonstrado uma preocupação crescente em construir uma historiografia local mais inclusiva, na qual tanto os negros quanto os indígenas estejam presentes na narrativa, ainda que de forma tímida. Essa preocupação evidencia um processo de autoavaliação por parte da autora, que tem consciência do impacto de suas publicações no município e busca acompanhar as problematizações que a própria História, enquanto campo acadêmico, faz de si mesma.

Isso se deve, em parte, à sua formação no Departamento de História da UFPR, onde teve como mentores intelectuais historiadores da Segunda Geração. Esse contexto acadêmico influenciou suas primeiras produções e moldou sua abordagem historiográfica inicial.

1.5.3.1 Os indígenas nas narrativas de Maria Angélica

Nas primeiras publicações da professora Maria Angélica Marochi, observa-se uma dedicação meticulosa ao levantamento e análise de fontes sobre a história de São José dos Pinhais. Contudo, os povos indígenas são pouco mencionados ou estão ausentes como sujeitos ativos das narrativas históricas.

Em sua obra inaugural, “Imigrantes 1870–1950: os europeus em São José dos Pinhais”, Marochi (2006) adota uma abordagem voltada à história local, com foco na imigração europeia. Contudo, a ausência de qualquer menção aos povos indígenas no sumário indica que este grupo não foi considerado central na análise do território investigado.

O mesmo padrão pode ser observado em obras subsequentes, como “De Freguesia a Diocese: a trajetória da Igreja Católica em São José dos Pinhais (1690–2007)” (2007) e “Uma História de Esperança: entre o nascer e o morrer” (2011). Apesar de trazer contribuições significativas, como o levantamento inédito de documentos dos séculos XVIII e XIX em arquivos locais e eclesiásticos, essas narrativas não incorporam a presença indígena de forma expressiva.

Foi em “História & Memória: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais” (2014) que Maria Angélica, pela primeira vez, mencionou os povos indígenas como parte da história do território. Com base em pesquisas realizadas no Centro de Pesquisas Arqueológicas da UFPR (CEPA), a autora utilizou evidências arqueológicas para contextualizar a presença dos indígenas no planalto curitibano e em São José dos Pinhais:

Por meio destes achados é que os arqueólogos conseguiram identificar quais sociedades indígenas pertenceram a estes antigos habitantes de terras são-joseense e arredores [...] os resultados das pesquisas arqueológicas demonstram que, na época da ocupação portuguesa, o planalto Curitibano era habitado por grupos tribais, pertencentes as famílias linguísticas Jê e Tupi-Guarani. Os subgrupos dos Jê, provavelmente Kaingang e Xokleng [...] (Marochi, 2014, p. 38).

Essa obra marcou um avanço ao trazer para o centro da narrativa os povos indígenas, mesmo que de forma introdutória, fundamentando-se em fontes arqueológicas.

No livro “Ordem & Poder: uma ideia de construção da vida política e administrativa de São José dos Pinhais – Paraná”, publicado em 2014, não encontramos a presença dos povos indígenas na narrativa. Já em sua publicação mais recente, até a escrita desta pesquisa, “Caminhando por São José dos Pinhais”, de 2021, a autora trata dos caminhos antigos do município utilizados pelos colonizadores europeus, para isso, ela vai explicar que muitos destes caminhos eram trilhas indígenas, portanto, terá que comentar sobre a presença destes sujeitos neste território.

No texto introdutório do livro “Caminhando por São José dos Pinhais”, para além do título, o preâmbulo, nos deu mais um indício da inspiração da autora, ao iniciar com uma citação do pesquisador Júlio Estrela Moreira (1975), cujas contribuições para a escrita da História do Paraná são relevantes, com destaque para a coleção “Caminhos das Comarcas, Curitiba e Paranaguá”, sobre quem a vida e obra trataremos mais adiante.

As obras de Maria Angélica Marochi mostram uma mudança em sua abordagem historiográfica, demonstram como ao longo do tempo sua preocupação em relação à inclusão dos povos indígenas em suas narrativas foi se tornando mais consistente. Contudo, a menção a

esses grupos permanece limitada e, em geral, atrelada ao uso de trilhas e vestígios arqueológicos, sem maior aprofundamento sobre suas culturas e dinâmicas sociais.

No próximo capítulo, será explorado o caminho percorrido pela professora ao buscar colaboração com outros departamentos, como Arqueologia, Etnologia e Antropologia, tanto dentro da UFPR quanto em outras universidades estaduais do Paraná. Essas conexões abriram novas possibilidades para a construção de narrativas mais inclusivas sobre a história e cultura dos povos indígenas na região.

2 HISTÓRIA INDÍGENA EM OUTROS LUGARES

Neste capítulo, buscamos sistematizar aspectos da História Indígena produzidos em outros lugares sociais, no sentido proposto por Michel de Certeau. Essa abordagem se justifica pela constatação, no capítulo anterior, de que no Departamento de História da UFPR, os silenciamentos e ausências de narrativas sobre os povos indígenas revelaram mais do que as próprias produções. Tal panorama evidencia que, mesmo com as transformações ocorridas na disciplina ao longo do tempo, alguns temas e linhas de investigação continuam recebendo pouca atenção, independentemente de sua relevância para a História Regional e Local.

No capítulo anterior, analisamos como os indígenas que habitavam o Paraná foram representadas (ou omitidas) em narrativas clássicas da historiografia regional paranaense. Observou-se que, inicialmente, a História Regional foi escrita por intelectuais que não eram necessariamente historiadores, mas estavam preocupados em registrar e legitimar uma memória histórica para o estado. Esses primeiros registros foram amplamente influenciados pelos moldes propostos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), refletindo os interesses e pressupostos da época.

Contudo, mesmo após a criação do curso de História na UFPR e a profissionalização da pesquisa histórica, os povos indígenas continuaram recebendo pouca atenção dos historiadores que se dedicaram à História do Paraná. Mesmo nos anos 1980, quando a Nova História trouxe novas questões e fontes para a disciplina, essa lacuna permaneceu evidente, especialmente em relação aos povos indígenas que habitavam o Planalto Curitibano, incluindo São José dos Pinhais, território central para este estudo.

Essa afirmação foi sustentada por uma análise sistemática do banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, realizada no capítulo anterior, utilizando palavras-chave relacionadas aos povos indígenas. Além disso, um levantamento dos títulos publicados na revista História, Questões e Debates, desde sua criação até os dias atuais, confirmou a ausência de artigos que tratassem diretamente desses povos, muito menos no recorte temporal e espacial de interesse desta pesquisa.

Apesar dessas lacunas, a presença histórica dos povos indígenas na região já havia despertado interesse em outros lugares sociais de produção de conhecimento. Este capítulo, tem como objetivo explorar as narrativas produzidas nesses outros espaços, como departamentos de Arqueologia, Antropologia e Etnologia na própria UFPR, além de instituições de ensino superior localizadas no interior do estado. Também será considerado o conhecimento produzido

por disciplinas relacionadas, com suas problemáticas, fontes e métodos de pesquisa, buscando contribuir para a construção de uma narrativa Etno-histórica.

Ao entender que a narrativa histórica é condicionada pelas relações estabelecidas no lugar social em que foi produzida - incluindo métodos, topografia de interesses, documentos utilizados, regras institucionais e validações científicas -, explorar outros lugares sociais de produção do conhecimento nos permitirá enriquecer e ampliar as perspectivas sobre os povos indígenas na história regional. Nesse sentido, como bem observa Certeau (2002), a articulação entre o espaço social, político e cultural circunscreve a elaboração das narrativas históricas, destacando a importância de visitarmos essas outras instâncias de produção do saber.

Neste item, mais do que aproximar-se do conhecimento produzido por outras ciências a respeito dos povos indígenas, foi necessário recorrer a um método de pesquisa interdisciplinar, que permitisse tecer estes conhecimentos com vistas na sistematização de uma narrativa histórica local.

2.1 HISTÓRIA INDÍGENA COM O MÉTODO ETNOHISTÓRICO

Esta pesquisa objetiva contribuir para o campo da História Indígena, com foco nos povos que habitavam o território hoje pertencente a São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A abordagem adota o método Etno-histórico, alinhando-se a estudos de renomados pesquisadores como Robert Carmack (1979), Bruce Trigger (1982), Jorge Eremites de Oliveira (2003), Thiago Cavalcante (2011), José Luís de Rojas (2008) e Lúcio Tadeu Mota (2014). Esses autores dialogam com a matriz norte-americana de Etno-história, discutida desde a Conferência de História Indígena de Columbus, Ohio, em 1953.

A Etno-história é, por definição, um método interdisciplinar que combina dados e abordagens da Antropologia, História e Arqueologia. José Luís de Rojas (2008, p. 118) destaca que, enquanto as disciplinas “disciplinam”, a Etno-história oferece uma liberdade metodológica única, permitindo que o problema de pesquisa determine as fontes e os métodos - e não o contrário. Essa flexibilidade dá ao pesquisador autonomia para adaptar ferramentas metodológicas às especificidades de seus objetos de estudo.

Conforme Cavalcante (2011 p. 350), a metodologia Etno-histórica já orienta trabalhos em universidades norte-americanas, australianas e da região do Pacífico, além de algumas instituições brasileiras, como a Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal da Grande Dourados e Universidade de São Paulo. Contudo, segundo Rojas (2008), mesmo no Brasil, grande parte das pesquisas ainda segue moldes disciplinares, demandando que os

profissionais complementem sua formação de forma independente. Ele sugere a criação de um núcleo comum em formações humanísticas para melhor integrar disciplinas correlatas.

Eric Hobsbawm (1988), na obra a “Era dos Impérios”¹³, contextualiza como a visão eurocêntrica espalhou-se pelo mundo durante o período colonial, impactando profundamente a forma como sociedades não europeias foram percebidas e historicamente representadas. Essa visão reforçou conceitos de superioridade e inferioridade baseados em estruturas sociais, políticas e econômicas, moldando as narrativas históricas no século XX. Lúcio Tadeu Mota (2014, p. 6) critica como essas noções eurocêntricas impuseram marcos temporais que desconsideraram aspectos fundamentais das sociedades indígenas.

Adotar o método da Etno-história implica não apenas ampliar o escopo interdisciplinar, mas, também, promover a descolonização das narrativas históricas. Isso exige reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos plenos, ativos em suas histórias, e não apenas vítimas de processos coloniais (Cunha, 1992; Oliveira, 2001; Pacheco de Oliveira, 1999). Como Trigger (1982) sugere, a história indígena deve ser estudada de forma independente, com a história colonial abordada apenas na medida em que impacta a dinâmica indígena.

A escolha por uma abordagem Etno-histórica, interdisciplinar e atenta às vozes indígenas, mesmo quando fragmentadas ou ausentes nas fontes tradicionais, dialoga com os princípios da micro-história, conforme discutido por Jacques Revel (1998). Essa perspectiva propõe o deslocamento do olhar historiográfico das grandes estruturas e generalizações para sujeitos e contextos locais, valorizando a análise intensiva de situações específicas como forma de acessar dimensões mais amplas da experiência histórica. Ao centrar a atenção em vestígios materiais, fontes e registros que escapam à lógica das grandes séries documentais, a micro-história oferece ferramentas para reconstruir trajetórias e resistências silenciadas, o que se revela especialmente pertinente no estudo da presença indígena no Planalto Curitibano.

Bruce Trigger (1982) e Eric Wolf (2005) argumentam que as sociedades indígenas devem ser compreendidas como partes integrantes de processos múltiplos e interconectados, inseridas em dinâmicas coloniais complexas e assimétricas. Apesar disso, antes da Segunda Guerra Mundial, os estudos antropológicos priorizavam culturas indígenas “tradicionais”, negligenciando mudanças decorrentes do contato com europeus, como desintegração cultural e assimilação forçada.

¹³ Na coleção o autor analisou os anos que formaram o mundo do século XX, para isso ele voltou seu olhar para os anos 1875-1914.

Mudanças significativas no estudo dos indígenas ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, impulsionadas por reformas legais na América do Norte que permitiram aos povos indígenas reivindicarem terras e reparações. Essas mudanças geraram demandas por laudos técnicos que incentivaram colaborações interdisciplinares, culminando na Conferência de Columbus em 1953 e na criação da revista “*Ethnohistory*” em 1954.

No Brasil, o movimento pela inclusão da história indígena foi impulsionado na década de 1980, em meio às discussões sobre a Constituição Federal de 1988. Segundo Santos (1985), as reuniões preparatórias para a Constituição enfatizaram o pluralismo cultural como fundamento da política indigenista, promovendo o respeito à autonomia e diferença.

Manuela Carneiro da Cunha organizou um grupo de trabalho multidisciplinar em 1983, discutindo história indígena e indigenismo. Ela observou que, até então, os indígenas eram consideradas sem futuro e sem passado, com sua história sendo amplamente ignorada por historiadores devido a uma visão limitada que privilegiava povos com escrita. Parte dessas discussões foi publicada na “Revista de Antropologia”, e Cunha argumentava que a história indígena estava começando a mudar, mas ainda enfrentava desafios metodológicos e epistemológicos.

A ausência de um passado para os povos indígenas era reforçada por historiadores e antropólogos. Conforme destacou Cavalcante (2011, p. 354):

[...] os primeiros hesitavam em se livrar do fetiche pelas fontes escritas, e escritas pelos próprios atores históricos, por isso não davam atenção à história indígena, que muitas vezes, só pode ser feita com o uso de fontes de terceiros, fontes materiais e/ou com o uso de tradições orais, sobre as quais pesavam muitas desconfianças.

Já em relação aos antropólogos, ele observou que:

[...] a sustentação foi atribuída a algumas filiações teóricas, como, por exemplo, o evolucionismo, para o qual os indígenas não tinham passado, pois, de certa forma, eram o próprio passado [...]. A mesma abstenção foi praticada pelos funcionalistas e estruturalistas que, por razões diversas, privilegiaram a análise sincrônica da sociedade (Cavalcante, 2011, p. 354).

Na década de 1980, no Brasil, a História, enquanto uma Ciência Humana, expandiu seus interesses, passando a estudar novos objetos e temáticas relacionados à cultura popular e às populações ágrafas de tradição oral. Para isso, recorreu a novos métodos e ampliou suas fontes, incorporando algumas que já eram utilizadas pela Antropologia e pela Arqueologia. Também houve uma valorização das identidades étnicas: a busca por direitos relacionados à terra, etnoconhecimentos e patrimônios culturais deu visibilidade às sociedades indígenas e gerou novas demandas para o estudo de suas histórias e costumes (Mota, 2014, p. 9).

Para Cavalcante (2011, p. 363), a década de 1990 foi marcada por uma ruptura, com o fortalecimento de iniciativas de articulação entre antropólogos, arqueólogos e historiadores voltadas para a pesquisa sobre as populações indígenas. Desse período, destaca-se a publicação da coletânea “História dos índios no Brasil”, organizada por Manuela Carneiro da Cunha (1992), além de outros trabalhos que se tornaram marcos na historiografia sobre o assunto, como “Negros da Terra”, de John Manuel Monteiro (1994), e “Ensaio em Antropologia Histórica”, de João Pacheco de Oliveira (1999).

Além disso, a partir de 2003, a Associação Nacional de História passou a incluir a temática História Indígena em seus simpósios bienais. O campo também ganhou espaço e atenção em revistas científicas do país (Cavalcante, 2011, p. 364). Porém, esse interesse não foi incorporado pelo Departamento de História da UFPR. Como observado ao longo do Primeiro Capítulo, a instituição permaneceu alheia à incorporação de questões envolvendo a História Indígena.

Com o objetivo de avançar na revisão de literatura, buscou-se adotar os mesmos critérios investigativos utilizados no capítulo anterior, com foco em uma análise discursiva. O objetivo foi examinar as produções desses pesquisadores, compreendendo quem eram e de que lugar social produziram – alguns deles, inclusive, pioneiros e autodidatas – e que demonstraram preocupação com a presença histórica indígena no território estudado, mesmo sem ocupar o lugar social de historiador.

2.2 EM DIÁLOGO COM CIÊNCIAS HUMANAS

Diferentemente do que algumas narrativas históricas podem dar a entender, a ausência de discussões sobre a presença dos povos indígenas na região pelo Departamento de História da UFPR não se deu por um suposto vazio demográfico ou pela falta de evidências materiais. Essa ausência reflete, na verdade, uma percepção de que esses sujeitos não eram considerados objeto de estudo da História. No entanto, em outros lugares sociais – como cursos de diferentes áreas dentro da própria UFPR ou universidades localizadas no interior do estado – a presença indígena na região há muito tempo já era tema de investigação por parte de pesquisadores. Esses pesquisadores, inclusive, chamavam a atenção da comunidade acadêmica, em eventos científicos, para a necessidade de tratar desses grupos em suas investigações.

Olhar para o que se produziu nestes outros lugares sociais evidenciam inclusive a relevância e pertinência de se utilizar o método interdisciplinar, como o Etno-histórico, na produção da narrativa sobre os indígenas, conjugando aspectos da Antropologia, da História e

da Arqueologia. Para isso, ao longo dos itens seguintes, será analisada algumas interfaces possíveis entre estas ciências, a fim de entender o movimento de indiscipliná-las.

Para tanto, foi realizado um levantamento das pesquisas conduzidas nesses diferentes contextos sociais, com o objetivo de identificar o que a Antropologia e a Arqueologia já investigaram sobre os povos indígenas na região do planalto curitibano. Essa análise busca destacar como essas disciplinas são fundamentais para a construção de uma narrativa histórica mais inclusiva e interdisciplinar.

2.2.1 História e Antropologia

Iniciamos a análise observando a Antropologia, que segundo Wolf (2005, p. 37) foi ambiciosamente intitulada a “*Ciência do Homem*”, propunha-se a realizar estudos dos povos não ocidentais e primitivos. No entanto, a Antropologia, enquanto ciência, possui uma trajetória histórica própria, o diálogo com a História se tornou mais intenso recentemente, resultando em novos pressupostos teóricos e conceituais para a análise das relações de contato entre povos cultural e etnicamente distintos (Almeida, 2012, p. 151). Alguns conceitos básicos seriam:

Cultura e etnicidade, vistos como produtos históricos que continuamente se constroem nas dinâmicas das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos, permitem compreensões mais amplas e complexas sobre as relações interétnicas e sobre os processos históricos (Thompson, 1981; Mintz, 2010; Barth, 2000). A partir dessas novas perspectivas, uma série de visões estereotipadas, preconceituosas e simplistas têm sido ultrapassadas, revelando sociedades complexas, nas quais indivíduos e grupos étnicos e sociais diversos circulam, interagem, influenciam-se mutuamente e transformam suas culturas, histórias e identidades (Almeida, 2012, p. 151).

Um exemplo desta tendência, pode ser observada em estudos mais recentes, sobre as sociedades americanas colonial e pós-colonial, em que os povos indígenas e africanos foram inseridos por muito tempo apenas num contexto de extrema violência e exploração, basicamente eles só são tratados como vítimas da mão de obra escrava de um sistema opressivo. Raramente como sujeitos ativos nos processos históricos nos quais se inserem, como foi possível observar nas análises dos títulos dos artigos da Revista “História, Questões e Debates”, no item 2.5.1 dessa pesquisa. Novas análises, permitiriam revisões não apenas da história desses povos, mas também adotar perspectivas regionais e nacionais, para isso métodos e fontes da história e da antropologia se articulariam, se complementariam à luz de pressupostos teóricos, justamente o que se pretende desenvolver ao longo do próximo capítulo.

Este diálogo entre as disciplinas não surgiu de forma imediata. Quando a História e a Antropologia se constituíram como ciências empíricas, o diálogo entre elas era limitado no que

diz respeito aos métodos, teorias, fontes e temas. Cada uma possuía campos investigativos nitidamente demarcados: os historiadores dedicavam-se às pesquisas empíricas e diacrônicas, fundamentadas em fontes escritas, buscando reconstruir o passado com veracidade dentro do conceito de “sociedades históricas”. Já os antropólogos interessavam-se pelas culturas de povos considerados primitivos, tradicionais e a-históricos, analisados, de forma geral, sob uma perspectiva sincrônica e com base em pressupostos teóricos previamente estabelecidos.

Conforme Almeida (2012, p. 152), essa separação gerou dualismos entre a Antropologia e a História, como: “tradição/modernidade; povos sem história/povos com história; sociedades frias/sociedades quentes; estruturas culturais/processos históricos”. Essas dicotomias limitaram o intercâmbio entre as disciplinas, consolidando seus objetos de estudo e restringindo as possibilidades de abordá-los de maneira integrada.

A interface entre as duas disciplinas começou a se formar a partir de mudanças teórico-metodológicas. Como Ginzburg (1981, p. 287-288) apontou, esse processo teve início quando os antropólogos passaram a se interessar pelos processos de mudança social, reconhecendo que seus objetos de estudo não eram estáticos ou imutáveis. Paralelamente, os historiadores começaram a valorizar aspectos anteriormente considerados irrelevantes, como comportamento, crenças e cotidianos das pessoas comuns. Essa aproximação foi impulsionada nas décadas de 1950 e 1960, quando antropólogos passaram a alertar sobre as consequências de desconsiderar a trajetória histórica dos povos que estudavam.

Entre os historiadores, o movimento de aproximação foi mais visível a partir da Escola dos *Annales*, que, ao se afastar do historicismo do século XIX, começou a incorporar novas temáticas e abordagens teórico-metodológicas, como a História Cultural (Bloch, 1965; Burke, 2000). A interação com a Antropologia intensificou-se nas décadas de 1970 e 1980, resultando na valorização de temas, fontes e métodos antropológicos. Essa troca permitiu avanços significativos em ambas as áreas, promovendo a historicização e a ampliação de categorias de análise e conceitos.

Segundo Burke (2000, p. 246), a incorporação das compreensões antropológicas de cultura foi essencial para os historiadores. Tanto a visão de Malinowski – que considerava cultura como “artefatos herdados, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores” – quanto a de Geertz – que enxergava cultura como “dimensões simbólicas da ação social” – contribuíram para enriquecer os estudos históricos. Além disso, a ideia de tradição foi reinterpretada, com destaque para a noção de “reprodução cultural”, enfatizando que as tradições não persistem por inércia, mas são constantemente reapropriadas pelos agentes sociais (Burke, 2000, p. 248).

Esse movimento interdisciplinar permitiu que a História investigasse os indígenas sob novas perspectivas. Até então, essas populações eram tratadas apenas como mão de obra ou vítimas passivas de sistemas opressores, ou ainda como portadoras de culturas tradicionais prestes a desaparecer, abordadas por antropólogos e folcloristas. Agora, essas populações ocupam o lugar de agentes históricos, cujas ações e histórias são interpretadas de forma dinâmica, variável e sujeitas a transformações.

Destaca-se ainda a contribuição de autores como Sidney Mintz (2010) e Eric Wolf (2005), que desconstruíram ideias essencialistas sobre cultura, enfatizando seu dinamismo, variabilidade e historicidade. Para Bloch (1965), é fundamental reconhecer que a história é um processo em constante movimento: não basta compreender o que é ou como algo era, mas sim como o que era se transformou no que é.

Tais tendências teóricas têm proporcionado que antropólogos e historiadores revisitem as situações de contato entre os povos indígenas e os colonizadores, repensando e problematizando conceitos relacionados a esses eventos, como o de mudança cultural. Essa mudança não é mais vista apenas como uma perda ou esvaziamento de uma cultura entendida como autêntica, mas sim como um processo dinâmico, mesmo em contextos de intensa violência. Nesse sentido, o conceito de aculturação foi ressignificado. Em vez de se opor à resistência, ele passa a caminhar junto com ela. Estudos mais recentes priorizam ideias de circulação, apropriação e ressignificação. Para Almeida (2012, p. 157), os pesquisadores buscam compreender os interesses e significados que os povos e indivíduos atribuíram às mudanças que vivenciaram.

A tradição também tem sido repensada nessas pesquisas, prevalecendo a ideia de que, ao ser transmitida, ela se modifica de acordo com a compreensão e o lugar social do receptor, valorizando-se mais a apropriação do que a transmissão.

Nessa perspectiva, os povos indígenas, até então considerados aculturados e dominados, não se anulam enquanto sujeitos históricos. Pelo contrário, eles se inserem nas narrativas sobre as sociedades coloniais e pós-coloniais, misturando-se com os diversos sujeitos, incorporando novas práticas culturais e políticas, e utilizando-as para amenizar perdas ou obter possíveis ganhos (Almeida, 2012, p. 157).

As investigações sobre a presença desses povos originários na América, em diferentes tempos e espaços, revelam como esses grupos e seus descendentes assumiram certos aspectos da cultura dos colonizadores e participaram ativamente das dinâmicas coloniais. Muitas vezes, valiam-se das regras e códigos impostos para alcançar seus próprios objetivos. Isso, contudo, não implica uma relação de igualdade entre os grupos. Pelo contrário, essas relações eram

marcadas por uma exploração cruel. Apesar das perdas significativas, os povos indígenas nunca deixaram de agir como agentes históricos.

Embora a aproximação entre a História e a Antropologia seja promissora e relevante para o conhecimento produzido por ambas as ciências – algo reivindicado desde a década de 1950, quando essas disciplinas ainda davam seus primeiros passos de forma profissional no Paraná – na História Regional produzida até então, essa integração não foi observada. Mesmo a partir dos anos de 1970, com uma geração de professores fortemente influenciados pela Escola dos *Annales*, a aproximação entre História e Antropologia com o objetivo de investigar a presença e o protagonismo dos povos indígenas no Planalto Curitibano (ou em qualquer outro espaço regional) não encontrou eco.

Ao investigar a existência de narrativas históricas sobre os indígenas presentes no Planalto Curitibano, não se constatou apenas a sua ausência – o que poderia ser justificado por se tratar de um recorte espacial regional muito específico –, mas também a inexistência de narrativas históricas, produzidas a partir do lugar social local destinado ao conhecimento histórico, sobre os indígenas no Paraná como um todo. Trata-se, portanto, não de uma lacuna pontual, aplicável a grupos de uma região específica, mas de um fenômeno orgânico: a ausência desse tema como objeto de investigação histórica.

2.2.2 História e Arqueologia

A articulação da História com a Arqueologia também possui uma trajetória com congruências e divergências. Porém, o movimento de aproximação se deu especialmente quando a História passou a incorporar as fontes materiais para gerar conhecimento historiográfico. Por muito tempo, a Ciência Histórica optou por privilegiar as fontes escritas, conferindo a cultura material, um papel meramente ilustrativo.

No entanto, vale acrescentar, que por outro lado, em ciências como na Arqueologia na História da Arte e na Antropologia, por algum tempo, as análises foram centradas na cultura material, elas se debruçavam excessivamente sobre os atributos físicos dos objetos, suas características e técnicas ou plásticas, marginalizando dimensões importantes para uma abordagem historiográfica, como o contexto social e a dinâmica temporal. Tais lacunas estariam intimamente articuladas como explica Rede (2012):

Os problemas situam-se, assim, tanto no nível ontológico da consideração sobre a natureza das sociedades, como no nível epistemológico das condições de construção de um saber histórico sobre elas. Ambas as deficiências estão intimamente ligadas, e enfrentá-las implica um esforço duplo: a reconsideração das noções acerca da materialidade do social e, igualmente, a proposição de abordagens que permitam a

definitiva integração da cultura material na operação heurística da historiografia (Rede, 2012, p. 153).

Teria sido por volta do século XIX, que emergiu uma categorização mais formalizada de cultura material, entendida como um amplo segmento de realidades físicas e definidas por sua inserção na atividade humana. Assim, entendia-se cultura material como toda sorte processada pelo homem e que lhe podia fornecer informação sobre a “evolução cultural”, nesta perspectiva surgiram as primeiras definições de artefato na Arqueologia (Rede, 2012, p. 134). Também foi desse período, por volta de 1850, que foi criado o modelo das três idades - Pedra, Bronze e Ferro – havendo uma ênfase acentuada na aplicação da técnica sobre a matéria, fornecendo bases para uma abordagem evolutiva das sociedades.

Na Europa, com a Revolução Industrial, foi produzido um volume expressivo e inédito até então de bens mercantis, que eram marcados pelo processo tecnológico que o continente estava imerso, além, de representarem a materialização de um ideal de progresso que era por eles socialmente valorizado (Rede, 2012, p. 133). Ao mesmo tempo, os europeus estavam em contato com populações distantes espacialmente, como as asiáticas, africanas e americanas e, a emergente Antropologia acompanhava de perto os grupos que habitavam estes territórios, provendo um esforço para inserir estas sociedades numa linha evolutiva. Nessa lógica, a Europa estava no cume civilizacional, tendo em vista sua “evolução tecnológica”, enquanto os demais grupos pertenciam eram sociedades primitivas.

Nesse contexto, foram desenvolvidos estudos estilísticos sobre as tecnologias desses grupos considerados primitivos. Vestígios arqueológicos localizados em escavações eram organizados em coleções etnográficas, destacando a "arte primitiva". Embora essa abordagem tenha influenciado a formação da Antropologia, ela não se sustentou por muito tempo. Rede (2012) destaca que houve uma cisão importante, também observada na historiografia:

Nesta, a eleição das sociedades dotadas de escrita como zona de interesse e, conseqüentemente a afirmação do status privilegiado do documento escrito, prolongavam uma herança secular proveniente da exegese bíblica e da erudição dos estudos textuais greco-latinos. Uma divisão do trabalho impôs-se, fazendo as sociedades sem escrita migrarem para a órbita dos arqueólogos e dos pré-historiadores (Rede, 2012, p. 135).

Essa divisão ficou evidente nas narrativas historiográficas produzidas no Paraná, especialmente na primeira e segunda gerações de pesquisadores. Ao analisar os autodidatas e os professores do Departamento de História da UFPR, percebe-se que perdurou o entendimento de que cabia à História produzir narrativas apenas sobre povos com documentos escritos. Como afirmou Romário Martins, os “tempos históricos” começaram apenas quando surgiram

documentos escritos (Martins, 1953, p. 60). Já as sociedades investigadas a partir de vestígios materiais foram relegadas à Arqueologia.

Na década de 1960 surgiu entre os arqueólogos, a *New Archaeology*, que se opunha a acomodação descritiva e classificatória dos vestígios materiais investigados pela disciplina. Para estes arqueólogos, a associação entre tipologias de objetos e culturas, ou povos, era simplista e insuficiente, eles pretendiam ampliar as análises a fim de obter informações que se coloca suas investigações no status de uma ciência social, cujos esforços estariam voltados para tratar dos processo de transformação das sociedade, daí teria surgido a expressão arqueologia processual (Rede, 2012, p. 136). Nesta nova escola, também era atribuída uma atenção especial as articulações dos grupos humanos com meio ambiente e ao papel da cultura, inclusive a material, enquanto mecanismo de adaptação.

Em um artigo, publicado em 1962, intitulado “*Archaeology as Anthropology*”, Lewis R. Binford, explanava sobre a íntima relação entre a Antropologia (a cultural nos moldes de White) e, como os arqueólogos deveriam buscar tais ferramentas teóricas para investigar os vestígios materiais dos grupos humanos que estivessem sendo estudados, assim entender como e por que os comportamentos culturalmente moldados eram o que eram (Watson; Leblanc; Redman, 1971).

A *New Archaeology* proporcionou uma mudança de paradigma, atraindo adeptos e também críticos. Do ponto de vista de sua articulação com a História, houve contribuições positivas, pois, de forma até então inédita, introduziu-se uma preocupação com a composição do registro material, no sentido de refletir a respeito da trajetória dos artefatos e estruturas, até a formação do sítio passou a ser observada etnograficamente, além dos padrões de descarte dos elementos materiais, ainda:

Do mesmo modo, experimentações laboratoriais visando verificar o comportamento físico dos materiais e dos processos de decomposição e preservação permitiram afinar o entendimento do universo residual que o pesquisador tem sob os olhos. Buscava-se, assim, não apenas entender melhor o campo heurístico da disciplina, mas também assegurar bases mais sólidas para o raciocínio explicativo que pressupunha deslocar a atenção do sítio arqueológico como *locus* documental para o assentamento como *locus* sociológico de atividade humana (David; Kramer, 2001). Trata-se de um postulado que pode ser generalizado, com ganhos evidentes, para todo o campo da cultura material (Rede, 2012, p. 137).

Esta profunda mudança de paradigma no trata com a cultura material, iniciada no início da década de 1960, também eram influenciadas por abordagens providas do de Lévi-Strauss e da semiologia de fundamentação linguística de Ferdinand de Saussure, por exemplo. Alguns pesquisadores franceses foram percursores deste movimento, como Jean Baudrillard (“*Le système des objets*”, de 1968) e de Abraham Moles (“*Théorie des objets*”, de 1972), buscaram

descrever o papel das coisas materiais na sociedade de consumo moderna, além de tratarem da valorização da função signa dos objetos. A cultura material era entendida enquanto um sistema de comunicação por meio do qual as sociedades criavam e expressavam conteúdos discursivos de modo semelhante ao que ocorre com os códigos verbais.

Nesse contexto, ferramentas analíticas da linguística começaram a ser consideradas, pois os objetos, independentemente de seu suporte – material, iconográfico ou verbal –, passaram a ser percebidos como portadores de significado. Com a ampliação do campo de investigação da Arqueologia, que passou a incluir sociedades contemporâneas e a utilizar abordagens semióticas, consolidou-se a Arqueologia Histórica (Orser; Fagan, 1995).

Esta trajetória brevemente apresentada até aqui, pode ser observada, influenciando o que foi produzido por pesquisadores como Loureiro Fernandes e Michael, ao propor investigações sobre as populações indígenas que habitavam o Paraná e, o Planalto Curitibano, a partir de categoria como a tecnologia que estes grupos possuíam, ou seja, se eram grupos ceramistas ou pré-ceramistas, ou ainda, a partir dos troncos linguísticos, que seriam os Tupi-Guarani e Jê. Categorias que não eram utilizadas pelos historiadores autodidatas da primeira geração.

Nos anos de 1970 a cultura material ganhou espaço nas investigações promovidas em várias ciências e, no início dos anos de 1980, começa um movimento intelectual de reação a “*New Archaeology*”, que foi chamado de arqueologia pós-processual (Rede, 2012, p. 139). Neste movimento, os pesquisadores questionavam, entre outras coisas, os limites dos modelos estruturalistas, pois eram excessivamente estáticos, ficando a quem da dinâmica histórica. Autores como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, foram autores que passaram a observar a prática social enquanto elemento de análise, que conferiram aos indivíduos capacidades de atuação e interações mais ativas com as estruturas estabelecidas. Este movimento, proporcionou uma aproximação com a historiografia dos *Annales*, que começava a conferir maior destaque aos estudos dos fenômenos representacionais (Hodder, 1982).

Embora a Escola dos *Annales* tenha ampliado o uso de metodologias e fontes em diálogo com outras ciências, a utilização da cultura material como elemento central da historiografia foi limitada. Conforme Rede (2012), isso ficou evidente em obras como “*Civilisation matérielle, économie et capitalisme*”, de Fernand Braudel (1979), que incorporou a temática da cultura material, mas sem análise material propriamente dita. Como aponta o autor:

No ano anterior, 1978, na obra coletiva organizada por Le Goff, Chartier e Revel, e que fará as vezes de um manifesto do grupo, o capítulo dedicado à cultura material, de lavra de Jean-Marie Pesez, limita-se a saudar a conveniência de um aumento dos

corpora documentais pela inclusão da cultura material e das possibilidades novas que se abririam com ela, mas sem fornecer nenhuma orientação de tratamento mais consistente, nenhuma reflexão acerca das implicações teóricas ou das necessidades metodológicas decorrentes; parece que se confia, muito simplesmente, na transposição mais ou menos genérica dos procedimentos arqueológicos para o campo historiográfico (Rede, 2012, p. 142).

Essa limitação ajuda a explicar a ausência de narrativas sobre os povos indígenas na historiografia produzida pelos professores da segunda geração do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Apesar de serem fortemente influenciados pela Escola dos Annales e reconhecerem a importância da incorporação de novas fontes, pouco se dedicaram a utilizá-las ou a reformular suas abordagens analíticas. Como resultado, houve pouco ou nenhum esforço para tratar dos indígenas por meio dos vestígios materiais localizados no Paraná.

Analisar como a História utiliza as fontes materiais para investigar a presença dos povos indígenas requer considerar a dimensão material da realidade social. Isso abrange tanto a dimensão física dos sujeitos – como o corpo – quanto elementos da paisagem, sejam naturais ou artificiais, como objetos, instrumentos e máquinas. A materialidade vai além de aspectos biológicos, cognitivos, psíquicos e sociais; não existe oposição entre materialidade e imaterialidade, mas sim uma integração entre essas dimensões que compõem o sujeito integralmente.

Portanto, o uso de métodos interdisciplinares, como o Etno-histórico, ganha especial relevância, pois permite transitar entre as várias dimensões do ser humano, abrangendo suas manifestações materiais, simbólicas e sociais.

2.3 O CONHECIMENTO PRODUZIDO EM OUTROS LUGARES SOCIAIS DA UFPR

As primeiras gerações de historiadores que assumiram a responsabilidade de escrever a História do Paraná, pouco trataram dos indígenas que viviam no território, seja no Planalto Curitibano ou em qualquer outro. No entanto, em outras ciências como a Antropologia e a Arqueologia, até por uma questão epistemológica das próprias disciplinas, o cenário era outro. Ficou evidente ao longo do capítulo, como o lugar social ocupado por estes pesquisadores influenciou a produção de narrativas sobre os indígenas.

Embora o conhecimento histórico produzido a partir de diferentes lugares sociais tenha influenciado categoricamente os discursos, a proximidade geográfica entre os departamentos não favoreceu o diálogo entre as ciências. Os departamentos de História, Antropologia e Arqueologia da UFPR compartilhavam, durante algum tempo, o mesmo espaço físico na Reitoria, mas havia um abismo metodológico entre eles.

Com base nos critérios utilizados nesta pesquisa, não foram encontradas produções, como teses, dissertações ou artigos publicados na revista “História, Questões e Debates”, que abordassem especificamente a presença dos povos indígenas no Planalto Curitibano ou no Paraná no âmbito do Departamento de História da UFPR. Assim, seria relevante realizar uma investigação similar no acervo do Departamento de Antropologia e Arqueologia da mesma instituição. Isso se justifica pelo fato de que, mesmo dentro de uma mesma universidade, esses departamentos constituem espaços distintos, com trajetórias singulares. Portanto, o conhecimento produzido nesse outro contexto social pode trazer problematizações relevantes.

Na página virtual do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Antropologia (PRPPG) da UFPR, é possível acessar a trajetória histórica do programa. Em dezembro de 1998, credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), iniciou suas atividades como Mestrado em Antropologia Social (PPGAS) no ano seguinte. Seu objetivo era:

Incentivar e consolidar a atividade de pesquisa do corpo docente e estimular a produção discente; promover a qualificação de profissionais em Antropologia para atuar em atividades de pesquisa e ensino em diversas áreas, bem como em órgãos governamentais, organizações não-governamentais e em atividades de cunho cultural mais amplo (UFPR, 2023).

Em 2013, o programa foi ampliado com a aprovação do Doutorado, passando a ser denominado Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. Grande parte de seu corpo discente tem origem no curso de Ciências Sociais da UFPR, criado em 1938. A Antropologia na UFPR foi implementada pelo professor José Loureiro Fernandes, que também fundou o Museu de Antropologia e Etnologia (MAE), em 1962, e o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), em 1956. Essas iniciativas estavam diretamente ligadas às ideias de Loureiro Fernandes.

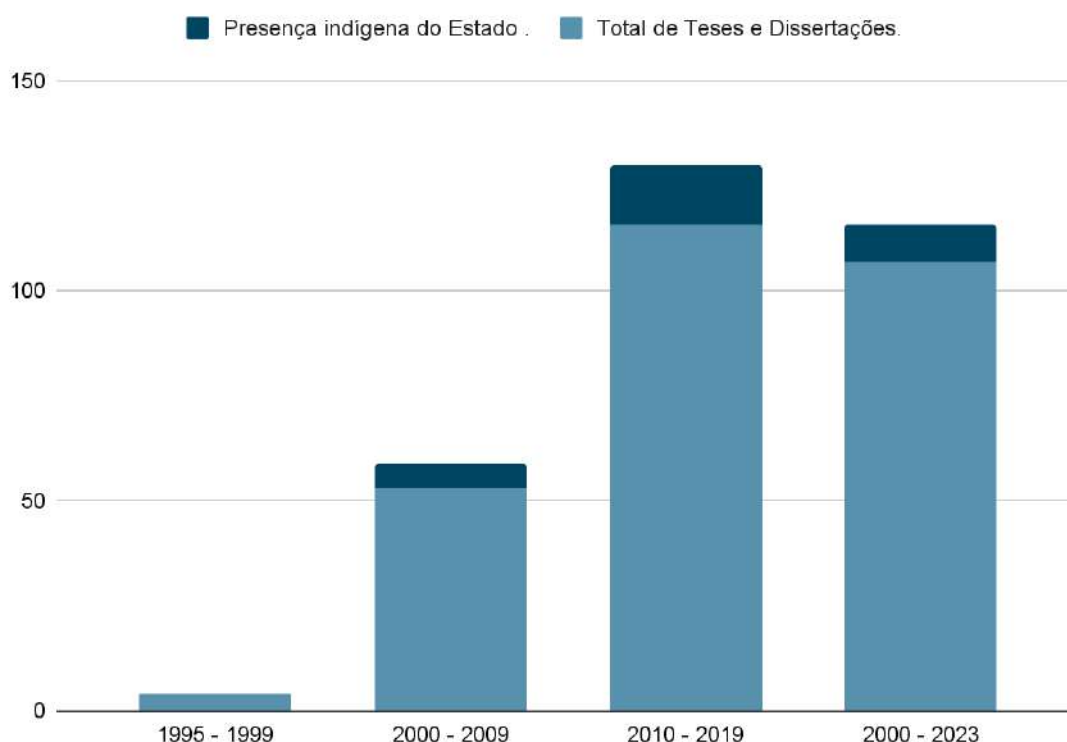
O que chamou a atenção na página, é o fato de que na aba referente a “História e contextualização” do curso, a narrativa não trouxe elementos contextualizadores da Arqueologia enquanto Ciência que pertence ao Programa. A Arqueologia apareceu somente na aba “Áreas de concentração e linhas de pesquisa”, que seriam: 1 – Arqueologia: Arqueologia, Cultura e Ambiente; 2 – Antropologia – Etnologia e povos Tradicionais: história, territorialidade, cosmologia e política; Práticas de conhecimento: sentidos, espaços e objetos; Práticas políticas e dinâmicas institucionais.

Para investigar as teses e dissertações, foi necessário consultar os bancos de dados dos dois períodos do programa: antes de 2013, como PPGAS, e após 2013, como Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. As palavras-chave utilizadas foram as mesmas

aplicadas ao banco do Departamento de História, adaptadas para o recorte espacial “vale do Alto Iguaçu”, nomenclatura adotada por arqueólogos e antropólogos da UFPR para a região.

Ao contrário do banco de teses e dissertações do Departamento de História, a pesquisa no banco do PRPPG resultou em uma quantidade significativamente maior de estudos sobre os indígenas no Paraná. Essa disparidade está evidenciada no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Teses e dissertações do banco do PRPPG¹⁴



Fonte: organizado pela autora (2023).

Os dados apresentados no gráfico demonstram que, em espaços acadêmicos como o PRPPG, as populações indígenas do Paraná foram investigadas a partir dos anos 2000 e continuam sendo objeto de pesquisa. Em contraste, no curso de História, especialmente em nível de pós-graduação, as populações indígenas raramente foram abordadas, e, quando o foram, geralmente sob a perspectiva de mão de obra ou como vítimas passivas de um sistema opressor.

A análise do gráfico reforça o problema abordado no item 3.3.1 sobre o diálogo entre a História e a Antropologia. Apesar da longa existência de um diálogo entre as disciplinas, seus

¹⁴ Mais informações sobre as teses e dissertações, vide o Anexo II.

campos investigativos permanecem nitidamente demarcados: os historiadores preferencialmente utilizam fontes escritas e investigam sociedades históricas, enquanto os antropólogos se interessam por povos considerados tradicionais e a-históricos.

Embora nem todas as pesquisas presentes no Gráfico 2 sejam diretamente relevantes para esta investigação, elas foram incluídas na listagem para evidenciar como a Antropologia e a Arqueologia, em nível de pós-graduação, trataram da presença dos povos indígenas na região do Planalto Curitibano ou do Alto Iguaçu. Algumas dessas pesquisas oferecem contribuições significativas para os objetivos desta pesquisa.

Destacam-se inicialmente os trabalhos que abordam os primeiros grupos humanos que ocuparam o território do Planalto Curitibano, focando na análise dos vestígios materiais deixados por esses sujeitos. Nessas pesquisas, a cultura material e suas dimensões simbólicas foram objeto de investigação. Exemplos relevantes incluem: Carmo (2015), “O projeto ponta de projétil: gestão tecnológica dos caçadores do Alto Paraná”; Volcov (2011), “Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no alto Rio Iguaçu, Paraná”; Cit (2023), “Caminhos antigos da Serra do Mar Paranaense: potencial histórico e arqueológico e os sentidos do patrimônio no Caminho do Arraial”; e Lazzaretti (2023), “Análise lítica do sítio Floresta das Imbuías em relação ao contexto arqueológico do Planalto Paranaense”.

As investigações da pesquisadora Silva (2019), com o trabalho intitulado “Mulheres indígenas e seus percursos acadêmicos: olhares plurais sobre a experiência Kaingang na UFPR”, proporcionam uma oportunidade de nos aproximarmos dessas mulheres e, na medida do possível, de suas produções acadêmicas. A metodologia Etno-histórica empregada requer e implica o uso de narrativas produzidas pelos indígenas como sujeitos da História e agentes sociais plenos. Essa abordagem valoriza a visãoêmica na produção narrativa (Oliveira, 2003, p. 2).

Trabalhos que envolvem investigações etnográficas com grupos que habitam a região do Planalto Curitibano são particularmente relevantes, pois aproximam o pesquisador dos processos de interação social e contribuem para a interpretação do comportamento simbólico e a compreensão das partes de um sistema social. Nesse sentido, destacam-se: Bonamigo (2006), “A economia dos Mbyá-Guaranis: trocas entre homens e entre deuses e homens na ilha da Cotinga em Paranaguá – PR”; Goes (2018), “Morfológicas: um estudo etnológico de padrões sócio-territoriais entre os Kaingang (dialeto Paraná) e Mbyá (Litoral Sul)”; Marinho (2018), “Os Xetá e suas histórias: memória, estética, luta desde o exílio”; e Fortes (2020), “Indígenas na cidade: uma análise histórica e etnográfica da presença Kaingang em Curitiba”.

Esse movimento de aproximação com a Arqueologia e a Antropologia, utilizando seus objetos, objetivos, conceitos, métodos e fontes, é fundamental para a pesquisa em questão. Por meio do método Etno-histórico, os povos indígenas que habitaram o território do Planalto Curitibano podem ser incluídos como sujeitos da História, oferecendo uma visão multiperspectiva. Em vez de serem considerados sistemas isolados, esses povos devem ser entendidos como grupos étnicos que interagiram e construíram suas culturas em relação umas às outras. É essencial observá-los sob a perspectiva das relações e interdependências mútuas que estabeleceram no espaço e no tempo (Wolf, 2005, p. 12).

Além disso, outros espaços vinculados à UFPR desempenham um papel relevante na produção de conhecimento sobre a história indígena no Paraná, como o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE).

O CEPA, criado em 1956 pelo professor Loureiro Fernandes, tinha como objetivo incentivar pesquisas arqueológicas no Brasil, especialmente no Paraná, além de formar profissionais especializados e fomentar a cátedra de Arqueologia no país. Em 1970, o centro tornou-se um órgão auxiliar do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, e, em 2012, passou a integrar o Departamento de Antropologia da UFPR. Atualmente, o CEPA desenvolve projetos relacionados à arqueologia, como avaliações de patrimônio arqueológico e estudos de impacto ambiental, que serão de grande relevância para o próximo capítulo.

O MAE, por sua vez, foi estabelecido em 1958, em convênio entre a UFPR e o IPHAN, para ocupar um edifício tombado que era um antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. O professor Loureiro Fernandes organizou o Museu de Arqueologia e Artes Populares em 1958, e, após reformas, o museu foi oficialmente inaugurado em 1963. Entre 2002 e 2009, o MAE passou por um processo de revitalização que incluiu a criação de uma Reserva Técnica em Curitiba, a inauguração de uma sala didático-expositiva e uma reformulação em suas formas de atuação. Na página do MAE, é possível acessar publicações acadêmicas e educativas associadas à instituição ou ao seu acervo.

Embora não tenham sido localizadas pesquisas diretamente relacionadas às palavras-chave desta investigação, alguns títulos podem ser úteis para adquirir uma visão panorâmica do potencial do acervo do MAE. Destacam-se: Leal (2011), “Musealização da Arqueologia: documentação e gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná”; Merencio (2014), “Tecnologia lítica Xetá: um olhar arqueológico para a coleção etnográfica de sítio lascado e polido MAE-UFPR”; e Rosato (2009), “Uma constelação de imagens: a experiência etnográfica de Vladimir Kozák”.

A análise das produções acadêmicas que abordam os primeiros grupos humanos e as populações indígenas no Planalto Curitibano evidencia a relevância de uma abordagem interdisciplinar que integre os métodos da História, Antropologia e Arqueologia. As investigações realizadas no âmbito dessas disciplinas revelam a importância da cultura material e das dimensões simbólicas como elementos centrais para compreender as interações sociais, os processos históricos e a construção das identidades culturais.

Ao explorar o potencial do método Etno-histórico e das narrativas indígenas, observa-se a possibilidade de superar as limitações tradicionais da historiografia, incorporando os povos indígenas como agentes históricos plenos. Além disso, os lugares sociais de produção de conhecimento, como o CEPA e o MAE, demonstram como instituições dedicadas à pesquisa arqueológica e antropológica podem contribuir significativamente para ampliar e diversificar a historiografia sobre os povos indígenas no Paraná.

O fortalecimento de um diálogo mais estruturado entre os departamentos e as disciplinas irá diminuir o abismo metodológico que ainda persiste e impactar diretamente no conhecimento que circula em espaços não acadêmicos a respeito da ocupação do Paraná. Esse distanciamento impede que as potencialidades dos vestígios materiais e das abordagens interdisciplinares sejam plenamente utilizadas para enriquecer as narrativas históricas. Nesse sentido, a integração das diferentes ciências humanas se apresenta não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade para a construção de uma História mais inclusiva, abrangente e sensível às múltiplas perspectivas dos sujeitos envolvidos.

2.4 UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAL NO INTERIOR PARANÁ

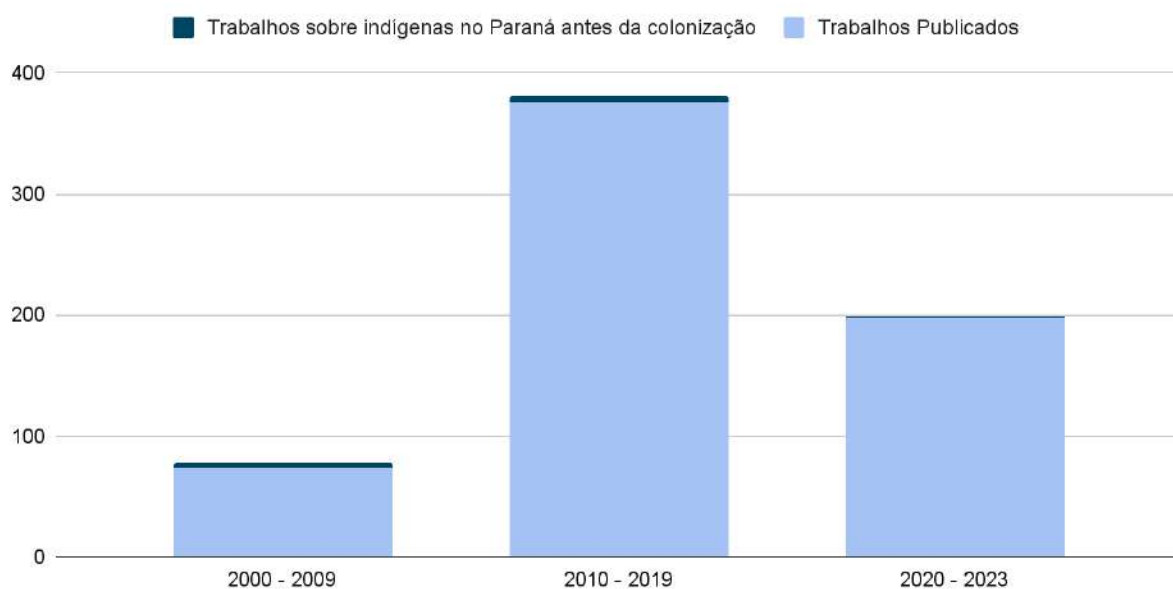
A partir dos anos 1970, as universidades do interior do Paraná começaram a ser estabelecidas, especialmente as estaduais, como a UEL (Universidade Estadual de Londrina), a UEM (Universidade Estadual de Maringá), a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e, em 1980, a UNIOESTE (Universidade do Oeste do Paraná), a UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná) e mais recentemente, temos a Federal UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). Nesse contexto, muitos professores sentiram-se motivados a seguir carreiras acadêmicas e foram buscar formação em instituições mais antigas, como a UFPR e a USP (Arruda; Proença, 2013, p. 255). Isso resultou em um aumento na produção de pesquisas em História do Paraná.

A década de 1990 foi marcada pelo surgimento de cursos de pós-graduação nesses lugares, inclusive em História. Conforme destacado por Arruda e Proença (2013, p. 255), os programas mais antigos geralmente se definem por uma "grande área", enquanto os programas

mais recentes identificam suas áreas de concentração a partir de recortes que combinam várias abordagens.

Dado o impacto dessas produções na compreensão da historiografia do Paraná, as pesquisas realizadas nessas universidades foram incluídas nesta análise, utilizando os mesmos critérios aplicados anteriormente.

Gráfico 3 - Teses e dissertações das Universidades Estaduais e da UNILA (Federal)¹⁵



Fonte: organizado pela autora (2023).

A análise do Gráfico 3 permite algumas considerações relevantes sobre os dados levantados. Um primeiro ponto a destacar é a escolha da organização territorial pelos autores. Nenhuma das pesquisas teve como objeto de estudo os indígenas do Planalto Curitibano ou do Alto Iguaçu. Os programas de pós-graduação em História das universidades estaduais geralmente realizam pesquisas focadas em grupos indígenas que habitavam territórios próximos às próprias instituições, como Guarapuava, Alto Iguaçu e outras localidades do Segundo e Terceiro Planaltos do Paraná.¹⁶

É notável o compromisso das universidades do interior, especialmente da UEM, em produzir uma historiografia na qual os indígenas sejam sujeito da investigação histórica.

¹⁵ Mais informações sobre as teses e dissertações vide o Anexo III.

¹⁶ Ao investigar os bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em História do Paraná, observou-se, mesmo que em menor número, pesquisas que abordaram grupos indígenas de outros estados brasileiros ou de territórios mais distantes, como a região amazônica. Cabe destacar que estas pesquisas não foram contabilizadas para a construção do Gráfico 3 por não ser objeto desta pesquisa.

Exemplos incluem os trabalhos de Caniele (2001), “As populações indígenas nas narrativas das autoridades provinciais do Paraná: 1853-1889”, e de Oliveira (2002), “História da Arqueologia paranaense: um balanço da produção arqueológica do Paraná no período de 1876-2001”.

Também foram identificadas pesquisas com abordagem local que analisam um período temporal mais distante, como a pré-história. Esses trabalhos investigam a ocupação humana em locais que atualmente fazem parte do Paraná, por meio de vestígios materiais deixados por esses grupos. Destacam-se as pesquisas de Simão (2002) e Perez (2010), que estudaram o sítio arqueológico da Lagoa de Xambrê, em Altônia/PR.

Dentro do universo amostral explorado nesta pesquisa, essas abordagens são inéditas, uma vez que não foram identificadas investigações desse perfil nos bancos de teses e dissertações dos cursos de pós-graduação em História, apenas nos bancos de Arqueologia e Antropologia. De maneira geral, as teses e dissertações listadas no Anexo III e sistematizadas no Gráfico 3, utilizam diversas tipologias de fontes, como cartas de governadores da província e processos judiciais. Entretanto, essas pesquisas não se limitam a documentos escritos, incorporando vestígios materiais, como cerâmica e artefatos líticos, além de conhecimentos etnográficos sobre povos indígenas do Paraná, como os Kaingang, Guarani e Xokleng.

Tais aspectos reforçam a importância de recorrer a métodos interdisciplinares, como os da Etno-história, para analisar os povos indígenas como sujeitos históricos e agentes sociais em suas interações culturais e históricas. Nesse sentido, em função da quantidade e da diversidade de abordagens as pesquisas desenvolvidas no interior do estado, em especial na UEM, possuem um diferencial metodológico, objeto de uma investigação mais apurada.

O Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi fundado em 1970, estando entre os primeiros departamentos criados pela instituição. Oferece cursos de graduação e pós-graduação em História, promovendo ensino, pesquisa e extensão, e contribuindo para o desenvolvimento da ciência histórica e para a compreensão da história regional, nacional e mundial. No âmbito da pós-graduação, o Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da UEM oferece Mestrado desde 1999 e Doutorado desde 2014, possibilitando aos estudantes interessados aprofundar seus conhecimentos e desenvolver pesquisas originais na área da História¹⁷.

¹⁷ Informações disponíveis na página do Programa de Pós-Graduação em História: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Programa de Pós-Graduação em História – Histórico**. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/sobre-o-pph/historico-1>. Acesso em: 6 nov. 2023.

Um aspecto importante de ser comentado, no que diz respeito a produção de muitas pesquisas sobre os indígenas serem produzidas no departamento de História da UEM, é o fato de que a instituição possui um Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações - Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE)¹⁸. Este programa está cadastrado como um Grupo de Pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) desde 1997 e reúne pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas e da Terra, tanto da UEM quanto de outras universidades. Segundo informações do LAEE (UEM, 2013), o laboratório tem como objetivo produzir conhecimento sobre as populações que viveram e vivem na bacia do Rio Paraná, com especial atenção para os afluentes de sua margem esquerda. Além disso, busca viabilizar e incentivar trabalhos acadêmicos interdisciplinares, fomentando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento.

Conforme destacado na página do LAEE, o trabalho interdisciplinar é essencial para superar fragilidades que podem surgir em pesquisas conduzidas de forma isolada, como definições conceituais inadequadas ou falhas nos métodos de coleta, organização e análise de dados. O laboratório oferece um espaço propício para que essas limitações sejam atenuadas por meio do diálogo interdisciplinar, aproveitando as competências específicas de cada área.

O Departamento de História da UEM, em conjunto com o LAEE, desempenhou um papel fundamental na produção de conhecimento histórico sobre os povos indígenas do Paraná. Muitas das pesquisas sobre o tema foram realizadas por pesquisadores vinculados ao LAEE, seja sob a orientação do professor Lúcio Tadeu Mota, seja por meio de sua participação em bancas de defesa de trabalhos relacionados.

Essa conexão entre o Departamento de História e o LAEE evidencia a importância do laboratório como espaço de fomento à pesquisa e de apoio aos interessados no estudo dos povos indígenas no Paraná. A abordagem interdisciplinar promovida pelo LAEE, integrando conhecimentos de Arqueologia, Etnologia e Etno-história, possibilitou a recuperação e a visibilização das histórias e trajetórias desses povos, frequentemente negligenciadas pela historiografia tradicional.

Assim, o LAEE e sua relação com o Departamento de História da UEM contribuíram significativamente para que os povos indígenas do Paraná não fossem esquecidos pela pesquisa

¹⁸ Outras informações disponíveis em: LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, ETNOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/laee/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

histórica. Essas investigações permitiram uma compreensão mais abrangente e aprofundada de suas culturas, relações sociais e interações com o meio ambiente. Por meio desses estudos, busca-se superar as lacunas e distorções dos registros históricos, construindo uma narrativa mais precisa, plural e respeitosa sobre os povos indígenas.¹⁹

2.5 ESTUDOS PIONEIROS

A busca por compreender a presença dos grupos humanos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) intrigou pesquisadores há bastante tempo, embora a maioria deles não estivesse vinculada ao Departamento de História da UFPR, como demonstrado ao longo deste capítulo. Durante este item, foram apresentados intelectuais que, de maneira pioneira, pesquisaram os grupos de caçadores-coletores e indígenas que ocuparam a região em tempos remotos. Além disso, a narrativa delineou o lugar social que esses pesquisadores ocupavam e as motivações para a produção de conhecimento histórico.

As ideias desses intelectuais influenciaram pesquisadores regionais, e esse impacto pode ser observado em muitas narrativas produzidas e publicadas por uma geração de profissionais que buscavam atuar de maneira mais científica ao escrever sobre a história do Paraná. Como já mencionado, aqueles que produziram narrativas históricas que incluíam a presença dos povos indígenas geralmente estavam vinculados a lugares sociais específicos, como os departamentos de Antropologia, Arqueologia ou História.

No caso dos historiadores, observa-se que, em muitas situações, esses profissionais estavam associados a universidades localizadas no interior do estado do Paraná, e não na capital. Como discutido ao longo do Capítulo I, isso ajuda a explicar a escassez de narrativas historiográficas sobre os indígenas da RMC. Essa lacuna impacta diretamente o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, dificultando o acesso a conteúdo que aborde a história e cultura dos povos indígenas com uma perspectiva regional. Em contraste, informações sobre comunidades indígenas mais distantes, de outras regiões do país, tendem a ser mais acessíveis. Além disso, o mito do “vazio demográfico” é frequentemente utilizado para justificar a ausência de conteúdos sobre a presença indígena local, quando, na realidade, a falta de pesquisas específicas também contribui para esse cenário.

¹⁹ O ProfHistória possui um polo na Universidade Estadual de Maringá, e tem produzido diversas dissertações no campo da História Indígena.

Para fazer uma revisão de literatura pioneiramente produzida sobre os povos indígenas na RMC, especialmente focada em São José dos Pinhais, é importante buscar produções de espaços sociais como Arqueologia, Antropologia e História, especialmente nas universidades do interior do estado do Paraná.

Na área da Arqueologia, é possível buscar por pesquisas que abordem sítios arqueológicos na região, identificando vestígios materiais da presença indígena. Esses estudos podem fornecer informações valiosas sobre a ocupação humana pré-colonial e os modos de vida dos povos indígenas que habitavam a área.

Na Antropologia, é possível buscar estudos etnográficos que abordem a cultura, organização social, cosmologia e interações dos povos indígenas com o meio ambiente e outras comunidades da RMC. Essas pesquisas podem revelar aspectos significativos sobre a vida cotidiana e as práticas culturais desses grupos.

Na História, é fundamental explorar documentos históricos, como registros coloniais, cartas, diários de viajantes e relatos de missionários, que possam fornecer informações sobre a presença indígena na região antes da colonização europeia. Além disso, análises sobre as políticas coloniais e as relações interétnicas entre indígenas e colonizadores podem contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica sociocultural do período.

Ao consolidar uma narrativa historiográfica sobre os povos indígenas na RMC, espera-se contribuir significativamente para a produção de conhecimento sobre o passado da região. Isso pode ampliar o entendimento sobre a presença indígena e a construção sociocultural da área, além de fomentar uma maior valorização do conhecimento histórico local. Promover uma visão mais inclusiva e abrangente da história regional é essencial para superar lacunas e distorções nos registros históricos, reconhecendo a importância dos povos indígenas na formação sociocultural da RMC.

2.5.1 Um alerta

Neste estudo, o primeiro destaque será dado aos professores Loureiro Fernandes²⁰ e Oldemar Blasi²¹, especialmente, em função do alerta que fizeram III Congresso de História e Geografia Regional do Paraná, quando chamavam a atenção dos congressistas para os vestígios arqueológicos que haviam sido encontrados em expedições pelo Estado, que faziam parte do acervo do Museu Paranaense e, deveriam ser melhor aproveitados, em pesquisas históricas que tratassem da ocupação do estado pelos primeiros grupos de humanos (BIHGPR, 1951 p. 68).

No artigo publicado no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (BIHGPR) em 1950, Fernandes e Blasi enfatizaram a urgência de resgatar e preservar tais indícios, pois estavam ameaçados pelo desenvolvimento econômico e crescimento demográfico do estado. Eles destacaram a existência de “jazidas” em locais remotos, cobertos por densas matas e influenciados por vales de rios, onde havia indícios de intensa ocupação humana. Os autores ressaltaram a importância de realizar pesquisas de campo para investigar esses vestígios, argumentando que não bastava apenas utilizar documentos escritos para estudar a presença dos grupos pré-históricos do Paraná, seus vestígios não estavam em bibliotecas e arquivos, sim, nas jazidas ainda inexploradas e que sofriam risco iminente de desaparecerem.

Um aspecto relevante destacado pelos autores é a importância da etnografia na pesquisa arqueológica. Eles mencionaram que muitos achados, como os potes de barro produzidos por esses grupos, eram encontrados de forma acidental por engenheiros ou agrimensores durante seus trabalhos de campo. Essas descobertas, quando em boas condições, frequentemente acabavam incorporadas a pequenas coleções particulares.

²⁰ Loureiro Fernandes, nasceu e faleceu na cidade de Curitiba (1903-1977), cursou a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, se formando em 1928. Fazia parte de uma família que pertencia a elite econômica e política do estado do Paraná. Possuía uma vida intelectual e profissional bastante ativa, assumindo funções e cargos públicos e atuando como professor por muitos anos. Entre as atividades exercidas ao longo de sua vida foi Secretário da Educação e Cultura do Paraná, Vereador da Câmara Municipal de Curitiba e Presidente do IHGPR. Além disso, foi criador ou esteve envolvido na criação de lugares como do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, da Faculdade de Medicina da PUCPR, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da UFPR, da Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná e do Círculo de Estudos Bandeirantes (Guérios, 2021).

²¹ Oldemar Blasi, nasceu em Curitiba em 1920, onde formou-se em Geografia e História pela UFPR. Conforme sua biografia, disponível na página da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) ele foi aluno e auxiliar do professor Loureiro Fernandes. A partir de 1949, participou de pesquisas arqueológicas, sendo assistente do arqueólogo Wesley Hurt (em Lagoa Santa/MG), posteriormente atuando como estagiário em projetos nos Estados Unidos. Em 1951, foi nomeado Chefe do Setor do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná, também foi responsável pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA/UFPR) em 1957. Coordenou projetos de pesquisa especialmente no Paraná, como também em outros estados brasileiros; foi diretor do Museu Paranaense entre 1967 e 1983.

Em 1950, o Brasil já contava com um marco jurídico para a proteção do patrimônio histórico e artístico, expresso pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, que previa, em seu artigo 1º, que “o patrimônio histórico e artístico nacional compreende bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Contudo, essa legislação restringia a proteção aos bens oficialmente tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Desde 1938, Loureiro Fernandes estabeleceu conexões com o grupo liderado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, responsável pelo SPHAN, e desenvolveu um trabalho voltado para a preservação cultural e ambiental no Paraná. Ele lutou pela proteção de construções coloniais em cidades litorâneas, como a Fonte da Carioca, em Paranaguá, e a Igreja de Bom Jesus do Saivá, em Antonina. Também defendeu a criação de um parque internacional nas Cataratas do Iguaçu e promoveu a preservação de sambaquis no litoral paranaense.

Como pioneiro em pesquisas antropológicas, Loureiro Fernandes foi responsável pela criação e direção do Departamento de Antropologia e do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) no antigo Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Ele também dirigiu o Museu Paranaense, coordenando sua reestruturação administrativa e acadêmica, incentivou pesquisas, expandiu a biblioteca e reintroduziu os serviços de taxidermia com o auxílio de jovens pesquisadores.

Entre 1948 e 1951, como Secretário de Educação e Cultura do Paraná, Loureiro Fernandes criou a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (DPHAC) por meio da Lei nº 112/1948. Essa divisão, pioneira no Brasil, era responsável pela defesa e restauração de monumentos, objetos artísticos e históricos regionais, bem como pela conservação de paisagens e formações naturais características do estado (Kersten, 2005, p. 150). A legislação foi reforçada pela Lei nº 1.211/1953, que consolidou a política de preservação no estado, incluindo sanções e procedimentos para a proteção de bens, com atenção especial aos sambaquis.

Assim como Romário Martins, Loureiro Fernandes atuou como antropólogo em uma época em que a ciência ainda não estava profissionalizada no Estado. Sua presença como médico ocupando uma cátedra de Antropologia no ensino superior brasileiro na década de 1940 foi significativa, refletindo seu compromisso com o desenvolvimento e a promoção da disciplina.

Conforme estudos de Kuper (1988, p. 3), quando a Antropologia seguiu no final do século XIX, tratava-se de um ramo dos estudos legais, que atraía advogados interessados em temas como o casamento, a família, a propriedade privada e o estado. No caso do Brasil, os

primeiros ocupantes de cátedras na área eram médicos, que enxergavam a Antropologia a partir de uma epistemologia evolutiva calcada na história natural, ainda estes médicos teriam sido “os fundadores ou incentivadores da disciplina em diversas regiões do país ” (Laraia, 2018, p. 3)²².

O seu contato, com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o auxiliou a fundar, ou ajudar a fundar diversos espaços de pesquisa, além de criar uma cátedra de Antropologia:

Logo a seguir, a partir de 1940, como afirma Castro Faria (1983, p. 234 a 236), todas as Faculdades de Filosofia do Brasil foram obrigadas a adaptar seus currículos àquele da Faculdade Nacional de Filosofia, que prescrevia que a cátedra de “Antropologia e Etnografia” seria a responsável por cumprir, no curso de Geografia e História, os conteúdos das matérias de Antropologia (na 1ª série), Etnografia (na 2ª série) e Etnografia do Brasil (na 3ª série) – nos cursos de Ciências Sociais, era prevista a realização de apenas uma disciplina dessa área, chamada de Antropologia e Etnografia, e que reunia em um único ano o conteúdo lecionado em três anos para o curso de Geografia e História (Guérios, 2021, p. 3).

Havia uma padronização na organização da disciplina e programas, que era utilizada inclusive para organizar o Museu Paranaense, quando ele era o diretor, a seção de Antropologia era aquela que continha crânios e peças esqueléticas, a seção de Etnografia a figuravam objetos de cultura material (armas, objetos rituais e de uso doméstico) e publicações de estudos linguísticos e memórias sobre povos indígenas (Guérios, 2021, p. 3).

É importante ressaltar que a abordagem antropológica praticada por Loureiro Fernandes, embora tenha sido fundamental em sua época, hoje é considerada obsoleta devido à sua forte ênfase em uma concepção evolucionista e cultural. No entanto, sua trajetória e seus projetos intelectuais são fundamentais para entender as dinâmicas de constituição da Antropologia no Brasil (Guérios, 2021).

Assim como mencionado em relação a Romário Martins, sua trajetória seus projetos intelectuais são relevantes para entendermos as dinâmicas de constituição da área no Brasil. No caso desta investigação, a trajetória intelectual de Loureiro Fernandes evidencia que desde a década de 1950, quando se iniciou a preocupação em registrar sistematicamente a História do Paraná, como um campo específico de conhecimento histórico, houve um ocultamento ou silenciamento das populações indígenas, motivados mais por questões metodológicas, do que por ausência de evidências, fontes históricas sobre a presença destes grupos.

²² No artigo de Thales de Azevedo (1979), tratou da Antropologia praticada por estes médicos, ele mesmo um deles, além de estudiosos ligados a Nina Rodrigues (1862-1906) que o antecederam e, nomes como os de Arthur Ramos (1903-1949), René Ribeiro (1914-1990), Osvaldo Cabral (1903-1978), Armando Bordalo da Silva (1906-1991), Theo Brandão (1907-1981) e Loureiro Fernandes.

2.5.2 Novos caminhos

Outro médico de formação (além de dentista), que dedicou-se a pesquisa antropológica e histórica foi o professor Júlio Estrela Moreira, ele destacou-se como pesquisador histórico e antropológico. Sua obra mais conhecida, “Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá”, é resultado de anos de pesquisa minuciosa em arquivos, bibliotecas e visitas a locais históricos. Moreira se dedicou a reconstruir os caminhos percorridos pelos povos originários e colonizadores, buscando vestígios, confrontando informações e referências.

Entre os caminhos investigados por Júlio, destacam-se o Caminho de Itupava, o Caminho da Graciosa e o Caminho do Arraial, este último localizado em território são-joseense, o que torna suas narrativas relevantes para a pesquisa em questão. A coleção “Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá”, organizada em três volumes, apresenta as transformações do sistema viário paranaense desde a subida da Serra do Mar até a ocupação do litoral pelos caminhos fluviais. Moreira abordou desde as picadas dos indígenas até as investidas dos desbravadores, fornecendo uma visão abrangente da história regional.

Para construir sua narrativa histórica, Moreira utilizou fontes diversas e buscou registrar com exatidão como eram os antigos caminhos de Curitiba e Paranaguá. Ele tratou desde os primeiros traçados indígenas até o período em que Zacarias Góes de Vasconcelos assumiu a presidência da província. Segundo Moreira (1953), após esse período, os documentos tornam-se mais acessíveis devido à emissão de relatórios anuais sobre a administração pública.

A abordagem de Moreira em “Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá” vai além da descrição geográfica. Ele incorpora aspectos físicos, topográficos e socioeconômicos dos terrenos, bem como questões culturais e políticas, buscando compreender não apenas a geografia física, mas também as vidas e relações dos habitantes da região. Sua narrativa não é meramente descritiva, mas considera as nuances sociais, econômicas, culturais e políticas, além de capturar elementos da vida cotidiana dos paranaenses.

Moreira também destacou a importância de uma escrita que levasse em conta a presença dos sujeitos, suas vozes, gestos, pensamentos e ações. Para ele, era necessário, por meio de indícios visíveis, descobrir atividades desconhecidas que, devido à falta de registros duráveis, poderiam gerar lacunas na história (Moreira, 1953). Ele defendia que o uso de documentos deveria ser complementado por interpretações inteligentes, sem considerá-los como conclusivos.

Para Moreira (1975) o propósito do livro não era o de esclarecer detalhes sobre a fundação da cidade, sim, as relações entre os caminhos da Comarca e as povoações que lhes

eram inerentes, bem como, conhecimento sobre as comunicações entre os habitantes do litoral e dos planaltos. Para ele “não se pode conceber a história de um caminho sem relacioná-lo com o homem, como também, ficará sem lógica, o estudo dos antigos pousos sem a ligação histórica com as vias de comunicação” (Moreira, 1975, p. 585).

Esse olhar de Moreira para o passado permite utilizar sua narrativa como fonte para identificar a presença dos povos indígenas em São José dos Pinhais. Mesmo que os grupos indígenas não fossem o objeto direto de suas investigações, estão presentes em sua escrita. Em relação a São José dos Pinhais, o autor observou que “o pequeno povoado de São José tornara-se convergência de importantes caminhos: o do Arraial, o dos Ambrósios e o dos campos de Curitiba” (Moreira, 1975, p. 585).

Ao ter como objeto de investigação os “Caminhos da Comarca”, as investigações de Moreira (1975) são mais pertinentes para subsidiar a pesquisa sobre a presença indígena no Período da Colonização, no entanto, alguns elementos narrativos são bastante relevantes nesta pesquisa, especialmente na sistematização de dados a respeito do período do contato dos povos colonizadores com os indígenas.

2.5.3 Outro olhar

Como problematizado anteriormente, o Volume I da “História do Paraná” (1969) não demonstrou preocupação em atribuir aos indígenas uma narrativa histórica significativa. Contudo, no Volume III, de autoria de Faris Antônio Salomão Michaelle (1911-1977), observa-se uma mudança significativa de abordagem. Michaelle dedicou o primeiro capítulo do volume à “Presença do Índio no Paraná”, evidenciando uma preocupação investigativa e analítica inédita em relação à inclusão da presença indígena na história do estado.

Michaelle teve uma carreira marcada pelo magistério em instituições como o Ginásio Regente Feijó e as faculdades de Letras, História e Direito em Ponta Grossa, no Segundo Planalto do Paraná. Ele participou ativamente de instituições culturais locais e nacionais, contribuindo para a criação de espaços de pesquisa e divulgação histórica. No terceiro volume da “História do Paraná”, ficou responsável por dois capítulos: “Presença do Índio no Paraná” e “Formação Étnica do Paraná”, que, juntos, representam quase metade do conteúdo do volume.

Sua abordagem ofereceu uma visão detalhada das “tribos” indígenas que habitavam o Paraná, contextualizando sua presença no continente americano e discutindo aspectos linguísticos, culturais e antropológicos. Michaelle questionou e problematizou aspectos das narrativas históricas anteriores, especialmente aquelas de Romário Martins, destacando erros

como a atribuição imprecisa de nomes e apelidos a grupos indígenas que não refletiam sua real influência cultural ou étnica na região.

Além disso, Michaele aponta para uma questão crítica levantada em relação à narrativa histórica anterior, especialmente aquela apresentada por Romário Martins: a atribuição de nomes e apelidos a grupos indígenas que podem não refletir sua verdadeira influência cultural ou étnica na região. Ele destaca a predominância da presença Guarani no Paraná Colonial, corroborando com relatos de cronistas e viajantes da época. O autor também discorre sobre as raízes linguísticas dos povos americanos e os vestígios esqueléticos dentários, uma vez que neste período alguns pesquisadores já haviam produzido hipóteses de relevância sobre estes aspectos. Na sequência ele comenta sobre influência dos agentes físicos e naturais, bem como os hábitos alimentares e os elementos de fundo cultural, que deveriam, igualmente ser considerados:

É claro que por outro lado, os agentes físicos e naturais, bem como os hábitos alimentares e os elementos de fundo cultural, devem igualmente, ser considerados, quando se trata em mente essas alterações antropológicas, por ínfimas que sejam [...] E é bem da antropologia dos nossos tempos o conceito de que, para o bom pesquisador, nunca se sabe, ao certo, onde termina a antropologia física e começa a antropologia cultural (Michaele, 1969, p. 17).

Ao comentar sobre os sambaquis, evidenciou ser resultado do trabalho humano, na região do litoral do Estado, teria sido produzido pelos primórdios da cultura, na chamada da “idade da pedra”. Destaca a importância das jazidas presentes no litoral e como elas devem ser investigadas por pesquisadores de diferentes áreas.

Após a contextualização inicial, Michaele, apresentou o que seriam as “tribos” que habitavam o Paraná primitivamente. Ele sinalizou que a região era habitada por inúmeras delas, porém, elas pertenciam a duas ou três famílias de âmbito nacional. Comentou sobre a dificuldade e problemas que podem resultar na tentativa de delimitar o território de cada “tribo” sem levar em conta a sua filiação linguística dos grupos, já que a cultural é menos clara, assim como a antropológica ou racial (Michaele, 1969, p. 20).

Aqui, pode-se salientar uma diferença marcante em relação ao que Romário Martins apresentou na obra de “História do Paraná” (1953) em relação aos nomes e apelidos atribuídos a estes grupos. O próprio autor alertou que na narrativa histórica produzida por Romário Martins, ele teria se equivocado ao mencionar tantos grupos no território paranaense:

[...] embora muitos desses grupos indígenas, embora muitos deles quase nenhuma influência pudessem ter exercido, tanto cultural como etnicamente, pois que, como vimos, seriam apenas passagens esporádicas ou, quando muito, comunidades de vida precária, entrosadas em sistemas tribais mais amplos e definidos, como, por exemplo

os dos carijós, no litoral, a absorver o pequeno grupo tupiniki, vindo do norte (como observou Hans Staden) e com estada em Guaraqueçaba (Michaele, 1969, p. 22).

No entanto, segundo Michaele (1969, p. 23), no período colonial, o Paraná era “chão predominantemente guarani”, assim como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Paraguai, Uruguai e Argentina. Tal conclusão seria evidente, segundo o autor, pois, o contato com tais grupos era presente nos relatos dos cronistas, missionários e demais viajantes dos séculos da colonização.

A abordagem de Faris Antônio Salomão Michaele no Volume III da “História do Paraná” representa um avanço significativo em relação às narrativas históricas anteriores, ao dedicar atenção investigativa aos povos indígenas do Paraná. Sua obra destaca a complexidade e riqueza da presença indígena, problematizando equívocos passados e propondo uma análise mais contextualizada e interdisciplinar.

Apesar do avanço representado por Michaele, sua narrativa ainda reflete os limites de sua época, especialmente no uso de terminologias e conceitos hoje superados. Contudo, sua preocupação em resgatar a história indígena e em integrá-la à narrativa regional constitui uma contribuição valiosa para a historiografia paranaense.

A inclusão e análise da presença indígena no Paraná, como feita por Michaele, reforçam a importância de repensar a narrativa histórica sob uma perspectiva mais ampla, que reconheça os indígenas como agentes históricos e não apenas como figurantes na história da colonização. Esses esforços são essenciais para superar lacunas históricas e construir uma visão mais inclusiva e complexa do passado regional. O pesquisador é pouco lembrado ou referenciado nas pesquisas sobre a História Indígena e seu ineditismo no campo da pesquisa histórica mereceria mais atenção.

2.6 CONCLUSÕES DA PRIMEIRA PARTE

Este capítulo teve como objetivo realizar um amplo levantamento de literatura sobre a presença indígena no Paraná, com ênfase especial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no território de São José dos Pinhais. A partir de uma revisão cuidadosa, foram examinadas obras de autores pioneiros, como Romário Martins, Loureiro Fernandes, Júlio Estrela Moreira e Faris Antônio Salomão Michaele, além de produções acadêmicas contemporâneas oriundas de universidades estaduais e federais, com destaque para aquelas realizadas em instituições no interior do Paraná.

A análise evidenciou diferentes abordagens e perspectivas sobre os povos indígenas do estado, revelando avanços, limitações e lacunas nas narrativas históricas. Observou-se que,

enquanto as primeiras gerações de pesquisadores muitas vezes marginalizaram ou simplificaram a presença indígena, produções mais recentes, especialmente em campos como a Antropologia, Arqueologia e Etno-história, trouxeram contribuições valiosas, ampliando o entendimento sobre os modos de vida, as relações sociais e culturais e o protagonismo histórico desses povos.

O levantamento incluiu narrativas históricas que problematizam a construção do mito do “vazio demográfico” e a ausência de estudos focados nos indígenas da RMC. Também destacou iniciativas que buscaram integrar a cultura material, os registros etnográficos e a documentação histórica na produção de conhecimento mais inclusivo e interdisciplinar. O resultado é um rico panorama de fontes e abordagens que, embora ainda contenham limitações, oferecem uma base sólida para avançar na compreensão da história regional e local.

Com o material levantado, o próximo capítulo se dedicará à sistematização de uma narrativa histórica, utilizando as informações, conceitos e métodos analisados neste capítulo. Essa narrativa buscará superar algumas destas lacunas e silenciamentos, promovendo uma visão mais ampla e inclusiva sobre a presença indígena no Paraná, com especial atenção à região de São José dos Pinhais. A intenção é construir uma perspectiva histórica que valorize as interações, os protagonismos e o legado dos povos indígenas para a formação sociocultural do território.

SEGUNDA PARTE
Construindo novos caminhos

3 UMA NARRATIVA ETNO-HISTÓRICA LOCAL

Conforme discutido nos capítulos anteriores, a criação de uma narrativa Etno-histórica requer uma integração entre conhecimentos, fontes e métodos produzidos por diferentes ciências, como a História, Arqueologia e Antropologia. Nesse contexto, adotou-se abordagens propostas por essas disciplinas, a fim de esclarecer e delinear as categorias utilizadas, o que inclui a compreensão da ocupação do território pelos primeiros grupos pioneiros de caçadores e coletores, que também são mencionados por alguns autores como paleoíndios.

As teorias a respeito dos povos caçadores e coletores possuem uma epistemologia própria, cujas discussões teriam se iniciado com Lewis Morgan (1877), no século XIX, até os estudos mais contemporâneos de arqueólogos como Binford e Politis. Morgan, influenciado pela teoria da evolução de Darwin, propôs três estágios para classificar a história humana: selvageria, barbárie e civilização.

Desde 1883 Franz Boas desenvolvia estudos culturalistas/difusionistas, que buscavam explicar o desenvolvimento cultural através da difusão de práticas entre diferentes populações. Boas (2004) defendia a singularidade de cada cultura e propunha uma abordagem histórico-cultural, que considerava os processos históricos e as relações entre os grupos.

Foi Julian Stewart (1955), por sua vez, introduziu o conceito de “evolução cultural multilinear”, enfatizando a adaptação das sociedades aos seus ambientes específicos. Ele delineou três tipos de organização social entre os caçadores e coletores: bando patrilinear, bando composto e bando matrilinear. Sua abordagem destacava como as sociedades desenvolviam objetos semelhantes devido ao contexto histórico e ambiental em que viviam.

Os pesquisadores Lee e Vore (1968) expandiram as análises sobre o estilo de vida nômade dos grupos caçadores e coletores, destacando o casamento como um meio de estabelecer vínculos sociais entre diferentes grupos. Eles descreveram cinco características principais desse estilo de vida nômade: igualitarismo, baixa densidade populacional, ausência de territorialidade, mínimo de estocagem de recursos e manutenção de relações sociais para garantir a coesão do grupo.

Por outro lado, Marshall Sahlins (1972) apresentou uma visão diferente sobre os povos caçadores e coletores, argumentando que sua economia era o modo de produção mais eficiente em termos de energia gasta *per capita* por ano. Sahlins enfatizava a diversidade de influências que moldavam o curso das sociedades e dava ênfase tanto à tecnologia quanto à economia, em contraste com a perspectiva evolucionista unilinear.

A partir dos anos 1980, com a contribuição de Binford (1980), a arqueologia desempenhou um papel significativo na compreensão das adaptações dos grupos de caçadores e coletores em diferentes contextos ambientais. Binford buscou explicar a diversidade nos sistemas de assentamento e subsistência desses grupos, considerando as diferentes estratégias e meios que utilizavam, além das características ambientais que influenciavam suas práticas.

Binford estabeleceu dois modelos para identificar grupos de nômades: o modelo forrageiro, caracterizado pela alta mobilidade sazonal em amplos territórios sem estocagem de alimentos, mais comum em regiões quentes; e o modelo coletor, com semi-sedentarismo adaptado a áreas temperadas e árticas, os grupos especializados se estabeleciam em acampamentos provisórios e estocavam alimentos para épocas de escassez.

Inspirado nesses estudos, Gustavo Politis (1996) investigou o grupo étnico Nukak na Amazônia, observando sua estratégia de mobilidade cíclica para aproveitar recursos. Essas teorias embasaram o estudo da pesquisadora Dias (1994) sobre os caçadores e coletores pré-históricos do sul do Brasil. As pesquisas destes profissionais é que embasam o repertório teórico dos arqueólogos que produzem informações sobre os deslocamentos populacionais no Brasil Meridional, inclusive na RMC e São José dos Pinhais.

Ao consultar a literatura, laudos e relatórios técnicos, estes autores, suas ideias e termos por eles cunhados estão presentes, portanto, a compreensão do texto, perpassa a compreensão da trajetória destes sujeitos e de suas trajetórias e produções intelectuais.

A presença destes autores e seus aportes teóricos, aparecem de forma mais evidente, na literatura técnica e relatórios, quando se busca explicar sobre a abordagem metodológica adotada para análise dos vestígios materiais que foram resgatados. Na redação dos relatórios, que foram fontes primárias, para uma análise discursiva, esses autores se fazem presente, bem como, suas categorias de análise, modelos estabelecidos e linguagens próprias de sua linha de pesquisa. Por isso, que esses autores, seus aportes teóricos, categorias, modelos e vocabulários também se fizeram presente nesta narrativa.

3.1 OS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Antes de abordar localmente a questão da ocupação dos territórios pelos primeiros grupos de humanos, é necessário observar o contexto a partir de uma perspectiva mais ampla acerca da origem dos indígenas no continente americano. Essa preocupação remonta à chegada dos europeus ao que eles denominaram de Novo Mundo, nos séculos XV e XVI. Deixando de lado a discussão religiosa sobre a origem desses povos, que abrange tanto os relatos bíblicos quanto as cosmogonias dos próprios povos originários, foram os colonizadores que observaram

uma semelhança física entre os povos indígenas americanos e os asiáticos. Entre os europeus, existia a concepção de que os indígenas eram todos semelhantes, a ponto de entenderem “que ao verem um, teriam visto todos” (Acuña, 1641 *apud* Neves; Piló, 2008, p. 61).

Um debate científico sobre o tema demandaria algum tempo para se desdobrar. As pesquisas do dinamarquês Peter Lund, realizadas em Lagoa Santa, Minas Gerais, em meados do século XIX, contribuíram para essa discussão. De acordo com suas conclusões, os primeiros humanos teriam chegado à América muito antes do que se acreditava na época, quando estimavam serem apenas poucos milhares de anos (Neves; Piló, 2008, p. 60). No entanto, as descobertas de Lund enfrentaram resistência e só foram amplamente aceitas no século XX, quando, nos Estados Unidos, foram encontradas pontas de lanças feitas de pedra lascada associadas a esqueletos de animais da megafauna extinta, evidenciando a coexistência de espécies.

Mesmo com as evidências materiais encontradas nos Estados Unidos, na época, as estimativas de ocupação da América não ultrapassavam cerca de 6 mil anos. Foi somente com o desenvolvimento e aplicação do método de datação por carbono-14, em 1950, que a comunidade científica passou a compreender mais detalhadamente a extinção da megafauna e os primeiros vestígios culturais encontrados na América do Norte, datados do Pleistoceno, entre 11,5 e 10 mil anos atrás (Neves; Piló, 2008, p. 64).

Ao longo do século XX, as investigações sobre a ocupação da América foram impulsionadas pela criação de métodos mais precisos para a datação de resíduos orgânicos deixados pelos seres humanos, técnicas de escavação arqueológica, o desenvolvimento da linguística histórica e a capacidade de estabelecer os graus de parentesco biológico e evolutivo entre as populações humanas vivas. Tais avanços possibilitaram a produção e acumulação de um amplo volume de conhecimento sobre os primeiros habitantes das Américas.

Para Neves e Piló (2008, p. 65), dentre todas as áreas de conhecimento envolvidas nos estudos sobre a origem do homem americano, a Arqueologia seria a única capaz de fornecer uma datação precisa, enquanto as demais podem oferecer estimativas temporais menos precisas. E, entre estes pesquisadores, os estudos sobre a ocupação da América pelos primeiros grupos de humanos podem ser divididos em dois grupos:

1) Cultura Clóvis: Neste modelo, os pesquisadores acreditam que os vestígios humanos mais antigos foram encontrados na cidade de Clóvis, Novo México, datados de 11,4 mil anos. Esses primeiros americanos teriam sido especializados na caça de grandes mamíferos. Apresentavam uma indústria lítica característica, representada pelas pontas de Clóvis com base acanalada e um bico de flauta, fixadas com hastes de madeira. Além disso, neste modelo, a

ocupação do continente teria ocorrido por uma única via de entrada, pelo estreito de Bering. Portanto, toda a América possuía um mesmo estoque biológico humano. Esse modelo é defendido majoritariamente pela comunidade norte-americana, que possui peso intelectual na produção científica mundial.

2) Cultura Pré-Clovista: Este modelo é defendido especialmente por pesquisadores da América do Sul, os quais argumentam que existem indícios mais do que suficientes para questionar o modelo proposto pela Cultura Clóvis. Entre os aspectos destacados está o fato de haver uma diversidade de indústria lítica, sem relação estilística com a cultura Clóvis. Os primeiros americanos que chegaram à América adotaram uma estratégia de caçadores e coletores generalistas. A cronologia de ocupação é anterior à dos clovistas. Para alguns, os pré-clovistas teriam ocupado a região entre 13 e 14 mil anos atrás; para outros, essa ocupação poderia retroceder para 30 a 40 mil anos atrás. Além disso, houve mais de uma via de ocupação do continente americano, incluindo rotas oceânicas.

Nesta pesquisa, foi adotado o modelo Pré-Clovista, pois, entende-se que as escavações e investigações dos pesquisadores sul-americanos não deixam dúvidas quanto à sua veracidade. As datações pleistocênicas, por exemplo, indicam fortemente que os humanos chegaram à América antes do que afirma a Cultura Clóvis. Além disso, vestígios ósseos, como os encontrados no sítio arqueológico de Lagoa Santa, em Minas Gerais, demonstram que os primeiros habitantes do território se assemelhavam mais aos australianos do que aos asiáticos, reforçando a ideia de ocupação da América por mais de uma rota, como as rotas oceânicas.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre os estudos relacionados à ocupação do continente americano, incluindo abordagens arqueológicas, investigações sobre a diversidade dentária, genética e linguística, recomenda-se a consulta das obras “O Povo de Luzia” (Neves; Piló, 2008), “O Brasil Antes dos Brasileiros: A Pré-História do Nosso País” (Prous, 2006) e “Assim Caminhou a Humanidade” (Neves; Roncaglia Júnior e Murrieta, 2022).

Ressalta-se que, para compreender a história da ocupação do Brasil antes da colonização, assim como de qualquer localidade em seu território, é essencial recorrer às fontes arqueológicas. Estas são compostas pelos vestígios materiais deixados pelos seres humanos, que se preservaram parcialmente ao longo do tempo, como ossos humanos, restos de animais caçados, instrumentos de pedra ou osso, cerâmicas, vegetais, grafismos, entre outros. Além disso, os aspectos do ambiente também desempenham um papel relevante na investigação.

Fatores como clima, vegetação, fauna e topografia influenciaram e foram influenciados pelas atividades humanas. Ainda, a ausência de vestígios também deve ser levada em consideração nas análises, como ilustrado pela afirmação de Prous (2006, [n.p.]): “a ausência

sistemática de ossos de criança num cemitério pode ser tão importante quanto a presença de esqueletos adultos”.

Nesse contexto, é crucial compreender as mudanças nos estudos arqueológicos no Brasil. De maneira geral, desde os primeiros estudos empreendidos por Lund em 1853, houve uma série de transformações na pesquisa arqueológica no país. Essas transformações variaram conforme o período, as tendências e as correntes teóricas em voga. No final do século XIX, foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas em sambaquis, em Santa Catarina, por Von Den Stein, e no Amapá, por Emílio Goeldi. Entretanto, como destacou Prous (2006), naquela época, a preocupação estava em encontrar objetos que possibilitassem classificar o nível evolutivo dos indígenas brasileiros em comparação com os europeus.

Na segunda metade do século XX, ocorreu a implantação da Arqueologia no Brasil sob a orientação de pesquisadores franceses e norte-americanos, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960. Esse movimento se deu por meio da criação de programas independentes, concebidos por pioneiros que foram formados por especialistas estrangeiros (Prous, 2006).

No final da década de 1960, foi estabelecido o Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), sob a supervisão de Betty Meggers e Clifford Evans²³. Este projeto visava traçar um quadro preliminar da pré-história nos estados localizados na fachada marítima do país, estendendo-se do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte. Para isso, foram conduzidas prospecções e sondagens. Foi nesse contexto que surgiram as principais “Tradições” ceramistas que continuam reconhecidas até os dias atuais:

Os seguidores do PRONAPA procuravam evidenciar, por meio da análise dos restos de cerâmica pré-histórica, a dispersão ao longo dos eixos fluviais de grupos pré-históricos caracterizados por sua cultura material. Trabalhavam dentro da linha do determinismo ecológico norte-americano (a ideia de que o ambiente local determina o grau de complexidade das sociedades que nele evoluíram). Paralelamente, outros pesquisadores, quase sempre influenciados ou orientados por W. Hurt ou Annette Laming-Emperaire, estudavam os vestígios de populações mais antigas a partir de escavações amplas em sítios escolhidos – geralmente em sambaquis ou abrigos sob a rocha –, e atenção especial foi dedicada à chamada “arte rupestre”, muito comum no Brasil central e nordestino (Prous, 2006, [n.p.]).

Em uma entrevista concedida ao Instituto Brasileiro de Arqueologia (IAB), Blasi, destacou que o PRONAPA estava organicamente vinculado ao “nosso modo de fazer arqueologia” aqui no Brasil. Em 1954, ocorreu um evento em São Paulo, um Congresso

²³ O programa foi patrocinado pelo CNPq, pelo Museu Emilio Goeldi e pelo *Smithsonian Institution*, enquanto, a coordenação científica ficou sob a responsabilidade de Clifford Evans e Betty Meggers. Seu principal objetivo era unificar as técnicas e metodologias aplicadas nos vestígios arqueológicos e, levantar e conhecer o território arqueológico nacional, gerando dados comparativos entre regiões (Noelli, 2000).

Internacional de Americanistas, evento esse que se tornou um marco para a arqueologia brasileira. Foi neste momento, que se decidiu convidar esses e outros profissionais para dar cursos no Brasil, pois, entendia-se que era muito caro enviar as pessoas para estudar fora, seria mais acessível financeiramente trazer os professores mais capacitados para o Brasil.

Com este intuito, Loureiro Fernandes teria fundado o CEPA, em 1958, convidando um primeiro arqueólogo para ministrar a formação, o americano Wesley Hurt, da *Indiana University*, que trouxe as premissas da metodologia de campo americana. Seus alunos foram Wilson Rauth e Oldemar Blasi. Inclusive, Rauth foi o responsável pela escavação de um sítio arqueológico bastante emblemático em São José dos Pinhais, o Cerro Azul, sobre o qual será comentado mais adiante.

Em 1960, para dar sequência ao Projeto, os convidados foram o casal francês Joseph e Anette Laming Emperaire²⁴ e, em 1962, com a morte de Joseph, em consequência de um acidente, Anette veio para dar sequência ao curso²⁵. Foi nesta época que consolidou-se no país, o uso de uma metodologia de abordagem europeia, em especial francesa, que era mais minuciosa, que procurava abordar do sítio do particular para o geral (Blasi, 2007, p. 57-68).

Em 1964, o casal convidado foi Clifford Evans e Betty Meggers, da Fundação Smithsonian de Washington²⁶. No trabalho desenvolvido no país, Meggers e Evans trouxeram o que haviam aprendido com seus professores na Colômbia, entre eles Stewart e Boaz. Em sua pesquisa de mestrado sobre a História da Arqueologia na Amazônia, a pesquisadora Rosa (2008, p. 50) citou algumas das técnicas que os pesquisadores introduziram no país, como: a escavação estratigráfica, análise tipológica e quantitativa dos restos cerâmicos, seriação, definição de sequências culturais no tempo e no espaço divididas em “fase”, estudar padrões de assentamento, recorrer a explicações ecológicas (baseadas no determinismo ambiental) para tratar do desenvolvimento cultural das regiões, além de um grande interesse em estabelecer cronologias.

O número de pesquisadores aumentou ao longo da década de 1980, sendo este também o período em que a Associação Brasileira de Arqueologia (ABA) foi criada. Esse momento testemunhou uma maior receptividade a novas influências, especialmente as da arqueologia

²⁴ Foram alunos destes pesquisadores: Niède Guidon; Luciana Palestrine; Maria José Menezes, Margarida Andreatta e Maria da Conceição Beltrão.

²⁵ Turma composta por: Maria José Reis, Margarida Andreatta, Maria da Conceição Beltrão, Ignácio Schmitz, Alfredo Rohr, Walter Piazza, José Proença Brochado, Silvia Maranca e Andréia Loyola.

²⁶ Turma composta por: Walter Piazza, Wilson Rauth, Igor Chmys, José Proença Brochado, Silvia Maranca, Valentin Calderon, Mario Simões, Fernando Altenfelder, Nássaro Nasser e Heloísa Fenelon.

processual. Durante a década de 1990, assim como aconteceu com os historiadores, os arqueólogos começaram a abordar a forma como cada geração de pesquisadores desenvolve sua própria interpretação do passado, a partir dos eventos arqueológicos selecionados e interpretados. Ou seja, não existe neutralidade na investigação; toda pesquisa é ideologicamente orientada. Isso, contudo, não implica que os pesquisadores não operem com objetividade científica (Prous, 2006).

Com o progresso das pesquisas arqueológicas realizadas nas últimas décadas, foi possível, como destacou Prous (2006, p. 15), estabelecer a presença inquestionável de seres humanos na América entre 11,5 e 13 mil anos atrás. Esse registro é particularmente evidente no Chile Meridional, no Brasil Central, no Nordeste e na Amazônia.

Alguns arqueólogos defendem a descoberta de evidências ainda mais antigas da presença humana, como demonstrado pelas escavações conduzidas ao longo das décadas de 1970 e 1980 no abrigo do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, sob a coordenação de Niède Guidon. Ao investigar vestígios de fogueiras, artefatos lascados e pinturas rupestres, levantou-se a hipótese de que a região já era habitada há 20 a 40 mil anos. No entanto, a comunidade científica ainda está engajada em debates sobre a interpretação e datação desses indícios (Prous, 2006, p. 15).

Apesar das muitas incertezas em relação à ocupação humana na América, há também pontos de consenso. Um exemplo é a densidade populacional desses grupos, que, embora provavelmente baixa devido ao número limitado de sítios arqueológicos, foi suficiente para evitar um isolamento genético que poderia ter sido prejudicial para a sobrevivência da espécie humana. Além disso, é importante notar que a linha costeira estava consideravelmente distante de sua posição atual, o que significa que sítios potencialmente capazes de fornecer um registro mais detalhado dessa época estão atualmente submersos. A certeza, porém, é que a ocupação humana remonta ao Pleistoceno, o que indica que esses primeiros habitantes encontraram um cenário bem diferente no continente²⁷.

Como mencionado anteriormente, vestígios materiais foram descobertos ao longo de todo o Brasil, do Norte ao Sul, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre esses sujeitos. Para direcionar a pesquisa de maneira mais específica, concentrando-se em estudos

²⁷ Acredita-se que as temperaturas eram cerca de seis graus mais baixas; com invernos rigorosos no sul e geadas em áreas de altitude de Minas Gerais, onde haviam florestas semelhantes às que existem atualmente no Paraná; na região central e em parte do nordeste do Brasil era mais seca e havia muito cerrado, que oferecia pasto para herbívoros de grande porte, como: preguiças gigantes, mastodontes, toxodontes, camelídeos, tigres-dente-de-sabre e pequenos ursos (Prous, 2006, p. 17).

mais regionais e locais em um período desprovido dos limites atuais, o foco recaiu na compreensão dos tipos de vestígios encontrados na região do Brasil Meridional, que se estende do sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul, o que abarca o território são-joseense.

Tradicionalmente, a chamada “*Pré-História*” brasileira seria o período para estudar a ocupação do país, anterior à existência dos limites territoriais e fronteiras atuais. No entanto, alinhando-se a autores como Neves e Piló (2008), a pesquisa foi organizada em torno de grandes regiões. Neste ponto, cabe uma breve digressão a respeito do termo “*Pré-História*”, que é bastante polêmico entre pesquisadores das humanidades, especialmente as com abordagem “*decolonial*”, no entanto, ainda é bastante popular e segue sendo utilizado em diversas narrativas que tratam da ocupação antes da colonização, inclusive em materiais didáticos voltados para a formação acadêmica dos estudantes e, nos espaços de divulgação do que podemos chamar de história pública, consumida por um público não especializado.

O conceito de “*Pré-História*” teria sido criado no século XIX, voltado para a importância das fontes escritas no processo de escrita da História, sendo uma divisão do tempo eurocêntrica e carregada de preconceitos. De maneira simplista, observa-se a ideia de “pré” como algo anterior, antes de algo, implicando um período fora da história. No entanto, ao adotarmos a perspectiva de estudiosos como Marc Bloch (1965), a História é a ciência que estuda a humanidade ao longo do tempo, portanto, o termo “*Pré-História*” deveria ser utilizado para referir-se a um período no qual o *Homo sapiens* não existia, neste sentido, entende-se que essa forma tradicional de organizar as investigações históricas pode resultar em alguns equívocos²⁸.

Usar como marco temporal a invenção da escrita para separar o que é “*História*” da “*Pré-História*”, dividindo a trajetória humana em dois segmentos assimétricos, resulta em uma divisão um tanto desproporcional. Pois, nesta perspectiva a História, teria cerca de 5000 anos desde o surgimento da escrita e no caso do Brasil um pouco mais de 500 anos, em função do início da colonização; enquanto, na outra parte da divisão, teriam mais de 3 milhões desde o surgimento dos ancestrais dos humanos até a fabricação de ferramentas de pedra, além de mais de 12 mil anos de ocupação da América.

²⁸ Alguns autores com discussões pertinentes: BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 2002. CARDOSO, C. O tempo da Ciências Naturais e o Tempo da História. In: **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro: Campos, 1988; NORHERT, E. **Sobre el tiempo**. Madrid: Fondo de Cultura, 1989; HITROW, G. J. **O tempo na história**. Concepções do tempo da Pré-História aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Além do que, História e Pré-História, são disciplinas surgidas na Europa, construídas com conceitos que enxergam o mundo a partir de suas próprias trajetórias, usando categorias de organização que não se aplicam com a mesma facilidade para contar outras histórias como as dos povos das Américas.

Esta convenção, quando se trata da América, ainda incorre em outro equívoco, pois o fato de os colonizadores não conseguirem compreender a escrita de alguns povos como Maias, Olmecas e Zapotecas, que já possuíam formas de escrita, não os coloca como povos “sem escrita”. Nesse sentido, alguns pesquisadores, especialmente de História Indígena e do povoamento da América, preferem utilizar outros marcos, a partir do processo do próprio continente, utilizando termos como “Pré-Colonial” ou “Pré-Cabralino”.

Isso porque a chegada dos europeus, especialmente de Pedro Álvares Cabral, ao Brasil em 1500, foi um marco temporal que influenciou o rumo dos acontecimentos no país, impactando fortemente as populações indígenas que habitavam o território. Trata-se de olhar e entender o evento como um momento de ruptura na trajetória histórica destes povos originário, que passaram a ter que lutar com grupos invasores por sua sobrevivência, não, de entender a chegada dos europeus como marcante, por se tratar da chegada de uma cultura superior e mais civilizada.

Outros pesquisadores, como Peter Schmidt e Stephen Mrozowski, defendem que o marco não seja a chegada dos europeus, nesta perspectiva seria preferível falar em “História Profunda” ou “Histórias Profundas”, no plural. Para evitar incorrer em tais equívocos, optou-se por utilizar, a partir deste ponto na pesquisa, os termos mencionados, conforme o contexto de aplicação, e colocar entre aspas, quando for necessário usar “pré-história” pois estará vinculado a redação utilizada pela bibliografia ou legislação, em uso na literatura consultada.

Para evitar reproduzir esses equívocos conceituais, optou-se, nesta pesquisa, por adotar os termos mencionados conforme o contexto de aplicação, utilizando a expressão “pré-história” entre aspas apenas quando necessário, como em citações diretas ou referências a documentos legais e bibliográficos que ainda utilizam essa terminologia. Além disso, ao invés de seguir a divisão tradicional da Pré-História Brasileira (Paleolítico e Mesolítico), em alguns momentos a pesquisa recorre à subdivisão baseada em épocas geológicas, como o Pleistoceno e o Holoceno, que oferecem uma categorização específica, que contribuem com uma outra abordagem para o estudo das ocupações humanas na América do Sul.

A opção por essa periodização se justifica pelo fato de que os processos de ocupação do continente americano não seguiram os mesmos padrões observados na Europa ou na Ásia. Assim, as categorias geológicas permitem uma melhor contextualização das sociedades

indígenas dentro dos marcos ambientais e climáticos que influenciaram seus modos de vida ao longo do tempo. O Quadro 2 sistematiza essas informações, apresentando **datações aproximadas** que auxiliam na contextualização da ocupação indígena no território.

Quadro 2 - Sistematização do tempo, quando se utilizou as épocas geológicas:

HISTÓRIA DO BRASIL				
Pré-Cabralino				Colonial
Pleistoceno	Holoceno			Pré-Colonial
	Arcaico Antigo	Arcaico Médio	Arcaico Recente	Invasão
60.000 – 12.000 AP	12.000 – 9.000 AP	9.000 – 4.500 AP	4.000 AP - 1500	A partir 1500.

Fonte: Adaptado (Neves; Roncaglia; Murrieta, 2022).

Essa abordagem não apenas contribui para uma análise mais precisa da presença indígena no passado, mas também reforça a necessidade de repensar a construção das narrativas históricas. Ao questionar os limites impostos pelo conceito de "pré-história", abre-se espaço para reconhecer a historicidade das sociedades indígenas e sua continuidade até o presente, contrariando discursos que tendem a invisibilizar esses grupos dentro da historiografia tradicional.

Esclarecidos aspectos referentes a periodização e organização temporal do texto, pode-se prosseguir com a análise, utilizando a mencionada metodologia de pesquisa interdisciplinar, a Etno-histórica, com vistas na qualificação da narrativa histórica sobre o a ocupação humana da região Sul do Brasil, o que inclui a localidade de São José dos Pinhais, objeto desta investigação.

3.2 A ARQUEOLOGIA E A HISTÓRIA INDÍGENA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

O item anterior enfatizou a relevância das pesquisas arqueológicas na compreensão dos deslocamentos populacionais que resultaram na ocupação do continente americano. Nesta seção, o foco foi esclarecer aspectos do processo de investigação arqueológica em São José dos Pinhais. Essas pesquisas mantêm um diálogo constante com eventos em escalas nacionais e globais, buscando elucidar as motivações por trás das investigações arqueológicas na região.

É essencial destacar que as pesquisas arqueológicas em São José dos Pinhais foram e ainda são impulsionadas pela legislação patrimonial. Foi nesse contexto que este item foi desenvolvido, delineando o cenário investigativo que permitiu a localização de vestígios materiais dos primeiros habitantes da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Conforme texto da Lei n. 25/1937, o bem ou conjunto de bens, só seriam considerados parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando inscrito num dos quatro

Livros do Tombo, que eram tratados no artigo quarto da mesma Lei. Foi somente com a Lei Federal n. 3924 de 1961, que a proteção aos bens arqueológicos foi ampliada, pois, ela passou a dispor também sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes em território nacional, eliminando a restrição de proteção somente aos bens tombados.

Além disso, proibiu em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação para qualquer fim dos monumentos arqueológicos. A Lei n. 3924/1961 teria sido precursora das primeiras pesquisas de salvamento arqueológico no Brasil, teria sido a partir dela, que surgiu uma demanda econômica específica, vinculada a avaliação ambiental para projetos de pesquisa de engenharia civil, que é a arqueologia de contrato.

Apesar de desde 1961 existir uma legislação mais rígida, permitindo mudanças em relação a proteção dos vestígios materiais dos povos que habitam o território paranaense, assim como do restante do país, podemos sinalizar a presença de permanências também. Pois, a maior parte do que é encontrado ainda está vinculado às investigações de prospecção feitas em função de grandes obras de engenharia, ou, em função do “*avanço do progresso*”, sendo raramente motivadas pelo interesse histórico sobre a ocupação e presença dos povos originários no território.

Conforme investigações quantitativas de Calderelli e Santos (2000, p. 52) as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, são predominantemente as de “contrato” de prestação de serviços. Para as autoras, o termo arqueologia de contrato, “[...] foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo, como já ocorria com outras profissões, a existência de patrões ou de clientes” (Calderelli; Santos, 2000, p. 52).

Para Green e Doershuk (1998, p. 122), a arqueologia de contrato tem o mesmo objetivo que qualquer pesquisa arqueológica, “compreender o passado humano”. No entanto, concorda-se com Calderelli e Santos (2000, p. 53) ao considerarem que existem diferenças entre a prática arqueológica acadêmica e a de contrato. As duas diferenças principais, que são de importantes do ponto de vista que adotou-se nesta problematização, seria o fato de que o arqueólogo poderia contribuir com uma pesquisa arqueológica básica, especialmente com as questões metodológicas, enquanto, a pesquisa acadêmica seria a responsável pelo crescimento teórico da disciplina; uma segunda grande diferença seria o fato que o arqueólogo, que trabalha por contrato, tem como principal responsabilidade elaborar pareceres para a tomada de decisão sobre o futuro dos recursos arqueológicos de sua área geográfica de trabalho, uma responsabilidade que inicialmente não está presente em uma pesquisa acadêmica.

Um cenário, em que predomina a arqueologia de contrato, é evidente no município de São José dos Pinhais, sendo que a maior parte dos sítios arqueológicos que constam na base de dados do IPHAN, foram escavados em função de grandes obras engenharia, não, com objetivo de contribuir com a ampliação das pesquisas sobre o passado do território, a noções de preservação ou mesmo, vinculado a questões metodológicas, a fim de contribuir com o avanço da arqueologia no Estado.

As pesquisas de prospecção que resultaram na localização de vestígios pré-cabralinos, em geral ocorreram em função da criação de loteamentos, linhas de transmissão de energia, das obras de ampliação das pistas do Aeroporto Internacional Afonso Pena, de construção do Contorno Leste, construção de multinacionais como Audi e Renault, ou mais recentemente, na escavação da área de alagamento para a Represa do Rio Miringuava. Em todos os casos foram elaborados pareceres, que subsidiariam a tomada de decisão sobre o futuro dos recursos arqueológicos na área investigada, ainda, que não necessariamente, estes vestígios, tão importantes para investigar o passado das pessoas que viviam na região, foram utilizados como objeto de estudo para maiores investigações.

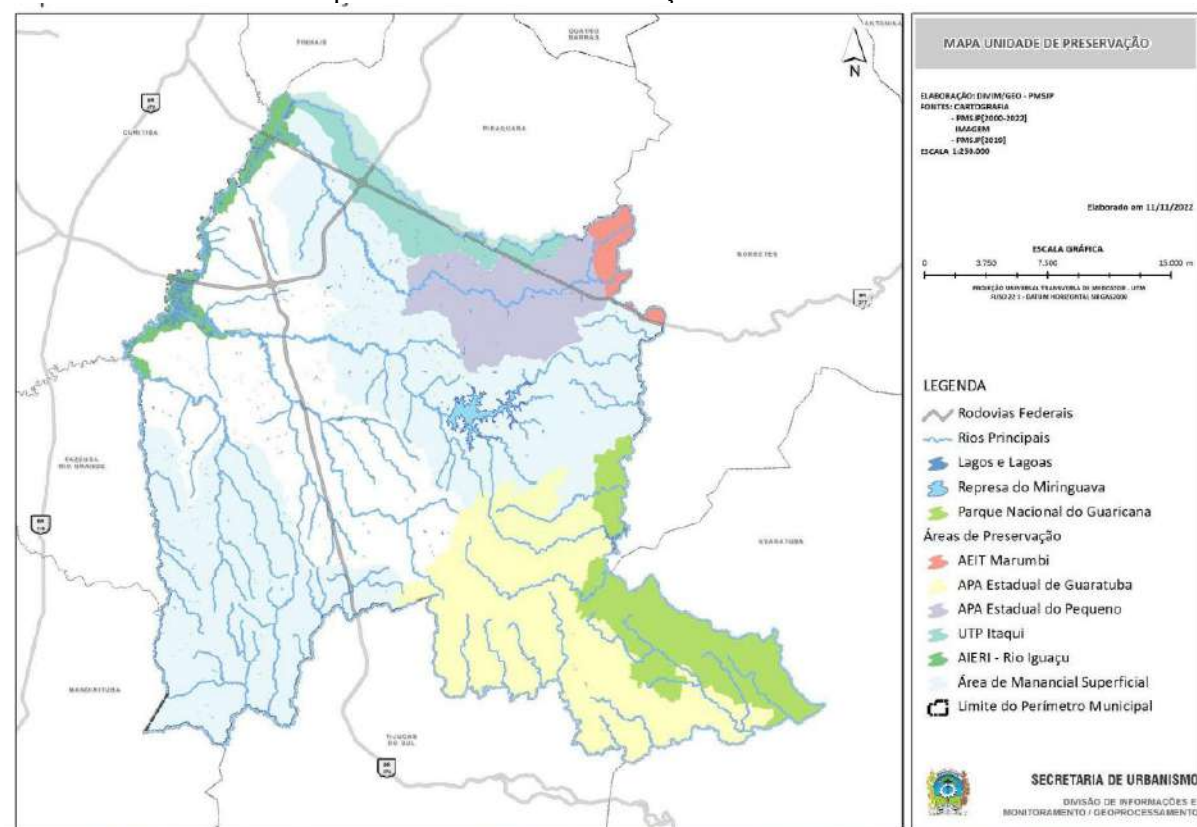
Ainda, cabe destacar, que o município possui uma boa parte do território considerado Área de Preservação Ambiental (APA) (verificar Mapa 3), e é muito provável que independente do potencial histórico ou arqueológico, pesquisas não serão empreendidas e possíveis vestígios que poderiam contribuir com a elucidação de algumas lacunas permaneceram desconhecidos, uma vez que são áreas que não receberam empreendimentos ou loteamentos de grande porte.

Determinadas lacunas históricas locais, poderiam ser preenchidas, a partir das pesquisas arqueológicas, no entanto, existem grandes vazios de informação, uma inexistência de dados, não necessariamente porque eles não existem, sim, porque ainda podem estar no subsolo:

Essa quase inexistência de dados, no entanto, contrasta com o entorno dos centros urbanos, onde um número maior de pesquisas são realizadas, sendo geralmente associadas a Estudos de Impacto Ambiental em empreendimentos como barragens, fábricas, contornos rodoviários, gasodutos, etc., e cujo montante de sítios arqueológicos recuperados vem demonstrando o imenso potencial existente (Chmyz; Brochier, 2004, p. 37).

Apesar das pesquisas de arqueologia de contrato contribuírem significativamente para o avanço de estudos históricos e arqueológicos, elas ficam restritas a determinados espaços municipais, ou seja, os espaços que estão autorizados conforme o Plano Diretor da Cidade, a receber os tais empreendimento, deixando outras áreas, independente do potencial científico sem qualquer tipo de avaliação, pesquisa ou caracterização.

Mapa 3 - Unidades de Preservação Ambiental de SJP



Fonte: São José dos Pinhais (2022, p. 26).

Uma alternativa, com vistas no fortalecimento dos movimentos e leis voltados para a proteção e preservação destes patrimônios, seria a criação de inventários e levantamentos arqueológicos, a partir de critérios técnicos de significância, seriam uma possibilidade de criar um instrumento a mais, para mitigar a perda destes patrimônios em função do crescimento urbano.

A proposta, da criação de “Cartas Arqueológicas”, foi apresentada em 1998, por Chmyz e Brochier, durante um Seminário de Trabalho sobre Patrimônio Cultural da Prefeitura de Curitiba, em um grupo de trabalho que discutia o estabelecimento de uma política de proteção dos bens de valor cultural, histórico, artístico e ambiental (Chmyz; Brochier, 2004).

Vale salientar que um dos obstáculos para o desenvolvimento de programas de pesquisa, avaliação, salvamento e valoração de bens arqueológicos nas cidades é o total desconhecimento, por parte da comunidade e dos setores públicos, sobre o potencial de recursos culturais existentes no subsolo urbano e sobre o trabalho desenvolvido pelos arqueólogos (Chmyz; Brochier, 2004, p. 40). Neste sentido, esta pesquisa possui impacto social ao se apresentar como uma ação de levantamento, reconhecimento e valorização desses patrimônios culturais e arqueológicos.

Tal levantamento está intimamente ligado a própria definição de sítio arqueológico, entendido neste estudo, como unidade areal mínima de interesse arqueológico, possuindo ocorrências bem delimitadas, densas ou continuamente cobertas por vestígios culturais, além de indícios isolados, desde que no conjunto possa apresentar valores significativos em contextos mais amplos. Também se considerou a existência de zonas potenciais e locais de interesse arqueológico, desde que determinados a partir de fontes históricas e étnicas, com relevância arqueológica, modelagens preditivas, áreas com informações ambientais relevantes (abrigo, fontes de matéria prima, áreas de cultivo...).

Portanto, caso exista algum movimento para a elaboração de uma Carta Arqueológica, numa perspectiva local, está pesquisa se colocou como uma ferramenta, pois além de levantar quais foram os sítios arqueológicos escavados no território, traçar a contextualização de sua escavação e finalmente, problematizar quais foram os vestígios resgatados e de forma podem contribuir com a historiografia local.

3.3 PERFIL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Ao longo do tempo algumas pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas no território municipal, demonstrando que a ocupação do território remete a uma tempo bastante afastado do presente. Elas iniciaram na segunda metade do século XX e se estendem até os dias atuais, em função especialmente do crescimento urbano.

A primeira pesquisa ocorreu no contexto do PRONAPA, contextualizado no início do Capítulo. Este primeiro sítio arqueológico foi localizado em São José dos Pinhais, por Wilson Rauth, de forma bastante superficial. Outro sítio que não foi resultado de uma obra de engenharia, foi pesquisado na década de 1990, um grupo de munícipes organizou uma ONG, na qual exploravam vestígios dos antigos caminhos históricos, como o do Arraial e dos Ambrósios.

Os demais sítios presentes no inventário municipal, resultaram de prospecções em função das obras de engenharia. O conjunto dessas pesquisas possibilitou apresentar um panorama do que se sabe a respeito das populações que viveram na região ao longo do tempo. Antes de explorar aspectos do que foi resgatado em cada sítio, segue um breve perfil de cada um, organizado a partir do contexto de localização ou empreendimento que motivou sua identificação.

Para sistematização de um Mapa 4, que ilustrasse a distribuição dos sítios no território municipal, a autora realizou um levantamento em diversos bancos de dados, inicialmente no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN, o qual, desde 2019, tem

migrado as informações do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Entretanto, no SICG, os sítios que não possuem dados suficientes para homologação não estão registrados no sistema, o que inclui sítios de bastante relevância. Por esse motivo, foi necessário compilar as informações disponíveis no SICG, no CNSA e nos relatórios protocolados pelos empreendimentos junto ao IPHAN.

O Mapa 4 apresenta uma panorama geral dos sítios e foi organizado a partir da classificação utilizada pelo arqueólogo ao fazer o relatório do Projeto, ou, da ficha cadastrada junto ao IPHAN. Apesar de algumas destas grafias já terem sido problematizadas nesta pesquisa, como o termo “histórico” e as “tradições”, optou-se por manter a escrita adotada pelas fontes neste momento, pois cada um destes espaços será melhor apresentado e investigado.

Alguns relatórios, como os resultantes das prospecções, salvamentos e monitoramentos realizados na área da Barragem do Miringuava, ainda não estavam registrados no sistema até o momento desta pesquisa. Embora as fichas de solicitação de cadastro existissem junto aos processos, esses sítios também foram incluídos no mapa. O sítio Arroio do André, localizado na área onde foi construída a multinacional Renault, é outro exemplo de sítio não registrado no sistema, mas de grande relevância arqueológica.

Outro caso digno de nota são os sítios arqueológicos identificados na região da Colônia Castelhanos, que foram pesquisados por Claudia Parellada e publicados em 2006. Apesar de sua importância, esses sítios não constam no sistema do IPHAN nem são mencionados em outros levantamentos. Contudo, a pesquisadora responsável afirmou que os vestígios resgatados na região foram devidamente cadastrados no CNSA, com fichas preenchidas e protocoladas junto ao IPHAN/PR, e que os materiais estão salvaguardados no Museu Paranaense.

Segundo Parellada (2006), a ausência desses registros pode estar relacionada a uma série de fatores, como erros manuais no estabelecimento do processo, fragilidades no controle de acesso dos pesquisadores ou perdas durante períodos de transição administrativa. Apesar disso, os detalhes desses sítios estão documentados em sua tese de doutorado, permitindo o acesso às informações.

Para facilitar a compreensão do contexto de prospecção e salvamento de vestígios materiais deixados pelas populações pretéritas em São José dos Pinhais, as informações foram organizadas considerando a cronologia das escavações. Essa abordagem temporal ajuda a esclarecer aspectos relacionados à quantidade e qualidade das informações disponíveis ou ausentes sobre cada sítio. Além disso, foi realizada uma breve contextualização de aspectos gerais de cada sítio, analisando o empreendimento que resultou em sua descoberta, com exceção do sítio Céu Azul, cuja localização está relacionada ao PRONAPA e aos primeiros passos da arqueologia no Paraná.

Posteriormente, com o objetivo de conduzir uma reflexão mais ampla sobre a ocupação humana no território, as informações foram reorganizadas de acordo com a temporalidade dos vestígios materiais encontrados, do mais antigo ao mais recente. Essa estrutura busca oferecer uma visão mais clara e integrada sobre as transformações da ocupação do território de São José dos Pinhais ao longo do tempo.

3.3.1 PRONAPA e o sítio Céu Azul

Em 1970, o arqueólogo Wilson Rauth pesquisou pioneiramente, na bacia do Rio Pequeno em São José dos Pinhais o sítio arqueológico Céu Azul I, no entanto, sua localização seria imprecisa e as informações poucas, de acordo com a maioria das bibliografias consultadas.

Uma ficha de registro no CEPA/UFPR indica que o sítio estaria próximo à BR-277, mas sua localização exata não foi devidamente documentada. O sítio, escavado na “Fazenda Céu Azul” (PR CT 35), situada na Serra do Mar, foi atribuído à “tradição Umbu” e deu origem à fase Céu Azul, seguindo metodologias alinhadas às propostas de Clifford Evans e Betty Meggers, introduzidas pelo PRONAPA. Os vestígios líticos resgatados, atualmente guardados no Museu Paranaense, estão armazenados em três pacotes, sem um critério aparente de organização. A catalogação foi iniciada, com algumas peças numeradas e protegidas com esmalte, mas o trabalho não foi concluído.

Os vestígios líticos resgatados ficaram sob guarda do Museu Paranaense, estão organizados em três pacotes e, aparentemente permanece desconhecido o critério estabelecido para tal armazenamento. Isso porque, na época, Rauth não sistematizou uma pesquisa a respeito do sítio e dos vestígios que havia resgatado, havendo a hipótese de ele ter somente esboçado um artigo, que não chegou a ser publicado, e que pode estar guardado em algum lugar.

Além disso, cada peça recebeu uma marcação em branco para ser devidamente numerada para fins de catalogação. No entanto, como o trabalho de organização do acervo não foi concluído, apenas algumas peças possuem essa numeração. A marcação, feita manualmente, foi protegida por uma camada de esmalte, mas, devido à interrupção do processo, muitas peças permaneceram sem identificação. Essa situação evidencia que o planejamento original para a organização do acervo não pôde ser plenamente executado.

Figura 4 - Ficha catalográfica e croqui de Rauth, localizado por Claudia Parellada recentemente

PR CT 35 N.º DO SÍTIO	CORTE	FAZENDA CÉU AZUL LOCAL DA ESCAVAÇÃO E NOME DO SÍTIO	COLEÇÃO RAUTH N.º DO CATÁLOGO
--------------------------	-------	--	----------------------------------

DELIMITAÇÃO ATUAL E DESCRIÇÃO DO SÍTIO:

Este sítio lítico foi localizado à margem esquerda do rio Pequeno, afluente da margem esquerda do rio Iguaçu, no município de São José dos Pinhais. Está situado imediatamente à margem do rio e foi encontrado quando da abertura de uma estrada.

o acesso ao sítio é pela rodovia BR 277 (Curitiba - Paranaguá) no Km56. Quem vai à Paranaguá, vira a esquerda e segue por uma pequena estrada de terra. O sítio é de pontas de projéteis.

Serra do Leão - São José dos Pinhais PR.

Comunicado por José Wilson Rauth

Ficha de dados de Sítios Arqueológicos
CENTRO DE ENSINO E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Anotado por Igor

PESQUISADOR

15 / 08 / 72

DATA

Frente

Verso

Fonte: CEPA (2023, p. 3).

Esta dificuldade em relação ao sítio Céu Azul, sua localização e a organização do acervo, são bastante ilustrativos de um período que a Arqueologia ainda estava começando a se organizar como ciência no país, portanto, ainda possuía fragilidades em relação ao método de pesquisa, a organização e guarda do acervo, a dificuldade em preservar os sítios da ocupação da população, a fragilidades no resgate das peças que foram danificadas por máquinas, além, da dificuldade para a produção de conhecimento técnico a partir do resgate, uma vez que os profissionais atuam com certa precariedade. Algumas destas fragilidades demoraram para serem superadas, algumas não foram até hoje.

O Céu Azul, é um dos poucos sítios arqueológicos direcionado para pesquisa acadêmica em SJP, pois como destacado anteriormente a maioria das pesquisas são de contrato. A (re)localização, pelo professor Laércio Brochier, teria ocorrido em função de um corte, em consequência do uso de uma retroescavadeira, em 2013, quando parte do material arqueológico caiu do barranco e permaneceu no chão. Estes materiais, foram afetados pelo deslocamento de ônibus escolares, cuja rota inclui a região. Além desse impacto, a construção de um muro de alvenaria também perturbou uma parcela do sítio, por isso o IPHAN-PR foi comunicado e foram verificadas possibilidades de obtenção de recursos para financiar uma futura proposta de resgate científico.

Por meio do Relatório Final (2023), protocolado junto ao IPHAN, a equipe do CEPA, evidenciou a importância e potencialidade do espaço, destacando o interesse de arqueólogos e antropólogos, inclusive da Universidade de São Paulo (USP), em conduzir estudos com potencial de auxiliar na elucidação de aspectos sobre os deslocamentos populacionais dos primeiros grupos de humanos que ocuparam o Sudeste e Sul do Brasil.

O Sítio Céu Azul possui uma dupla relevância histórica e científica. Além de ser um dos primeiros sítios arqueológicos escavados na Região Metropolitana de Curitiba, durante um período pioneiro em que a ciência arqueológica ainda estava em seus primórdios no Brasil, ele também se destaca por um achado de grande importância. Segundo análises recentes conduzidas por Fábio Parenti, os vestígios resgatados no sítio podem representar os mais antigos indícios de presença humana já identificados no estado do Paraná.

Essa descoberta reforça não apenas o valor do sítio para a arqueologia regional, mas também sua relevância no contexto nacional, posicionando-o como um ponto chave para a compreensão dos deslocamentos populacionais e das primeiras ocupações humanas no Sul do Brasil. A combinação de sua história como objeto de pesquisa pioneira e o potencial de revelar dados inéditos sobre os habitantes mais antigos da região tornam o Sítio Céu Azul um marco essencial para os estudos arqueológicos e antropológicos no Paraná.

3.3.2 O Contorno Leste

Em 1996, em função da construção de um desvio da BR-116/PR, iniciaram-se as obras de um anel viário na RMC, incluindo um trecho em São José dos Pinhais. Tal obra, resultou na necessidade de pesquisas de prospecção e salvamento arqueológico, cujo contrato ficou sob responsabilidade da Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR/CEPA/UFPR).

Na época, as informações sobre a existência de sítios arqueológicos na região eram escassas. Por esse motivo, a pesquisa foi planejada para ser realizada em etapas, abrangendo

um espaço linear e estreito, seguindo uma orientação que, segundo os pesquisadores responsáveis, destoava das rotas naturais de povoamento. Apesar disso, a pesquisa revelou-se produtiva, localizando vestígios atribuídos à “tradição Umbu”. A área investigada situava-se na bacia do Rio Pequeno — a mesma do sítio Céu Azul —, em um topo de elevação em relação ao nível das águas. O terreno apresentava perturbações resultantes da ocupação moderna (Sganzerla; Chmyz *et al.*, 1996, p. 23).

Em trechos já comprometidos pelas obras rodoviárias, os vestígios foram escassos. Onde o solo permanecia intacto ou protegido por vegetação, cortes experimentais foram realizados, possibilitando a identificação de evidências arqueológicas. Durante essa etapa, coletas superficiais reuniram um pequeno acervo, que já permitia a caracterização cultural das ocupações humanas na região.

Posteriormente, na etapa de implementação do projeto arqueológico, os sítios foram estudados detalhadamente. Constatou-se que a intensa urbanização havia perturbado os sítios arqueológicos, descaracterizando-os em grande parte, restando apenas pequenos trechos residuais. A metodologia utilizada nas pesquisas seguiu as diretrizes estabelecidas pelo PRONAPA, enquanto a salvaguarda dos materiais ficou sob a responsabilidade do CEPA/UFPR.

A partir dos trabalhos realizados foram localizados seis sítios arqueológicos e dois locais com indícios de atividades periféricas. Entre os primeiros, dois estão relacionados a grupo pré-ceramista da “tradição Umbu” e, quatro a grupos ceramistas das tradições Itararé-Taquara (2), ceramista Tupiguarani (1) e Neobrasileira (1). Alguns deles em território que hoje é são-joseense, portanto, foram objetos de investigações mais atentas ao longo da pesquisa.

3.3.3 A Renault

Em julho de 1996, quando a equipe do CEPA estava atuando no Projeto de Prospeção e Salvamento Arqueológico do Contorno Leste de Curitiba, quando foram informados, por um morador da região, de que operários de uma escavação que estava ocorrendo nas proximidades do rio Pequeno, haviam achado de pontas de flechas. Preocupados, os profissionais, foram verificar a veracidade da ocorrência, chegando lá, constatou-se que tudo o que o morador havia

informado era verídico. Inclusive, observaram, que no local da ocorrência, estava em curso a instalação de uma área industrial, destinada à montadora de veículos francesa Renault²⁹.

Dada a riqueza hidrográfica da região e a proximidade ao rio Pequeno, os pesquisadores consideraram o local propício para conter indícios relevantes das ocupações humanas no passado. A equipe do CEPA solicitou ao IPHAN que providenciasse estudos arqueológicos no espaço. A Secretaria de Estado e Cultura do Paraná encarregou o Museu Paranaense de tomar as providências em caráter emergencial, e este, por sua vez, delegou ao CEPA a execução dos trabalhos (Chmyz, 1997b, p. 2).

Embora o salvamento arqueológico tenha iniciado rapidamente, em setembro do mesmo ano, o desenvolvimento do projeto enfrentou diversos desafios, como a dificuldade de acesso ao campo. A terraplenagem e a drenagem realizadas pela empresa responsável pela obra ocorriam simultaneamente às atividades de prospecção e salvamento arqueológico, o que gerou perturbações em sítios previamente delimitados. Por outro lado, houve momentos de cooperação, como no uso de máquinas para remover camadas de gramíneas que dificultavam o trabalho arqueológico.

Inicialmente, o plano de trabalho enviado pela empresa indicava que a obra começaria na parte sul do terreno, enquanto as pesquisas arqueológicas ocorreriam em outra área. No entanto, houve uma inversão no cronograma, exigindo que a equipe do CEPA redirecionasse rapidamente suas atividades para a nova área prioritária, realizando prospecções em um período reduzido de tempo. Após essa etapa inicial, foi possível retornar à área previamente planejada. Apesar dos esforços para delimitar os espaços de trabalho e promover o diálogo entre as equipes, alguns incidentes resultaram em perturbações nos sítios.

Com o início dos trabalhos de campo em setembro, a metodologia utilizada foi a mesma proposta pelo PRONAPA. Conforme sinalizado no relatório, a proximidade de um dos laboratórios do CEPA ao local da pesquisa, facilitou que ao final do dia os materiais salvos fossem adequadamente depositados e armazenados no laboratório. Deste projeto resultaram 44 coleções que totalizam 20736 peças líticas, cerâmicas, metálicas, vítreas e ósseas. Segundo registrado pela equipe responsável pela relatoria do Projeto e Relatório Final, trata-se de um

²⁹ As negociações com objetivo de instalar a montadora de veículos Renault no Brasil iniciaram-se em 1992, em município de São José dos Pinhais foi “contemplado” em 1994, sendo que dois anos depois, foi instalada a pedra fundamental e em 1998 produzido o primeiro veículo. Porém, a história de outro empreendimento que estava sendo realizado na região, influenciou os rumos de instalação da indústria em São José dos Pinhais.

acervo único, uma fonte documental sem precedentes para entender a ocupação humana na RMC (Chmyz, 1997b, p. 5).

3.3.4 A AUDI

Nas proximidades de onde a Renault foi construída, por tratar-se de uma área do município de São José dos Pinhais, para um distrito industrial, uma outra multinacional automobilística também foi instalada, a AUDI. Inclusive, nas últimas páginas do relatório da Renault, tem uma lista seguida de algumas anotações a respeito das prospecções que ocorreram na área, sendo que a quantidade de bens arqueológicos mencionados é significativa.

Figura 5 - Pesquisas Arqueológicas desenvolvidas na área da AUDI

Projeto Arqueológico Audi/VW		
Quantidade de Peças:-		
PR CT 68 -Alam Arauc.-Sup 3154	273	-
Indício Lítico 4 Ind 1 -Sup 3155	1	
Indício Lítico 5 Ind.5 Sup 3156	5	
Indício Cerâm-13 Ind.4 Sup 3157	16	
Indício Ceram-14 Ind.6...Sup 3158	6	
PR CT 69-C.Assobio- Poço 3159	2147	
PR CT 69 S/Ä"-Trincheira . 3160	503	
PR CT 69 S/A-T-R-i,ii,iii3161a3163	308	
PR CT 69 Q I -0a40cm3164a3168	864	
PR CT 69 Q II 0a20cm3169a3170	213	
PR CT 69 S/"B"Trincheira 3171	288	
PR CT 69 S/"C"Trinch 3172a3195	522	
PR CT 69 S/"C" C.Exp 3196a3209	100	
PR CT 69 S/"D" C.Exp 3210a3218	27	
PR CT 69 S/"E" C.Exp 3219a3239	531	
PR CT 69 S/"F" C Exp 3240a3247	225	
PR CT.69 S/"G" C.Exp.3248a3250	36	
PR CT 69. S/"H" C.Exp 3251a3252	12	
PR CT 69 S/"I" C.Exp 3253a3254	30	
PR CT 69.S/"J"C.E. 3255a3257	53	
TOTAL	6160	

Fonte: Chmyz (1997a, [n.p.]).

Mesmo havendo no relatório da Renault tal indicação, não foi tão fácil acessar o relatório da AUDI, uma vez que estava constando no banco de dados do CEPA, no entanto, a localização do conteúdo em si foi bastante demorada, sendo que o acesso ao material só foi possível, com a mediação do atual coordenador da instituição, o professor Fábio Parenti, que estabeleceu contato direto com o antigo diretor, o professor Igor Chmyz, que possuía uma cópia do documento em seu arquivo pessoal e só assim foi possível disponibilizar uma cópia.

Segundo o Relatório do Projeto Arqueológico AUDI (Chmyz, 1997a, p. 2), as prospecções foram desenvolvidas entre 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 1997. Em quatro pontos da área diretamente afetada pelo empreendimento foram encontrados indícios das ocupações humanas antigas, sendo uma delas indígena e nas demais coloniais. Já nas áreas de influência indireta havia inícios de grupos pré-ceramistas, ocupação colonial e uma construção secular.

Em função da localização de tais indícios, a equipe técnica do CEPA, responsável pela atividade, recomendou a elaboração de um estudo de impacto ambiental e a criação de um programa de salvamento arqueológico. O que foi acatado e, em abril de 1997, por meio de um contrato, o CEPA iniciou os trabalhos, que se estenderam até maio de 1997 (Chmyz, 1997a, p. 3).

A área destinada ao empreendimento era composta de platôs próximos a cursos fluviais, que de acordo com os arqueólogos responsáveis pelo projeto de salvamento, tratavam-se de lugares propícios para as ocupações humanas antigas. No momento da pesquisa, a área estava dominada por pastagem artificial usada para alimentar cavalos e em menor proporção gado, além disso, em alguns pontos havia o cultivo de itens como milho e feijão. O que restava de mata nativa estava restrito, concentrado em pequenos capões rarefeitos (Chmyz, 1997a, p. 4).

Em função das características do terreno, não foi possível a observação superficial, por isso, realizaram cortes-experimentais com o auxílio de cavadeiras articuláveis ou pás. Durante o salvamento houve ocorrências isoladas além de um acervo somando 6160 peças, distribuídos em 102 coleções.

3.3.5 O Aeroporto Afonso Pena

A área atualmente ocupada pelo Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena tem uma história rica e multifacetada. Originalmente, fazia parte da Colônia Afonso Penna, implantada no início do século XX para o assentamento de imigrantes poloneses e alemães. Posteriormente, com a construção do aeroporto, o local foi batizado em homenagem ao então presidente Afonso Pena.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944, a região abrigou uma base aérea militar estabelecida pelos Estados Unidos. Essa base tinha como objetivo monitorar e combater ataques de submarinos e embarcações consideradas inimigas. Em 1946, o aeroporto foi aberto ao tráfego comercial, com voos regulares para destinos como Florianópolis, Porto Alegre, Montevideu e Rio de Janeiro. Sua administração foi transferida para a Infraero em 1974, e, em

1996, foi oficializado como Aeroporto Internacional, ganhando relevância nacional e internacional³⁰.

Com o crescimento do aeroporto e a demanda por novas estruturas, vários projetos de ampliação foram realizados. No Projeto de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica de 2010, referente às obras de adequação, foram identificados quatro indícios arqueológicos: um associado à “tradição Umbu”, outro relacionado a populações ceramistas, e dois ao período colonial (Bora, 2010). Segundo o relatório:

As prospecções foram realizadas na área de implantação a terceira pista. O projeto então projetado não foi realizado. No entanto, no presente projeto as áreas onde se encontram as evidências não sofreram impacto direto, somente indireto conforme citado na caracterização do empreendimento (Bora, 2010, p. 23).

O arqueólogo responsável pelo relatório destacou que o trabalho realizado teve caráter pontual e emergencial, limitado à área destinada ao terminal de cargas, em razão da iminência das obras de engenharia. Apesar disso, o autor frisou o alto potencial arqueológico da região, evidenciado pelos sítios e vestígios encontrados em pesquisas anteriores, como as obras do Contorno Leste e da Renault (Bora, 2010, p. 2).

Os trabalhos arqueológicos seguiram os métodos da Arqueologia Preventiva e Pública, alinhados aos princípios do Cultural Resource Management da literatura anglo-americana. Essa abordagem sublinha o papel do arqueólogo não apenas como gestor de vestígios materiais, mas também como mediador entre técnicas, diretrizes e os interesses das sociedades contemporâneas (Bora, 2010, p. 34).

Nas considerações finais do relatório de 2010, o autor reiterou que a área de ampliação investigada apresentou quatro indícios arqueológicos, cujos vestígios foram destinados à salvaguarda do CEPA/UFPR. Em 2023, mais de uma década após esse alerta, a empresa A Lasca Arqueologia assumiu novos projetos relacionados à área, incluindo a Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do LOG SJP II e a Prospecção Arqueológica Complementar da Ampliação do Aeroporto de Curitiba – Afonso Pena (SBCT) – Terceira Pista.

Considerando a complexidade do empreendimento e a multiplicidade de relatórios apresentados ao IPHAN ao longo dos anos, é relevante destacar que até hoje são realizadas prospecções e salvamentos arqueológicos na região. Esse esforço contínuo reflete a importância

³⁰ Disponível em: **História do Aeroporto Afonso Pena**. Disponível em: <https://www.aeroportoafonsopena.com/historia-do-aeroporto-afonso-pena/>. Acesso em: mar. 2024.

do local não apenas como um ponto de infraestrutura estratégica, mas também como um rico campo de investigação para a arqueologia regional.

3.3.6 A ONG Caramuru

Alguns dos sítios registrados no IPHAN possuem escassez de informações, o que dificulta a elaboração de uma narrativa sistemática sobre seu processo de escavação, resgate e análise de vestígios. Um exemplo disso é o sítio abordado neste item, foi necessário recorrer a outros documentos e bibliografia para reunir mais informações relevantes, parecia tratar-se de um evento cujo histórico estava quase se perdendo com o tempo.

O processo investigativo revelou-se bastante promissor, trazendo um aspecto inovador quando comparado à trajetória de outros sítios arqueológicos catalogados no IPHAN. Além disso, permitiu a reconstrução da história de alguns membros da sociedade civil que se mobilizaram para garantir a proteção e preservação de uma área específica, considerada de relevância histórica.

Entre os materiais consultados, destaca-se uma obra introdutória de “contos e causos locais”, publicada pela Secretaria Municipal de Cultura (SEMUC) de São José dos Pinhais em 1996. Nessa publicação, foram encontrados registros das expedições exploratórias organizadas pela secretaria em colaboração com o jornal Tribuna de São José. A iniciativa, denominada Expedição Cuéra, tinha o objetivo de resgatar e registrar dados históricos, entrevistas, fotos, datas e outras informações relacionadas às colônias do município (São José dos Pinhais, 1996, p. 7).

A Expedição Cuéra reuniu pessoas de diferentes idades e origens, incluindo moradores de áreas urbanas e rurais, que compartilharam narrativas baseadas em memórias transmitidas por gerações. Um dos destaques da expedição foi a descoberta de um trecho abandonado do Caminho do Arraial, na localidade de Curralinho, coberto por raízes e vegetação. Após a limpeza, foi revelado um calçamento que, segundo os moradores, remanescente de uma estrada de pedra construída pelos jesuítas.

Figura 6 - Fotografia da Expedição Cuéra em um trecho do Caminho do Arraial



Nota: Sequência da foto a partir da esquerda: Maria Cristina Radke, Carlos Evangelista, Eulália Maria Radke, Joaquim e Sérgio (guias das matas), Maria Lúcia Buher Machado e Egon A. Piazeck. – Foto do fotógrafo Valmir Tórtora.

Fonte: São José dos Pinhais (1996).

O livro não mencionava que o trecho do Caminho do Arraial, descoberto pelo grupo com a colaboração dos moradores locais, foi encaminhado ao IPHAN para ser considerado um sítio arqueológico. No entanto, essas informações coincidem com os poucos dados disponíveis na ficha do sítio Estrada de Pedra. Localizado na área rural atualmente conhecida como Curralinho, a descrição limitada à “Estrada dos Jesuítas”, sem bibliografia, relatório técnico, data ou resgate, não fornece mais detalhes na ficha.

Em um estudo sobre os caminhos antigos e atuais de São José dos Pinhais, Marochi (2021) relata sobre outro grupo de cidadãos que, em 1998, fundaram uma ONG chamada Caramuru - Organização de Preservação Ambiental e Conservação. Conscientes da existência e importância histórica do Caminho do Arraial, iniciaram um trabalho de reconhecimento da trilha, incluindo a limpeza e identificação de alguns pontos.

Para sua obra “Caminhando por São José dos Pinhais”, Marochi (2021) conduziu uma entrevista com os fundadores da ONG Caramuru, Paulo Roberto Nenevê e Egon A. Piazeck. Egon, que participou da Expedição Cuéra, foi procurado por Paulo no início de 1998, interessado em saber mais sobre o Caminho do Arraial. Egon então guiou Paulo até o local que havia visitado anteriormente com a expedição, acompanhado por um morador local. Lá, encontraram o trecho do Caminho e começaram a remover a vegetação. Motivados a explorar mais sobre a história local a partir dessa descoberta, organizaram expedições de preservação nos anos seguintes.

No final de 1998, a ONG Caramuru foi fundada, entre suas atividades havia expedições regulares ao Caminho do Arraial, que foram chamadas de Cuéra II, em homenagem à sua precursora. As dificuldades enfrentadas pelos membros da expedição ilustram os desafios enfrentados por aqueles que utilizavam o caminho, incluindo insetos, vegetação densa e condições climáticas adversas. As atividades desenvolvidas consistiam em identificar a estreita trilha, com menos de dois metros de largura, muitas vezes com o calçamento enterrado (Marochi, 2021, p. 89-93).

Em certo ponto da entrevista, Paulo Nenevê fez um relato esclarecedor:

Aos poucos fomos nos organizando e buscando os órgão competentes. A nível municipal nada encontramos. Mas no estado nos deparamos com a Secretaria de Estado da Cultura, e lá com o senhor Henrique Paulo Schmidlin com Aymoré Índio do Brasil Arantes, os quais nos deram várias orientações, bem como o IPHAN, na pessoas de José La Pastina Filho, os quais, de forma técnica, sempre que necessário nos orientavam. Outra pessoa que nos ajudou muito foi o professor Igor Chmyz, da UFPR. Com a experiência e dedicação, ele foi a campo conosco e nos ensinou muito sobre o tema (Marochi, 2021, p. 91).

Antes de encerrar a entrevista, Paulo e Egon expressaram preocupação com a constante destruição do Caminho do Arraial, a fim de abrir novos acessos até algumas propriedades da região. No entanto, o trecho do sítio Estrada de Pedra é continuamente monitorado pelo grupo, até os dias de hoje, visando mitigar os impactos e proteger as pedras que pavimentam a trilha. Além disso, eles planejam solicitar o tombamento do trecho ao COMPAC (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural).

A trajetória de localização do sítio Estrada de Pedra e das Expedições Cuéra I e II é altamente emblemática e ressalta a importância da sociedade civil na preservação dos espaços históricos do município. Isso também reforça a necessidade de que tais ações ocorram e sejam registradas com responsabilidade pelos órgãos e espaços de preservação, para que as informações não se percam com o tempo.

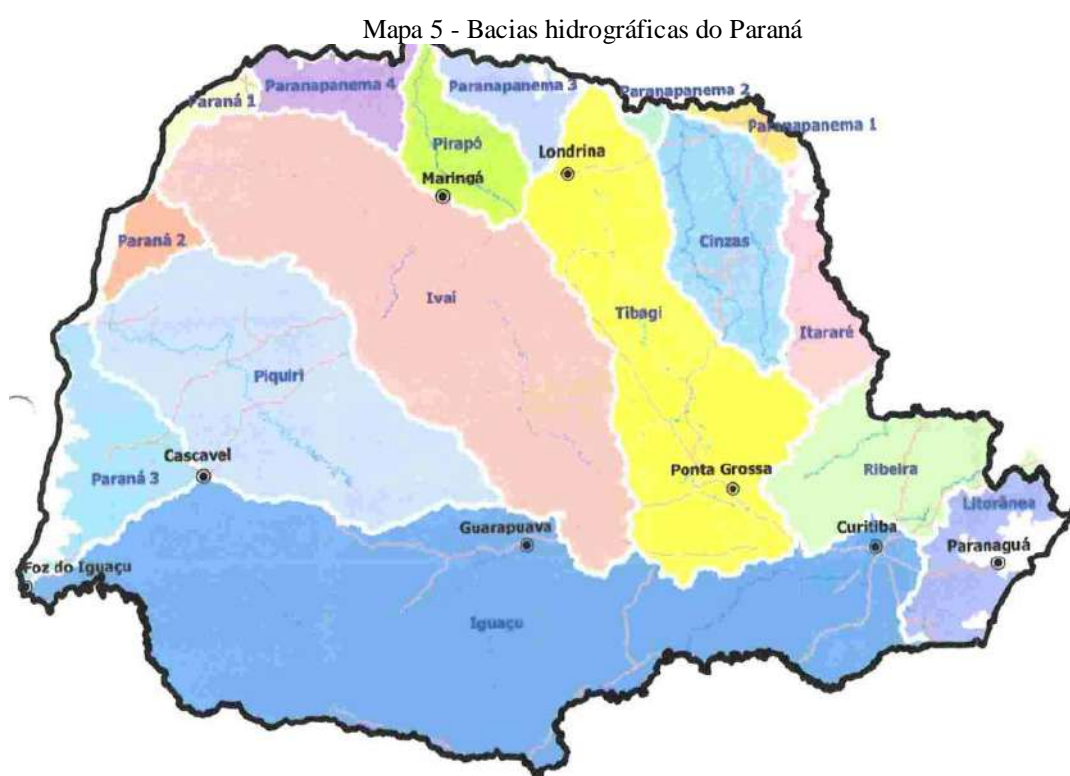
3.3.7 A Barragem do Miringuava

Em 2017, o Governo do Estado do Paraná iniciou as obras para a construção de uma nova barragem de captação de água na região rural de São José dos Pinhais, com o objetivo de ampliar o abastecimento hídrico da população de Curitiba e da Região Metropolitana. O Projeto da Barragem do Miringuava já estava previsto há algum tempo no Plano Diretor de Abastecimento de Água da RMC.

A Bacia do Rio Miringuava integra o sistema do Rio Iguaçu e, para fins de estudos arqueológicos, é geralmente analisada como parte de uma subdivisão hidrográfica do Iguaçu,

composta por três segmentos: Alto Iguaçu, na região do Primeiro Planalto; Médio Iguaçu, no Segundo Planalto; e Baixo Iguaçu, no Terceiro Planalto.

Em março de 2011, como parte dos estudos preliminares para a implantação da barragem, foi elaborado um Projeto Básico Ambiental (PBA). A partir da literatura, dos dados do Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico (SGPA/IPHAN) e de trabalhos anteriores, foram identificados 16 sítios arqueológicos na área da barragem e seu entorno, além de 21 registros no município de São José dos Pinhais e mais 35 na Região Metropolitana de Curitiba. O levantamento arqueológico não interventivo demonstrou a alta potencialidade da região, considerando as tradições arqueológicas existentes e os aspectos demográficos dos povos indígenas que ocuparam o território durante o período pré-contrato.



Bacias do Paraná, e o destaque em azul para a grande Bacia do Iguaçu. Fonte: Revista Bacias Hidrográficas do Paraná-ANA, SEMA, Gov. Estado do Paraná 2010.

Fonte: Fundação Aroeira (2017, p. 15)

Conforme o “Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área do Alagamento do Rio Miringuava” (Aroeira, 2017), o empreendimento foi subdividido em duas fases. A Fase I contemplava o maciço, enquanto a Fase II abrangia o lago/reservatório e os novos acessos.

Durante o período da pesquisa de prospecção e resgate referentes à Fase I, a empresa EPPC foi responsável e foram localizados quatro sítios e uma ocorrência arqueológica: Barro

Preto, Miringuava, Murici e Papanduva (EPPC, 2011). A análise dos vestígios cerâmicos foi conduzida em laboratório com base nas propostas de Chmyz, descritas no Relatório Preliminar do PRONAPA, de 1974. Para os materiais líticos, buscou-se reconstituir a cadeia operatória, abrangendo desde a obtenção da matéria-prima até a confecção, utilização e descarte dos bens arqueológicos.

Durante o processo de monitoramento, foram identificados outros sítios, nomeados como Serraria (Histórico), João Bueno (Pré-Ceramista e Ceramista) e Rodembusch (Pré-Ceramista). A metodologia adotada no Programa de Monitoramento foi a Arqueologia Processual, visando adotar um caráter científico e contribuir para a produção de explicações e leis gerais sobre o comportamento humano. No entanto, a pesquisa não excluiu o uso de conceitos de outras correntes teóricas, como a Histórico Culturalista (Thomaz, 2014, [n.p.]).

Esse empreendimento apresenta uma característica comum a outros projetos de grande porte, como o Aeroporto Afonso Pena: a emissão de diversos relatórios, correspondendo a diferentes fases ou etapas das obras, elaborados por distintas empresas e profissionais. Essa multiplicidade de atores e abordagens resulta em olhares diversos sobre o mesmo contexto arqueológico, demandando a retomada cuidadosa de cada relatório ao longo da pesquisa para garantir a compreensão ampla e integrada dos dados levantados.

3.3.8 A Linha de Transmissão Blumenau – Curitiba Leste

A construção de uma linha de transmissão de energia, ligando as subestações de Blumenau e Curitiba Leste, será implantada entre as encostas do norte de Santa Catarina e o Planalto Meridional Brasileiro. Pretende-se fazer uma linha ligando a subestação de Blumenau, localizada na cidade de Blumenau/SC, até a subestação de Curitiba Leste, localizada em São José dos Pinhais/PR.

As duas subestações já existem, porém, serão objeto de adequação. Trata-se de uma Linha de Transmissão (LT) com aproximadamente 114,5 km de extensão, que cruzará nove municípios, sendo três do estado do Paraná - São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul, e seis do estado de Santa Catarina - Campo Alegre, São Bento do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul, Pomerode e Blumenau.

município foi motivada por grandes empreendimentos de engenharia, como destacado em capítulos anteriores. Com exceção dos sítios Céu Azul e Estrada dos Jesuítas, que tiveram investigações iniciais ligadas ao PRONAPA e a iniciativas de munícipes, respectivamente, a arqueologia no município tem sido pautada exclusivamente pela lógica da arqueologia de contrato.

Portanto, a ausência de sítios identificados na área destinada à linha de transmissão está mais associada à “ausência de pesquisa” do que à “ausência de vestígios” arqueológicos. A predominância de áreas rurais e de preservação ambiental em São José dos Pinhais resulta em vastas porções do território ainda não investigadas. Esses espaços, por não serem usualmente destinados a grandes obras de engenharia, permanecem fora do alcance da arqueologia contratual, limitando o conhecimento sobre o potencial arqueológico da região.

Ainda em relação a este empreendimento, durante a investigação surgiram dúvidas sobre as informações apresentadas nos relatórios, bem como algumas inconsistências nos dados relativos aos sítios arqueológicos da região. Adicionalmente, referências mencionadas no corpo do relatório não constavam na bibliografia final, o que dificultou o rastreamento de fontes e dados mais detalhados.

Com o intuito de esclarecer essas questões, foi feito contato, por *e-mail*, com o arqueólogo responsável pelo relatório. No entanto, o profissional não se mostrou disposto a responder às perguntas enviadas, limitando-se a afirmar que todas as informações necessárias estariam disponíveis na página de processos do IPHAN. Tal postura reforça um dos desafios enfrentados por pesquisadores que buscam aprofundar seus estudos: a dificuldade de acesso às informações, mesmo quando os dados deveriam, em tese, ser públicos e disponibilizados de forma clara e acessível.

3.3.8. Entre relatórios e Lacunas: narrativas fragmentadas

Os sítios arqueológicos identificados no contexto dos empreendimentos analisados neste item revelam um potencial significativo para aprofundar o conhecimento sobre a ocupação humana no estado do Paraná e, mais especificamente, no município de São José dos Pinhais. Os vestígios materiais resgatados, embora em muitos casos resultantes de intervenções motivadas por obras de engenharia, fornecem pistas fundamentais sobre as práticas culturais, modos de vida e interações humanas ao longo do tempo.

No entanto, a pesquisa enfrentou desafios relacionados à obtenção de informações presentes nos relatórios. Entre as dificuldades destacam-se o acesso limitado a relatórios originais, e as divergências de dados em documentos disponíveis, como coordenadas de sítios,

nomenclaturas e a identificação de vestígios em territórios distintos. Esses obstáculos reforçam a necessidade de maior padronização, transparência e acessibilidade nos processos de documentação e salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Além disso, a sobrecarga de responsabilidades atribuídas aos profissionais que atuam em instituições como o Museu Paranaense e o CEPA compromete o pleno acesso às fontes e dificulta o atendimento às demandas de pesquisa. A ampliação dos quadros de profissionais nesses espaços seria essencial para garantir que as atividades de preservação, organização de acervos e atendimento a pesquisadores sejam realizadas de maneira mais eficiente.

Apesar dessas limitações, o levantamento realizado foi suficiente para construir uma narrativa inicial que contribui para a compreensão da ocupação humana em São José dos Pinhais. Embora o mapeamento dos sítios arqueológicos não tenha sido o foco central da pesquisa, ele representa uma parte relevante do estudo. As informações obtidas já fornecem subsídios importantes e indicam caminhos para que, no futuro, novas pesquisas possam abordar e mapear de forma mais sistemática e abrangente os sítios arqueológicos da região. Dessa forma, reforça-se a necessidade de investir em pesquisas integradas e colaborativas, que valorizem tanto o potencial dos dados já disponíveis quanto as lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

3.4 A OCUPAÇÃO DO PARANÁ PELOS CAÇADORES E COLETORES

Após esta breve contextualização a respeito da localização dos sítios arqueológicos e do resgate das fontes materiais, tão importantes para conhecer aspectos dos sujeitos que viveram preteritamente na região que atualmente conhecemos como São José dos Pinhais, avança-se com a narrativa. Ao longo do item, buscou-se compreender aspectos do contexto de produção destes vestígios materiais, ou seja, o que é possível saber sobre o cotidiano dessas pessoas a partir da análise desses bens arqueológicos.

Para isso, é necessário iniciar observando o que se sabe não apenas de uma localidade específica, como São José dos Pinhais, ou mesmo a RMC, e sim, de um raio mais amplo, a fim de desenvolver uma contextualização de um tempo anterior, quando não havia os limites atuais. Para isso, houve uma aproximação do território que Prous em suas pesquisas chamou de Brasil Meridional (Prous, 2006).

Cerca de 15 mil anos atrás, mudanças geológicas significativas alteraram o panorama do território, com o oceano invadindo terras imersas e alcançando seu nível atual há aproximadamente 7 mil anos. Essa transformação resultou na submersão de sítios arqueológicos mais antigos, hoje inacessíveis. Contudo, os sítios mais visíveis, especialmente

os sambaquis, testemunham a ocupação costeira em um cenário ecológico distinto do atual. Esses sítios, encontrados desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, incluindo o litoral paranaense, representam construções de valvas de moluscos utilizadas por caçadores, pescadores e coletores entre 7000 e 2000 anos atrás.

Os sítios arqueológicos mais visíveis da paisagem litorânea do Brasil meridional, foram produzidos em um cenário diferente do que vemos agora. Os sítios que atualmente são conhecidos como sambaquis³¹, por exemplo, ocupam todo o litoral do Rio de Janeiro (RJ) até Torres (RS), incluindo o litoral do Paraná. Na costa do Brasil Meridional, existem vestígios de outras formas de ocupação humana, que podem ser classificados em duas tradições, a Vieira no Rio Grande do Sul e no Uruguai, e, os Itaipu, no litoral do Rio de Janeiro.

Ainda sobre os sambaquis, cujos vestígios podem ser encontrados no litoral do Paraná:

Os sítios mais antigos que conhecemos são construções edificadas com valvas de moluscos, chamadas sambaquis; aparecem entre 7.000 e 5.000 anos atrás, pelo menos, e permanecem até 2.000 anos AP. Seus autores eram caçadores e pescadores que também coletavam mariscos. Instalavam-se geralmente em baías como as de Guanabara, Iguape, Paranaguá, Joinville, Laguna, no limite entre vários ambientes complementares (mar aberto, enseadas profundas, mangue) que forneciam, cada um, alimentos específicos e recursos em água, madeiras e rochas diferentes (Prous, 2006, p. 22).

É interessante notar as diferenças físicas e adaptativas entre os “homens dos sambaquis” e as populações de outras regiões, como as de Lagoa Santa em Minas Gerais, por exemplo. Essas distinções físicas podem refletir as diferentes formas de adaptação e modo de vida desses grupos pré-cabralinos. Além disso, a presença de patologias e marcas no esqueleto fornece informações sobre suas atividades cotidianas, dieta e possíveis desafios de saúde que tais grupos enfrentavam.

Ao analisar vestígios destes primeiros habitantes do litoral, foi evidenciado, por exemplo, um acentuado dimorfismo sexual, entre homens e mulheres, sinalizando diferenças na organização das suas atividades cotidianas. A alimentação deixou marcas em seus corpos, como a ossificação do ouvido interno nos homens – que poderia ser causada pelos constantes mergulhos para pescar, além, de uma frequente patologia no osso da testa, sugerindo carência de ferro decorrente de parasitas intestinais. Notou-se desgaste nos dentes em ambos os sexos,

³¹ Os sambaquis são sítios constituídos basicamente por várias camadas compostas de areia, terra e conchas, sendo que alguns sambaquis ficaram ativos por milhares de anos. Nestas construções são encontrados inúmeros vestígios de atividade humana, incluindo artefatos líticos, ósseos e de conchas, fogueiras, sepultamentos humanos e diversos remanescentes de animais e de plantas.

que seria resultado da presença de areia misturada na alimentação, a ausência de cáries chamou a atenção dos pesquisadores.

A ausência de cerâmica nos sambaquis também é notável, mas isso não significa que essas populações não tinham desenvolvido outras formas sofisticadas de produção e utilização de objetos. A diversidade de bens arqueológicos encontrados, como objetos rituais, ferramentas de ossos e conchas, indica uma rica gama de atividades e habilidades presentes nessas comunidades costeiras. A utilização de recursos marinhos e terrestres, assim como a criação de artefatos específicos, reflete a complexidade cultural e a adaptabilidade desses grupos.

Há distinções entre as populações costeiras dos sambaquis e as populações do interior do continente, na região ocupada atualmente pelo Paraná, como as chamadas por alguns pesquisadores de tradições Umbu e Humaitá, que ressaltam a diversidade cultural e adaptativa presente na história pré-cabralina brasileira. Cada grupo desenvolveu formas únicas de interagir com o ambiente, explorar recursos e se organizar socialmente. Essa variedade de práticas e modos de vida contribui para uma compreensão mais completa da rica história ancestral das populações que habitaram diferentes regiões do Brasil Meridional.

A presença de vestígios de superfície, apresenta desafios adicionais para os arqueólogos, pois a estratigrafia pode ser menos clara do que em sítios escavados, e este é o tipo de sítio mais comum na RMC. A mistura de várias ocupações ao longo do tempo também complica a interpretação, mas as técnicas modernas de datação e análise podem ajudar a reconstruir a sequência temporal e a entender como as diferentes populações interagiram e evoluíram ao longo do tempo.

A observação dos pesquisadores sobre os dois tipos de sítios superficiais sem cerâmica, empreendidas no final dos anos 1960, foi permeada de um esforço para categorizar e entender as diferentes fases da ocupação humana na região do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas descobertas podem ter fornecido informações valiosas sobre a história de Longa Duração dessas áreas e como as populações antigas se adaptaram ao ambiente e às mudanças ao longo do tempo.

No Paraná, assim como no Brasil Meridional, devido às características geológicas, é mais comum encontrar vestígios humanos em sítios a céu aberto, com vestígios de superfície, o que torna a datação baseada apenas na estratigrafia difícil. Além disso, frequentemente ocorre a sobreposição de várias ocupações em um mesmo local, em alguns casos separadas por um lapso de tempo (Prous, 2006, p. 32).

Um primeiro tipo de sítio é caracterizado pela presença de pontas de projéteis bem elaboradas, lascadas bifacialmente, com pedúnculos, aletas e um corpo triangular. Além disso,

são encontrados vestígios numerosos de lascas, algumas vezes retocadas com raspadores ou facas bifaciais, bem como outros instrumentos, geralmente pequenos e pouco espessos, feitos de arenito ou quartzo (Prous, 2006, p. 32).

Os sítios arqueológicos atribuídos aos grupos de caçadores e coletores que ocuparam o Paraná em tempos antigos revelam importantes aspectos de suas práticas e interações com o ambiente. Esses sítios, localizados predominantemente em planaltos a altitudes entre 400 e 500 metros, em áreas abertas ou pequenos abrigos sob rochas, são classificados majoritariamente dentro da “tradição Umbu”. Nessas áreas, foram encontrados vestígios de alimentação, como restos de animais de médio e pequeno porte, e ferramentas como anzóis feitos de ossos, além de adornos confeccionados com dentes, incluindo os de animais marinhos. A alta mobilidade e o tamanho reduzido desses grupos são características marcantes observadas.

Por outro lado, a “tradição Humaitá”, associada a vestígios em matas ciliares de grandes rios, distingue-se pela ausência de pontas de flechas de pedra, possivelmente substituídas por ferramentas feitas de materiais perecíveis, como madeira. Os bens arqueológicos dessa tradição são maiores e mais robustos, como *choppers* e bifaces, frequentemente usados para trabalhar madeira e cavar o solo. Esses diferentes perfis sugerem uma diversidade adaptativa significativa entre os grupos, que utilizavam variados recursos ambientais.

A análise mais detalhada demonstrou que a separação entre as Tradições Umbu e Humaitá não é rígida, pois há sobreposição nos tipos de sítios encontrados. Além disso, o contexto funcional dos sítios é crucial para sua interpretação. Por exemplo, locais usados para fabricação de ferramentas podem conter vestígios específicos, como pontas de projéteis, enquanto acampamentos de caça podem apresentar ausência desses mesmos objetos, apesar de serem utilizados pelos mesmos grupos. Essa variabilidade funcional reforça a complexidade cultural dos primeiros habitantes do Paraná.

O fato de nem todos os pesquisadores concordarem com a classificação dos vestígios deixados pelos primeiros grupos humanos conforme as tradições estabelecidas, como Umbu ou Humaitá, é uma questão observada em diversos relatórios analisados ao longo desta pesquisa. Essa abordagem gera inconsistências no registro e dificulta uma interpretação mais integrada dos vestígios. Muitos bens arqueológicos, particularmente os líticos, são cadastrados, sem qualquer indicação de filiação a uma tradição cultural específica.

Essa prática reflete divergências teóricas e metodológicas entre os pesquisadores. Alguns consideram a classificação em tradições como uma simplificação que pode obscurecer a diversidade cultural e as dinâmicas locais, preferindo registros mais descritivos e menos categóricos. Por outro lado, a ausência de uma categorização mais estruturada compromete a

comparabilidade entre os sítios e a construção de uma narrativa mais ampla sobre a ocupação e os padrões culturais dos primeiros grupos humanos na região.

Outro tipo de vestígio significativo, com pistas a respeito da ocupação pretérita no estado, são as pinturas rupestres, principalmente em abrigos de arenito nos Campos Gerais, no Segundo Planalto. Essas manifestações artísticas fornecem indícios que subsidiam a elaboração de hipóteses a respeito de aspectos da vida cultural e simbólica dos grupos que habitaram a região. Pesquisadores como Parellada (2007) e Pereira (2009) contribuíram com estudos aprofundados nesse campo. Contudo, não há registro de pinturas rupestres em São José dos Pinhais, tornando-as relevantes apenas para contextualizações mais amplas.

As mudanças nas técnicas e abordagens arqueológicas abre oportunidades valiosas para revisitar sítios e vestígios documentados por pioneiros, utilizando tecnologias avançadas para análises mais detalhadas. Essa possibilidade promete ampliar significativamente o conhecimento sobre os primeiros habitantes do Paraná, suas práticas culturais, formas de adaptação ao ambiente e modos de vida ao longo do tempo.

3.4.1 Os pré-ceramistas em São José dos Pinhais

Alguns aspectos dos estudos e evidências dos primeiros grupos de humanos que ocuparam o Paraná, assim como no Brasil Meridional, foram explanados no item anterior, o que se pretende agora é a partir desta contextualização, olhar com mais atenção, diminuir o raio da observação, voltando o olhar para os sítios arqueológicos pré-ceramistas escavados em SJP. Ao propor um olhar para as especificidades da localidade investigada, tomando cuidado para evitar afastar-se dos aspectos gerais, pois não se trata de escrever outra história, separada, sim, articulada ao seu contexto histórico e cultural, porém considerando o que é específico do território analisado.

Com o objetivo de compreender a presença e a caracterização dos grupos humanos pioneiros, caçadores e coletores, buscou-se sistematizar os levantamentos arqueológicos realizados até o momento em São José dos Pinhais, reunindo os vestígios materiais desses grupos. As prospecções arqueológicas conduzidas na região indicam a existência de sítios atribuídos à “tradição Umbu”, uma classificação amplamente utilizada para identificar vestígios de povos caçadores e coletores. Embora essa categorização tenha sido amplamente questionada nos estudos mais recentes, ela ainda se faz presente nos relatórios analisados e, por essa razão, será incorporada à presente narrativa.

A prática de agrupar vestígios em fases ou tradições, considerando um conjunto de sítios que compartilham elementos tecnológicos persistentes ao longo do tempo, foi introduzida no

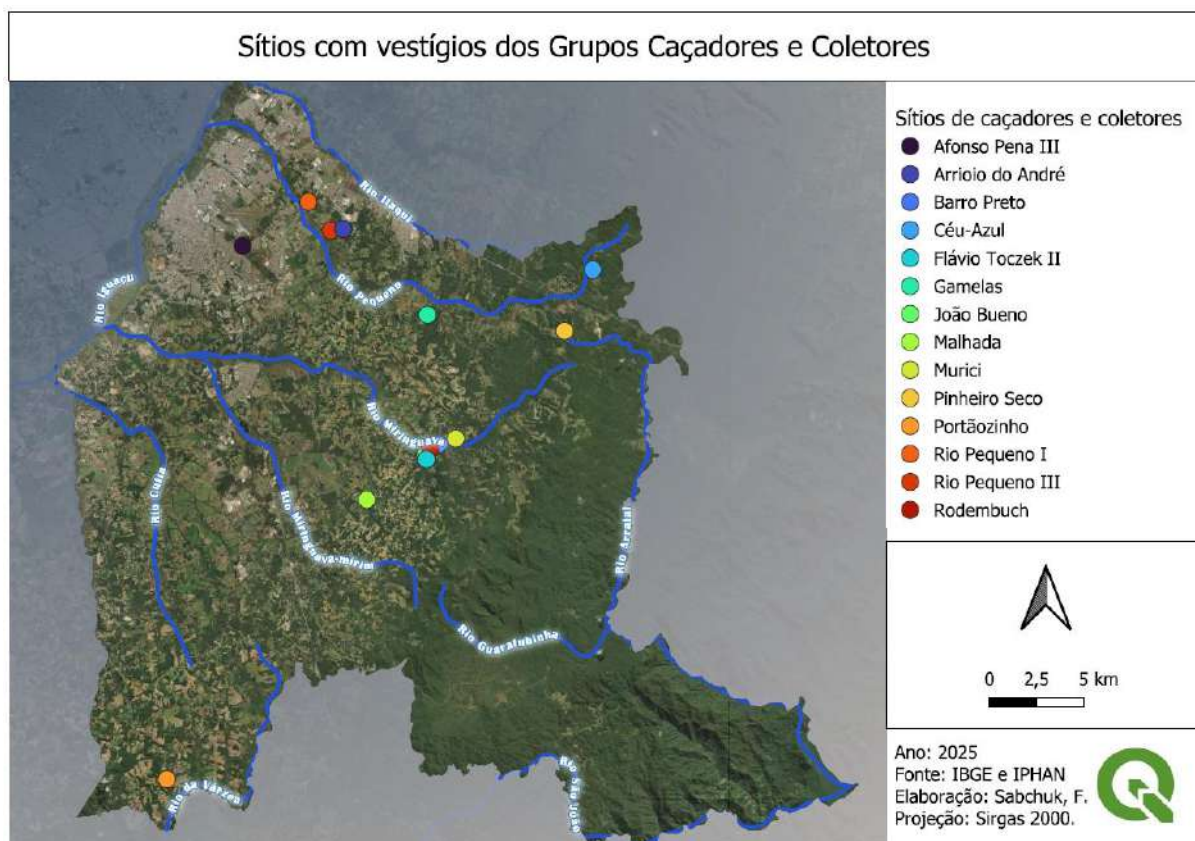
Brasil a partir dos estudos do PRONAPA (Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas). Esse programa formou e influenciou uma geração de profissionais, consolidando uma abordagem que, embora tenha evoluído, continua a impactar a forma como os vestígios arqueológicos são interpretados (CHMYZ, 1976).

Os vestígios da “tradição Umbu” encontrados em São José dos Pinhais incluem pontas de projéteis pedunculadas, raspadores e percutores, entre outros bens arqueológicos líticos. Esses materiais foram frequentemente localizados em planaltos, áreas próximas a rios e terraços fluviais, o que sugere que os grupos humanos buscavam locais com recursos abundantes para garantir sua subsistência. A proximidade das bacias hidrográficas também pode ter influenciado diretamente na escolha dos locais de ocupação, fornecendo água, alimentos e matérias-primas.

Um exemplo importante é o sítio Céu Azul II, cujo potencial arqueológico se destaca pela consistência e preservação dos bens arqueológicos em estratigrafia. Esse sítio, assim como outros da região, oferece uma oportunidade valiosa para compreender a organização social e as práticas cotidianas dos grupos pré-ceramistas. Além disso, estudos sobre a geomorfologia da área reforçam o papel dos terraços fluviais como elementos chave na ocupação humana ao longo do tempo.

No Mapa 6, observa-se a localização dos sítios com vestígios pré-ceramistas tanto os indicados pertencentes a “tradição Umbu”, como os que não tem indicação específica, porém remeteriam a grupos caçadores e coletores.

Mapa 6 - Vestígios vinculados a presença de grupos caçadores e coletores



Fonte: organizado pela autora com base em dados do IBGE e IPHAN.

Observando o Mapa 6, percebe-se que os sítios com vestígios da “tradição Umbu”, ou grupos de caçadores e coletores, concentram-se, próximos a rios que pertencem às bacias do Rio Pequeno e Miringuava. No entanto, caberia evidenciar que a localização de tais vestígios está intimamente ligada às escavações ocorreram em função do eixo de crescimento das cidades, das obras de engenharia, portanto, outros lugares, se escavados também tem potencial para apresentar indícios.

Um exemplo, é o caso do sítio Portãozinho, localizado no extremo sul do território municipal, fora do eixo urbano ou industrial, distante das bacias do Rio Pequeno e Miringuava, no entanto, em função da construção de uma torre de transmissão de energia, houve prospecção resultando na localização de vestígios Umbu.

A fim de subsidiar análises mais detalhadas, com vistas numa compreensão mais precisa da vida e das práticas dos povos pré-cabralinos da região, alguns dos relatórios resultantes das prospecções foram revisitados, seu conteúdo articulado a uma bibliografia especializada, a fim de promover num exercício investigativo de reinterpretação.

Ao sistematizar os dados disponíveis, esta pesquisa visa contextualizar e mapear os elementos da cultura material pré-ceramista em São José dos Pinhais, ampliando o

entendimento sobre a ocupação humana no município. Mesmo com as limitações mencionadas, as análises realizadas reforçam a relevância dos sítios arqueológicos locais e oferecem subsídios importantes para futuras investigações, além de valorizar a história dos primeiros habitantes do território.

O fato de as fontes históricas serem os relatórios e não os vestígios materiais em si, merece atenção, uma vez que as hipóteses, observações, conclusões e mesmo questionamentos desta pesquisa foram baseados nos dados e informações relatórios. Não houve um trabalho de campo, indo até os sítios, ou, no laboratório, analisando os bens arqueológicos e suas classificações, sim, o que consta nos documentos redigidos pelos arqueólogos responsáveis pelas pesquisas com vistas na emissão de pareceres.

3.4.1.1 Fazenda Céu Azul ou Sítio Céu Azul I e II

Os bens arqueológicos salvos neste sítios remetem as escavações de Rauth, no contexto de pesquisas do PRONAPA, na Fazenda Céu Azul, que na época não foram publicados em nenhum tipo de artigo ou relatório. As coleções encontram-se sob guarda do Museu Paranaense, cuja datações obtidas em profundidades de 35 a 125 cm, oscilaram entre 755 e 3750 AP, considerando que a mostra que forneceu a data mais recuada era pequena e deficitária. Com o passar do tempo, a localização exata das pesquisas de Rauth ficaram esquecidas, e a ocupação do espaço impactou a área.

A localização estratégica do sítio, próximo às margens do Rio Pequeno, afluente do Rio Iguaçu, reforça a hipótese de que grandes vales fluviais eram vias preferenciais para deslocamentos humanos e ocupações prolongadas no passado. A presença de terraços aluviais nessa área corrobora a relevância geológica e arqueológica do local, considerando que esses ambientes frequentemente servem como espaços de assentamento e produção material.

A redescoberta do sítio em 2015, sua confirmação como sendo o mesmo explorado por Rauth em 1970, e os avanços nas escavações subsequentes, demonstram como um espaço previamente explorado pode ser revisitado sob novas perspectivas científicas, utilizando técnicas modernas e teorias atualizadas. As datações obtidas nas camadas inferiores, alcançando o primeiro milênio do Holoceno, ampliam a cronologia da ocupação humana na região, oferecendo pistas sobre os primeiros grupos a habitarem o Paraná.

Os conjuntos de bens arqueológicos provenientes do sítio Céu Azul – seja do acervo histórico no Museu Paranaense ou das coleções mais recentes no CEPA – constituem um rico patrimônio arqueológico. Esses vestígios incluem lascas, núcleos, ferramentas retocadas, e pontas bifaciais que demonstram o domínio da técnica de lascamento por percussão suave. A

análise detalhada dos materiais permite inferências sobre práticas cotidianas, como atividades de caça, processamento de alimentos e fabricação de ferramentas.

As hipóteses levantadas, como a ausência de núcleos em certos níveis arqueológicos, apontam para possíveis organizações espaciais das atividades, sugerindo uma divisão entre áreas de extração de matéria-prima e locais de retoque e utilização. Essa abordagem integrada, que considera tanto aspectos tipológicos quanto tecnológicos, enriquece a narrativa sobre os modos de vida desses grupos pré-ceramistas.

A vegetação original da região é de mata é pluvial-tropical, prevalentemente arbórea e o clima quente-temperado subtropical. Trata-se de uma zona limítrofe, entre a RMC e a Serra do Mar, e, conforme o Projeto de Pesquisa do CEPA/UFPR ao IPHAN/PR em 2020, a região da Bacia do Rio pequeno é caracterizada pela presença de terraços aluviais e tem sido investigada pela instituição, em função do potencial arqueológico presente neste tipo de formação.

Os grandes vales fluviais foram vias preferenciais dos deslocamentos humanos do passado, permitindo estudos sobre rotas iniciais de ocupação processos de dispersão migração e expansão, por isso, os terraços fluviais têm um grande potencial para fornecer informações sobre os grupos de caçadores e coletores. Com o progresso das pesquisas em 2022, novos indícios foram localizados, que permitiram a coleta de novas amostras para datações utilizando técnicas mais modernas:

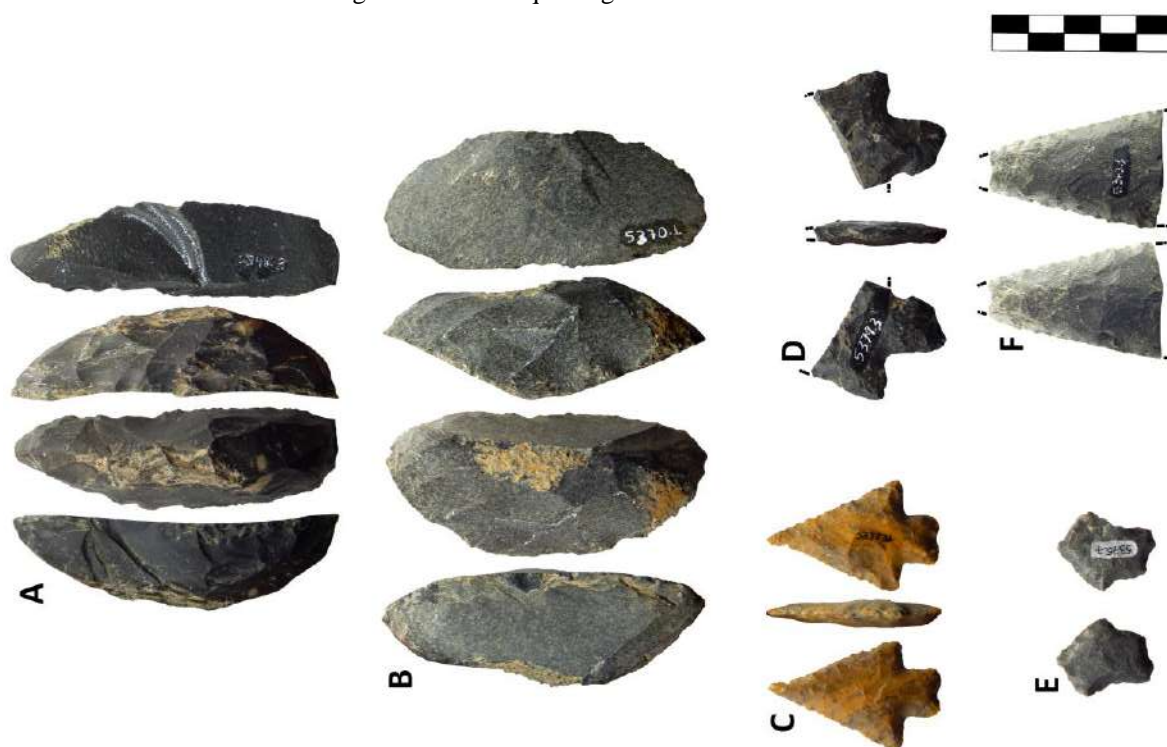
Em boa síntese, o nível arqueológico superior é mais recente de 4000 anos AP e o nível inferior ocupa essencialmente o primeiro milênio do Holoceno. Enquanto este último pode se dizer razoavelmente definido cronologicamente, o nível superior deve ser objeto de novas datações, pois sua proximidade à superfície requer a máxima cautela, sobretudo considerando que a área do Bloco 2021, como sabemos, tem sido escavada por Rauth (CEPA, 2023, p. 16).

Esta datação indica uma ocupação humana na região chegaria a ser anterior a 10 mil anos AP, ou seja, um tempo bem mais recuado que se acreditava até então. Existem atualmente três conjuntos de bens arqueológicos derivados do sítio Céu Azul: os escavados pelo Rauth, conservado no Museu Paranaense; as peças coletadas com a redescoberta do sítio, conservadas no CEPA; os bens arqueológicos coletados em escavações mais recentes, entre os anos de 2021 e 2022, também acervados no CEPA.

Conforme informações do Relatório Final (CEPA, 2023, p. 21), o Museu Paranaense tem dezenas de caixas, que ainda não foram totalmente catalogadas, com bens arqueológicos procedentes das escavações que Rauth fez nos sambaquis do Paraná e, entre elas, tem uma caixa com bens arqueológicos que possivelmente derivam da escavação da Fazenda Céu Azul. O que

realmente foi comprovado, em visita ao Museu Paranaense, foi acessada uma caixa, com três pacotes, cujo conteúdo é composto de vestígios líticos.

Figura 8 - Bens arqueológicos do sítio Céu Azul



Fonte: CEPA (2023, p. 23).

O estudo conduzido por Silva (2020) destaca características singulares da indústria lítica associada ao sítio Céu Azul, em São José dos Pinhais, especialmente no que diz respeito à origem vulcânica predominante dos materiais utilizados. A homogeneidade tipológica e tecnológica ao longo dos níveis arqueológicos indica uma continuidade nas práticas de produção de bens arqueológicos, com ênfase em lascas finas obtidas por percussão suave. Essa abordagem técnica evidencia a habilidade dos grupos pré-ceramistas em maximizar os recursos disponíveis para atender suas necessidades cotidianas.

A escassez de núcleos no acervo arqueológico, observada por Silva, sugere uma organização espacial distinta das atividades produtivas, cujo aperfeiçoamento e o retoque dos bens arqueológicos possivelmente ocorriam no sítio, enquanto as etapas iniciais de manufatura eram realizadas próximo às fontes de matéria-prima. Essa hipótese é reforçada pelas análises de Silva (2020), que relacionam a presença de pequenas lascas no nível superior à maior perturbação dessa camada, contrastando com o nível inferior, mais preservado e cronologicamente mais antigo.

O sítio Céu Azul se destaca não apenas pelo pioneirismo das investigações arqueológicas realizadas por Rauth, mas também por sua relevância contínua como um espaço de alto potencial para pesquisas. Sua localização estratégica, em uma área de grande potencial arqueológico no contexto da bacia do Rio Pequeno, aliada aos vestígios materiais e à riqueza informacional que oferece, consolida-o como um local chave para ampliar o entendimento sobre a ocupação humana no Paraná e no Brasil Meridional.

Os desafios apresentados, como a necessidade de revisitar e integrar os acervos históricos com as descobertas recentes, reforçam a importância de pesquisas interdisciplinares e o emprego de tecnologias modernas na análise dos bens arqueológicos. Assim, o sítio Céu Azul permanece como um testemunho valioso da adaptabilidade e engenhosidade dos grupos de caçadores e coletores que moldaram o passado da região.

3.4.1.2 Sítio Rio Pequeno I

O sítio Rio Pequeno I representa um marco na arqueologia de São José dos Pinhais, sendo um dos principais vestígios que atestam a presença de caçadores e coletores associados aos caçadores e coletores da “tradição Umu”, na região do Planalto Curitibano. A extensão do material arqueológico encontrado, distribuído em mais de 5.000 m², evidencia um espaço que possivelmente foi utilizado por um período considerável e abrigou diversas atividades cotidianas desses grupos humanos (Sganzerla; Chmyz *et al*, 1996, p. 23).

A diversidade de matérias-primas utilizadas na confecção dos bens arqueológicos líticos, como basalto, quartzo e arenito silicificado, bem como as técnicas sofisticadas de lascamento observadas, refletem o domínio técnico dos habitantes da “tradição Umu”. A presença de pontas de projétil, raspadores e micro lascas reforça a hipótese de que o sítio foi utilizado tanto como espaço de moradia quanto como oficina de produção de ferramentas.

Embora a ausência de material orgânico datável tenha dificultado a obtenção de datações mais precisas, as informações obtidas no sítio são consistentes com a cronologia da fase Iguaçu, que apresenta ocupações datadas entre 1160 a.C. e 1195 d.C. Essas datas indicam uma ocupação humana contínua ou periódica na região, possivelmente em interação ou sobreposição com grupos ceramistas que posteriormente ocuparam o território.

Os desafios encontrados na pesquisa, como a escassez de datações radiométricas no Paraná e o deslocamento de vestígios devido a processos naturais e antrópicos, destacam a necessidade de análises mais sistemáticas e abrangentes nos sítios arqueológicos do Planalto Curitibano. Essa região apresenta características únicas que, se melhor exploradas, podem

revelar informações cruciais sobre os processos de ocupação humana e as interações entre diferentes grupos culturais.

O sítio Rio Pequeno I, foi o que correspondeu aos indícios da ocupação humana mais antiga em São José dos Pinhais, entre os investigados naquele momento. As escavações empreendidas no Projeto não possibilitaram a coleta de material orgânico datável, no entanto, “as pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Arqueológico Contorno Leste de Curitiba confirmam e complementam a periodização da ocupação humana no Planalto Curitibano” (Sganzerla; Chmyz *et al*, 1996, p. 72).

3.4.1.3 Sítios Rio Pequeno III e Arroio do André

O sítio Rio Pequeno III, embora perturbado por atividades de terraplenagem, revelou indícios importantes da “tradição Umbu”. A retirada de terra para obras no aeroporto Afonso Pena e o relato de moradores locais sobre a grande quantidade de pontas de projéteis encontradas sugerem que a área foi amplamente ocupada no passado. Esse impacto reforça a necessidade de maior fiscalização e preservação dos sítios arqueológicos durante obras de grande porte.

Já o sítio Arroio do André destacou-se como o mais importante da “tradição Umbu” no Paraná, devido à sua extensão e organização espacial. Situado em platôs ladeados por córregos, o sítio apresenta evidências de atividades específicas, como a produção e manutenção de artefatos, consumo de alimentos e preparação para caça e coleta. A organização segmentada dos vestígios em áreas circulares ou elípticas sugere que o espaço foi reocupado periodicamente pelos grupos, indicando uma estratégia de uso sazonal.

A pesquisa realizada por Carmo (2015) foi particularmente relevante ao categorizar os bens arqueológicos em quatro classes técnico-tipológicas e ao destacar a diversidade de matérias-primas utilizadas, como vulcano-clássica fina, basaltos e sílexito. Essas evidências fornecem pistas sobre a adaptabilidade e o conhecimento técnico dos caçadores e coletores que habitaram a região.

Os vestígios resgatados nos sítios estudados oferecem uma base sólida para investigações futuras sobre a ocupação humana no Paraná. O Arroio do André, em particular, é uma referência crucial para compreender a organização social, as práticas culturais e as estratégias de sobrevivência dos primeiros habitantes do estado. Além disso, a identificação de sítios menores ao redor do Arroio do André permite uma análise mais abrangente das dinâmicas territoriais desses grupos.

Figura 9 - Projeteis resgatados na área em que foi construída a Renault



Fonte: Chmyz (1997, p. 31)

Os trabalhos de prospecção e salvamento realizados na região, embora não tenham permitido a coleta de material orgânico para datação direta, possibilitaram a formulação de uma estimativa baseada em estudos prévios desenvolvidos na área. De acordo com os autores do relatório de 1997, os grupos da “tradição Umu” já ocupavam a região do Médio Iguaçu por volta de 1160 a.C.. Essa hipótese, fundamentada nas pesquisas disponíveis à época, forneceu uma base inicial para a compreensão da presença desses grupos no território.

No entanto, é importante ressaltar que as investigações arqueológicas evoluíram significativamente nas últimas décadas. Estudos mais recentes, como os realizados no sítio Céu Azul, trouxeram novas evidências que sugerem uma ocupação humana ainda mais antiga na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Essas descobertas têm ampliado o entendimento sobre a complexidade e a temporalidade da ocupação dos grupos pré-ceramistas na região, desafiando estimativas anteriores e permitindo a construção de hipóteses mais robustas e detalhadas.

Essa dinâmica de revisão contínua ilustra a natureza em constante transformação da ciência arqueológica, que, à medida que novos dados são coletados e analisados, possibilita o refinamento das narrativas sobre o passado e o reconhecimento da importância de sítios como

o Céu Azul para a reconstituição da história da ocupação humana no Paraná e no Brasil Meridional.

3.4.1.4 Sítio Afonso Pena III

No relatório de prospecção e salvamento arqueológico referente à construção da Renault, os autores mencionam uma narrativa oral relatada por moradores locais sobre a utilização de terra extraída da área da obra para a ampliação do Aeroporto Afonso Pena. Segundo os relatos, essa retirada de terra pode ter ocorrido quando a administração do aeroporto passou para a INFRAERO (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), que iniciou a ampliação do terminal de passageiros em 1991, antes das obras da Renault. Esse detalhe torna-se relevante, considerando que os moradores comentaram sobre a grande quantidade de pontas de projéteis que afloraram do solo durante as escavações (Chmyz, 1997). Essa possível transferência de material arqueológico pode ter influenciado as pesquisas realizadas na área do aeroporto em 2010.

Entre os sítios arqueológicos identificados durante as intervenções no aeroporto, destaca-se o Sítio Afonso Pena III, onde foram resgatados 21 vestígios materiais associados à “tradição Umbu”. A coleção, composta principalmente por bens arqueológicos líticos, lascas e microlascas, foi enviada ao Laboratório de Arqueologia, Antropologia da Tecnologia e Estudos do Quaternário da UFPR para análise e salvaguarda.

Os vestígios resgatados indicaram que a matéria-prima utilizada para a confecção dos artefatos não era local, sendo possivelmente oriunda de cascalheiras do Rio Iguaçu ou de regiões mais distantes. Isso sugere que a área onde os bens arqueológicos foram encontrados servia como um local de uso transitório, as ferramentas foram abandonadas após atenderem a uma demanda específica e imediata. Essa hipótese é corroborada pelas características dos bens arqueológicos líticos, que são consistentes com outros sítios da região de Curitiba. A análise aponta que os materiais provavelmente foram trazidos de sítios-base localizados nas proximidades.

A informação relatada pelos moradores sobre a movimentação de terra entre as áreas da Renault e do aeroporto levanta uma questão metodológica importante. Embora essa narrativa oral tenha sido registrada no relatório da Renault, ela não foi mencionada explicitamente no relatório da escavação do aeroporto. No entanto, considerando o vínculo institucional do arqueólogo responsável com o CEPA/UFPR, é provável que ele tenha levado essa informação em conta durante a análise dos vestígios, ainda que ela não tenha sido formalmente incorporada ao relatório.

Os arqueólogos responsáveis recomendaram o salvamento contínuo dos sítios e o monitoramento constante durante as obras do empreendimento, especialmente antes da construção da terceira pista do aeroporto. Ressaltaram também o caráter emergencial dos trabalhos realizados até então, enfatizando a necessidade de estudos mais abrangentes e detalhados em fases futuras. De acordo com o cronograma da INFRAERO, atividades adicionais estavam previstas para períodos posteriores, sob a coordenação de outra equipe de profissionais, vinculada à empresa Preservar (Bora, 2010, p. 147).

O Sítio Afonso Pena III apresenta desafios que destacam a complexidade das pesquisas arqueológicas em áreas urbanas e industriais, sendo que as atividades humanas modernas frequentemente alteram ou deslocam o contexto original dos vestígios. Além disso, as relações entre os sítios identificados no entorno e as práticas de movimentação de terra sublinham a importância de considerar narrativas locais e fatores externos no estudo da ocupação humana e no manejo do patrimônio arqueológico. Essas observações reforçam a necessidade de estudos contínuos para compreender melhor as práticas culturais e a mobilidade dos grupos da “tradição Umu” na Região Metropolitana de Curitiba.

3.4.1.5 Sítio Barro Preto, Rodembuch e João Bueno

O projeto da Barragem do Rio Miringuava teve um longo percurso desde sua idealização até o início das obras. Como ocorre frequentemente em obras públicas de grande porte, diversos fatores contribuíram para os atrasos no cronograma, incluindo questões administrativas, climáticas e logísticas. Além disso, a complexidade do empreendimento levou à divisão do cronograma em fases distintas, o que também impactou a organização dos trabalhos arqueológicos, realizados em etapas por diferentes empresas e equipes de profissionais.

Em 2015, a Fundação Aroeira, a partir de recomendações da empresa EPPC, iniciou o resgate sub-superficial de quatro sítios arqueológicos na área da barragem. Entre eles, dois apresentaram vestígios associados à “tradição Umu”, sendo eles os sítios Barro Preto e Murici.

- a) Sítio Barro Preto: Foram resgatadas seis peças líticas, incluindo lascas, fragmentos e raspadores. Apesar de pontuais, essas evidências foram consideradas altamente relevantes, dado o contexto cultural e temporal em que foram encontradas, sugerindo um potencial para recuo cronológico.
- b) Sítio Murici: Classificado como multipotencial, o sítio apresentou vestígios de louças em camadas superficiais e material lítico em camadas mais profundas. Embora limitado em quantidade, o material lítico encontrado possui um valor

significativo para a interpretação arqueológica, especialmente ao ser comparado com sítios da mesma região.

- c) A partir de 2015, a Sociedade da Água: Serviços Ambientais e de Engenharia assumiu os trabalhos em outras áreas do projeto, incluindo o canteiro de obras da barragem. Três sítios foram investigados, destacando-se os sítios Rodembush e João Bueno, ambos com vestígios da “tradição Umbu”.
- d) Sítio Rodembush: Localizado a 74 metros do rio Miringuava, apresentou 571 artefatos líticos, com predominância de resíduos de lascamento. A análise dos vestígios indica que o local era utilizado para atividades de façonagem secundária, com instrumentos sendo transportados para outros locais.
- e) Sítio João Bueno: Apresentou duas ocupações distintas, uma predominantemente lítica e outra cerâmica. As camadas líticas apresentaram maior densidade de materiais entre os níveis de 40-50 cm, com tecnos tipos como lascas bipolares e unipolares, além de um núcleo unipolar esgotado.

Devido à extensão e complexidade do projeto da barragem, foram emitidos vários relatórios ao longo das diferentes fases da obra. Em correspondência ao IPHAN, o arqueólogo responsável, Júlio C. T. Thomaz, relatou em 2023 que as atividades de monitoramento estavam sendo finalizadas, com prioridade para o sítio João Bueno, localizado fora do eixo de alagamento.

Os profissionais envolvidos ressaltaram a necessidade de estudos sistematizados para compreender as cadeias operatórias de produção dos bens arqueológicos líticos resgatados. Esses vestígios, hoje preservados em diversas instituições, são fontes inestimáveis para o estudo da ocupação humana no Paraná.

Em um *e-mail* enviado para a Divisão Técnica do IPHAN em 25 de agosto de 2023, o arqueólogo responsável pelo monitoramento da Barragem, Júlio C. T. Thomaz, informou que suas atividades de monitoramento estariam se encerrando em novembro do mesmo ano, embora as obras ainda não tivessem sido concluídas. O andamento das obras estava em fase final, considerando as diversas interrupções que exigiriam a prorrogação do prazo de execução, tanto por questões climáticas quanto administrativas. Ele destacou que todas as frentes de obra foram monitoradas, resultando inclusive na coleta de material lítico polido em praticamente todos os setores da obra. Ele também enfatizou que, no momento do envio do e-mail, a prioridade era o acompanhamento do sítio João Bueno, cuja preservação era viável, pois encontrava-se fora do eixo de alagamento da barragem.

Devido ao porte da obra e ao tempo necessário para a construção da barragem, o processo foi extenso, envolvendo várias etapas organizadas, o que resultou em um grande número de relatórios, trocas de empresas e profissionais responsáveis pela pesquisa. No entanto, algo que foi comum em todos os relatórios é que, nas considerações finais, os profissionais destacaram a importância de promover estudos sistematizados sobre a cadeia produtiva desses bens arqueológicos. Eles ressaltaram que tudo o que foi resgatado e está sob guarda de diferentes instituições são fontes imprescindíveis e valiosas para a compreensão e identificação de aspectos da ocupação humana no Paraná.

A preservação e o estudo dos vestígios arqueológicos da barragem trazem à tona um alerta feito pelo professor Loureiro Fernandes em 1953, que já expressava preocupação com a preservação dos vestígios deixados pelos antigos habitantes do Paraná. Ele enfatizava a importância de usar esses materiais como base para pesquisas que pudessem iluminar o passado humano na região.

A trajetória desses grupos de caçadores-coletores está profundamente entrelaçada à história da humanidade, e a perda desses vestígios representa a perda de partes fundamentais da nossa herança cultural. Mesmo com avanços em legislação, tecnologia e metodologias, o risco de destruição e esquecimento persiste, reforçando a necessidade de ações contínuas de preservação e pesquisa.

3.4.2 Relatório sem determinação de filiação cultural

Alguns relatórios analisados nesta pesquisa não apresentaram conclusões claras em relação à filiação cultural dos vestígios materiais coletados. Tal indefinição pode ser atribuída a diversos fatores, como a quantidade insuficiente de material encontrado, sua condição de preservação, sua localização estratigráfica ou, ainda, as alterações ocorridas no solo em função de atividades agrárias ou urbanas. Esses elementos frequentemente dificultam uma análise mais detalhada, impossibilitando a categorização precisa dos vestígios.

Além disso, alguns projetos de salvamento e monitoramento arqueológico ainda estavam em curso no momento desta pesquisa, o que inviabilizou a obtenção de informações mais conclusivas. Em alguns casos, os trabalhos estavam parcialmente suspensos devido a pendências judiciais ou situações de embargo que restringem o acesso aos sítios por parte das equipes de arqueólogos. Esses espaços, cuja investigação foi adiada, deverão ser alvo de prospecções complementares, cujos resultados serão apresentados em relatórios futuros.

Outro aspecto observado nos relatórios foi a opção metodológica de algumas equipes de não vincular os vestígios cerâmicos coletados a nenhuma tradição cultural específica. Nesses

casos, os materiais foram apresentados de maneira mais generalista, sem referência a uma tradição ou fase arqueológica definida. Essa abordagem, por vezes justificada pela fragmentação ou pela natureza limitada dos vestígios, reflete as complexidades e desafios inerentes à pesquisa arqueológica em contextos de salvamento ou monitoramento emergencial.

Portanto, a análise dessas situações aponta para a necessidade de investigações mais aprofundadas, seja em áreas que ainda aguardam permissão para acesso, seja em locais onde os vestígios foram analisados de forma preliminar. A continuidade dessas pesquisas será fundamental para preencher lacunas e avançar na compreensão da ocupação humana em São José dos Pinhais e na Região Metropolitana de Curitiba.

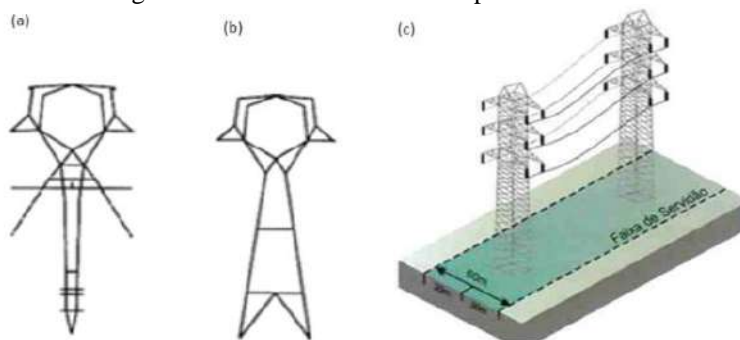
3.4.2.1 Sítios Malhada, Gamelas e Portãozinho

As atividades de avaliação, prospecção e monitoramento arqueológico realizadas na área de implantação da Linha de Transmissão 525 kV Blumenau – Curitiba Leste ilustram a complexidade de um empreendimento que abrange 144,51 km, cruzando dois estados e nove municípios com características geomorfológicas, geológicas, pedológicas e de vegetação distintas. Essa diversidade exigiu dos arqueólogos uma abordagem diferenciada e flexível para atender às especificidades de cada contexto.

Acompanhando o processo do empreendimento junto ao IPHAN, que é um dos maiores entre os investigados nesta pesquisa, foi possível observar as atividades de prospecção e salvamento complementares que foram executados ao longo da obra, necessários nas áreas das 14 torres e os respectivos acessos a elas. No entanto, considerando o recorte espacial desta pesquisa, a atenção voltou-se para os sítio Malhada I, Gamelas e Portãozinho, que estão em território são-joseense.

Nos três sítios foram encontrados vestígios pré-coloniais líticos, no entanto, com objetivo de compreender melhor como de seu o contexto de pesquisa em cada um deles, torna-se relevante observar alguns elementos do empreendimento, conforme ilustração das Figura 10:

Figura 10 - Características do empreendimento



Legenda: (a) Silhueta da torre de transmissão autoportante; (b) Silhueta da torre de transmissão estaiada; (c) Faixa de Servidão com 60 metros de largura em uma área estimada de 867 hectares.

Fonte: JGP Consultoria e Participações (2017, p. 16-18).

O sítio Malhada I foi identificado em uma área diretamente impactada pela construção da linha de transmissão, próxima à Torre 113/01. A área apresenta uma superfície de 1190 m², localizada no topo de uma planície pouco acidentada, próxima a cursos d'água e nascentes. Essa localização estratégica, com fácil acesso a recursos hídricos e vegetais, é consistente com padrões de ocupação de grupos caçadores-coletores.

Na área prospectada, foram identificados treze materiais arqueológicos, dispersos de forma aleatória. A análise foi pautada na perspectiva de compreensão dos princípios tecnológicos e de funcionalidade dos bens arqueológicos, obtendo a seguinte conclusão: “são reflexo de vários processos dinâmicos resultantes de comportamentos adaptativos e culturais”, portanto, a mera classificação tipológica deles não provê informações que permitam alcançar determinados aspectos além da sua materialidade (Schwengber, 2019, p. 44).

Considerando as características da matéria-prima, a cadeia operatória dos bens arqueológicos e a localização do sítio Malhada, próximo a nascentes e pequenos córregos, considerou-se possível tratar-se de um local de coleta de material e assentamentos de curta ou média duração, possivelmente empreendido por grupos populacionais cuja economia era pautada na caça, na coleta e no manejo de determinadas espécies vegetais.

Na ficha de registro, anexada ao relatório, consta a seguinte observação: “deve-se desconsiderar os materiais cerâmicos informados na ficha anterior, visto que se tratavam de materiais recentes queimados juntamente com outros entulhos e espalhados sobre a área do sítio”.

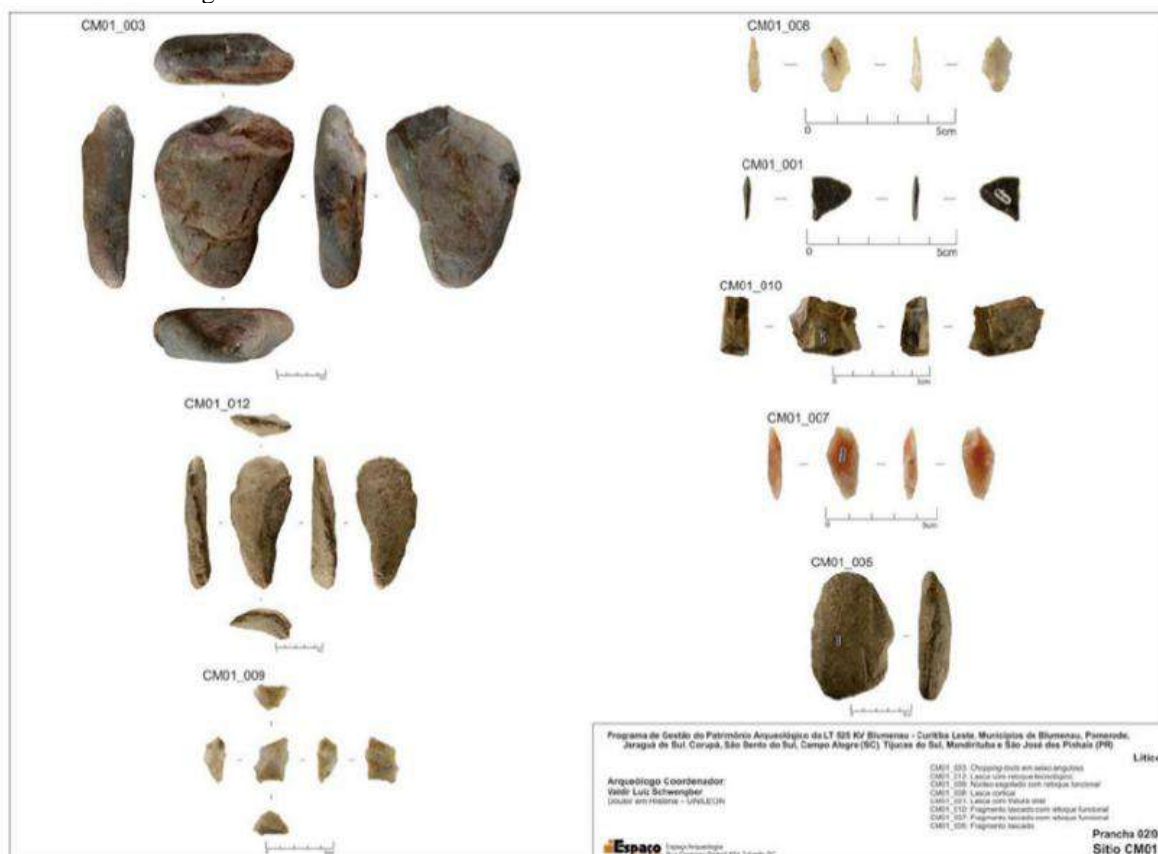
Embora a quantidade de vestígios coletados no sítio Malhada I seja reduzida, a presença de núcleos esgotados e artefatos com marcas de uso sugere que o local possivelmente desempenhou um papel importante para atividades transitórias ou sazonais. A localização do

sítio, em uma planície próxima a áreas úmidas e cursos d'água, reforça sua relevância como ponto estratégico para populações “pré-históricas”.

Já em um segundo nível mais profundo de uma unidade do sítio, foi encontrada uma pequena lasca lítica, aparentemente sem associação aos demais elementos arqueológicos. Em um terceiro nível de profundidade, nada foi localizado, assim, as escavações para a unidade foram encerradas. A mesma metodologia foi aplicada em outras unidades do sítio, porém nada significativo foi localizado. As matérias-primas dos vestígios líticos eram gnaisse, quartzo, granito, argilito e quartzito. Tratam-se de fragmentos lascados, um “façonagem”, um núcleo, além de uma lâmina de machado e dois blocos com marcas de desgaste.

Mesmo com uma quantidade reduzida de materiais, a presença de núcleos esgotados, artefatos polidos e a identificação de marcas de uso em alguns deles, a localização no topo de uma planície, próxima a áreas úmidas, indicariam que os vestígios materiais coletados no local poderiam estar relacionados à instalação de um assentamento de curta a média duração, possivelmente empreendido por populações cuja economia era pautada na caça, na coleta e no manejo de determinadas espécies vegetais.

Figura 11 - Prancha técnica de materiais lascados do Sítio Colônia Malhada



Fonte: Espaço Arqueologia (2019, p. 54).

Na ficha cadastrada no IPHAN, consta que também havia vestígios cerâmicos, no entanto, no relatório, há uma observação sobre a inexistência deste tipo de vestígio, indicando existir apenas fragmentos de uma louça moderna. Também não foi coletado material passível de datação com radio carbono.

O sítio Gamelas 1 foi identificado a 4 metros da faixa de servidão da linha de transmissão e a 39 metros do centro da praça da Torre 144/1. Localizado em uma encosta com declividade de fraca a moderada, a área foi considerada de alto potencial arqueológico, uma expectativa confirmada pela identificação de vestígios líticos e supostos fragmentos cerâmicos, conforme descrito na ficha do CNSA. No entanto, divergências e limitações foram observadas nos relatórios, que mencionaram restrições de acesso a áreas embargadas pelos proprietários, impossibilitando uma investigação mais aprofundada.

A ausência de informações detalhadas sobre o sítio Gamelas 1 reflete os desafios logísticos e metodológicos enfrentados pelos arqueólogos durante a execução do projeto, dificultando uma análise mais conclusiva sobre a ocupação do local.

O sítio Portãozinho 1, localizado a 188 metros da Torre 113/1 e a 320 metros da Torre 113/2, apresentou vestígios líticos em superfície. Foram escavados sete poços de teste com até 70 cm de profundidade, mas sem resultados significativos em níveis mais profundos. A proximidade da faixa de servidão e o trânsito de maquinário na área levaram à recomendação de isolamento temporário do sítio, com cercamento e emplacamento para preservação.

O relatório relacionado ao Portãozinho 1 foi menos detalhado em termos de análise dos bens arqueológicos e características do sítio, concentrando-se mais em aspectos metodológicos e bibliográficos. Esse contexto aponta para uma abordagem mais emergencial, voltada para a mitigação de impactos, do que para uma exploração arqueológica aprofundada. Em relação a este sítio também não foi possível acessar informações mais detalhadas, ao acompanhar o processo, em 2020 foi solicitado o isolamento e a prospecção das vias de acesso, mesmo ano em que a documentação referente ao recebimento do que foi resgatado no sítio Malhada 1, em 2018, foi registrado pelo LAEE

No entanto, o relatório, não trouxe uma análise muito detalhada do sítio em si, nem dos bens arqueológicos, como pode ser observado nos relatórios produzidos por outros empreendimentos, houve um detalhamento teórico mais apurado, dos estudos bibliográficos e metodológicos que subsidiaram a pesquisa. Na página do IPHAN, o processo desta obra é

bastante extenso³², e tende a aumentar, já que não se trata de um empreendimento concluído, além do que, a empresa responsável pelo projeto foi a que o arqueólogo não aceitou contribuir com a pesquisa.

Portanto, como esta é uma pesquisa de “gabinete”, tendo os relatórios como objeto de análise, não se realizou trabalho de campo. Em vez disso, utilizaram-se as informações produzidas pelos profissionais que atuaram na prospecção, análise, classificação e monitoramento destes sítios. Pretende-se analisar o que for possível, consciente de que o resultado da análise destes processos será mais frágil, dadas as características de produção do conteúdo.

3.4.3 Considerações sobre os caçadores e coletores em São José dos Pinhais

No decorrer das leituras dos relatórios a respeito dos sítios arqueológicos encontrados em São José dos Pinhais, os quais possuem vestígios dos grupos de caçadores e coletores que habitaram a RMC em tempos pretéritos, observou-se algumas constantes, que foram elencadas ao longo deste item.

Grande parte das pesquisas arqueológicas em São José dos Pinhais foi motivada por grandes obras de engenharia, no âmbito da chamada arqueologia de contrato. Além disso, uma característica comum foi a necessidade de execução rápida dos trabalhos arqueológicos, imposta pelos cronogramas de construção. Frequentemente, os arqueólogos dividiram o espaço de pesquisa com máquinas de terraplanagem, que reviraram o solo e alteraram a estratigrafia da área. Esse cenário prejudica a coleta de indícios arqueológicos mais profundos e compromete o potencial interpretativo das camadas do solo.

Os relatórios dos projetos do Contorno Leste de Curitiba, da Renault, do Aeroporto Afonso Pena e da Barragem do Miringuava destacam explicitamente essas dificuldades. Apesar disso, os pesquisadores, geralmente nas considerações finais, enfatizam o potencial das áreas investigadas, recomendando pesquisas complementares e monitoramento contínuo. Eles também reforçam a relevância das coleções resgatadas como fontes valiosas para futuras análises, o que nem sempre é fácil de fazer, dada a dificuldade em acessá-las.

Diante desse cenário, vislumbra-se a possibilidade de criação de um polo de pesquisa arqueológica em São José dos Pinhais. Essa estrutura poderia ser idealizada como um centro dedicado à execução de pesquisas com infraestrutura adequada, profissionais qualificados,

³² O processo pode ser consultado pelo Protocolo 02001.000946/2016-67.

equipamentos modernos e um sistema eficiente de gerenciamento de dados. Tal iniciativa contribuiria significativamente para a produção de conhecimento sobre o passado da RMC.

Embora essa ideia pareça utópica, ela poderia ser considerada no contexto de contrapartidas acordadas entre empresas e a gestão pública municipal. A ampliação das áreas loteadas no perímetro urbano, conforme revisão recente do Plano Diretor, também representa uma oportunidade para estabelecer condições que incentivem investimentos em pesquisa e preservação arqueológica.

Outro ponto comum nos relatórios analisados é o uso de estratégias metodológicas influenciadas pelo PRONAPA. A única exceção foi o relatório da Linha de Transmissão Blumenau–Curitiba, que evitou analisar os vestígios líticos com base nas categorias de fases e tradições. No caso da Barragem do Miringuava, foram empregadas múltiplas abordagens metodológicas, sem descartar o referencial das tradições arqueológicas, mostrando um esforço em ampliar o escopo interpretativo.

Trata-se de uma questão pertinente a ser problematizada com mais atenção, uma vez que é um assunto que ainda gera discussão entre os pesquisadores que utilizam fontes arqueológicas em seus trabalhos. Conforme Parellada (2008, p. 125), apesar de existirem muitas discussões sobre o assunto, a ideia de tradição ainda se caracteriza como uma estratégia classificatória para os vestígios líticos encontrados no país, historicamente permeando a produção de conhecimento arqueológico regional. Esta pesquisa se alinhou a essa ideia, pois mesmo conscientes da discussão, ainda se trata de uma estratégia que historicamente permeia a produção intelectual sobre o assunto.

Em um exercício rever os conceitos de fases e tradição, Dias (2007, p. 60) buscou caminhos para compreensão os aspectos que justificariam “[...] interpretar a variabilidade de conjuntos artefatuais em um dado contexto regional em termos de Tradições Arqueológicas e como as escolhas tecnológicas podem refletir fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico”. Para isso, realizou um estudo de caso, a partir do conceito de estilo tecnológico, analisando a validade das categorias conceituais utilizadas pelo PRONAPA. Uma consideração relevante da pesquisadora, que pode apresentar indícios do que inspirou algumas das discussões:

Apesar de sua importância central na caracterização dos quadros culturais identificados a partir do PRONAPA, a única definição formal dos conceitos de fase e tradição é encontrada na “Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica” (CHMYZ, 1966, 1976). Glossário dos termos utilizados pelo PRONAPA, a “Terminologia” define por fase “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios” (1966, p. 14; 1976, p. 131). Quanto ao conceito de tradição, este é definido como “grupo de

elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal” (1966, p. 20; 1976, p. 145). Ambos conceitos derivam de uma larga tradição de pesquisa na arqueologia norte-americana, sintetizada na obra de Gordon Willey e Philip Phillips (1958). Porém, sua utilização, descolada do corpo teórico do qual se originou, fez com que a definição de fases e tradições se transformasse na finalidade última das pesquisas para um número significativo de arqueólogos que atuaram no sul do Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 (Dias, 2007, p. 60).

Outro pesquisador que questiona a tentativa de agrupar ocorrências arqueológicas líticas pré-cerâmicas em tradições é Prous (2019, p. 202). Para ele, as descrições desses vestígios são frequentemente precárias e imprecisas, considerando que diversas manifestações pré-cerâmicas não se enquadram em nenhuma das definições existentes. Além disso, sítios que apresentam apenas materiais líticos podem não ser necessariamente pré-cerâmicos, mas sim espaços utilizados para atividades especializadas.

Outro aspecto comum entre os relatórios analisados é a datação da ocupação humana na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Há um consenso de que essa ocupação é significativamente anterior à colonização portuguesa, divergindo das narrativas históricas mais tradicionais. Durante muito tempo, a datação mais antiga foi atribuída ao sítio Céu Azul, com as pesquisas de Rauth, que indicaram ocupação entre 3.705 ± 130 e 755 ± 60 anos BP. No entanto, conforme discutido ao longo deste trabalho, essas pesquisas apresentam fragilidades metodológicas que precisam ser consideradas.

Estudos mais recentes conduzidos pelo CEPA/UFPR, sob a coordenação do professor Fábio Parenti, trouxeram uma nova cronologia para o sítio Céu Azul, sugerindo uma ocupação humana ainda mais antiga, possivelmente ultrapassando 10 mil anos AP. Caso confirmada, essa datação abrirá novos horizontes para investigações arqueológicas, uma vez que, até o momento, as evidências indicam que os fluxos populacionais de ocupação nos Segundos e Terceiros Planaltos Paranaenses antecederam a ocupação do Primeiro Planalto.

A sistematização de dados realizada por Mota, Macella e Garcia (2024), apresentada no Quadro 4, reforça essa hipótese. As datações dos sítios arqueológicos mais antigos do Paraná sugerem que a dispersão dos grupos de caçadores e coletores ocorreu inicialmente na região central e no interior do estado. Assim, a ocupação da RMC seria relativamente mais recente quando comparada a outras regiões. No litoral, os fluxos populacionais estavam vinculados aos povos dos sambaquis, que parecem ter desenvolvido uma dinâmica distinta de ocupação e subsistência. Até o momento, não há indícios concretos de interação direta entre esses dois grupos, mas a Serra do Mar surge como uma área com grande potencial para futuras descobertas inéditas.

Essa perspectiva reforça a relevância arqueológica de São José dos Pinhais, especialmente do sítio Céu Azul, localizado próximo à Serra do Mar. Esse espaço se apresenta como um ponto estratégico para novas pesquisas, pois pode oferecer uma nova perspectiva sobre os padrões de ocupação humana no Paraná. Considerando os deslocamentos ocorridos a partir do Vale do Ribeira, essa região pode ter desempenhado um papel crucial como rota de migração, conexão cultural e ocupação para os grupos humanos no passado.

Quadro 3 - Datações de sítios arqueológicos de populações caçadoras e coletoras no Paraná

Identificação do Sítio ⁸	Município	Bem Arqueológico	Data a.C. ⁹	Data AP ¹⁰	Código e Laboratório	Fontes
Marina 3 – PR-FO-049/CNSA PR00770	Guairá	Cerâmico	2.115	4.065 ± 75	SI 5045	Chmyz, 1983, p. 101.
José Vieira ¹¹	Guaporema	Lítico	3.291	5.241 ± 306	GIF 80	Laming-Emperaire, 1968, p. 95-96
Três Irmãos/SICG/IPHAN: PR-4104402-BA-ST-00003	Cândido de Abreu	Lítico	3.400	5.350 ± 1.320	Dat 5406	Zanettini, 2021a; Zanettini, 2022
Porto de Areia 1 – PR-QN-001/CNSA PR00408	Mirador	Lítico	3.430	5.380 ± 110	SI 1014	Stuckenrath; Mielke, 1973, p. 422. Chmyz, 1969.
Rio dos Índios	Cândido de Abreu	Lítico	3.620	5.570 ± 380	Dat 5402	Zanettini, 2022; Zanettini, 2022
Porto Gomes 1 – PR-FI-021/CNSA PR00135	Foz do Iguaçu	Lítico	4.315	6.265 ± 80	SI 4992	Chmyz, 1983 p. 101.
Rio dos Índios	Cândido de Abreu	Lítico	4.685	6.635 ± 450	Dat 5403	Zanettini, 2022; Zanettini, 2022
José Vieira	Guaporema	Lítico	4.733	6.683 ± 355	GIF 78	Laming-Emperaire, 1968, p. 95-96
Porto Gomes 1 – PR-FI-021/CNSA PR00135	Foz do Iguaçu	Lítico	4.915	6.865 ± 105	SI 4993	Chmyz, 1983 p. 101.
Porto Gomes 1 – PR-FI-021/CNSA PR00135	Foz do Iguaçu	Lítico	4.960	6.910 ± 75	SI 4994	Chmyz, 1983 p. 101.
Diamante do Norte – PR-NL-008/CNSA PR00104	Diamante do Norte	Lítico	6.165	8.115 ± 80	SI-6401	Chmyz & Chmyz, 1986, p. 75.
Rio do Padre/SICG/IPHAN: PR4114500BAST00008	Manoel Ribas	Lítico	7.050	9.000 ± 640	Dat 5408	Zanettini, 2020; Zanettini, 2022
Ouro verde I – BE-1/SICG/IPHAN: PR4103024BAST00004	Boa Esperança do Iguaçu	Lítico	7.090	9.040 ± 400	ANU-192-17	Parellada, 2005, p. 34.
Ribeirão Barra Grande-3 – PR AS 14 SICG/IPHAN: PR-4107009-BA-ST-00047	Sapopema	Lítico	7.240	9.190 ± 60	Lacivid/USP BETA-24254	Chmyz et al., 2008, p. 52-54. IPHAN, 2023
Entre Morros/SICG/IPHAN: PR4127965BAST00015	Turvo	Lítico	7.550	9.550 ± 675	Dat 5747	Zanettini, 2021b; Zanettini, 2023 ¹² .
Caiuá/SICG/IPHAN: PR-4104402-BA-ST-00006	Cândido de Abreu	Lítico	8.985	10.935 ± 1.075	Dat 5404	Zanettini, 2020; Zanettini, 2022
Caiuá/SICG/IPHAN: PR-4104402-BA-ST-00006	Cândido de Abreu	Lítico	11.550	13.500 ± 1.150	Dat 5405	Zanettini, 2020; Zanettini, 2022

Fonte: Mota; Macella; Garcia (2024, p. 9)

Uma característica comum a todas as pesquisas arqueológicas analisadas no contexto local é o fato de terem sido realizadas majoritariamente em caráter de salvamento, buscando mitigar os impactos da urbanização e resgatar vestígios arqueológicos de forma emergencial. Embora os materiais tenham sido coletados, higienizados, analisados e armazenados, muitos deles não se tornaram objeto de estudos aprofundados.

Ao retornar ao Capítulo II desta pesquisa ou avançar para a bibliografia, observa-se que poucas investigações foram realizadas a partir dessas coleções, mesmo sendo volumosas e potencialmente ricas em dados. Entre os motivos estão a falta de conhecimento sobre essas fontes e suas possibilidades, além da limitação de acesso para pesquisadores que não estão vinculados às instituições que guardam os acervos.

No entanto, pesquisas como as de Carmo (2015), Silva (2020) e o presente estudo demonstram a relevância de aprofundar o exame dessas coleções arqueológicas. Isso ressalta a necessidade de ampliar o acesso a esses acervos e incentivar novas investigações, que possam contribuir para uma compreensão mais abrangente da ocupação humana na RMC e no Paraná, inserindo a região em debates arqueológicos e historiográficos mais amplos.

3.5 OS CERAMISTAS

A transição tecnológica e cultural dos grupos humanos que habitaram o Brasil Meridional, evidenciada pela introdução da cerâmica, representa uma mudança significativa na história da ocupação da região. Os vestígios cerâmicos encontrados em sítios arqueológicos oferecem não apenas informações sobre as técnicas de produção e os hábitos cotidianos dessas populações, mas também indícios de mudanças sociais e econômicas profundas, como a maior sedentarização e o desenvolvimento da agricultura.

As tradições ceramistas predominantes, como Itararé-Taquara e Tupiguarani, refletem as especificidades culturais e tecnológicas de diferentes grupos, cada qual com suas características próprias. A análise das cerâmicas resgatadas, ao invés de apenas classificá-las em fases ou tradições, permite uma compreensão mais ampla da relação entre os objetos e as sociedades que os produziram. Essa abordagem revela, por exemplo, como os vasilhames eram utilizados para diferentes fins, desde armazenamento e cozimento de alimentos até possíveis funções rituais.

A descrição detalhada das peças cerâmicas, incluindo aspectos como dimensões, cor, textura, dureza e decoração, é fundamental para reconstruir aspectos do cotidiano e da organização social desses grupos. Além disso, as modificações nas técnicas e nos designs das cerâmicas ao longo do tempo sugerem adaptações a novas condições ambientais, necessidades práticas ou mudanças nas práticas culturais. A cerâmica, nesse sentido, é um elemento tecnológico central que reflete as dinâmicas de uma sociedade e as mudanças em seus modos de vida.

No Brasil, os estudos cerâmicos frequentemente incluem a análise de sequências seriadas, que ajudam a estabelecer cronologias e distinções culturalmente significativas. Essa prática contribui não apenas para a compreensão dos modos de vida das pessoas que produziram essas peças, mas também para o entendimento das conexões regionais e das influências culturais entre diferentes grupos. Por exemplo, as semelhanças entre cerâmicas encontradas no Paraná e em outras regiões do Brasil e da América do Sul podem indicar trocas, migrações ou interações culturais.

As pesquisas desenvolvidas pelo PRONAPA, especialmente as definições de fases e tradições, influenciaram e continuam a influenciar as formas de sistematizar os conhecimentos a partir da localização dos vestígios dos grupos ceramistas. Isso se confirma, na presença bastante evidente de tais definições nos relatórios e pareceres técnicos que foram analisados até

aqui. Araújo (2007, p. 11) observou que o cenário de pesquisa foi delineado pela influência da *New Archaeology* e da busca por resultados mais antropológicos:

Os conceitos começaram a tomar vida própria, sendo comparados a “unidades autônomas e semiautônomas” ou “tribos” (fases) e “entidades tribais ou linguísticas” ou “nações” (tradições) (Meggers e Evans, 1985:5; Schmitz, (1991: 72). Este fenômeno, o da tentativa de transformação de unidades “éticas”, desenvolvidas pelo pesquisador para ordenar seu material de estudo, em unidades “êmicas”, pretensamente relacionadas à organização social ou mental dos povos estudados, ocorreu também na Arqueologia e Antropologia norte-americanas (Dunnell, 1986b:177; Harris, 1968: 571-575) (Araújo, 2007, p. 11).

A análise das cerâmicas não deveria se limitar a classificá-las em uma determinada fase ou tradição, mas sim a observar todo um ciclo que envolve a reconstrução de um sistema invisível, cujos efeitos e representações auxiliam na compreensão do modo de vida desses povos do passado (Salvia; Brochado, 1989, p. 9). Isso porque, uma pesquisa arqueológica não é o estudo do objeto em si, como uma cerâmica, sim, um movimento para compreender as relações deste objeto material com a sociedade que o produziu.

No Brasil, o estudo das cerâmicas é geralmente realizado por meio de sequências seriadas que estabelecem cronologias e distinções culturalmente significativas, contribuindo para a compreensão do modo de vida das pessoas que as produziram. Para isso, é necessário realizar uma descrição minuciosa da cerâmica resgatada, incluindo dimensões, cor, textura, dureza, tipos de fragmentos presentes na pasta de argila, técnicas de modelagem, acabamento interno e de superfície, decoração, alisamento, posição das decorações, categorias funcionais, entre outros aspectos.

A importância da cerâmica como fonte material ganha ainda mais destaque diante da escassez de fontes históricas sobre a trajetória desses grupos. Como uma das principais evidências da tecnologia e do comportamento humano, a cerâmica oferece um vislumbre das escolhas culturais, das interações sociais e das adaptações ambientais das populações pré-cabralinas. Assim, a análise das cerâmicas transcende o objeto em si, conectando-o a um contexto mais amplo e dinâmico de produção, uso e descarte, contribuindo significativamente para o entendimento das histórias humanas na região.

3.5.1 Ceramistas Itararé-Taquara no Brasil Meridional

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos no Brasil Meridional e regiões próximas trouxe avanços significativos na compreensão dos grupos ceramistas que habitaram o território, resultando em debates e redefinições conceituais. A pesquisa de Osvaldo Menghin, realizada em 1957 na Província das Missões, introduziu a ideia de uma ocupação neolítica antiga,

relacionada a grupos Jê, anterior à chegada dos Guaraní. Seus achados, denominados “Eldoradense”, destacaram a presença de vestígios cerâmicos simples, de coloração variada e associados a estruturas circulares imponentes, sugerindo uma organização social complexa.

Posteriormente, Igor Chmyz, em 1967, ao estudar vestígios no nordeste do Paraná, propôs a Fase Itararé, caracterizada por cerâmicas pequenas, finas, predominantemente escuras, e que apresentavam pouca variação formal. Com a ampliação dos estudos, essa fase evoluiu para a definição da “tradição Itararé”. No mesmo ano, Eurico Miller contribuiu com a descrição da Fase Taquara, identificando abrigos escavados e cerâmicas com formatos cônicos e cilíndricos, que possuíam uma decoração plástica característica. A sugestão de Miller, em 1971, para unificar as tradições Itararé e Taquara sob um mesmo espectro, devido às semelhanças observadas, encontrou resistência inicial na literatura acadêmica.

Com o tempo, estudos mais amplos, especialmente no sul do continente, revelaram uma coesão significativa entre as evidências arqueológicas dessas tradições. Autores como Mentz-Ribeiro (1999) e Prous (1992) reforçaram a integração de Itararé, Taquara e Eldoradense em uma única tradição arqueológica, evidenciando conexões culturais e materiais. A consolidação dessas tradições sob o nome composto Itararé-Taquara passou a ser mais aceita, pois refletiria a continuidade e as semelhanças entre os grupos ceramistas no Brasil Meridional.

A “tradição Itararé-Taquara” é considerada uma das primeiras manifestações ceramistas na região e desempenha um papel central no entendimento do processo de ocupação de áreas previamente habitadas por caçadores e coletores. No entanto, ainda existem dúvidas sobre como se deu essa transição. Pesquisadores debatem se os grupos ceramistas substituíram completamente os caçadores e coletores ou se houve alguma continuidade cultural e integração entre os dois modos de vida. Esse questionamento continua a ser uma área de investigação promissora, buscando esclarecer como as interações humanas moldaram o território e a cultura no Brasil Meridional ao longo do tempo.

Para Araújo (2007, p. 15), devem ter ocorrido continuidades em algumas instâncias, considerando que o contato inter étnico nem sempre ocorre de maneira belicosa. Estudos de genética podem contribuir com o preenchimento desta lacuna, evidenciando ou não se a dispersão de um conhecimento a respeito de um processo tecnológico específico estaria vinculada a identidades étnicas.

A produção da cerâmica Itararé-Taquara evidencia o domínio técnico sofisticado e eficiente de seus criadores. Essas cerâmicas, caracterizadas por tamanhos reduzidos e espessura fina, revelam um uso criterioso da matéria-prima e habilidades avançadas no processo de fabricação. A cor escura, frequentemente presente nesses vasilhames, era obtida por meio de

uma técnica controlada de queima, conhecida como “esfumaramento”, que demandava precisão e experiência na manipulação do fogo e do ambiente de queima (Miller, 1978, p. 28).

Entre as pessoas que fabricavam as cerâmicas Itararé-Taquara, temos um subgrupo que eram habitantes das casas subterrâneas, provavelmente pertenciam ao tronco Jê, cujas evidências linguísticas demonstram terem se originado no Planalto Central (Urban, 1992). Salvia e Brochado (1989), a partir da análise das Tradições cerâmicas, concluiu que a tradição Pedra do Caboclo, que inclui a Itararé-Taquara, teria se expandido a partir do Amazonas, dirigindo-se à costa nordeste, acompanhando os falantes do Kaingang.

As pesquisas na área de linguística, indicariam que os grupos vinculados ao tronco linguístico Jê Meridionais teriam se originado no planalto central e, há cerca de 3 mil anos, migrado para as terras altas no Sul do Brasil, fixando-se em áreas que atualmente são marcadas pela presença de matas de araucária. O que teria motivado tal dispersão, ainda é desconhecido, apesar de existirem duas hipóteses mais sistematizadas, uma a de Brochado (1989) e Lathrap (1970 *apud* Noelli, 2000, p. 31) que argumentam sobre a existência de um grande aumento demográfico e, outra, de Araújo (2003), que acredita ter ocorrido uma violenta mudança climática, incentivando um processo migratório.

Entre os vestígios marcantes da presença desses grupos na região Sul estão as construções subterrâneas, que podem ser habitações. Elas foram encontradas isoladas ou em agrupamentos, e em alguns casos, interligadas por pequenos corredores subterrâneos. Dentro dessas construções, arqueólogos localizaram fragmentos de vasilhas cerâmicas, instrumentos de pedra e outros artefatos usados em atividades cotidianas, como cozinhar (Prous, 2006, p. 34), o que fortalece a hipótese de se tratarem de habitações.

Além das consideradas casas subterrâneas, foram identificados espaços mais amplos e estratégicos. No topo de elevações, algumas habitações eram cercadas por muros de terra que delimitavam áreas circulares ou quadrangulares, possivelmente utilizadas para reuniões políticas ou cerimoniais. Por outro lado, galerias subterrâneas nas encostas podem ter servido como refúgios em períodos de conflito, especialmente com os Tupiguarani, que ocupavam vales adjacentes.

Figura 12 - Maquete do MAE/USP de Casa Subterrânea



Fonte: fotografia da autora (2024).

As habitações foram construídas em covas escavadas no solo, com o terreno disposto em forma de anel ao redor da estrutura. Um poste central sustentava o teto, e, nas construções mais profundas, rampas ou lajes permitiam o acesso. Próximo ao centro das casas, fogueiras foram instaladas, evidenciando o uso para aquecimento e preparação de alimentos. Em áreas um pouco mais baixas, próximas às barreiras, foram identificados sítios cerâmicos e líticos com características sazonais, com uso temporário. Nessas localidades, há registros de objetos atribuídos aos Tupiguarani, transferindo possíveis contatos

Os estudos topomorfológicos realizados em sítios arqueológicos associados à “tradição Itararé-Taquara” revelaram uma preferência por locais elevados, embora também existissem em fundos de vale. Em áreas de campo aberto, onde as condições climáticas poderiam ser mais rigorosas, especialmente durante o inverno, as aldeias eram estrategicamente posicionadas entre as araucárias (*Araucaria angustifolia*), que ofereciam proteção e recursos.

Devido, especialmente, aos sítios serem a céu aberto e estarem em regiões de sedimento bastante ácido, não foi possível encontrar vestígios alimentares preservados que permitissem investigar mais elementos da dieta dessa população, a fim de produzir hipóteses mais

consistentes sobre se os portadores da “tradição Taquara” eram agricultores ou essencialmente caçadores e coletores.

Além de cerâmicas, entre os vestígios da “radição Itararé-Taquara”, existe a presença de um instrumental lítico característico, composto de lâminas de machados cilíndricos, longas mãos de pilão, quebradores de coquinhos, lascas e núcleos com sinais de uso, que teriam resultado de ações como cortes, raspagem e batidas (Sganzerla; Chmyz, *et al*, 1996, p. 6).

Entre os instrumentos de pedra lascada, observou-se a presença de picões de basalto com ponta triédrica, talhadores, lascas grandes de basalto e riólito, assim como lascas menores de arenito silicificado e calcedônia obtidos por esmagamento sobre bigorna. De pedra polida, localizou-se lâminas de machado que chegam a até 80 cm de comprimento, feitas a partir de colunas prismáticas de basalto. Segundo Prous (2006, p. 35), acredita-se que estas não eram utilizadas normalmente, considerando que os instrumentos de madeira seriam feitos com maior rapidez e se mostrariam tão eficientes e menos frágeis; portanto, tratavam-se de peças denotadoras de algum tipo de prestígio, para além da funcionalidade.

Nas regiões do sudoeste de São Paulo e Paraná, foram encontradas algumas peças polidas de forma cuidadosa que estão associados à “tradição Itararé”, são os chamados virotes. Diferente das casas subterrâneas, os virotes são objetos sem incidência na RMC, por isso, não serão observados com maior cautela, no entanto, dada a sua relevância no entendimento da indústria Itararé-Taquara, recomenda-se a pesquisa “Virotes: espacialização e uso por populações indígenas no Sul do Brasil” (Mota; Carsten, 2013).

A área ocupada pelos grupos Jê no Brasil Meridional, especialmente pelos Kaingang e Xokleng, já é amplamente conhecida e bem documentada. Entretanto, é importante destacar que a “tradição Itararé-Taquara” não deve ser entendida como consequência dessas etnias, mas sim como uma manifestação cultural associada a elas. Essa distinção reforça a necessidade de utilizar abordagens interdisciplinares, envolvendo campos como Linguística, História e Biologia, para aprofundar a compreensão.

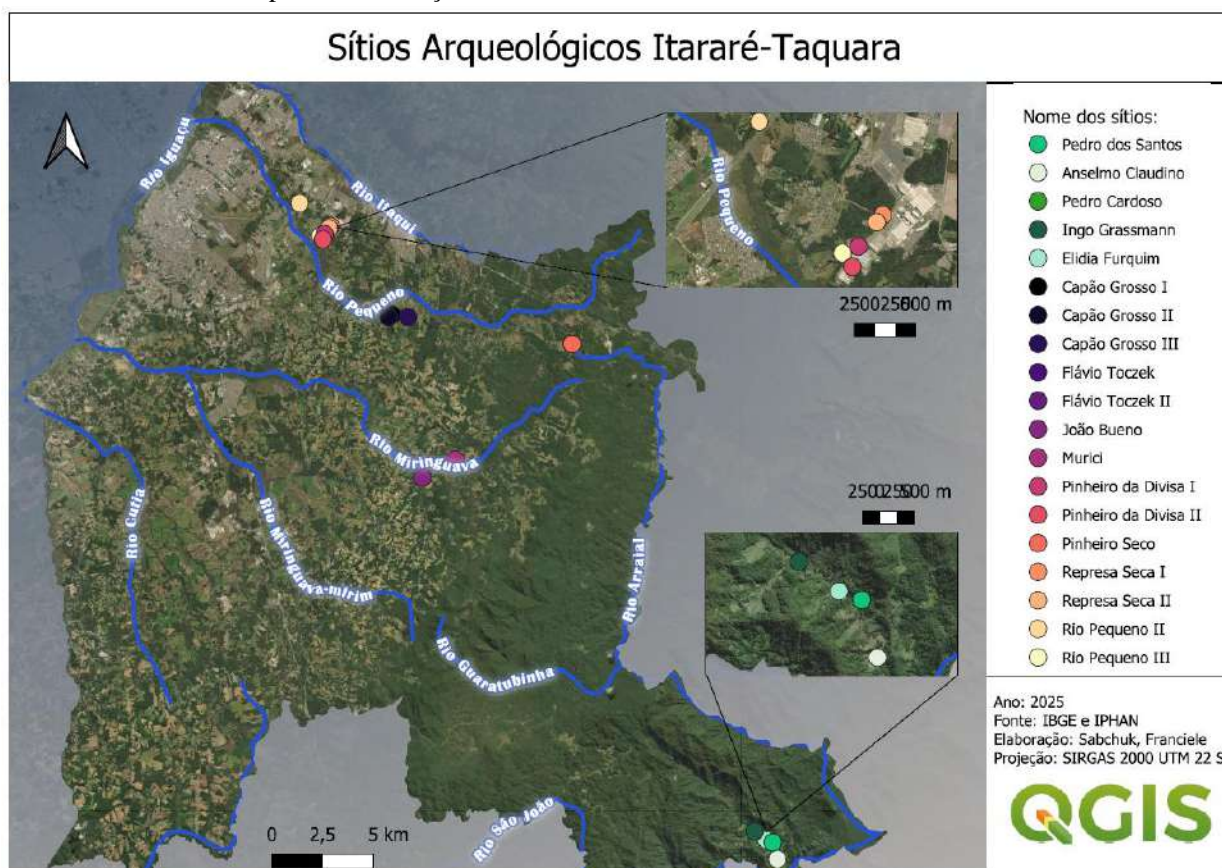
Com base na literatura consultada, é possível afirmar que as evidências arqueológicas coletadas e demonstradas até o momento sugerem um vínculo entre as manifestações culturais dos grupos linguísticos Macro-Jê e a “tradição Itararé-Taquara”. Estudos mais recentes, inclusive, propõem uma articulação entre essa tradição arqueológica e a cerâmica histórica Kaingang, estabelecendo um legado cultural que se estende no tempo e contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais desse grupo.

3.5.2 Os ceramistas Itararé-Taquara em São José dos Pinhais

No Brasil Meridional, especialmente nas regiões do Paraná e Santa Catarina, os vestígios associados aos povos Jê Meridionais remontam a cerca de 2 mil anos atrás. Esses grupos eram ceramistas, organizados em aldeias de maior densidade populacional e que apresentavam um estilo de vida mais sedentário. Além das práticas de caça e coleta herdadas dos grupos anteriores, esses povos incorporaram a agricultura como parte significativa de sua subsistência.

Em São José dos Pinhais, foram localizados até o momento da divulgação da pesquisa 12 sítios arqueológicos que reforçam a presença desses grupos na região. Este número ganha relevância quando apresentado no contexto mais amplo da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde há outras áreas com acervos cerâmicos atribuídos aos povos Jê Meridionais. Tal panorama destaca a importância de São José dos Pinhais como um espaço de continuidade cultural e ocupação por esses grupos ao longo do tempo.

Mapa 7 - Localização dos sítios ceramistas em São José dos Pinhais



Fonte: organizado pela autora com base em dados do IBGE e IPHAN (2025).

De maneira geral, observa-se uma concentração significativa de sítios arqueológicos entre os rios Pequeno e Miringuava, o que está intimamente relacionado ao eixo de urbanização da cidade. Esse fator tem influenciado diretamente a necessidade de pesquisas arqueológicas, já que as obras de infraestrutura e expansão urbana frequentemente motivam investigações de salvamento nesses locais. No entanto, essa distribuição espacial dos sítios não permite concluir que as ocupações pretéritas tenham se restringido ou demonstrado preferência exclusiva por essa faixa do território municipal.

Para comprovar ou refutar tal hipótese, seriam necessárias pesquisas mais amplas, incluindo investigações sistemáticas em outras áreas do município, especialmente dentro de Áreas de Proteção Ambiental (APA). Essas regiões, menos impactadas pela urbanização, podem conter vestígios ainda não identificados, fornecendo dados complementares sobre a dinâmica de ocupação e a relação desses grupos com os recursos hídricos disponíveis.

Entendendo a relevância dos vestígios materiais para o estudo destes povos, que além da cerâmica, possuíam construções subterrâneas características, o conteúdo do documento referente ao Programa de Gestão da Linha de Transmissão Curitiba – Blumenau (Espaço Arqueologia, 2019) gerou curiosidade, dada a presença de informações divergentes das presentes nos demais relatórios.

Isso porque, no documento referente ao Programa de Gestão da Linha de Transmissão Curitiba – Blumenau, tem um quadro dos sítios arqueológicos na região do empreendimento, inclusive os que eram em SJP, sendo que na coluna “tipologia” aparece o sítio São José dos Pinhais 1 e o Pinheiro Seco como “casas subterrâneas. O registro do sítio São José dos Pinhais 1, conforme dados do relatório, teria sido registrado por Farias em 2013, autor que não aparece na bibliografia final. O sítios Pinheiro seco não possui nenhum dado somente as coordenadas, que por sinal são as mesmas do São José dos Pinhais 1 (Espaço Arqueologia, 2019, p. 23)

Figura 13 - Parte do Quadro com os sítios identificados nos municípios abrangidos pela pesquisa da Espaço Arqueologia

8	São José dos Pinhais	São José dos Pinhais 01	Casa Subterrânea	Farias, 2013	22 J 700701/7169042
9	São José dos Pinhais	São José dos Pinhais 02	Histórico Estrada dos Jesuítas	-	22 J 701371/7167733
10	São José dos Pinhais	Pinheiro Seco	Casa Subterrânea	-	22 J 700701/7169042

Fonte: Espaço Arqueologia (2019, p. 23).

Esse cenário apresenta inconsistências significativas. Além da ausência de referência ao autor no relatório, a duplicidade de coordenadas e a falta de informações fornecidas sobre as escavações ou análises realizadas dificultaram a validação da classificação atribuída a esses sítios. Apesar de esforços para estabelecer contato com o arqueólogo responsável pelo relatório, não foi possível obter esclarecimento.

Diante dessas limitações, não foi possível rastrear a origem da informação ou identificar a pesquisa arqueológica que fundamentou a hipótese de que esses sítios seriam abrigos estruturais associados aos povos Jê. Assim, com base nos dados disponíveis, não há evidências concretas que confirmem a existência de sítios classificados como “casas subterrâneas” dos povos Jê em São José dos Pinhais. No entanto, o contexto arqueológico e ambiental da região permite considerar a possibilidade de que esse tipo de moradia tenha existido. Esse caso evidencia a necessidade de maior precisão e transparência nos registros arqueológicos, garantindo a clareza das referências e metodologias empregadas. Dessa forma, as informações podem ser verificadas, acessadas e utilizadas por pesquisadores futuros, contribuindo para um conhecimento mais consistente e fundamentado sobre a ocupação indígena na região.

A ausência de evidências concretas sobre a existência de moradias dos povos Jê na região não diminui a relevância dos demais indícios de sua presença. No entanto, esse tipo de vestígio material seria uma fonte valiosa para compreender aspectos do seu modo de vida cotidiano, proporcionando uma visão mais detalhada e aprofundada sobre as dinâmicas de ocupação e organização desses grupos no território. A identificação de estruturas, que poderiam ser habitacionais, permitiria não apenas confirmar sua permanência na região, mas também contribuiria significativamente para o entendimento de suas práticas culturais, relações com o ambiente e estratégias de adaptação ao longo do tempo.

Além disso, a análise dessas estruturas poderia contribuir para a compreensão mais precisa da classificação do espaço, questionando se se tratavam, de fato, de moradias ou se poderiam ter desempenhado outras funções, como armazéns ou até mesmo fortificações para proteção contra inimigos. A investigação aprofundada dessas construções ainda é uma questão de grande interesse para os arqueólogos, uma vez que há divergências sobre suas funções e significado dentro da organização social dos povos Jê. Estudos futuros poderão esclarecer melhor essas interpretações, ampliando o conhecimento sobre as dinâmicas culturais e estratégicas desses grupos no território.

3.5.2.1 Sítios Pedro dos Santos, Ingo Grassmann, Pedro Cardoso e Elidia Furquim

Estes quatro sítios estão entre os sítios ceramistas, que não constam nas bases oficiais do IPHAN e são de grande relevância no que tange ao objeto desta pesquisa. Tratam-se de sítios com vestígios de cerâmica Itararé-Taquara, resgatados em 1996, em dos estudos de impacto ambiental executados em função da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Guaratuba, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, na região da Serra do Mar (Parellada, 2006).

A fonte utilizada para entender o contexto de prospecção e salvamento dos sítios PCH Guaratuba é secundária, ou seja, não se trata do relatório do empreendimento, pois infelizmente não foi possível acessá-lo. As informações utilizadas neste item, foram encontradas na tese de doutoramento da Claudia Parellada (2006), a mesma profissional, que na época foi responsável pela pesquisa na Central Hidroelétrica de Guaratuba, portanto, são bastante precisas e alinhadas ao relatório original.

Em sua tese, defendida em 2005, Parellada desenvolveu um estudo arqueológico bastante aprofundado de um determinado trecho da área impactada pela instalação de um Gasoduto que passava pelo Paraná e, ao fazer tais levantamentos a autora apresentou dados a respeito de sítios arqueológicos na área de influência direta ou indireta do empreendimento. Em seu levantamento, trouxe dados a respeito de sítios que foram localizados por ela mesma anteriormente, como mencionado em 1996, em uma região do município, chamada de Colônia Castelhanos, como é possível observar na Figura 14:

Figura 14 - Sítios arqueológicos na região Castelhano em SJP

Sítio Arqueológico	Município Paraná	Rio Próximo (margem d/e)	Coordenadas em UTM	Alt. (m)	Tradição
Ingo Grassmann	São José dos Pinhais	Castelhanos, m. direita	H- 7.144.975 V- 709.725	270	Itararé-Taquara
Elídia Furquim	São José dos Pinhais	Castelhanos, m. direita	H- 7.144.550 V- 710.300	280	Itararé-Taquara
Pedro Cardoso	São José dos Pinhais	Castelhanos, m. direita	H- 7.144.425 V- 710.625	250	Itararé-Taquara
Anselmo Claudino	São José dos Pinhais	Castelhanos, m. direita	H- 7.143.600 V- 710.850	285	Itararé-Taquara e Neobrasileira
Pedro dos Santos	São José dos Pinhais	Castelhanos, m. direita	H- 7.145.200 V- 712.000	240	Itararé-Taquara
Ribeirão Potreiro (Zé Mafra)	Guaratuba	Ribeirão Potreiro, m. esquerda	H- 7.142.475 V- 711.550	250	Itararé-Taquara, Tupi-guarani e neo-brasileiro
Sambaqui histórico Cubatão	Guaratuba	Cubatão, m. direita	H- 7.142.500 V- 720.000	10	Neobrasileira
Igreja Salto do Cubatão	Guaratuba	Cubatão, m. direita	H- 7.142.125 V- 721.150	4	Sambaquis (?)

Sítio Arqueológico	Toponímia	Dimensões (metros)	Nível arqueológico (profundidade, matriz)	Nº fragmentos cerâmicos, tradição	Materiais líticos
Ingo Grassmann	Planície aluvial	100 x 100	0 a 10cm – sedimentos arenosos marrons claros	32, Itararé-Taquara	8
Elídia Furquim	Meia encosta	80 x 100	0 a 20cm – sedimentos arenosos marrons escuros	43, Itararé-Taquara	-
Pedro Cardoso	Planície aluvial	120 x 120	0 a 15cm – sedimentos areno-argilosos marrons claros a escuros	38, Itararé-Taquara	1 mão de pilão
Anselmo Claudino	Meia encosta	100 x 150	0 a 30cm – sedimentos arenosos marrons escuros a negros	19 Itararé-Taquara, 4 Neobrasileiroa	3
Pedro dos Santos	Planície aluvial	120 x 150	0 a 15cm – sedimentos arenosos marrons escuros a negros	45, Itararé-Taquara	7
Ribeirão Potreiro (Zé Mafra)	Planície aluvial	150 x 150	0 a 30cm - sedimentos arenosos marrons escuros a negros	112 Itararé-Taquara, 18 Neobrasil.	15

Fonte: Parellada (2006, p. 45-46).

Tratam-se de cinco sítios arqueológicos da “tradição Itararé-Taquara”, assim como os demais localizados no território municipal, no entanto, em contexto geográfico bem diferentes, pois a Colônia fica em uma região de Serra do Mar (Litoral), não mais no Planalto Curitibano. Os sítios foram nomeados considerando o nome dos proprietários e moradores das áreas escavadas: Ingo Grassmann, Elídia Furquim, Pedro Cardoso, Anselmo Claudino, Pedro dos Santos. Na época da pesquisa, Claudia Parellada seguiu todas as orientações legais para o cadastramento dos sítios pelo IPHAN/PR, no entanto, por alguma razão que não temos detalhamento, as informações não estão disponíveis no sistema do órgão e, sendo possível acessar tais informações somente por meio da tese da Parellada.

A cerâmica resgatada é manufaturada acordelada, teve queima com oxidação incompleta, dando a ela uma tonalidade escura raramente ocre. Os antiplásticos em maior proporção são de grãos de quartzo, alino e leitooso, ocorrendo em menor frequência feldspatos, mica, cerâmica moída, carvão e hematita. A cor da superfície varia de um marrom claro ao negro, aparecendo com pouca frequência tons ocre a laranja, enquanto o tratamento da superfície, que foi identificado, foi caracterizado com um engobo vermelho e negro, sendo que alguns fragmentos apresentam aderidas na face interna crostas de restos alimentares (Parellada, 2006, p. 47).

Também foram coletados relatos, de achados de fragmentos cerâmicos simples de espessura fina em alguns dos sítios pesquisados na época, e, em outros, que ficam na margem direita do Rio Arraial. Alguns deste sítios estavam assentados em planícies aluviais próximos a margens de rios, outros em meia encosta, em vertentes da Serra do Mar. Além disso, em fotografias aéreas da região investigada, foram observadas estruturas ovaladas e elipsoidais relacionadas às paredes de habitações de antigas aldeias (Parellada, 2006, p. 48).

3.5.2.2 O sítio Rio Pequeno II

Os vestígios encontrados no sítio Rio Pequeno II, durante as pesquisas realizadas na área do Contorno Leste de Curitiba, reforçam a presença de legislação vinculada à “tradição Itararé-Taquara” na Região Metropolitana de Curitiba. Localizado a 335 metros da margem direita do rio Pequeno e elevado cerca de 31 metros acima do nível do rio, o local apresentou evidências de ocupação humana apesar de significativa alteração no terreno, resultado de atividades modernas como o arado para plantio e a presença de estruturas como um paiol de milho e uma tapera onde ele havia vivido com sua família por algum tempo (Sganzerla; Chmyz *et al*, 1996, p. 26).

Os fragmentos cerâmicos encontrados no sítio permitiram a privacidade de oito formatos de vasilhas, com bases diversas: convexas, cônicas e, em um caso, planas. Uma análise da argila utilizada na fabricação revelou a presença de elementos como quartzo hialino e hematita, além de argila arenosa. A superfície das cerâmicas era predominantemente lisa ao toque, com coloração variando entre cinza escuro e tom marrom.

A pasta³³ utilizada para a manufatura de algumas peças era constituída de uma argila arenosa, com fragmentos de quartzo hialino e leitos, e algumas poucas hematitas. Em geral, não apresentavam bolhas de ar; quando ocorriam, eram pequenas, e em relação à cor, apresentavam uma coloração cinza escuro com as paredes laterais marrons. Quanto à superfície, predominavam os fragmentos com ambas as faces marrons-claras; algumas amostras possuíam as faces cinza escuro, e poucas apresentavam marrons claros na face externa e cinza escuro na parte interna. Em geral, as peças estavam bem conservadas e lisas ao toque, com poucas em processo de degradação. Além disso, foram encontrados vestígios líticos no sítio, como uma faca, um raspador de extremidade e uma micro lasca utilizada como raspador lateral.

Considerando as dimensões da área, o sítio Rio Pequeno I pode ser considerado um sítio de habitação. Porém, na RMC, também havia ocupações menores um pouco afastadas das habitações, os chamados sítios acampamentos, provavelmente utilizados para práticas agrícolas e uma exploração mais eficiente dos recursos naturais. A localização de ocorrências líticas isoladas fortaleceria essa hipótese, uma vez que evidenciariam que se tratavam de paradas curtas, ligadas às atividades de caça, coleta e obtenção de matéria-prima.

Conforme informações do Projeto, não foram coletados materiais orgânicos que permitissem a datação dos materiais. Na época, as únicas informações de datação disponíveis eram de um sítio na região de Curitiba, onde foram obtidas datações relativas à ocupação ceramista de 1492 ± 50 d.C. Estas datações são menos recuadas que algumas coletadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por exemplo, sugerindo que os deslocamentos desses grupos podem ter ocorrido do sul em direção ao norte, ou em retornos. Tal datação indicaria que a presença desses grupos ceramistas na RMC seria um pouco anterior à chegada dos europeus.

3.5.2.3 Os sítios Represa Seca II, Capão, Pinheiro da Divisa I e II

Na área em que a Renault foi construída, foram encontrados vestígios cerâmicos Itararé-Taquara em alguns pontos. Começando pelo sítio Represa Seca II, localizado a 850 metros da margem direita do Rio Pequeno, numa leve elevação entre dois córregos, a 12 metros acima do nível das águas do maior. O material arqueológico estava na superfície, formando três concentrações de materiais cerâmicos. Bem próximo, havia outro sítio arqueológico, o Represa Seca I, composto de cerâmica Neobrasileira.

³³ Mistura de barro e antiplástico ou tempero, usada na fabricação da cerâmica. O tempero é a matéria colocada na pasta para conseguir as condições técnicas desejadas para a adequada secagem e queima, podem ser cacos triturados, areia, quartzo, conchas e ossos moídos e etc. (Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR, 1976).

O sítio Capão estava a 1240 metros da margem direita do Rio Pequeno e a 200 metros da margem de um córrego. Estava em uma suave elevação, a cerca de 12 metros acima do nível das águas. O terreno tinha uma parte em declive, que estava intacta e recoberta de capoeira, além de troncos de árvores já em decomposição. Havia um pequeno capão e uma reserva de mata conservada, que originou o seu nome.

Devido a uma interferência acidental das máquinas de terraplanagem, as estruturas não puderam ser definidas de forma adequada. Mesmo assim, em determinados trechos do sítio, pôde-se executar uma escavação onde identificou-se o espaço de um fogão e uma pequena concentração de fragmentos cerâmicos e líticos. Em outras áreas do sítio, foram localizadas mais estruturas de fogão, cerâmicas e materiais líticos.

O Pinheiro da Divisa trata-se de um sítio localizado a 485 metros da margem direita do rio Pequeno e a 185 metros da margem de um córrego, próximo de várias nascentes, numa parte plana de uma colina alongada, a 33 metros acima do nível das águas do córrego. A área era utilizada para pastagem e já foi usada para o plantio de milho, feijão e batata. Em um determinado ponto, havia uma concentração de material arqueológico, composto de um fogão de blocos de quartzo e fragmentos de carvão. Em outro ponto do sítio, havia indícios cerâmicos relacionados à “tradição Itararé-Taquara”.

O sítio Pinheiro da Divisa II estava a 235 metros da margem direita do rio Pequeno, ladeado por córregos e nascentes, em um terreno plano, a 22 metros acima do nível de um dos córregos, a 230 metros do sítio Umbu Arroio do André. A área estava quase integralmente coberta de pastagens e era utilizada há algum tempo para fins agrícolas, com o uso de equipamentos manuais e mecânicos. Na área, havia indícios de ocupação pretérita, contendo uma estrutura de fogão, muito carvão, alguns fragmentos cerâmicos (Itararé-Taquara e Neobrasileira) e indícios líticos.

Figura 15 - Bens arqueológicos líticos e cerâmicos da tradição Itararé-Taquara



Fonte: Chmyz (1997, p. 32).

O material destruído da “tradição Itararé-Taquara” coletado na área da Renault era majoritariamente composto por fragmentos de cerâmica simples, com pequenas dimensões, característicos do uso cotidiano desses grupos ceramistas. Os artigos líticos incluíam lâminas de machado e mãos de pilão polidas, além de lascas que serviam a diversas funções práticas, como cortar, raspar, furar, moer e percutir. A presença e a variedade desses vestígios evidenciam a adaptação e a complexidade das atividades.

A distribuição e dimensão dos sítios pelo espaço podem indicar que haviam tanto sítios habitação, como os de acampamentos, pois a tradição destes grupos é semelhante aos da “tradição Umu”, compreendendo um sítio principal e outros menores, resultantes de suas sazonalidades (Chmyz, 1997, p. 32). Apesar das limitações impostas, pois as escavações arqueológicas ocorreram simultaneamente às obras para construção da empresa Renault, muitos sítios arqueológicos foram escavados e muito material foi resgatado na época. Se fosse possível desenvolver um trabalho com mais calma, hoje poderíamos ter um conhecimento mais substancial sobre a ocupação humana, a partir do resgate de vestígios materiais arqueológicos na região.

Ainda assim, a coleção resgatada representa um rico acervo para futuras investigações. Com o avanço de métodos e técnicas mais modernas de análise arqueológica, há a oportunidade de revisitar esses vestígios para obter informações mais desenvolvidas e refinadas sobre as práticas, hábitos e organização social dos grupos da “tradição Itararé-Taquara”. Tal esforço é essencial para ampliar a compreensão desse período na região, que permanece relativamente pouco investigado e conhecido.

3.5.3.3.O sítio João Bueno

Durante as pesquisas arqueológicas realizadas na região da construção da barragem do Rio Miringuava, foram encontrados vestígios cerâmicos da “tradição Itararé-Taquara” no sítio nomeado João Bueno. A descoberta foi iniciada por fragmentos de cerâmica observados na superfície do solo, onde um morador local cultivava couve-flor, levando os pesquisadores a investigarem o local.

Segundo um dos relatórios do empreendimento, a área já havia sido objeto de pesquisa cerca de cinco ou seis anos antes: “Claudia Parellada esteve no local, quando dos trabalhos para o EIA Rima do empreendimento. O material arqueológico desse local foi cadastrado como sítio Toczek, pois estava na propriedade do Senhor Flávio, fora da área do futuro canteiro de obras” (Sociedade da Água, 2014, p. 52).

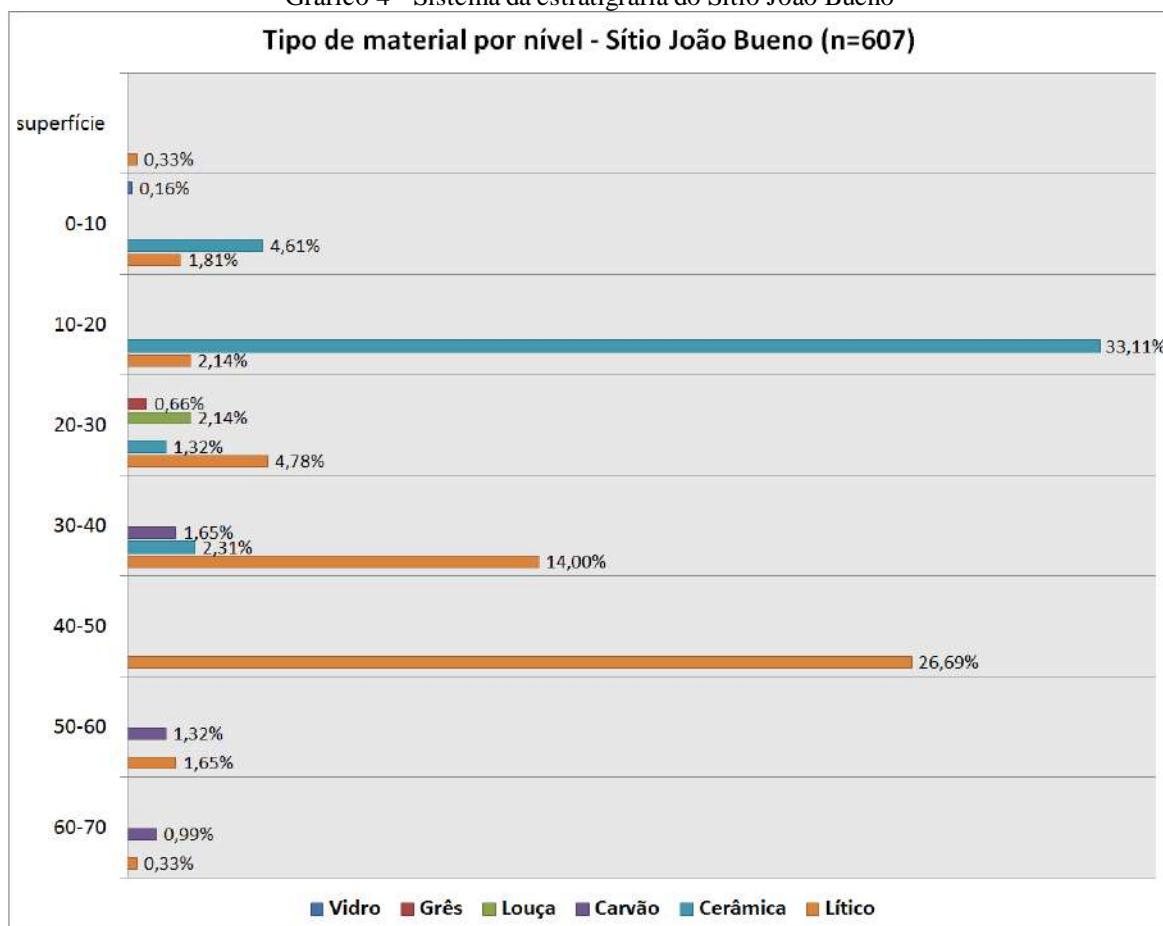
De fato, no relatório das atividades de pesquisa arqueológica desenvolvidas para a construção de uma barragem em Piraquara, que faz limite com SJP, consta uma tabela intitulada “Sítios Arqueológicos Anteriormente Cadastrados em áreas Vizinhas a Barragem Piraquara II em Diferentes Projetos”, aparecem listados os sítios arqueológicos Flávio Toczek I e II, cujos vestígios pertenceriam a “tradição Itararé-Taquara”. A pesquisa foi coordenada pela arqueóloga do Museu Paranaense Cláudia Parellada.

Conforme as coordenadas geográficas do ponto central dos sítios Toczek, a localização deles fica em Piraquara, nas proximidades da barragem Piraquara II, a uma distância considerável de onde estava sendo construída a barragem do Miringuava, portanto, existiria uma divergência entre a memória do morador e o registro efetuado em relação a localização do sítio.

O sítio João Bueno foi identificado em um topo plano e alongado, a 200 metros da margem esquerda do rio Miringuava, em uma propriedade cujo proprietário deu nome ao sítio. Durante as sondagens iniciais, foram encontrados fragmentos de cerâmica e uma lasca, levando à abertura de 21 quadras investigativas. Dessas, 19 apresentaram resultados positivos, com a coleta de 261 fragmentos cerâmicos, uma estrutura circular com carvão rarefeito e 293 peças líticas.

O curioso deste sítio está vinculado a sua ocupação em diferentes tempos por diferentes grupos, conforme pode-se observar no Gráfico 4, que consta no relatório:

Gráfico 4 - Sistema da estratigrafia do Sítio João Bueno



Fonte: Sociedade da Água - Serviços Ambientais e Engenharia LTDA (2016).

A análise dos materiais cerâmicos buscou identificar características culturais e temporais da produção. No entanto, o avançado estado de fragmentação dificultou o trabalho. Ainda assim, foi possível observar decorações como brunidura interna e externa, alisamento interno e externo, e combinações com engobo — uma camada de barro aplicada antes da queima para acabamento, com ou sem pigmentos minerais. A técnica predominante de produção foi o roletado, utilizando anteplástico de mineral fino, e as medidas indicaram que se tratavam de vasilhames pequenos, compatíveis com os padrões da “tradição Itararé-Taquara”.

A técnica utilizada para a produção em geral foi o roletado, que consiste em fazer um tipo de rolete para modelar a peça, havia o predomínio no uso de anteplástico de mineral fino, seguido de grosso na produção. Quando alguns fragmentos foram medidos com o uso do ábaco, constatando-se que se tratavam de vasilhames pequenos, fortalecendo a ideia de que os vestígios pertenciam a “tradição Itararé-Taquara”.

Os sedimentos da estrutura de combustão foram associados às atividades cotidianas de aquecimento e alimentação, a datação deste material poderia revelar com mais exatidão a datação do sítio e assim ampliar as informações disponíveis sobre a ocupação humana da região.

Após a conclusão das escavações, o sítio passou a ser monitorado com visitas periódicas do arqueólogo Júlio C. T. Thomaz, que, em 2023, encaminhou um ofício ao IPHAN/PR destacando a necessidade de medidas complementares para garantir a preservação do sítio João Bueno após o término do contrato de monitoramento. A continuidade desses esforços será fundamental para preservar e ampliar o conhecimento sobre esse importante vestígio da ocupação humana em São José dos Pinhais.

3.5.3 Ceramistas da Tradição Tupiguarani

Os vestígios da “tradição Tupiguarani” na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) indicam a presença de um grupo ceramista que ocupou territórios amplos, apesar de, até o momento, não terem sido identificados sítios específicos em São José dos Pinhais. A ausência de vestígios no município não implica necessariamente a ausência desses grupos no passado, mas sugere a necessidade de novas investigações arqueológicas que possam ampliar nosso entendimento sobre sua presença e distribuição.

Os Tupiguarani destacam-se pela produção de cerâmicas com características distintas, em especial, peças policromas, evidenciando uma técnica de confecção avançada que contrasta com as cerâmicas Itararé-Taquara. A produção desses artefatos revela aspectos culturais e tecnológicos próprios, resultantes de sua adaptação ao ambiente e de seus padrões de organização social. Por se tratar de um período em que já havia contato com os europeus, os estudos arqueológicos podem ser complementados por relatos históricos de colonizadores e missionários, que frequentemente mencionam interações com esses grupos.

O termo utilizado pelos arqueólogos, para denominar a tradição cerâmica “Tupiguarani”, pode confundir-se com a nomenclatura utilizada para as famílias linguísticas, que fazem parte de um mesmo tronco linguístico chamado “tupi-guarani”. De acordo com pesquisadores como Prous (2006, p. 73), as línguas tupi, encontradas mais ao norte de São Paulo e as guarani, ao sul do Paranapanema, são muito próximas entre si, por isso são chamadas de *Guarani* as populações meridionais e *Tupi*, as do norte paulista, porém, vale salientar que estes grupos utilizam outras nomenclaturas para nomear a si mesmos.

A “tradição Tupiguarani” se estendeu desde a foz do Rio da Prata até o Nordeste brasileiro, com vestígios encontrados também na Amazônia e ao longo da costa atlântica, do Rio Grande do Sul ao Maranhão. Esses grupos tinham preferência por áreas com florestas tropicais e subtropicais, onde a densidade populacional era maior em regiões de Mata Atlântica e bacias fluviais. Sua ocupação estratégica em terraços fluviais indica uma adaptação ao

ambiente que favorecia a agricultura coivara e a pesca, atividades sustentadas pela proximidade com rios, que eram frequentemente utilizados como rotas de deslocamento por meio de canoas.

Datações arqueológicas sugerem que os grupos Tupiguarani começaram a ocupar o território há pelo menos 2 mil anos AP, mantendo sua presença até a chegada dos europeus, período amplamente registrado em documentos coloniais. Esses registros também mostram que caminhos traçados pelos Tupiguarani serviram posteriormente como rotas utilizadas pelos portugueses para conectar o litoral ao planalto. A expansão dos Tupiguarani, descrita por Prous (2006) como uma teia em vez de um território contínuo, evidencia sua mobilidade e organização social, com divisões de grupos locais que mantinham ocupações próximas enquanto expandiam seus domínios.

As aldeias Tupiguarani eram organizadas em guaras, ou territórios articulados por confederações sob a liderança de chefes de guerra. As comunidades podiam ser compostas por centenas ou milhares de habitantes, dependendo do contexto. As habitações eram coletivas, com algumas aldeias apresentando grandes estruturas residenciais, como as localizadas no Paraná e São Paulo, enquanto em outras regiões os vestígios de habitações eram menores. Essa variação reflete a diversidade de estratégias de ocupação e organização social dos Tupiguarani.

A interação desses grupos com o ambiente deixou marcas significativas na biodiversidade do sul do Brasil, já que eles traziam consigo espécies vegetais úteis para sua sobrevivência e promoviam um manejo agroflorestal cuidadoso. Apesar de a presença desses grupos em São José dos Pinhais ainda não ter sido confirmada por vestígios arqueológicos, sua proximidade com outros sítios da “tradição Tupiguarani” na RMC sugere que prospecções futuras podem revelar mais informações sobre sua ocupação e influência na região.

A fabricação da cerâmica era uma tarefa feminina, em geral, cada família nuclear tinha alguns recipientes:

As poucas análises sistemáticas de habitações já realizadas sugerem que, num mesmo momento, cada família nuclear devia dispor de uma bateria bastante reduzida de recipientes: grandes vasilhas (chamadas cambuchi pelos Guarani históricos e igaçaba pelos Tupi) medindo até quase 1m de diâmetro para guardar água, cauim – a bebida feita pelas mulheres com mandioca ou milho mastigado – e eram eventualmente reutilizadas para o sepultamento definitivo dos adultos; panelas de tamanho médio (chamadas yapepó em língua guarani) para cozinhar; pequenos recipientes abertos (tigelas medindo entre 20 e 30cm de diâmetro) para apresentar a comida e a bebida (Prous, 2006, p. 76).

A cerâmica produzida pelos povos da “tradição Tupiguarani” apresentava características regionais que refletiam variações culturais e adaptações às condições locais. Ao sul do rio Paranapanema, eram comuns caçarolas mais cônicas e vasilhas em miniatura, que possivelmente serviam como brinquedos para crianças. Ao norte do rio, predominavam vasilhas

abertas de formatos retangulares, ovais ou circulares, enquanto no nordeste as igaçabas – grandes urnas funerárias – eram mais frequentes. Essas diferenças regionais eram acompanhadas por variações na massa de argila utilizada, bem como no estilo e complexidade das decorações.

As oleiras dos grupos ao norte tendiam a priorizar decorações pintadas, conferindo sofisticação estética às peças, ainda que o volume e a perfeição formal fossem menos enfatizados. Por outro lado, as ceramistas do sul preferiam peças maiores e mais complexas, investindo na qualidade das decorações e na seleção de argilas frescas, garantindo um acabamento mais robusto e funcional às vasilhas.

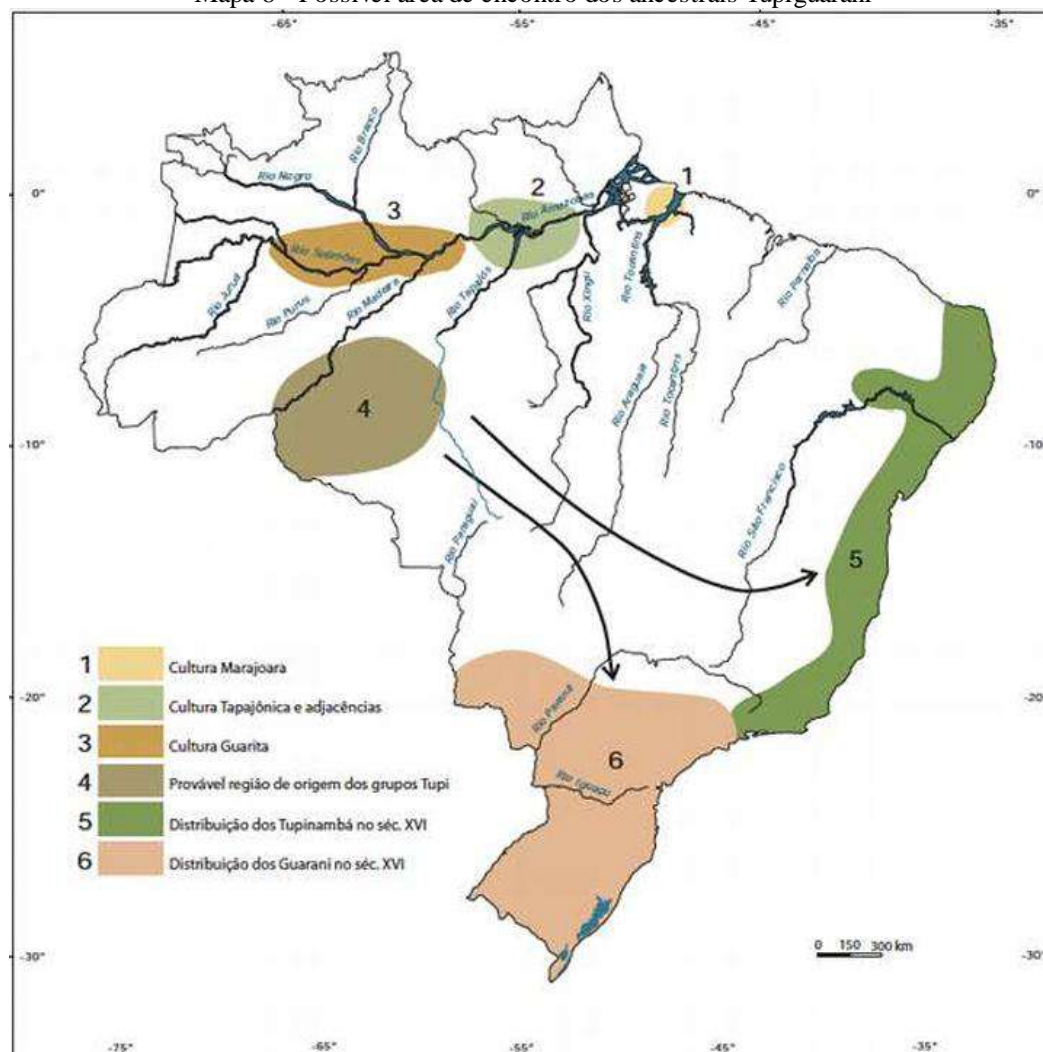
A indústria lítica associada aos Tupiguarani era relativamente simples, em comparação com outros grupos. Entre os bens arqueológicos encontrados, destacam-se lâminas de machado e cinzéis polidos. No extremo sul, foram identificadas lâminas troncônicas com sulcos para amarração ou encaixe de cabos, demonstrando a funcionalidade aprimorada desses objetos. Alguns pesquisadores levantaram a hipótese de que os vestígios atribuídos à chamada “tradição Humaitá” poderiam, na verdade, ter sido produzidos pelos Tupi Guarani, dada a sobreposição de evidências em certas áreas.

A origem dos Tupiguarani permanece um tema de debate entre os pesquisadores, com hipóteses variadas que buscam explicar sua dispersão e desenvolvimento cultural. Uma corrente sugere uma origem platina, baseada na densidade populacional em certas áreas e na utilização da técnica corrugada para decorar cerâmicas. Outra hipótese propõe uma origem amazônica, associada aos aspectos culturais e materiais compartilhados entre os falantes das línguas tupi e guarani, como a agricultura de coivara, o consumo de mandioca amarga, a pintura policroma em cerâmicas e a preferência por habitats florestais.

De acordo com essa última teoria, os ancestrais dos Tupiguarani teriam migrado da Amazônia há milênios, antes mesmo do desenvolvimento da cerâmica. Esse movimento inicial teria seguido em direção ao oeste, pelo rio Madeira, alcançando a bacia do Paraná e posteriormente o Rio Grande do Sul. De lá, teriam migrado para o leste e o norte pelo litoral, ocupando o território paranaense e dando origem aos antepassados dos Guarani.

Um segundo movimento migratório, pelo leste, teria avançado em direção ao sul pelo litoral, até São Paulo, formando os ancestrais dos Tupi. Esses dois grupos teriam se encontrado nas proximidades do rio Paranapanema, região que atualmente delimita parte da fronteira entre o Paraná e São Paulo. Essa interação, segundo a hipótese, pode ter sido marcada por conflitos, evidenciando um complexo processo de ocupação e interação cultural entre os povos ancestrais que moldaram a diversidade cultural do Brasil Meridional.

Mapa 8 - Possível área de encontro dos ancestrais Tupiguarani



Fonte: Machado e Ferreira (2016, p. 9).

A análise de vestígios arqueológicos, como cerâmicas e pinturas, demonstra que muitos dos povos indígenas, incluindo os Tupiguarani, tendiam a permanecer em territórios considerados tradicionais. Contudo, há relatos históricos, como os de sacerdotes Caraíba, que incentivavam migrações coletivas em busca da chamada “terra sem mal”. Embora tais movimentos sejam mais conhecidos em tempos históricos, não se pode descartar a possibilidade de que tenham ocorrido em períodos mais remotos.

Não é claro como as populações que migraram da Amazônia há milhares de anos, quando a cerâmica policroma ainda não existia, poderiam ter desenvolvido uma tradição de pintura. No entanto, é possível que já praticassem pintura em outros suportes, como placas de pedra descobertas recentemente no litoral da Bahia ou recipientes vegetais, como cuias (Prous, 2006, p. 81).

Apesar das lacunas na compreensão de suas origens, é evidente que os diferentes grupos Tupiguarani mantinham conexões culturais. Caso contrário, as diferenças regionais entre os grupos, desde os rios da Prata até o Maranhão, seriam muito mais acentuadas do que as evidências arqueológicas e os estudos Etno-históricos indicam.

No caso das pesquisas realizadas no Paraná, estima-se que, por volta de dois mil anos atrás, povos falantes da língua Tupi-Guarani começaram a expandir sistematicamente seus territórios, avançando ao longo dos rios Paraguai e Paraná. Em seguida, essa ocupação se estendeu para os vales dos afluentes desses rios, abrangendo uma vasta área que se estendia desde o Rio Tietê, ao norte, até o Rio Uruguai, ao sul (MOTA; MACELLA; GARCIA, 2024, p. 9).

Nesse contexto, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), incluindo São José dos Pinhais, apresentam como um território promissor para a descoberta de novos sítios arqueológicos associados aos Tupiguarani. A localização estratégica da região, com fácil acesso a importantes rios e em uma área de transição ecológica entre a Mata Atlântica e os campos, oferece condições ambientais ideais que poderiam ter atraído esses grupos no passado.

Além disso, a proximidade com locais historicamente relevantes, como Paranaguá e a Baía de Guaratuba, sugere que os Tupiguarani poderiam ter participado de uma ampla rede de interação entre comunidades indígenas e, posteriormente, com populações não indígenas. Essas conexões, muitas vezes refletidas em trocas de tecnologias, bens ou ideias, ajudam a compor um panorama mais completo da ocupação indígena no sul do Brasil.

Em última análise, o estudo desses sítios arqueológicos em São José dos Pinhais não apenas enriquecerá nosso entendimento da presença dos Tupiguarani na região, mas também contribuirá para uma compreensão mais abrangente da história indígena e da diversidade cultural do Brasil. Essas descobertas são cruciais não apenas para a preservação do patrimônio cultural, mas também para promover o respeito e a valorização das comunidades indígenas e de sua contribuição para a história e identidade nacional.

3.5.4 Conclusões sobre os sítios ceramistas em São José dos Pinhais

Ao analisar os poucos sítios ceramistas escavados em São José dos Pinhais, foi possível fortalecer algumas das hipóteses sobre a ocupação do Brasil Meridional. Apesar de sua quantidade limitada e das lacunas presentes, esses sítios convergem, em geral, com as pesquisas sobre os movimentos migratórios dos povos ceramistas.

Os povos do tronco linguístico Jê são considerados os mais antigos, com migrações que teriam se iniciado nas regiões centrais da América do Sul há mais de três mil anos,

direcionando-se gradualmente para o sul. No Paraná, as rotas de entrada desses povos se deram pelos rios Paraná, Ivaí e Iguaçu, expandindo-se posteriormente para os Campos Gerais, o Primeiro Planalto e a Serra do Mar. No entanto, na área de São José dos Pinhais, a ocupação por esses grupos ocorreu em um momento mais recente, devido às características ambientais e à dinâmica migratória.

A predileção pelos planaltos cobertos por campos associados à floresta subtropical com araucárias é um fator determinante no padrão de ocupação dos povos Itararé-Taquara. As araucárias, juntamente com espécies frutíferas como araçá, pitanga e butiá, desempenhavam um papel central na subsistência desses grupos, que adotaram práticas de manejo florestal e dispersão planejada de sementes. Esse manejo não apenas sustentava a alimentação das aldeias, mas também promovia uma relação de longo prazo com o meio ambiente, demonstrando um alto grau de adaptabilidade.

Os sítios arqueológicos Itararé-Taquara encontrados em São José dos Pinhais apresentam cerâmica fina e lisa, com engobo em tons de preto ou vermelho, além de uma indústria lítica composta por ferramentas diversas, como lâminas de machado polidas, mãos de pilão e raspadores. A ausência de abrigos em cavernas, pinturas rupestres ou sepultamentos em São José dos Pinhais diferencia esses sítios daqueles localizados em outras áreas do Brasil Meridional. As referências a habitações subterrâneas, embora registradas em um relatório da Linha de Transmissão Blumenau-Curitiba Leste, carecem de confirmação documental sólida, o que ressalta a necessidade de revisitar coleções e dados arquivados para melhor análise.

Por volta de dois mil anos atrás, a região começou a ser ocupada por povos da “tradição Tupiguarani”, cuja chegada provavelmente ocorreu em um período próximo à colonização portuguesa. Embora ainda não tenham sido registrados sítios com vestígios materiais Tupiguarani em São José dos Pinhais, a presença dessa tradição na Região Metropolitana de Curitiba é bem documentada, como exemplificado pelos vestígios do sítio Pilão de Pedra, localizado em Morretes.

Os povos Tupiguarani apresentavam padrões culturais e tecnológicos distintos, com cerâmica policroma e habitações coletivas que muitas vezes funcionavam como fortificações. A alimentação era baseada em cultivos agrícolas, como mandioca, milho e feijão, além de frutas como abacaxi e pimenta. A indústria lítica desses grupos era composta por ferramentas como lâminas de machado polidas e adornos labiais em forma de "T", evidenciando uma tecnologia prática e funcional.

Há cerca de dois mil anos, a região passou a ser ocupada por povos da “tradição Tupiguarani”, que provavelmente coexistiram com os grupos da “tradição Itararé-Taquara”. A

chegada desse novo grupo ocorreu em um período já próximo da colonização portuguesa. No entanto, até o momento, não há registros de sítios arqueológicos cadastrados com cerâmica Tupiguarani em São José dos Pinhais, apenas da “tradição Neobrasileira”, caracterizada por influências culturais indígenas e europeias (em alguns casos também africanas).

No relatório da Renault, por exemplo, há uma fotografia anexada que exhibe um fragmento cerâmico com características da “tradição Tupiguarani”. A legenda identifica que o objeto como pertencente à “tradição Neobrasileira”, o fragmento foi encontrado em um sítio arqueológico juntamente com outros vestígios, como fragmentos de louça faiança, mãos de pilão e quebradores de coquinho, indicando um contexto de ocupação mais recente, já sob influência dos colonizadores.

Figura 16 – Fragmento de cerâmica com características da Tradição Tupiguarani



Fonte: Chmyz (1997, p. 32).

Em Curitiba e Piraquara, foram escavados sítios arqueológicos Tupiguarani e uma quantidade considerável de cerâmica foi resgatada. No relatório da barragem Piraquara II, há uma referência ao sítio Garimpo Pilão de Pedra, onde foram resgatados muitos vestígios cerâmicos da “tradição Tupiguarani”. No entanto, conforme as coordenadas, ele está em Morretes, não em São José dos Pinhais.

O que se pode afirmar é que quando os colonizadores começaram a circular pela região do Planalto Curitibano, ela já estava ocupada pelos povos falantes da língua Tupi-Guarani, vinculados à tradição ceramista Tupiguarani. Relatos coletados de exploradores, cronistas e viajantes portugueses e espanhóis remetem ao contato com os povos falantes desse tronco linguístico. Tanto que em algumas narrativas históricas, o Paraná era apresentado como chão Guarani, assim como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a Bolívia (Michaele, 1969, p. 23).

Os cronistas e exploradores europeus forneceram informações valiosas sobre esses povos, embora frequentemente de maneira genérica e imprecisa. Relatos mencionam nomes como tinguís, carijós e caíguas, indicando a diversidade étnica da região no período pré-colonial. A interação entre os Tupiguarani e os Itararé-Taquara levanta questões sobre coexistência, conflito e assimilação cultural, que permanecem parcialmente sem resposta.

O que se pode salientar antes de concluir este capítulo é que ainda existem muitas lacunas que não nos permitem conhecer integralmente a história destes povos e, para poder avançar no conhecimento, é necessário ampliar as pesquisas, inclusive escavando novos sítios que possam complementar ou acrescentar evidências às hipóteses que são formuladas. No entanto, já existe muito vestígio material que permite conhecer e elaborar hipóteses sobre diversos aspectos desses grupos humanos, como as prováveis rotas dos deslocamentos populacionais, a densidade populacional, padrões de assentamento e de subsistência, a tecnologia de produção de artefatos e as formas de utilização do meio ambiente na região, além das adaptações realizadas devido às mudanças ambientais de correntes de fatores climáticos e/ou problemas de manejo (Parellada, 2009, p. 9).

4 ENTRE O PRÉ-CONTATO E O CONTATO: OS INDÍGENAS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

No capítulo anterior, por meio de um método investigativo interdisciplinar etno-histórico, foi possível apresentar aspectos da ocupação do Planalto Curitibano, especialmente em São José dos Pinhais, pelos primeiros grupos humanos. Tratava-se de povos caçadores e coletores, que, segundo alguns pesquisadores, podem ser considerados como pertencentes a uma mesma tradição arqueológica, a “tradição Umu”. Esses grupos foram sucedidos pelos ceramistas da “tradição Itararé-Taquara” e, posteriormente, pelos grupos da “tradição Tupiguarani”.

Nos documentos históricos produzidos por não indígenas, referentes ao período de ocupação do Planalto Curitibano pelos europeus no século XVII, algumas narrativas apontam que a região era majoritariamente ocupada por grupos da etnia Guaraní. Essa visão diverge do que as pesquisas arqueológicas demonstraram, já que os sítios ceramistas localizados em São José dos Pinhais, por exemplo, são predominantemente associados à “tradição Itararé-Taquara”, como também sugere o mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú.

No texto de Michaele (1969, p. 23), produzido para o terceiro volume da coleção História do Paraná, essa perspectiva é evidente. O autor afirmou que “o Paraná é chão preponderantemente guarani, assim como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e até a Bolívia, parcialmente”. Em outro trecho, ele escreveu:

As tribos não-tupi-guaranis do Paraná primitivo abrangiam todos os indígenas compreendidos sob a comum denominação de GÊS ou TAPUIAS, como lhes chamam os antigos [...] trata-se de um bloco mais complexo, confuso e atrasado de quantos existiam por este Brasil a fora (Michaele, 1969, p. 25).

Ao tentar localizar rapidamente aspectos culturais e históricos dos povos “não-tupi-guaranis”, Michaele comentou que o “estudo principal deveria ser feito em grupo” (Michaele, 1969, p. 26). Ele mencionou que, em Curitiba e São José dos Pinhais, entre os “não-tupi-guaranis”, habitavam os “Cabeludos”, possivelmente aparentados dos “Caiapós”, frequentemente confundidos com os “Ibirajara”.

Esse maior destaque dado aos povos falantes das línguas da família Tupi-Guarani na região pode ser explicado, entre outros fatores, pelo contato mais próximo com os colonizadores, o que facilitou o registro de aspectos de sua cultura e tradição. Por outro lado, as etnias falantes de línguas Jê foram genericamente incluídas entre os “Tapuias” - frequentemente vistos como inimigos, bravos, não civilizados e atrasados. Durante muito

tempo, esses povos foram considerados de menor importância em comparação com os grupos Tupi.

Essa distinção também é evidente na narrativa de Rui Wachowicz (1995, p. 5), que explica a impossibilidade de estudar os indígenas a partir das atuais fronteiras políticas, pois esses grupos não as utilizavam. Segundo ele, o método mais adequado seria o criado pelos antropólogos, que usavam a ideia de áreas culturais, agrupando os indígenas conforme seu modo de vida e as técnicas utilizadas no domínio da natureza (Wachowicz, 1995, p. 5).

Inspirado nesse método antropológico, J. H. Stewart classificou os indígenas sul-americanos em quatro áreas culturais: Andina, Circum-Caribe, Floresta Tropical e Marginal. Seguindo essa classificação fundamentada em fatores ecológicos e geográficos, Wachowicz descreveu os indígenas do Paraná como pertencentes ao grupo da Floresta Tropical - que incluía os Tupi-Guarani, conhecedores de navegação fluvial, cerâmica, redes e agricultura. Em contrapartida, os Jê, classificados como Marginais, foram descritos como Tapuias que desconheciam o uso de redes e, na melhor das hipóteses, praticavam uma agricultura rudimentar e cerâmica limitada, vivendo principalmente da caça e da coleta.

Analisar esse contexto de contato por meio da dicotomia Tupi e Tapuia - o aliado e o inimigo, o indígena mais avançado e o bárbaro - reduz a presença indígena a categorias simplistas e eurocêntricas. Essa abordagem já foi amplamente problematizada por não refletir a complexidade cultural e histórica dos povos indígenas. No entanto, compreender essa forma de percepção e classificação dos grupos indígenas é relevante, pois essas categorias de análise, vocabulários e mentalidades estão presentes, direta ou indiretamente, nas fontes analisadas.

Nesta pesquisa, propõe-se uma narrativa historiográfica em que os povos indígenas sejam os sujeitos centrais da investigação, com foco na sistematização de uma História Indígena de Longa Duração. Essa perspectiva abrange desde a ocupação inicial por grupos humanos até o período da colonização, entendido como um evento de ruptura que impôs profundas transformações nos modos de vida indígenas. Como destaca Fortes (2014, p. 37), a colonização introduziu novos contextos: resistência ao domínio, persistência de territorialidades e interpretação dos hábitos dos brancos segundo esquemas cosmológicos indígenas.

A ideia de uma História de Longa Duração, desenvolvida por Fernand Braudel e central na escola dos Annales, está presente em sua obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* (1949). Trata-se de um conceito que permite pensar a história em diferentes escalas temporais — do cotidiano às estruturas sociais mais estáveis. Neste trabalho, essa abordagem é utilizada para compreender a permanência e os usos de um espaço específico ao longo do tempo.

Essa abordagem se aproxima também, das chamadas “histórias profundas”, propostas por autores como Lucas Bueno (2019), inspirados nos historiadores australianos Ann Grath (2015) e Tom Griffiths (2000). Ao encarar a colonização como um momento de ruptura, posiciona-se os povos indígenas da região como protagonistas de seus processos históricos. Esse marco redefine trajetórias, introduzindo novos contextos de resistência, permanência e ressignificação de estruturas sociais à luz de seus próprios sistemas cosmológicos.

Para compreender esse período da História Indígena, durante e após o contato com os não indígenas, foram analisadas diferentes fontes: vestígios materiais identificados por pesquisas arqueológicas, documentos históricos — como correspondências, termos, decretos — e relatos de viajantes, missionários e exploradores. Ao longo do capítulo, buscou-se articular essas fontes de forma multiperspectiva, revelando a complexidade e a riqueza das experiências indígenas no contexto do contato e da colonização.

4.1 OS INDÍGENAS NOS SERTÕES DE CURITIBA

Toda a área atualmente ocupada pela Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Paranaguá era considerada parte dos sertões da Capitania de São Vicente. Para os paulistas, esse território representava uma região rica em recursos naturais a serem explorados, além de oferecer abundante mão de obra indígena. Posteriormente, historiadores regionais difundiram a ideia de que se tratava de um território desabitado e livre para apropriação, especialmente voltado à imigração. Essa concepção foi contestada por Mota (2008), que problematizou como essa narrativa foi reproduzida e como ainda permeia o imaginário coletivo.

Inicialmente, a região objeto desta pesquisa situava-se em terras consideradas espanholas, conforme estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Na prática, os limites definidos pelo tratado raramente eram respeitados, e tanto Portugal quanto a Espanha expandiam suas áreas de ocupação na América. Em 1750, o Tratado de Tordesilhas foi formalmente substituído pelo Tratado de Madri, que estabeleceu que rios e montanhas serviriam como marcos naturais para a delimitação de fronteiras, refletindo o reconhecimento mútuo de que o tratado anterior havia sido amplamente desrespeitado.

No caso das terras do Planalto Curitibano, o acesso mais sistemático e constante por parte dos portugueses resultou na predominância de uma ocupação colonial portuguesa. A área fazia parte dos sertões da Capitania de São Vicente, uma das quatorze faixas de terra em que a Coroa Portuguesa dividiu o Brasil, delegando-as a donatários para fins de proteção e desenvolvimento econômico. Esses territórios, inicialmente concedidos aos donatários, eram transmitidos aos descendentes.

As capitanias possuíam vilas, que eram formas simples de organização e administração do território da América Portuguesa. Cada vila contava com uma estrutura básica: uma igreja e uma câmara de vereadores. Ao ser criada uma vila, os moradores se comprometiam a construir uma igreja matriz, uma sala para as reuniões da câmara e uma cadeia. A criação de vilas era um direito compartilhado entre o rei, o capitão-geral (administrador civil de uma região colonial) e o capitão-mor (administrador militar). No entanto, elevar uma vila à condição de cidade era privilégio exclusivo do rei, e poucas vilas receberam tal distinção, como Rio de Janeiro, São Luís, Salvador e São Paulo.

A capitania de São Vicente, que posteriormente abarcaria a de Santo Amaro, foi governada inicialmente por Martim Afonso de Sousa e incorporada à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em 1709. Parte do Planalto Curitibano também esteve vinculada à Capitania de Santana, sucedida pela Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, criada em 1656 e extinta em 1710, quando foi integrada à Capitania de São Vicente. Essa organização territorial formaria a base para a Comarca de Curitiba e Paranaguá, também conhecida como a 5ª Comarca da Província de São Paulo.

Essas regiões não podem ser analisadas apenas sob a ótica dos limites administrativos coloniais, mas também enquanto espaços de contato, interação e troca. Os indígenas e os conquistadores estabeleceram relações pautadas em interesses mútuos, mesmo que muitas vezes conflitantes. Apesar disso, os povos indígenas costumam ser tratados de forma genérica nos documentos coloniais, que frequentemente recorriam à simplificação entre Tupi e Tapuia, rotulando os primeiros como aliados e os segundos como inimigos.

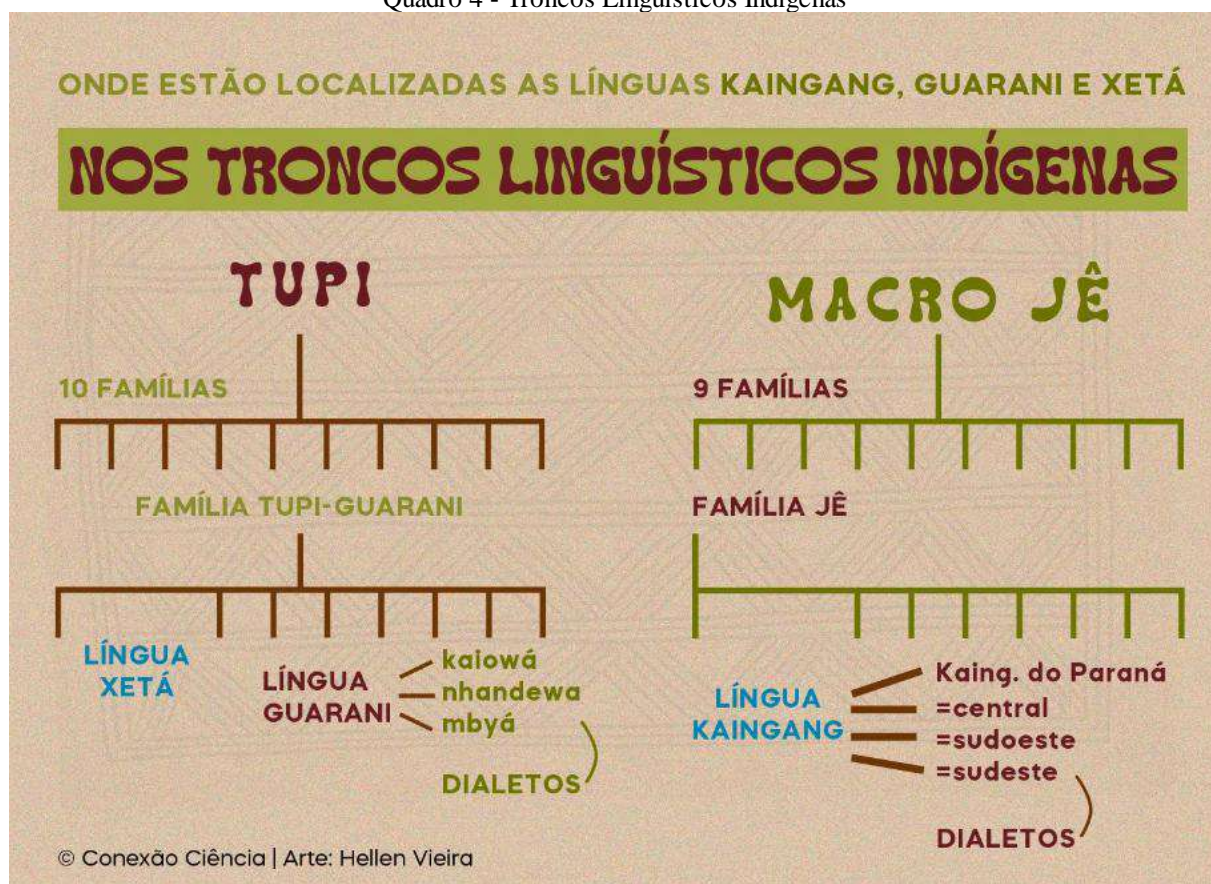
Os Tupiguarani, por exemplo, eram considerados aliados devido à familiaridade dos portugueses com os falantes de línguas da família Tupi-Guarani, o que facilitava a comunicação. Em contrapartida, os Jê, representados por grupos como os Kaingang e Xokleng, eram vistos como Tapuias e descritos de maneira pejorativa, sendo considerados selvagens e traiçoeiros, os Xokleng ainda mais agressivos e “selvagens”.

No caso de São José dos Pinhais e do Planalto Curitibano, os documentos históricos indicam uma relação mais belicosa com os falantes de línguas do tronco Macro-Jê e um contato mais diplomático com os Guarani. Esses aspectos evidenciam a complexidade das interações indígenas e coloniais na região e a necessidade de abordá-los com métodos e perspectivas que transcendam as narrativas coloniais simplistas.

Abordar aspectos históricos e culturais dos povos que habitavam uma região cujos limites eram distintos dos atuais é um desafio que diversas ciências enfrentam, cada uma aplicando seus métodos e estratégias próprios. Algumas áreas avançaram mais nesse campo,

como a linguística, que, por meio de suas categorias de análise, conseguiu organizar os grupos indígenas com base em um elemento comum: a língua. Acredita-se que, em algum momento do passado, as línguas de um determinado tronco linguístico eram uma só. No entanto, à medida que as aldeias foram se distanciando e se separando, surgiram diferenças linguísticas que, com o tempo, resultaram em novas famílias, línguas e dialetos.

Quadro 4 - Troncos Linguísticos Indígenas



Fonte: Costa e Angeli (2024).

Com base em análises detalhadas de fontes variadas, buscou-se sistematizar uma narrativa histórica mais precisa do contexto étnico e cultural dos povos indígenas da região. Por razões didáticas, esses povos foram organizados segundo os troncos linguísticos - aqui, uma categoria diferente daquela utilizada pela Arqueologia, que fundamentou a narrativa do período anterior ao contato com os colonizadores a partir da ideia de “Tradições”. No contexto temporal mais remoto, objeto do capítulo anterior os principais vestígios deixados por esses grupos são materiais, constituindo um conjunto de registros diretos passíveis de investigação e análise, neste capítulo as tipologias de fontes disponíveis foram ampliadas.

4.1.1 Povos da família linguística Jê

A família linguística Jê é um dos ramos mais recentes das línguas Macro-Jê, que teria se separado do tronco principal há mais de três mil anos (Davis, 1966). Os Kaingang e Xokleng, falantes do tronco Macro-Jê e considerados Jê Meridionais, teriam se desmembrado do grupo original há aproximadamente quatro mil anos, migrando para áreas de relevo semelhante ao que habitavam originalmente (Urban, 1992).

De acordo com Parellada (2006, p. 40), é possível que tenha ocorrido troca genética entre esses horticultores migrantes, vindos da região central do Brasil, e os caçadores-coletores já estabelecidos no território paranaense. Além disso, os grupos falantes de línguas do tronco Macro-Jê, como os Kaingang e Xokleng, estão associados à Tradição ceramista Itararé-Taquara, cuja caracterização foi detalhada no capítulo anterior. Evidências consistentes sugerem que o manejo dessas florestas pelos povos Jê foi um dos fatores que contribuíram para a grande expansão das florestas de araucária nos campos do sul do Brasil, com o pinhão sendo uma fonte essencial de alimento.

Esses grupos eram frequentemente vistos pelos colonizadores como indígenas “bravos”, arredios e inimigos dos Tupiguarani, sendo classificados entre os chamados Tapuias. Considerados de difícil catequização, os povos Jê buscavam se afastar do contato com os não indígenas e frequentemente eram perseguidos ou exterminados, devido à percepção colonial de que eram bárbaros e hostis.

4.1.1.1 Kaingang

Os Kaingang, conhecidos como “Coroados” pelos colonos, habitavam preferencialmente regiões elevadas e frias, caracterizadas pela vegetação de campos e matas de pinheiros. Seu modo de vida envolvia deslocamentos frequentes dentro de seus territórios para realizar atividades de subsistência, como a agricultura de abóbora, milho e feijão. Além disso, praticavam caça, pesca e coleta, incluindo mel e pinhão, elementos essenciais de sua dieta.

As habitações dos Kaingang eram construídas em colinas, geralmente a uma distância de cerca de 200 a 300 metros de cursos d’água. Suas roças eram cultivadas, em geral, pelas mulheres, enquanto a caça era realizada pelos homens, que se organizavam em grupos. Eles também faziam uso de fornos escavados no solo, onde a carne de caça era assada em pedras que formavam um braseiro.

Na dissertação de Mestrado em Antropologia Social, a pesquisadora Kaingang Schild (2016) fez uma análise histórica importante sobre a presença de seu povo na terra indígena

Serrinha, oferecendo uma perspectiva interna (êmica) sobre a cultura Kaingang. Ela ressaltou a presença dos Kaingang anterior ao estabelecimento das fronteiras atuais, explicando que “são povos das montanhas, das matas de araucárias [...] Ocupávamos uma área bem extensa, na qual atualmente estão localizados os nossos aldeamentos” (Schild, 2016, p. 30).

A mobilidade entre as aldeias faz parte da cultura Kaingang, sendo comum a visita às “parentelas” - prática ainda presente na atualidade. Tais visitas podiam durar meses, e muitos acabavam por se estabelecer em outras aldeias, frequentemente por casamentos ou mudanças com a família, com a possibilidade de retornarem à aldeia de origem após anos (Schild, 2016, p. 31).

Narrativas dos “Kofã” - anciões e anciãs, também referenciados como avós - contam sobre as guerras por disputas de territórios, inicialmente entre grupos indígenas, depois com militares e, posteriormente, com imigrantes. Schild (2016, p. 32) destacou a violência intensa e brutal do processo de colonização, o qual visava retirar os povos originários de seus territórios, confinando-os em aldeamentos.

Nas primeiras investidas, muitos indígenas perderam suas vidas resistindo às ações dos militares. Posteriormente, surgiram os bugreiros, que caçavam os indígenas que se recusavam a ser “domesticados” ou escravizados. Nesse período, colonos europeus também se estabeleciam na região Sul, tratando os indígenas como “animais sem alma” e, portanto, como não humanos (Schild, 2016, p. 32).

Tais aspectos, embasados em pesquisadores como Schild (2016), fornecem uma compreensão acerca de aspectos cultura e da história dos Kaingang, e a tessitura de uma narrativa histórica que possa evidenciar os impactos duradouros do contato colonial para este povo.

4.1.1.2 Xokleng

Os Xokleng, também chamados de Botocudos ou Bugres, compartilham filiação linguística com os Kaingang, mas distinguem-se em aspectos como organização social, mitologia, rituais de passagem e práticas de enterramento. O contato inicial dos Xokleng com os não indígenas ocorreu nas regiões mais ao sul de São José dos Pinhais, especialmente onde hoje é a cidade de Tijucas do Sul, porém seu território tradicional abrangia áreas que iam do Paraná ao Rio Grande do Sul.

Frequentemente mencionados em relatórios e correspondências provinciais devido à sua resistência ativa contra invasores, os Xokleng viviam em aldeias de até trezentas pessoas, abrigados em casas coletivas cobertas de folhas e parcialmente subterrâneas, vulgarmente

chamadas de "buracos de bugre". Ao redor das aldeias, cultivavam roças de milho, abóbora, feijão, amendoim e mandioca, enquanto sua economia era complementada por atividades de pesca, caça e coleta. Suas habitações adaptadas ao nomadismo incluíam estruturas escavadas no solo que serviam como depósitos ou armadilhas.

A pesquisadora Laklãnô/Xokleng Walderes Cócta Pripá (2021) destacou que, no passado, seu povo habitava um vasto território sem fronteiras, com profundo conhecimento das fontes de alimentos e dos locais sagrados para cerimônias e rituais. Em sua dissertação, Pripá abordou a luta pela reafirmação da identidade Laklãnô nas últimas décadas, incluindo a disputa em torno da autodenominação. Segundo ela, nomes como “Bugres”, “Botocudos”, “Kaingang de Santa Catarina” e até mesmo “Xokleng” foram inventados por não indígenas e não representavam adequadamente a identidade do grupo. A palavra “Xokleng” deriva de “Txukleng”, que significa “aranha”, um termo criado erroneamente por não indígenas (Pripá, 2021, p. 25).

A partir dos anos 1980, ganhou força a campanha para adotar o nome Laklãnô, que significa “gente do sol” ou “gente que caminha em direção ao sol”. No entanto, a falta de consenso inicial entre subgrupos dificultou a adoção universal do termo. Atualmente, o nome Laklãnô vem sendo amplamente aceito, fortalecido pela revitalização da língua materna e de práticas culturais tradicionais.

Desde 1940, etnógrafos como Jules Henry (1964) já diferenciavam os Laklãnô/Xokleng dos Kaingang, apontando diferenças linguísticas e culturais. Gregory Urban (1978) sugeriu que os dois grupos têm uma ancestralidade comum e que a separação ocorreu devido a disputas internas em suas patrimetades. Narrativas coletadas por Pripá confirmam essa teoria, relatando uma cisão que envolveu disputas familiares e resultou em subgrupos distintos.

Uma dessas narrativas, registrada por Pripá (2021), descreve como os Vãnhkomãg (posteriormente conhecidos como Xokleng) e os Jãkre (posteriormente identificados como Kaingang) se separaram devido a disputas relacionadas ao casamento e à posse de mulheres. A cisão resultou na formação de subgrupos menores, que se encontravam periodicamente para festividades, até que seus territórios começaram a ser invadidos pelos zûg (não indígenas).

O povo era dividido em duas famílias muito grandes: dois irmãos Vãnhkomãg e os Kañre. Aconteceu que os Vãnhkomãg mataram os guerreiros do grupo Jãkre incorporando à sua metade mulheres e crianças Jãkre. Com isso iniciam-se disputas entre famílias que acabaram por dar origem a três subgrupos de aproximadamente 50 a 100 pessoas: Kókózû to pláj, os Laklãnô e os Äggyng. As disputas se deram por conta das mulheres Jãkre que foram trazidas para o grupo sem o consentimento de todos. Ainda segundo a história contado pelos anciãos os Vãnhkomãg, que seriam o povo posteriormente conhecido como os “Xokleng” e os Jãkre, que seriam os “Kaingang”, seriam dois irmãos que brigaram por conta das mulheres. Na época o

homem, dependendo das suas condições, poderia ter mais de uma mulher, os dois irmãos começaram a disputar as mulheres e chegou um momento em que essa briga foi ao extremo, quando os Vãhkomãg (“Xokleng”) aproveitaram uma oportunidade e mataram os Jãkre (“Kaingang”) para ficar com suas mulheres. Houve sobreviventes do grupo dos Jãkre (“Kaingang”) que saíram e foram morar em locais bem distantes, mas que em muitos momentos se encontravam com Vãhkomãg (“Xokleng”), este último que foi posteriormente dividido em outros subgrupos que caminhavam em direções diferentes. Estes por sua vez, antes da saída, marcavam um ponto de encontro para festejar ou para celebrar algum acontecimento importante. Os encontros com os Jãkre (“Kaingang”) se davam de modo “pacífico”, pois não havia uma disputa por território e sim pelas mulheres dos grupos. Segundo Urban (1978), havia dois grupos Xokleng, os Waikòmang e os Kañre, “que constituíam patrimetades, os Waikòmang mataram os homens da metade Kañre, incorporando à sua metade mulheres e crianças Kañre. Com isso, termina o sistema de patrimetades entre os Xokleng, deixando aflorar a subdivisão em parentes consangüíneos, afins e não parentes”. De acordo com nossos anciões, a disputa entre esses grupos não se dava por territórios, o que é evidenciado pela permanência dos encontros com os subgrupos até o momento em que seus territórios começam a ser invadidos pelos züg (Pripá, 2021, p. 22).

Os vestígios materiais deixados por este povo, como cerâmicas e objetos de uso diário, revelam aspectos importantes de sua cultura. Produziam pratos, vasilhames, tigelas e painéis de argila moldada, secas ao ar livre e queimadas após rezas para garantir a integridade das peças. Entre os objetos tradicionais, destaca-se o “kāj”, um balaio para transporte de alimentos, e o “kāj togme”, revestido com cera para armazenamento de pinhão em água corrente. Havia também o “kāj togmẽ katxin”, um copo para a bebida tradicional “mõg” (Pripá, 2021, p. 39).

Conforme descrito em material do PROVOPAR-PR (2006), os Xokleng cremavam seus mortos e, também, utilizavam abrigos rochosos como cemitérios, onde registravam cenas do cotidiano com pinturas rupestres. Esses locais eram considerados sagrados, e os anciões ainda relatam com tristeza a violação de seus territórios.

Esses conhecimentos, embasados nas pesquisas de Pripá e Urban, fornecem um panorama inicial sobre a identidade, organização social e práticas culturais dos Xokleng/Laklãnõ, evidenciando o processo de resitência e lutas históricas diante dos desafios impostos pelo contato colonial.

4.1.2 Povos da família linguística Tupi-Guarani

A família linguística Tupi-Guarani é um dos ramos recentes do tronco Tupi, do qual se separou há aproximadamente dois mil anos. Os povos falantes de línguas do tronco Tupi possuem mais representantes que estabeleceram contatos mais amistosos com os portugueses; por isso, foram mencionados nos textos, relatos e documentos de maneira mais detalhada, ora como Tupinambá, Tupínikim, Carijó, Cário, Tingui, Caiuá, entre outros.

Os grupos étnicos do tronco Tupi, dentre os quais os Guarani fazem parte, seriam horticultores e ceramistas, da “tradição Tupiguarani”. No Paraná, estavam presente em quase todo o território, em especial nos vales dos grandes rios, como o Paraná, Ivaí, Tibagi e o Iguaçu. Possuíam uma cerâmica bem variada e decorada e, artefatos líticos característicos compostos de lâminas de machado lascados e polidos, respadores, unifaces, bifaces, polidores em canaleta e adornos peitorais polidos (Parellada, 2006, p. 48).

Em um estudo sobre os padrões de assentamento dos Tupiguarani no noroeste do Paraná, Noelli (2000) observou a presença de terra preta arqueológica, sendo possível quantificar diversas espécies de vegetais que teriam sido manejadas, em um modelo agroflorestal. Estes grupos teriam uma dieta baseada no cultivo da mandioca, milho, batata doce, feijão, além, pesca, caça, coleta de mel e raízes.

Em São José dos Pinhais, o contato do povo Guarani com os portugueses foi mais evidente, sendo registrado tanto em documentos coloniais quanto em vestígios materiais, como as cerâmicas denominadas “Neocoloniais”. Essas cerâmicas, caracterizadas pela fusão de elementos indígenas e coloniais, foram pontualmente encontradas em escavações arqueológicas, evidenciando um período de intercâmbio cultural e adaptação às transformações tensionada pelo contato com os colonizadores.

4.1.2.1 Guarani

Os grupos da etnia Guarani em geral se organizavam em grupos mais extensos, suas habitações eram formadas por casas comunais, cobertas de sapê. Cada habitação podia abrigar de 10 a 60 famílias. As habitações dos Guarani eram mais largas se comparadas com as dos kaingang, além disso, no centro de suas aldeias ficava a casa de reza, chamada de “*opy*”. Preparavam a roça em um sistema que ficou conhecido como coivara, cultivando itens como milho, mandioca e fumo. Além disso, utilizavam armadilhas para facilitar a caça.

A cerâmica Guarani era variada em termos de forma, tamanho, função e decoração. Confeccionadas com a técnica de sobreposição de cordéis de argila, as peças passavam por secagem lenta e eram queimadas em fogueiras. A decoração incluía técnicas variadas e pinturas policromas, com temas geométricos compostos de linhas, faixas e representações abstratas.

Um pesquisador indígena que contribuiu para a compreensão da história e cultura Guarani foi Domingues (2020), cuja dissertação de mestrado em Educação analisou o legado cultural e histórico de seu povo. Domingues destacou a importância dos registros históricos e culturais dos Guarani, frequentemente produzidos por exploradores e viajantes, mas autorizados e contextualizados pelos próprios Guarani:

A abundância de estudos e registros significa que nossos antepassados se preocuparam em dialogar, em repassar informações, autorizar e produzir registros de nossa língua, nossa cultura e nossos conhecimentos; preservando, na memória e repassando às novas gerações Guarani, questões sagradas que se repassa pela oralidade, por práticas cotidianas e pela religião ancestral Guarani que ocorre na casa de reza (Domingues, 2020, p. 111).

Domingues também ressaltou que o termo “Guarani” designa tanto o nome do povo quanto o de sua língua nativa, derivada do tronco linguístico Tupi. A língua Guarani é dividida em dialetos, como Nhandewa, Mbya, Ava Guarani e Kaiowa. Segundo ele, a existência desses grupos, mesmo diante de perseguições e violência, só foi possível graças a estratégias de sobrevivência e resistência, que garantiram a manutenção da cultura e ancestralidade nos territórios sagrados que hoje compõem a nação brasileira (Domingues, 2020, p. 114).

Domingues (2020, p. 116) também argumentou que os Guarani, como cultivadores, possuíam vantagens logísticas sobre outros grupos. O domínio da agricultura permitia que seus membros não precisassem interromper suas atividades para caçar ou coletar alimentos durante operações militares, conferindo-lhes agilidade e eficiência em suas estratégias de conquista e defesa territorial.

A concepção de ocupação territorial dos antigos Guarani não estava vinculada a concepção atual de nação, eles praticam o “*oguatá*”, o caminhar, migrando em pequenos grupos para outras regiões, onde houvesse áreas de boa qualidade para o desenvolvimento da agricultura. Assim, iam fixando seus grupos familiares e novos territórios e praticando uma agricultura voltado para os processos de desenvolvimento da vida dos seres vivos ali presentes, de forma bem sistêmica, assim, não dependiam exclusivamente da caça e coleta do que as florestas disponibilizavam, além de proporcionar um significativo aumento demográfico, possuindo as margens dos rios diversas aldeias (Domingues, 2020, p. 116).

Os Guarani costumavam sepultar os seus mortos em vasilhas cerâmicas, no interior de uma casa, que depois era queimada, dando espaço para a construção de uma nova moradia. Também havia enterros secundários, que “inicialmente o indivíduo era sepultado às margens de um rio, por exemplo, e depois de algum tempo, os ossos eram retirados, pintados, emplumados e junto com adornos do morto, inseridos em uma vasilha cerâmica, agora enterrada no interior da casa do morto ou das rezas” (PROVOPAR-PR, 2006, p. 31).

Por fim, é importante observar que o quadro dos troncos linguísticos indígenas também menciona a etnia Xetá, que pertence ao tronco Tupi. No entanto, por terem entrado em contato com não indígenas apenas na década de 1940, na região da Serra dos Dourados, sua trajetória local não estaria vinculada ao escopo desta pesquisa.

4.2 O CONTATO E A CONQUISTA

Traçado um breve contexto da organização política e administrativa portuguesa no Brasil, localizando a região da RMC neste cenário e apresentando um perfil dos povos originários agricultores e ceramistas que já habitavam o território, buscou-se ao longo deste item detalhar aspectos do contato e relações iniciais estabelecidas entre indígenas e não indígenas na região.

A ocupação portuguesa no Planalto Curitibano, se deu em meados do século XVII, contando, inclusive com acordos e alianças com os indígenas que habitavam o litoral, a fim de promover o movimento que era chamado de “serra acima” dos “sertões de Paranaguá”, mesmo que inicialmente, ainda de maneira bastante incipiente (Fortes, 2014, p. 49).

Nesse período, os sertões de Paranaguá, que incluíam o que posteriormente ficou conhecido como Planalto Curitibano, pertenciam à Capitania de São Vicente. Os movimentos “serra acima”, promovidos pelos responsáveis pelo desenvolvimento da capitania, se intensificaram com a localização de ouro de aluvião nos leitos dos rios. Essa quantidade de ouro era consideravelmente menor que as riquezas encontradas pelos espanhóis no Peru, cujas notícias já haviam se espalhado.

A atividade extrativista era majoritariamente realizada pelos indígenas, que, ao encontrarem poucos recursos, levaram os portugueses a considerarem que o mercado de escravização indígena era mais interessante e lucrativo do que a mineração. Em suas investigações, autores como Fortes (2014, p. 48) e Monteiro (1994, p. 68) consideram que os colonizadores usavam a exploração do ouro como pretexto para incursões nos sertões, cujo real objetivo era a captura de indígenas para serem escravizados. Não havia preocupação em cavar ou demarcar as áreas por onde passavam, e sim em capturar mão de obra.

Monteiro (1994, p. 68) destaca que os colonos e exploradores paulistas utilizavam os mais variados pretextos para justificar suas incursões. A busca por ouro e metais preciosos era frequentemente apresentada como argumento para angariar fundos e legitimar suas bandeiras. No entanto, o objetivo principal era o aprisionamento de indígenas, como os grupos chamados de “Carijós” ou “Guaíra”, e especialmente os Guarani, cuja mão de obra era explorada na

mineração, nas vilas, fazendas e engenhos. A manipulação da imagem das descobertas de ouro era amplamente utilizada para burlar os decretos e leis que proibiam o cativo de indígenas³⁴.

A catequização dos indígenas também estava vinculada a sua ideia de conquista, uma vez que se sentiam responsáveis por impor a religiosidade Cristã, portanto a “salvação”, aos “selvagens” que habitavam as terras que se apossaram. Essa ideia foi utilizada como argumento para o aldeamento, ou “cativo” para alguns autores, pois, acreditava-se na necessidade civilizar para converter, enquanto as crianças seriam “educadas”, isso tudo, longe do ambiente nativo (Fortes, 2014, p. 49).

Os exploradores desconheciam e eram inexperientes em relação ao território, o que os tornava dependentes dos acordos estabelecidos com os indígenas para suas incursões. Essa dependência era ainda mais evidente à medida que se distanciavam de São Paulo. Os sertões de Curitiba eram inicialmente acessados por vias do vale do rio Ribeira, em meados do século XVII, ou pela Serra do Mar, a partir de vilas litorâneas como Paranaguá.

Estabelecer um núcleo populacional português nos “sertões” ou, posteriormente, nos campos de Curitiba, representava um importante ponto logístico na região, um território que, na época, era visto como estando “sem fé, nem lei, nem rei...” (Monteiro, 2001, p. 19). A estratégia visava garantir os aparatos burocráticos da colônia, permitindo fiscalizar e legitimar as atividades mineradoras. No caso dos sertões de Curitiba, acredita-se que a instalação do núcleo populacional foi liderada por Eleodoro Ébano Pereira, acompanhado de sua “gente armada” e dos “índios mineiros” (Martins, 1955, p. 182).

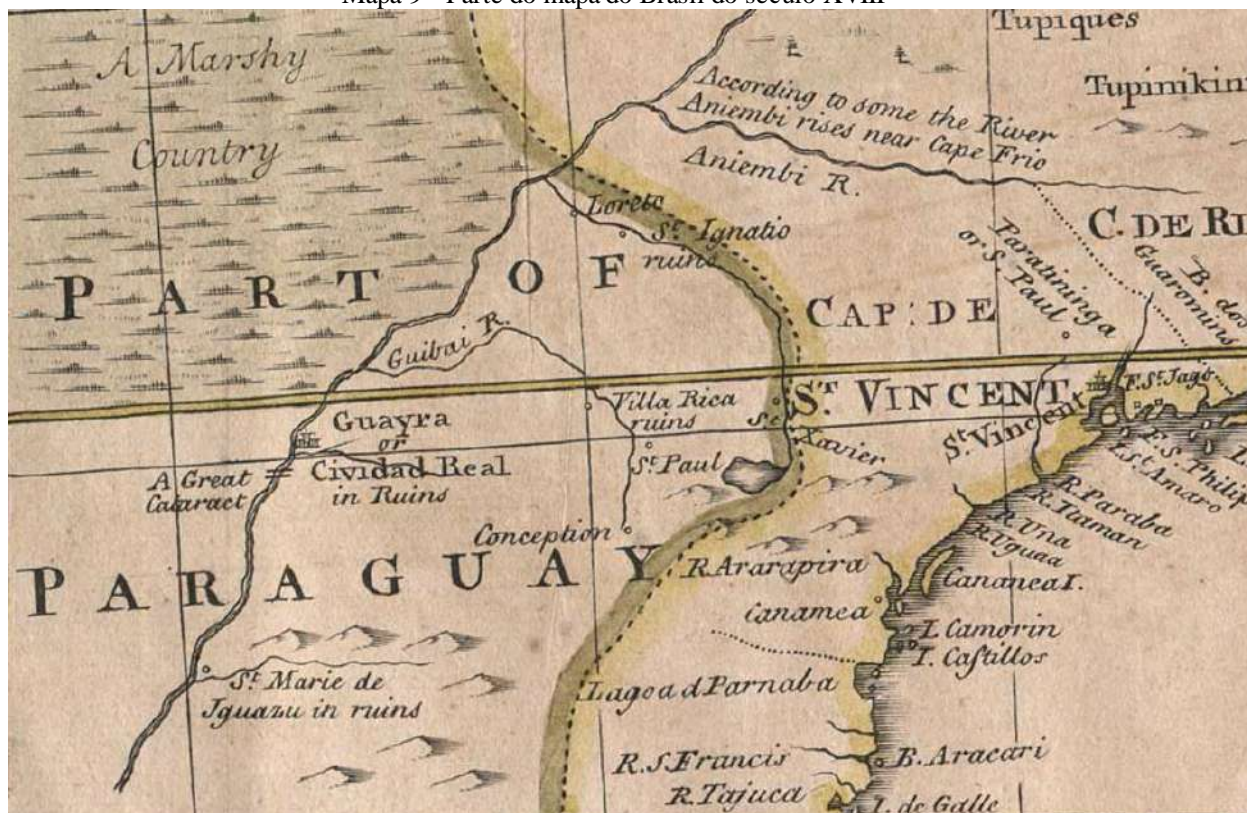
Quando Curitiba foi fundada, era um território localizado além de onde os portugueses estavam acostumados, bem no limite com o que era considerado até então espanhol, considerando a atual configuração do Brasil, a linha de Tordesilhas passaria da cidade de Belém (PA) à cidade de Laguna (SC), que está bem mais ao leste que Curitiba.

Na coleção de mapas Povos Originários da Biblioteca Nacional, é possível observar como a região ainda não recebia menção específica nas representações cartográficas da época. Um exemplo disso é o mapa “*A new and accurate map of Brasil: divided into its captainship drawn from the most approved modern maps and charts and regulated by astronomical observations (17--)*”, de Emanuel Bowen. Ele retrata o Planalto Curitibano próximo ao limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas para os portugueses, destacando sua importância

³⁴ Em uma Bula Papal de 1539, escrita por Urbano VIII, os chamados “gentios” possuíam potencial cristão, portanto, seriam capazes de conversão e catequese, com base nas acusações de heresia, aspecto que o distinguia do índio convertido, cristão ou aliado.

como ponto de expansão territorial. Contudo, o mapa não faz menção à existência de vilas ou povoados na região, apenas à “Lagoa de Parnaba”, ao sul de Cananéia (Biblioteca Nacional, 2024).

Mapa 9 - Parte do mapa do Brasil do século XVIII



Fonte: Biblioteca Nacional (2024).

Relatos da época da conquista da região, demonstram certa ambiguidade em relação ao cenário local, pois, de um lado havia um sentimento de cobiça pelas minas e indígenas, de outro, temor frente aos ataques e violência que poderiam sofrer por parte daqueles que consideravam selvagens. Temor que inclusive era utilizado para justificar ataques aos territórios indígenas, sobre o pretexto, alguns vezes infundados, de barbáries cometidas pelos indígenas em fazendas e vilas isoladas.

Esse receio em relação aos indígenas que habitavam os sertões de Curitiba foi uma das razões pelas quais os povoadores eram proibidos de habitar a região de forma indiscriminada. As sesmarias, ao serem distribuídas, eram destinadas a indivíduos que demonstrassem capacidade de mobilizar recursos e administrar tais territórios, garantindo tanto sua proteção quanto seu desenvolvimento econômico. Nesse contexto, possuir muitos cativos e estabelecer acordos com lideranças indígenas eram sinais de que o solicitante tinha condições de defender-

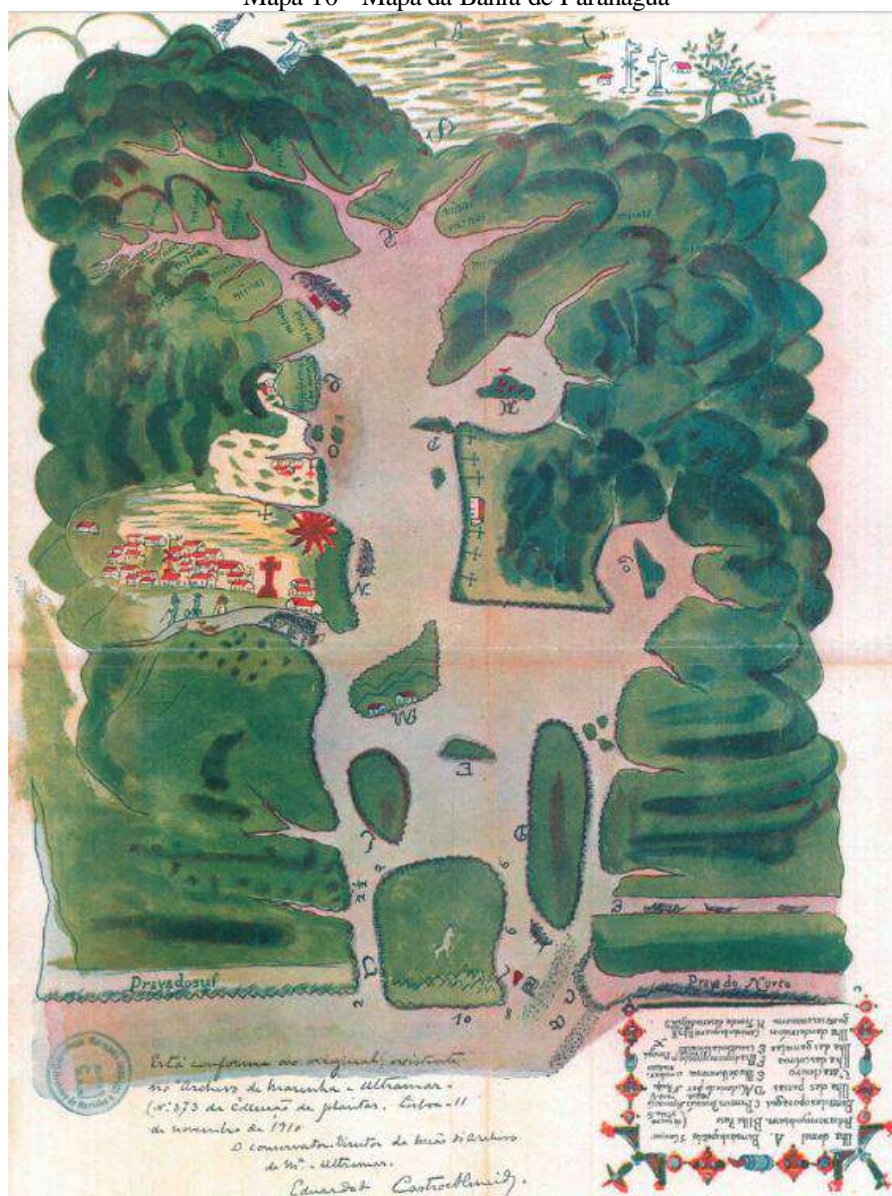
se de eventuais invasões de grupos nativos, especialmente dos chamados “Tapuias”, frequentemente descritos pelos colonos como “selvagens”.

Além dos indígenas aliados, os colonos começaram a perceber a existência de uma rede de relações entre grupos indígenas que lhes eram desconhecidos. Esses grupos eram frequentemente classificados de forma genérica e pejorativa como “selvagens”, “gentios de língua travada” ou “Tapuias”. Contudo, chamou a atenção o fato de que esses povos, embora pertencentes a etnias diferentes, mantinham redes de relações e interações.

Assim como em outras partes do Brasil, o Planalto Curitibano era originalmente habitado por povos indígenas. Durante muito tempo, os portugueses dependeram do conhecimento desses povos sobre o território para estabelecer sua presença. Esse conhecimento incluía o manejo da terra, a exploração dos recursos naturais e as rotas de deslocamento pela região.

O mais antigo registro cartográfico em que aparece uma menção à ocupação colonial do Planalto Curitibano é datado de 1653, refere-se ao mapa da Bahia de Paranaguá (Mapa 10), cuja produção foi atribuída a Pedro de Souza Pereira, que para alguns pesquisadores, seria o responsável pela povoação do Planalto Curitibano, entre outras razões, pelo seu parentesco com Governador Geral Salvador Corrêa de Sá Benevides.

Mapa 10 - Mapa da Bahia de Paranaguá



Fonte: Picanço e Mesquita (2015, p. 811).

Em 1920, o historiador Moisés Marcondes encontrou, no Arquivo da Marinha e Ultramar, localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, um mapa até então inédito da baía de Paranaguá. O documento detalha as principais ilhas, rios, minas e vilas da região, incluindo a vila de “Quereytiba”. Esta última está representada na parte superior do mapa por dois elementos distintivos: duas casas, uma cruz e um pelourinho, símbolos da organização colonial portuguesa.

No contexto desta pesquisa, esse documento levantou duas questões importantes. A primeira diz respeito à autoria do mapa. Esse detalhe, combinado com uma carta que acompanha o documento, poderia situar Pedro de Souza Pereira em uma posição distinta na

História Regional, especialmente em relação ao papel atribuído tradicionalmente a Ébano Pereira no processo de povoamento do Planalto Curitibano.

Uma análise mais aprofundada desses documentos, incluindo o contexto de sua produção, pode ser encontrada nos estudos de Picanço e Mesquita (2015), que abordam a cartografia portuguesa da baía de Paranaguá. Tais análises ajudam a compreender melhor as disputas simbólicas e práticas em torno da ocupação e da representação do território no período colonial.

Figura 17 - Visão ampliada da legenda do Mapa de Pedro de Souza Pereira



Fonte: Picanço e Mesquita (2015, p. 811).

Outro aspecto de interesse a respeito desse mapa envolve a grafia da região “Quereytiba”, uma vez que essa redação não se encaixa nas histórias de origem registradas por Martins (1953), que atribuem à época dos primeiros contatos a origem do nome da cidade. Conforme Martins, nos sertões de Curitiba, a partir das encostas da Serra do Mar, habitava um povo que não hostilizava os colonizadores, conhecido como os “Tingui”. Segundo o autor, esses indígenas, descritos como de nariz afinado e mais pacíficos, serviram aos portugueses sem resistência ou necessidade de negociações. O chefe desse grupo teria indicado aos exploradores de ouro o local onde deveriam fundar a povoação, o mesmo em que atualmente está localizada a igreja matriz Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

Outra versão, narra que os conquistadores portugueses encontraram-se com os Kaingang ao adentrarem os sertões de Curitiba. Nesse encontro, os Kaingang teriam reagido com a expressão: “Cury-Tim” – em que “Cury” significa “vamos” e “Tim”, “depressa” ou “embora”, formando a frase “Vamos embora!”. Essa narrativa sugere uma origem linguística a partir do medo ou da rejeição ao contato com os colonizadores.

Outra versão, vincula a origem do nome de Curitiba aos Guaraní, pois em sua língua “Curi” quer dizer “pinhão, pinheiro” e “tiba” muito, portanto o significado indígena seria terra de “muito pinheiro”. Ambas as narrativas podem conter um certo romantismo e idealização, mas expressam e ilustram bem aspectos do imaginário existente em relação a esses grupos e como ele ainda está presente nos discursos contemporâneos: o povo Tingui, considerado amigável, que auxiliou na escolha do melhor local para o desenvolvimento da vila, em contraste com o povo Kaingang, mais aguerrido e arredio, que optou por se afastar dos colonos.

Contudo, se originalmente o nome fosse “Quereytiba”, como indica o mapa, a matriz linguística “Cury” como prefixo não estaria presente. Segundo o Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena, de Clóvis Chiarata, o termo “curi” em Tupi-Guarani possui significados mais amplos, podendo aludir não apenas a pinhão e pinheiro, mas também a argila vermelha ou até mesmo a “guri”, que significa bagre. Essa polissemia abre espaço para questionamentos sobre a toponímia da cidade e reforça a complexidade do processo de construção do nome.

A discussão sobre a origem do nome Curitiba, que muitas vezes é apresentada como algo consolidado, revela, na verdade, uma base linguística e histórica repleta de incertezas. A grafia “Quereytiba” evidencia não só as múltiplas interpretações possíveis, mas também a maneira como a história da cidade foi construída e reinterpretada ao longo do tempo, frequentemente destinando aos povos indígenas um papel secundário ou folclórico nas narrativas históricas.

Além disso, a variação nos significados de termos como “curi”, que podem aludir a diferentes elementos da natureza, reflete a riqueza e a diversidade das culturas indígenas que foram muitas vezes simplificadas ou mal interpretadas pelos colonizadores. Assim, a toponímia de Curitiba não apenas indica a origem de um nome, mas também revela as camadas de significados e a intersecção de histórias que moldaram a identidade da cidade ao longo do tempo. Essas reflexões nos convidam a reconsiderar a forma como entendemos e narramos a história das relações entre colonizadores e indígenas, evidenciando a necessidade de um olhar mais crítico e abrangente sobre esses processos.

4.2.1 São José dos Pinhais: uma freguesia nos sertões de Curitiba

Para delinear aspectos do cenário do “sertão de Paranaguá” ou “serra acima” (Quereytiba), onde se deu o contato entre indígenas e europeus em contexto local, é essencial compreender a organização administrativa portuguesa utilizada para governar a Colônia. Entre os séculos XVI e XVIII, o território colonial foi dividido em capitanias hereditárias - grandes unidades territoriais subdivididas em comarcas, que por sua vez eram divididas em termos. Dentro dos termos, havia as freguesias, organizadas de acordo com a administração eclesiástica. Essa estrutura administrativa é crucial para localizar os primeiros registros documentais de São José dos Pinhais como freguesia de Curitiba, um espaço de significativa relevância para esta pesquisa.

Os primeiros registros oficiais sobre São José dos Pinhais são de natureza eclesiástica e remontam a 1690, referindo-se à inauguração da Capela Bom Jesus dos Perdões em uma fazenda da região hoje pertencente ao município. Segundo Marochi (2007, p. 54), a capela foi construída na sede da Fazenda Águas Belas, de propriedade do Padre José da Veiga Coutinho. Posteriormente, entre o final do século XVII e o início do XVIII, conforme as investigações da pesquisadora, foi erguida outra capela, a de São José, situada no local onde hoje se encontra a Matriz de São José dos Pinhais.

Não foram localizados ainda, registros exatos sobre quando São José dos Pinhais passou a ser considerada uma freguesia de Curitiba, pois parte desses documentos se perdeu ao longo do tempo. A evidência mais concreta encontra-se no provimento do Ouvidor Raphael Pires Pardinho, datado de 20 de janeiro e 4 de fevereiro de 1721, durante sua visita à Câmara Municipal de Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Pardinho, responsável por organizar e solucionar casos administrativos e judiciais, mencionou a Freguesia de São José nesse documento.

Esse provimento, um “Termo de Abertura” com 129 disposições, estabelece o código de posturas a ser seguido pelos moradores da região, funcionando como uma espécie de conjunto de leis locais (Marochi, 2007, p. 54). Essas disposições tratavam de aspectos administrativos e religiosos, incluindo orientações para a construção de casas próximas à igreja, de forma a incentivar a participação nas celebrações religiosas. Moradores que residissem em áreas mais distantes deveriam construir uma segunda residência, permanecendo temporariamente na freguesia para cumprir suas obrigações religiosas. O termo também detalhava normas para a construção de uma ponte sobre o rio Grande (Iguaçu), enfatizando o uso de bons materiais e restringindo o trânsito de gado em manadas para proteger a estrutura.

Apesar de ter se tornado uma freguesia independente de Curitiba em 1757, os registros eclesiásticos de São José dos Pinhais foram organizados separadamente apenas após uma reorganização conduzida pelo Bispado de São Paulo. Essa divisão está documentada no Livro Tombo 2 (1759–1887) da Igreja Matriz de São José dos Pinhais, onde foram definidos os limites entre as paróquias de Curitiba e São José, permitindo registros independentes (MAROCHI, 2007, p. 64-68).

Os registros mais antigos de São José dos Pinhais, feitos pelo padre João da Veiga Coutinho a partir de 1693, como batismos, casamentos e óbitos, estão arquivados na Catedral Basílica de Curitiba. Esses documentos, em condições precárias devido ao tempo e à falta de conservação, foram remendados em 1882 sob a supervisão do Vigário Geral Júlio Ribeiro de Campos. Embora forneçam um rico material para análise histórica, é possível que muitos eventos não tenham sido registrados ou que registros tenham sido perdidos ao longo do tempo.

Apesar das dificuldades impostas pela má conservação e pela perda de documentos, esses registros fornecem informações valiosas sobre o cotidiano local, incluindo detalhes sobre a população indígena, frequentemente referida nos documentos como “administrados”. A compreensão da estrutura administrativa portuguesa na Colônia foi essencial para contextualizar o período e delimitar os termos usados como critérios de pesquisa, facilitando o acesso a vastos acervos documentais produzidos no Brasil Colonial, como correspondências oficiais, livros tombo das igrejas, atas das câmaras, processos criminais e relatos de aventureiros e viajantes.

Contrariando a narrativa de um “vazio demográfico”, já amplamente desconstruída, evidências históricas e arqueológicas indicam que a região era densamente habitada por diversos grupos indígenas, cujos modos de vida, culturas e trajetórias muitas vezes foram generalizados ou distorcidos pelos registros coloniais. Essa visão comprometida, moldada pelo imaginário do colonizador, ainda carece de maior detalhamento e uma abordagem mais humanizada para revelar a riqueza e complexidade dos povos indígenas que habitavam o território antes e durante o contato com os europeus.

4.2.2 Administração particular dos indígenas: uma prática social na freguesia

Como afirmou Monteiro (1998), é incontestável que os indígenas formaram a base de toda a produção colonial em São Paulo (Monteiro, 1994, p. 133). Sendo a Comarca de Curitiba, no século XVII, parte desse cenário, é crucial compreender como essa realidade se configurou localmente. Nos documentos coloniais analisados, buscou-se observar mais do que apenas a

presença indígena, procurando entender seus modos de vida, identidades culturais, estratégias de sobrevivência e os fluxos de relações que estabeleciam, inclusive com os colonizadores.

Essa abordagem incluiu a análise dialogada entre o conteúdo prescritivo dos documentos e os registros cotidianos, como batismos, casamentos e óbitos. Esses registros, embora normatizados pela colônia, aproximam-se mais da vida local e revelam que capitães e membros da Câmara muitas vezes mantinham indígenas sob sua guarda, em condições que variavam da liberdade nominal à prática de trabalho compulsório.

Para Schwartz (1988, p. 45), havia três formas principais de utilização da mão de obra indígena: escravidão praticada pelos colonos, formação de um campesinato indígena pelos jesuítas e integração como trabalhadores assalariados. Esses processos coexistiam em momentos e locais diferentes, de maneira simultânea e não linear. A legislação proposta pela Coroa Portuguesa buscava, em teoria, equilibrar a catequização e “civilização” dos indígenas com princípios de liberdade e trabalho obrigatório. Entretanto, a prática revelava ambiguidades e contradições, com mecanismos legais que justificavam a coerção e a obtenção de mão de obra, como as “guerras justas” e o “resgate” de indígenas capturados por grupos rivais.

Desde os Regimentos de Tomé de Souza, em 1548, defendia-se a liberdade dos indígenas aliados, subordinando-os, contudo, à Coroa portuguesa. Em 1570, D. Sebastião reafirmou essa liberdade, seguindo a bula papal de Paulo III (1537). Apesar dessas diretrizes, as normas eram frequentemente desrespeitadas, e práticas como a “administração particular” - na qual os indígenas eram nominalmente livres, mas na prática mantidos em condições similares à escravidão - continuaram sendo amplamente utilizadas (Diehl, 2015, p. 6).

Um exemplo dessa distinção aparece no Provimento 108 do Ouvidor Raphael Pires Pardinho, que orientava os juízes a não incluírem os “carijós” e seus descendentes, registrados como “administrados”, nos inventários de bens. Essa medida se devia às leis que declaravam os “carijós” como libertos, “sem valor nem estimação”, em contraste com os africanos escravizados, que possuíam valor patrimonial (Curitiba, 1721, p. 39).³⁵

O Estatuto de 1611, promulgado por Dom Felipe III, flexibilizou as “guerras justas”, permitindo a escravidão indígena em casos específicos, como rebelião ou ataques aos colonos.

³⁵ Em 1906, Francisco de Paula Negrão, tomou posse como diretor do Arquivo Público do Paraná. Foi, quando encontrou os originais de documentações de Curitiba, que estavam em salas da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ele transcreveu manualmente a documentação, datada desde 1693 até 1932. O seu trabalho resultou em livros, organizados volumes, que contém termos de vereança, provimentos, alvarás, resoluções, cartas-régias, prestações de contas e mais uma infinidade de registros de Curitiba e municípios da região. As transcrições do Francisco Negrão, que estão disponíveis na página do Arquivo Público do Paraná, foram fundamentais nesta fase da pesquisa.

Este estatuto foi amplamente citado em correspondências da Câmara de Curitiba, inclusive em 1733, mais de um século após sua criação, demonstrando a relevância contínua de legitimar a presença de cativos indígenas nas vilas. Segundo o documento, os indígenas batizados deveriam ser considerados livres, mas aqueles que resistissem poderiam ser capturados e mantidos como cativos.

O documento esclarecia que os indígenas do Brasil deveriam ser considerados livres, por direito natural, e, uma vez batizados na fé católica, obteriam essa liberdade. Este documento é bastante esclarecedor para entender a ausência de registros de indígenas nos livros de batismos, uma vez que este sacramento, em teoria, os colocaria em outro lugar na sociedade. No entanto, se fizessem guerra aos portugueses, poderiam ser capturados e tornados cativos. Para cada cativo, registrava-se seu nome, origem, idade, circunstâncias do cativeiro, além das informações das pessoas responsáveis pela captura, a fim de permitir a verificação do ocorrido.

Em uma correspondência de 1733, Antônio Luiz de Távora, Conde de Sarzedas, Capitão e Governador Geral da Capitania de São Paulo, informa que indígenas dos aldeamentos próximos às vilas estavam sendo persuadidos a servir em casas de colonos. O Conde, então, ordenava que indígenas sem certidão retornassem às aldeias, sob pena de multa de “cem mil réis” para cobrir as despesas dos soldados destacados e mais “cinquenta mil réis” para quem denunciasse a irregularidade. Caso contrário, os infratores seriam detidos na Fortaleza da Barra de Santos. Para que a população não alegasse “ignorância”, a ordem deveria ser anunciada “ao som de cayxas” (Curitiba, 1733, p. 74).

Embora vários atos e leis tenham sido promulgados para legislar sobre os indígenas, poucas menções aparecem nos documentos oficiais da Câmara de Curitiba. Nas investigações realizadas até o momento, não foi encontrado nenhum registro ou processo criminal ou administrativo relacionado à prática da administração particular irregular de indígenas na região de São José dos Pinhais.

A revogação da administração particular de indígenas ocorreu em 1755, durante as reformas pombalinas, com a promulgação da Lei da Liberdade. Contudo, nos registros de óbitos da Igreja Matriz de São José, cujas datas começam em 1757 - quando a freguesia de São José dos Pinhais se separou de Curitiba -, ainda é possível encontrar uma quantidade significativa de indígenas “administrados”.

Nos registros de óbito, embora não detalhem muitas informações, oferecem subsídios para reflexões sobre temas variados, além de abrir espaço para investigações futuras, inclusive com abordagens quantitativas. A partir das reformas pombalinas e da homologação da Lei da

Liberdade, foi realizado um levantamento dos registros de óbito da Freguesia de São José, nos cinco primeiros anos, gerando hipóteses instigantes.

Um aspecto notável desses registros é a frequência com que o termo “administrado” aparece, acompanhado de informações como o nome do indivíduo, sua situação, o nome do responsável por sua administração, se recebeu os sacramentos e o local do sepultamento. Esses detalhes são menos comuns nos registros de batismo e matrimônio. Aliás, os livros de matrimônio apresentam um estado de conservação inferior, com manchas, rasuras e problemas de digitalização.

Para ilustrar, segue a transcrição do primeiro registro desse tipo, da Euzébia, datado de 1758³⁶:

Aos vinte quatro dias do mez de Agosto de mil settecentos e sinquenta e oito anos faleceu da vida prezente Euzébia administrada de Francisco Bueno da Cunha, filha de Francisca, foy sepultada no adro da capella do Senhor Bom Jezus ora matriz nesta freguesia São José. Para constar fiz este acento. Vigário Joseph Roiz França (São José dos Pinhais, 1852, folha 5).

Os registros de óbito seguiam um protocolo básico, com variações nas informações pessoais dos falecidos. Em uma coluna lateral do livro, anotava-se o nome, o sobrenome em caso de famílias tradicionais, ou algum título como “Capitão”. A situação do falecido também era registrada: “escravo” para africanos, “administrado” para indígenas, “inocente” para crianças - que poderiam ser acompanhadas de outras designações, como “escrava” ou “exposta”, indicando crianças abandonadas.

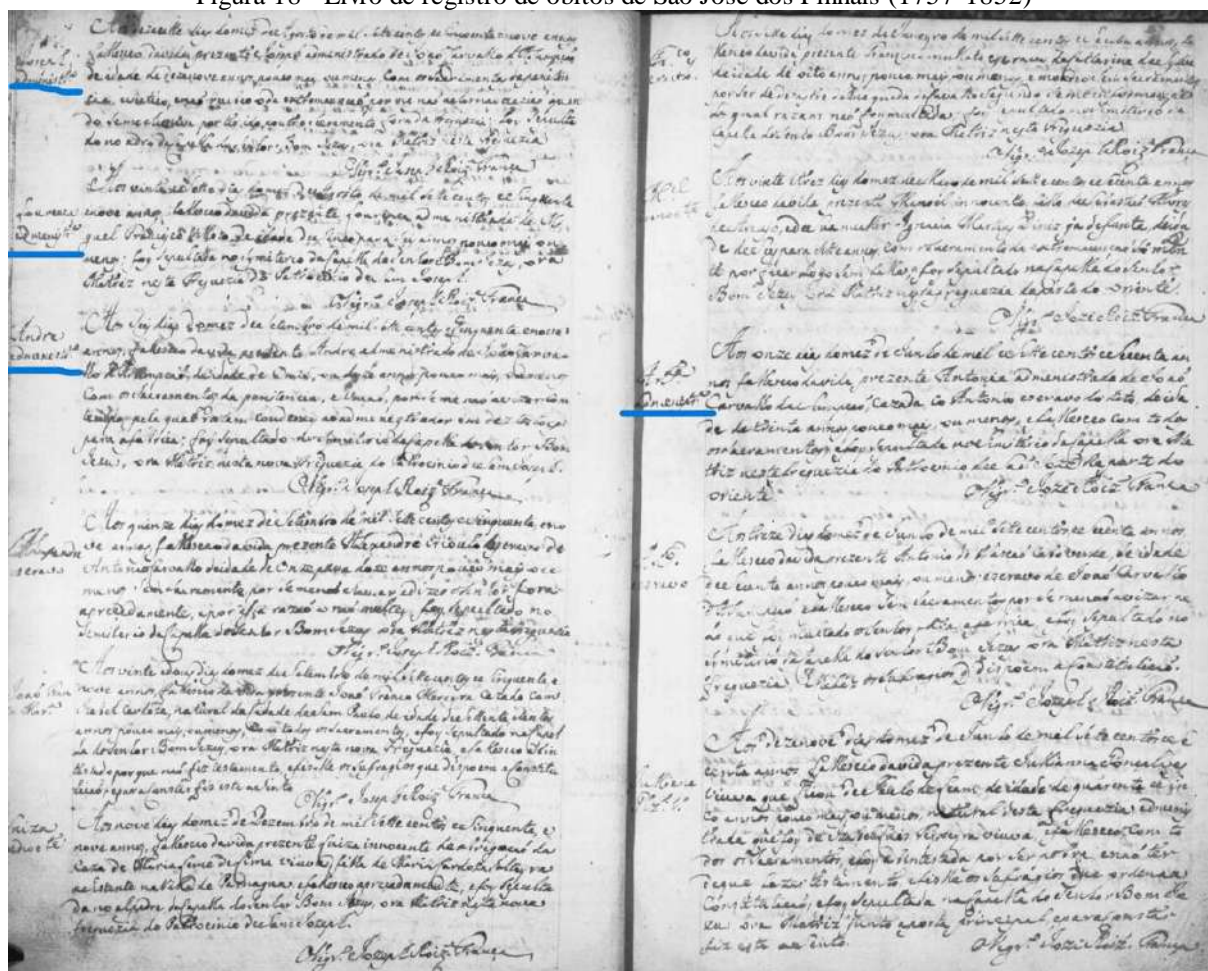
O texto principal do registro incluía a data, nome, sobrenome em alguns casos, estado civil, situação como escravo ou administrado, o nome do administrador, além do local do sepultamento, frequentemente com exatidão. Em alguns casos, constava também a origem do falecido, como Guiné ou Angola, mas informações sobre filiação, idade, causa da morte e recepção dos sacramentos apareciam apenas em casos específicos.

A Figura 17 exemplifica a organização desses registros e a forma sistemática como as informações eram apresentadas, evidenciando a estrutura documental utilizada no período. Nessa representação, é possível observar a disposição das informações, incluindo o termo “administrado”, que aparece registrado logo abaixo do nome da pessoa. Essa categorização reflete não apenas o status jurídico dos indígenas submetidos a essa condição, mas também o controle administrativo exercido sobre eles. Além disso, a padronização dos registros reforça a

³⁶ As transições irão considerar a grafia da época.

importância da documentação como instrumento de legitimação das relações sociais e econômicas na sociedade colonial.

Figura 18 - Livro de registro de óbitos de São José dos Pinhais (1757-1852)



Fonte: São José dos Pinhais (1852, folha 9 e 10).

Os locais de sepultamento refletem o status social dos indivíduos na sociedade colonial portuguesa, que havia se estabelecido em São José dos Pinhais (SJP). Para essa sociedade, assim como para o restante do país, enterrar os mortos em “terras profanas” era inadmissível, razão pela qual os sepultamentos ocorriam nas igrejas, mesmo que, na Europa, essa prática já não fosse comum entre a população em geral. Nos atestados de óbito da Freguesia, percebe-se a importância que os colonos atribuíram ao momento da morte e ao sepultamento em um local sagrado. Morrer sem a bênção de um representante da Igreja Católica e ser enterrado fora de solo bento era inaceitável, podendo inclusive gerar multas para as famílias (Marochi, 2011, p. 247).

Essa mentalidade é evidente nos registros de óbito, especialmente nos locais de sepultamento. Praticamente toda a população era enterrada nas igrejas de Bom Jesus ou São José até a criação do cemitério municipal, instituído também por razões de saúde pública. A

preferência era pelo sepultamento no interior da igreja, considerado um local de maior prestígio; caso não fosse possível, o sepultamento ocorria ao lado, no pátio ou adro. Os registros apontam várias opções de sepultamento: adro, alpendre, interior da igreja, sob o coro, próximo ao degrau, perto da porta da sacristia, confessionário e cemitério da capela (Marochi, 2011, p. 244-245).

O registro de uma criança demonstra como tais informações estão sistematizadas no livro:

Ao primeyro dia do mez de setembro de mil settecentos e sinquenta e oito annos, faleceu faleceu da vida prezente (ilegível) innocente, filho de Antônio de nascão cabo verde, e de Antonia administrada de João Carvalho de Assumpção; foi sepultado no cemyterio da Capella Senhor Bom Jezuz ora Matriz nezta freguezia de Sam Joseph; e para constar fiz este asento. Vigário Jozé Roiz França (São José dos Pinhais, 1852, folha 5).

Para indivíduos classificados como “administrados”, o sepultamento geralmente ocorria em lugares como alpendre, cemitério da capela, adro e, raramente, dentro da matriz. Embora esses locais tivessem um status inferior, o fato de os indígenas administrados serem sepultados ali demonstra sua inserção na organização social e administrativa da cidade. Apesar das lacunas e registros incompletos, o livro de óbito é o mais detalhado para análise, pois os livros de batismo e matrimônio raramente identificam os “administrados”.

Considerando os objetivos e limites desta pesquisa, não se pretende realizar um levantamento quantitativo abrangente desses registros. Optou-se por uma análise amostral, tomando como base o ano de 1772 - o primeiro ano com um censo oficial da população brasileira, o que permite algumas comparações.

Segundo o censo de 1772, a Freguesia de São José dos Pinhais possuía 833 habitantes, dos quais 688 eram pessoas livres e 145 escravizados, o que indica que pouco mais de 21% da população era escravizada. Analisando os registros de óbito do mesmo ano, foram encontrados 15 registros, entre adultos e crianças, sendo 7 de colonos, 4 de escravizados e 3 de administrados. Ou seja, em 1772, 20% dos registros pertenciam a indígenas e 26% a escravizados, uma distribuição próxima dos dados oficiais.

Esses dados, considerados como uma amostra da população local na época, indicam que cerca de 46% da população era composta por escravizados e indígenas administrados (incluindo as crianças). Os indígenas administrados correspondiam a mais de 20% da população, um índice bastante significativo, especialmente tratando-se de uma situação irregular.

Embora o livro de óbitos seja uma fonte útil para traçar aspectos do perfil da população local, ele não constitui um dado censitário, mas uma amostra específica, com algumas limitações. Por exemplo, a mortalidade elevada entre escravizados e indígenas administrados,

devido às suas condições de vida, pode influenciar os registros. Ainda assim, os resultados obtidos são bastante próximos dos dados do censo da época, mesmo sem a contagem exata dos “administrados” disponível nos registros de óbito.

Como demonstrado, apesar da existência de uma legislação que considerava crime a escravização indígena, a prática social divergia. Nos documentos oficiais da administração, até o momento, não se encontrou evidências de fiscalização ou aplicação de multas por tal contravenção em São José dos Pinhais. Mesmo após consultar documentos da Câmara, da Igreja Matriz, correspondências de autoridades e processos criminais, não foi localizado nenhum processo judicial relacionado a essa questão. Isso sugere que o conteúdo legal prescrito estava distante da realidade social local.

Entre os nomes que surgem no livro de óbitos como administradores de indígenas, encontram-se: Francisco Bueno da Cunha, José Carvalho de Assunção, Isabel Luís Teixeira, Miguel Francisco Velloso, Luisa Cardoso, Antonio João da Costa, Antonio Malaquias da Silva, Cardoso Carvalho Pinto, Pedro Carvalho Pinto, Maria Bueno Rocha, Domingos Cardoso de Leal, José da Costa Resende, José Gabriel Silveira, João Gonçalves Teixeira, João da Silva Abreu, Capitão Pedro de Carvalho, Capitão Antônio da Silva, Luis Mathias Marriano, Alfredo Enrique Ferreira de Barros e outros.

Alguns sobrenomes, como “Bueno”, estão ligados aos proprietários pioneiros de sesmarias em São José dos Pinhais, como Antônio Bueno da Veiga, que recebeu grandes extensões de terra em 1719. Já o sobrenome “Pinto” remete a Manoel do Pinto Rêgo, que adquiriu uma sesmaria nos campos dos Ambrósios em 1739 (Marochi, 2023, p. 39). Esses sobrenomes estão relacionados a proprietários de terras livres, cuja presença e atuação também estão registradas em documentos oficiais, como atas e relatórios da Câmara, alvarás e autorizações de comércio. Esses indivíduos ocupavam posições que garantiam a ordem pública e o cumprimento da lei.

No caso dos indígenas administrados, seus registros de óbito geralmente mostram apenas nomes, sem sobrenomes, indicando que esses nomes podem ter sido adotados ou atribuídos para facilitar a integração com a população colonial. São nomes comuns à época, mas que já nos permite atribuir uma primeira identidade para estes sujeitos, assim, aproximar-se de suas histórias de vida. São nomes como José, Antônio, Francisca, Alfredo, Anna, Manoel, Luzia, Paulo, Lourenço, Maria, Josefa, Rita, Juraci, Sebastião, Isabel, Joana, Tomé e Verônica. Muitos desses nomes têm vínculos com a tradição cristã ou com a Coroa, uma prática comum também entre os portugueses.

Porém, alguns registros chamaram a atenção por identificarem o indivíduo como “Carijó”, possivelmente indicando sua origem indígena. O primeiro registro assim é de Luzia Carijó, datado de 1759, sem a notação “administrada”:

Aos vynte e seys dias do mês de fevereiro de mil settecentos e sinquenta e nove anos, faleceo da vida presente Luzia Carijó, mulher cazada com Antonio Carijó; faleceo com o sacramento da penitência e extrema unção; foy sepultada no semitério dacapela do Senhor Bom Jezus na Frequesia de San Joseph, para constar fiz este asento. Vigário José Roiz França (São José dos Pinhais, 1852, p. 7).

Entre os registros que seguiram no livro, não foi localizado nenhum com a identificação de Antônio Carijó, que seria seu esposo. No entanto, apareceram outros registros com a mesma notação, como foi o caso do Sirylo Carijó:

Aos vinte e trez diaz do mês de dezembro de mil sete centos e setenta e cinco anos faleceu da vida presente Sirylo Carijó administrado de Isabel Luiz Teyxeyra com o Sacramento da Penitência e extrema unção pois falecera quase apresadamente: tinha de idade setenta annos pouco mais ou menos, e foy sepultado nesta Igreja Matriz, e fiz lhe os sufragios que dispõem a constituição, e para confirmar fiz este asento. Vigário João da Silva Reis (São José dos Pinhais, 1852, p. 26).

O caso do Syrillo difere da Luzia, pois ele foi registrado como sendo um administrado de Isabel Luis Teixeira, que por sinal, na mesma época administrava pelo menos outros quatro indígenas, o Paulo, o Thomé, a Vitória e a Julianna. E em 1767, tem mais um registro com esta marcação, a do José Carijó, cujo administrador, Domingos Cardoso Leal, foi multado por não ter chamado o Padre para realizar os sacramentos:

Aos doys dias do mês de agosto de mil sete centos e secenta e sete anos faleceu da vida presente José Carijó administrado de Domingos Cardoso de Leam sem os sacramentos, por não ter eu chamado, e condeney o devido adminitrador em sinco tostões; foy sepultado no adro da Matriz desta Freguesia, fiz-lhe os sufragios que dispõem a constituição e para constar fiz este acento. Vigário João da Silva Reis (São José dos Pinhais, 1852, folha 32).

Uma prática notável nos registros de óbito é a presença de mães indígenas solteiras, com filhos ilegítimos, e casamentos entre indígenas e escravizados. Esses casamentos não aparecem nos livros de matrimônio, constam apenas os nomes dos noivos, sem sobrenomes ou informações adicionais. Essa ausência de dados detalhados dificulta cruzamentos e análises aprofundadas, devido à frequência de nomes comuns e ao risco de erros caso a análise não seja minuciosa.

Devido à alta taxa de mortalidade infantil, há uma quantidade considerável de registros de óbito de crianças cujas mães eram “administradas solteiras” ou casadas com escravizados. No entanto, isso nem sempre era o caso. Um registro de 1759 ilustra a diversidade de relações estabelecidas na época:

Aos vynte e seys dyas dos mês de julho de mil setecentos e sinquenta e nove anos, faleceo da vida presente Paulo de Leam casado com Julianna administrada de Isabel Luis Teixeira mulher viúva e natural desta mesma freguesia (ilegível) de idade de quarenta e tantos anos, pouco mais ou menos, com todos os sacramentos foi sepultado na capela do Senhor Bom Jezuz, ora Matriz desta Freguesia e não fez testamento por ser pobre, lhe fiz os sufragios que dispõem a constituição. Vigário José Roiz França (São José dos Pinhais, 1757-1852, folha 30).

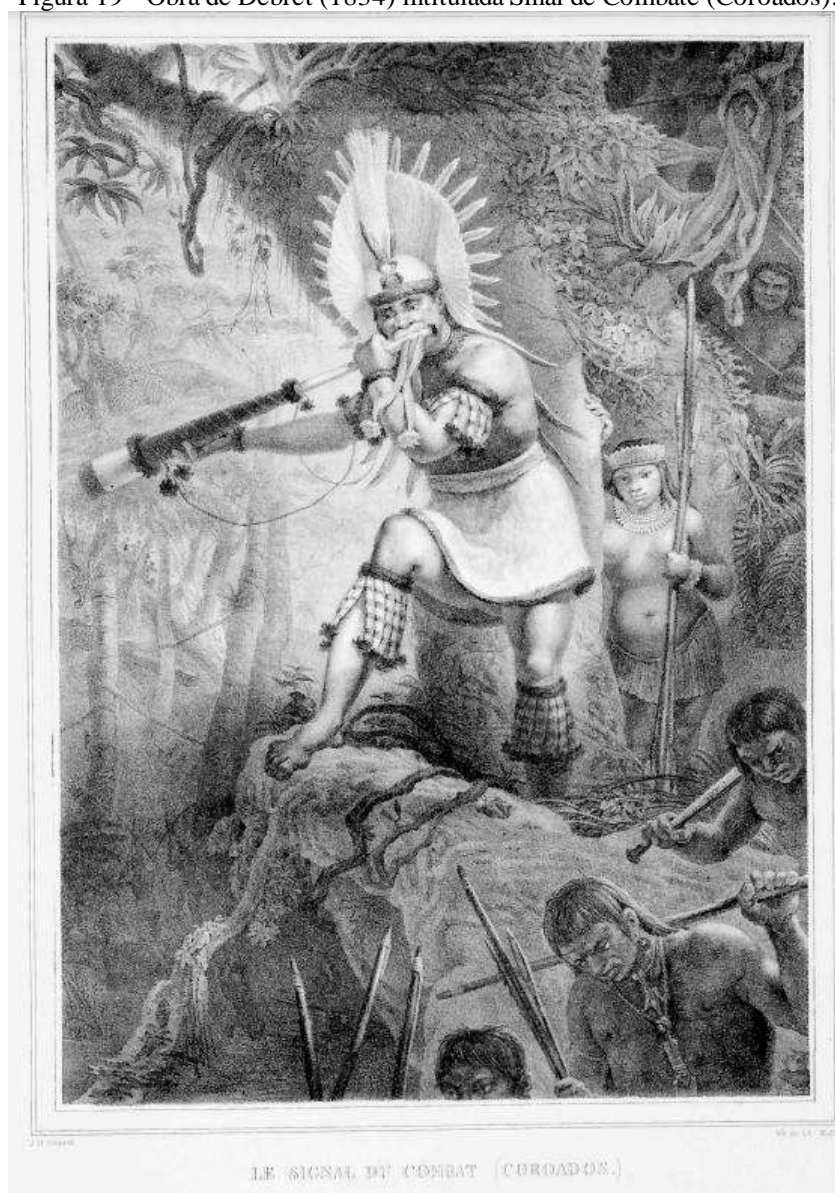
A presença de indígenas administrados nas vilas e freguesias do Planalto Curitibano também chamou a atenção de Saint-Hilaire. Durante uma visita à Comarca de Curitiba, chamou-lhe a atenção as indígenas que trabalhavam na casa do Capitão-mor local em que ficou hospedado por nove dias, tempo além do planejado, pois chovia continuamente. Tratava-se de uma casa de campo situada em uma colina a pequena distância de Curitiba, com uma vista para a Serra de Paranaguá, rodeada de campos verdejantes intercalados com árvores de Araucária. Ao sudeste, ele avistava a Paróquia de São José dos Pinhais, mas não conseguia ver Curitiba, pois esta ficava em uma depressão, ocultada por uma colina (Hilaire, 1953).

Não foi localizada uma análise mais profunda a respeito da localização exata da casa de campo do Capitão-mor, mas, considerando aspectos da descrição feita por Saint-Hilaire - como a curta distância até Curitiba, a visão da Serra do Mar e da Capela da Freguesia de São José ao Sudeste, e a presença de matas com Araucárias -, é provável que a propriedade estivesse situada onde hoje é Piraquara, área que na época pertencia a São José dos Pinhais. Saint-Hilaire descreveu a hospitalidade do Capitão-mor, que o acompanhava em todas as refeições, com jantares que começavam ao estilo francês, algo que o viajante ainda não havia visto em outra parte do Brasil.

Curiosamente, Saint-Hilaire não menciona o nome do Capitão-mor, apesar de seu estilo narrativo detalhado. Em uma consulta a um Termo de Vereança de novembro de 1819, que lista os oficiais que serviriam à Câmara em 1820, aparece o nome do Capitão-mor Manoel Glz Guim.

Durante sua hospedagem, Saint-Hilaire relatou a presença de uma jovem originária de Guarapuava, pertencente a uma das “tribos” de “índios” que mantinham uma pequena “tonsura” no meio da cabeça, o que lhes valia o apelido de “Coroados”. Esta característica também foi retratada por Debret em 1834. Embora o relato de Saint Hilaire seja um pouco extenso, ele é valioso para entendermos mais sobre o cotidiano dessas mulheres indígenas que viviam como administradas nas casas dos colonos.

Figura 19 - Obra de Debret (1834) intitulada Sinal de Combate (Coroados):



Fonte: Debret (1834, p. 29).

Saint-Hilaire aproveitou o contato com uma das jovens indígenas para aprender algumas palavras na “língua dos Botocudos”. Pediu que ela lhe ditasse palavras, que ele anotou e, em seguida, leu para outra mulher da mesma nação, corrigindo as inexatidões. Esse método permitia-lhe reunir palavras e construir um pequeno vocabulário, que incluiu em seu relato (Hilaire, 1953, p. 125). Essa narrativa revela que, em sua estadia, seu contato não foi apenas com uma indígena, mas sim com duas.

Saint-Hilaire destacou a semelhança entre a língua dos “Botocudos” de Guarapuava em relação aos “Guianás”, apesar de alguns vocábulos não representarem as mesmas palavras, no entanto, segundo ele seria muito provável que as duas “tribos” tinham a mesma origem:

Em verdade a palavra piré, que entre Coroados de Guarapuava, significa peixe, tem grande semelhança com a palavra pira, cujo sentido é o mesmo. Mas existindo tantas diferenças entre outras palavras, abster-me-ei de concluir, firmando apenas emremota analogia, que os Coroados descendem dos Guaranis (Hilaire, 1953, p. 125).

Além de aspectos linguísticos, a beleza das indígenas também chamou a atenção de Saint-Hilaire. Ele descreveu suas feições como belas, com cabeças redondas, ombros ligeiramente estreitos, olhos divergentes, porém vívidos e expressivos. Seus traços mostravam doçura, e a pele era de um tom trigueiro claro. Embora elas não tenham dito o nome de suas “tribos”, mencionaram ao menos duas inimigas: os “Socrés”, conhecidos por perfurar o lábio inferior, e os “Taoytayas”, que não tinham essa prática nem faziam a “tonsura” no alto da cabeça. Essas informações levaram Hilaire a refletir sobre a ideia de identidade indígena: enquanto não possuíam um nome que os definisse como um grupo único, identificavam o inimigo, o outro, através de diferentes nomes, o que dificultava o entendimento daqueles que registravam suas histórias (Hilaire, 1953, p. 132).

No final de sua narrativa sobre a estadia na região, Hilaire comenta sobre uma bebida inebriante feita de milho, que as indígenas de Guarapuava disseram que seu povo costumava preparar. Assavam o milho, mastigavam-no e deixavam-no fermentar, processo semelhante ao do cauim dos Tupinambás, que, entretanto, cozinhavam o milho. Mesmo com essas semelhanças, Saint-Hilaire não acreditava que isso indicava uma origem comum entre esses povos.

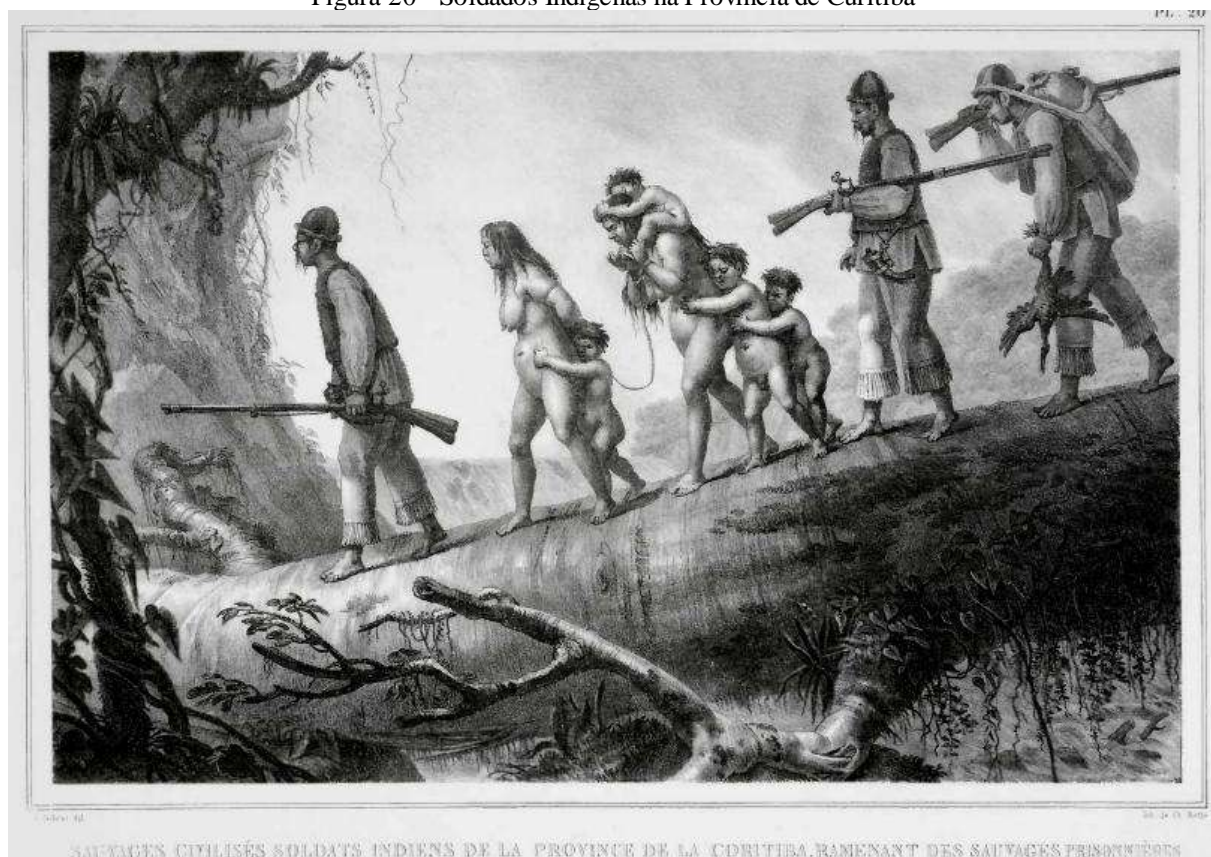
Em um capítulo sobre sua viagem a Paranaguá, Saint-Hilaire observou o método de beneficiamento da erva-mate nos arredores de Curitiba. Segundo ele, o processo era semelhante ao dos paraguaios, mas de qualidade inferior. Por isso, o Capitão-mor do Distrito planejava forçar seus “administrados” a adotar esse método, visando obter preços melhores nas exportações para Montevideu e Buenos Aires.

Esse relato mostra que o trabalho dos indígenas não se limitava ao doméstico, como o das moças com quem Saint-Hilaire conversou. Ele também englobava etapas da produção agrícola local, principalmente para abastecimento externo. Saint-Hilaire observou que a terra era amplamente utilizada para a agricultura, com pouca criação de gado, e mais florestas do que pastagens. Sua descrição sugere a presença de diferentes grupos indígenas na região, como os “Coroados”, além dos “Carijós” registrados no livro de óbito, delineando uma diversidade étnica indígena no território.

Outro observador desse período foi Debret, que, em 1834, publicou em Paris, “Viagem Pitoresca e Histórica Pelo Brasil”, ilustrada com representações da sociedade brasileira da época. Organizada em três volumes, a obra dedica o primeiro aos indígenas e à natureza. Na

expedição pela província de São Paulo, Debret passou pela Comarca de Curitiba e registrou, com seu olhar artístico, cenas até então pouco documentadas, mas que se mantêm relevantes até hoje. Entre as imagens está uma representação dos soldados indígenas na Província de Curitiba, frequentemente citada como um clássico visual do período (Figura 20).

Figura 20 - Soldados Indígenas na Província de Curitiba



Fonte: Debret (1834, p. 38).

Debret observou que, na Província de São Paulo, Comarca de Curitiba, as aldeias eram habitadas por caçadores de “índios”, contratados pelo governo para combater os indígenas que resistiam à ocupação e gradualmente expulsá-los de suas terras. Esses caçadores também eram mobilizados para servir aos colonos nas cidades. Debret detalha aspectos que o impactaram durante sua expedição, e suas experiências inspiraram as iconografias que produziu. Em sua obra, ele retrata cenas de indígenas vivendo nas cidades e servindo à população não indígena (Debret, 1834, p. 36).

Neste estudo, buscamos explorar a presença dos “administrados” na região, utilizando diversas fontes para desvendar elementos do cotidiano dessas pessoas. Muitos dados apresentados merecem aprofundamento, pois são registros valiosos que podem responder a outras questões e ajudar a sistematizar as narrativas sobre a presença indígena. Entre essas

fontes, os registros de batismo, óbito e casamento oferecem uma base para tentar mapear vínculos familiares e convivências entre os indígenas.

Dado que faltam informações mais detalhadas sobre os indígenas, uma abordagem alternativa seria estudar os administradores e, a partir deles, inferir dados sobre os administrados, incluindo seus locais de moradia, distribuição territorial e áreas de concentração. O Capitão-mor que recebeu Saint-Hilaire, por exemplo, permanece um personagem pouco estudado. Embora uma pesquisa preliminar não tenha trazido muitos dados, um exame mais profundo poderia revelar informações importantes sobre as dinâmicas de poder e convivência da época.

São muitas possibilidades, algumas inclusive quase fizeram a autora desta pesquisa perder o foco e dedicar quase obsessivamente horas, dias, tentando encontrar mais pontas que estavam soltas a fim de melhor amarrar a narrativa. No entanto, tentar abraçar todas as possibilidades acabam afastando do objetivo principal deste texto, da sistematização da narrativa Etno-histórica para São José dos Pinhais, e, para isso, fez-se necessário abandonar algumas pontas soltas mesmo, deixá-las para os futuros pesquisadores as amarrarem.

Um primeiro ponto desse emaranhado de dados foi amarrado, ou sistematizado, a identificação de três etnias indígenas presentes em São José dos Pinhais no período da fundação da freguesia - os Guarani, referidos como “Carijós” nos documentos, e os Kaingang, conhecidos como “Coroados”. Embora os documentos frequentemente utilizem o termo genérico “administrados”, há também evidências da presença dos Laklãnõ-Xokleng, sobre os quais fontes e detalhes serão analisados mais adiante.

4.2.3 Indígenas na Freguesia: uma presença desconfortável

Compreender a formação do território de um município envolve entender quem o habitava antes de seus limites serem idealizados e como a chegada dos conquistadores europeus impôs um novo cenário nesse espaço. Criou-se uma narrativa de vazio demográfico ou desuso da terra para legitimar sua exploração e apropriação. Para que o cenário de vazio se estabelecesse, as identidades daqueles que aqui habitavam precisavam ser negadas, silenciadas ou esquecidas, pois o “território despovoado” e “improdutivo” daria lugar a uma frente civilizatória, marcada pela fundação de vilas e cidades.

Entre as estratégias portuguesas de colonização, destacava-se a integração e o “amansamento” dos indígenas, por meio de brindes, por exemplo, seguidos de aldeamentos. Uma das táticas envolvia o contato com grupos específicos, fortalecendo os interesses do governo. No entanto, isso não significa que os indígenas não agiam de forma estratégica

também, estabelecendo alianças com quem lhes era conveniente. Afinal, tratava-se de povos com uma relação distinta com a terra e o território, se comparados aos portugueses.

Para a etnia Guarani, a noção de território é polissêmica, ela é muito mais do que meio de subsistência, como observou o pesquisador Pinheiro (2018, p. 88), o território é muito mais do que um meio de subsistência: ele é a base da existência de tudo e de todos. Não se trata apenas de um recurso natural, mas sim de um bem sociocultural, relacionado à vida coletiva. O território tem a função de satisfazer as necessidades de todos os membros de uma etnia indígena ou de um grupo familiar. Assim, pensar o território como parte de um processo coletivo, e não como algo individual ou privado, pode explicar as alianças estabelecidas pelos Guarani com os colonizadores, buscando um uso compartilhado da terra. Para eles, a terra não pertence ao indivíduo, mas é uma dádiva a ser usufruída respeitosamente por todos. Essa visão contrastava com a ideia de propriedade privada defendida pelos portugueses, tanto em sua terra natal quanto na colônia, pois se consideravam responsáveis por “civilizar” os indígenas.

Entre os Kaingang as estratégias eram diferentes. Em geral, sua maneira de interação social com o “outro” é diferente dos Guarani, eles primeiro observam para conhecer e aprender as estratégias do “outro”, assim, assim, inicialmente eles não buscavam estabelecer vínculos diplomáticos com os colonizadores e, por isso, eram vistos como “Tapuias”. Grande parte dos sertões paulistas, que atualmente compõem o Paraná, era território Kaingang e alvo de violentas investidas. Na época da ocupação do Planalto Curitibano, a nação Kaingang já conhecia as regras da conquista, empreendidas desde o século XVI, bem como as formas persuasivas com que os invasores tentavam convencê-los a se render e aceitar brindes, para depois transformá-los em escravos. Certamente, alguns grupos mantinham relações com missões jesuíticas do Guairá, pois “[...] pareciam estar cientes da presença dos soldados, fossem inimigos ou não, e do perigo que seu aparato militar representava” (Fortes, 2014, p. 76).

Entre os Laklãnõ-Xokleng, o isolamento foi uma constante. Vistos como um obstáculo ao crescimento econômico e demográfico da colônia, eram frequentemente alvo de expedições militares e ações violentas. Documentos da época mencionam expedições autorizadas para a eliminação dos “bugres”, especialmente na região sul da freguesia, hoje Tijucas do Sul, próximo aos limites com Santa Catarina, onde os Laklãnõ-Xokleng são mais numerosos atualmente. Vestígios pré-coloniais, como construções subterrâneas apelidadas de “buracos de bugre”, indicam a presença desses grupos em São José dos Pinhais.

Em um Ofício da Câmara de Curitiba, consta uma solicitação do Inspetor do Quarteirão, solicitando autorização para uma diligência no distrito dos Ambrósios, pois havia acontecido um desastre fatal, quando cerca de duzentos “bugres” de ambos os sexos, teriam matado cinco

pessoas de uma mesma família, com varadas, grandes flechas, lanças e bordoadas. Considerando a brutalidade do ocorrido, o grande número de “bugres” envolvidos no incidente, o Inspetor solicita pólvora e munição para reestabelecer a ordem pública e repelir a ação dos indígenas (Curitiba, 1839, p. 8).

Cada grupo indígena teve uma forma distinta de lidar com os colonizadores que se estabeleciam na região do Planalto Curitibano. O que pouco variava era a visão dos colonizadores sobre esses povos: eles eram vistos como almas a serem salvas ou como mão de obra para mineração, agricultura, trabalhos domésticos, atuação como guias, tradutores, entre outros. Como detalhado anteriormente, a vila de Curitiba e suas freguesias surgiram estrategicamente em um território de interesse da Colônia, inicialmente sob a justificativa do desenvolvimento de atividades mineradoras, que posteriormente foram substituídas por outras atividades econômicas.

Os primeiros povoados que surgiram na região eram simples e pobres, como ilustrado no mapa em que Curitiba foi mencionada pela primeira vez. O pesquisador Ianni (1988, p. 21) analisou fontes documentais sobre a organização das repartições da época, demonstrando que a economia local era de subsistência, paralela à mineração. Os indivíduos, em sua maioria, eram mineradores, agricultores e criadores. Inicialmente, apenas o ouro era exportado como produto comercial. Nesse cenário de pobreza, predominavam os portugueses, os indígenas escravizados, tanto “Carijó” quanto “Coroadó”, e os mestiços (Ianni, 1988, p. 24).

A análise histórica revela a complexidade das relações entre indígenas e colonizadores. As estratégias indígenas variavam, indo desde alianças com os portugueses até a recusa total de contato. Contudo, a visão dos colonizadores permanecia limitada: os indígenas eram tratados ora como aliados úteis, ora como obstáculos a serem eliminados.

A presença de “*administrados*” e “*escravos*” foi observada na freguesia de São José dos Pinhais ao longo do século XVIII, especialmente nos registros de óbitos, que revelam progressivamente um aumento na presença de africanos. Entre os registros, é possível identificar provenientes da Angola e Guiné. Essa mudança acompanha o contexto de fundação de arraiais, vilas e povoados no Planalto Curitibano, impactando diretamente os povos originários da região, que passaram a integrar a estrutura econômica colonial como “escravos” ou “administrados”. Contudo, sua existência não se limitava às condições impostas, especialmente devido à ausência de aldeamentos na área.

No primeiro volume dos documentos referentes à fundação da Vila de Curitiba, na seção “Documentos Diversos”, há uma correspondência do Capitão Gaspar Teixeira de Azevedo, datada de 1668, endereçada ao Capitão Manoel Picão de Carvalho. Nela, ordenava-se que todos os “índios”

em posse de qualquer pessoa fossem recolhidos, pois deveriam pertencer às Aldeias de São Paulo e de São João da Vila da Conceição (Curitiba, 1721, p. 39). Considerando a data da correspondência, já se tem certeza de que São José dos Pinhais possuía um núcleo populacional, cujos registros estão vinculados à capela Bom Jesus dos Perdões. Entretanto, como os registros eclesiásticos da época se perderam, seu conteúdo não pode ser objeto de análise.

Ainda no mesmo volume, encontra-se uma carta do Governador Arthur de Sá e Meneses, endereçada aos Oficiais da Câmara de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, ordenando que os "índios" presentes nas vilas fossem conduzidos imediatamente às suas aldeias. Aqueles que resistissem deveriam ser "asperamente" castigados. A carta também solicitava a designação de pessoas para conduzir os "índios", incumbindo os oficiais da Câmara de Curitiba e das demais vilas dessa tarefa (Curitiba, 1721, p. 69).

Esses trechos exemplificam o desconforto que a presença indígena causava aos colonizadores, que rapidamente legislavam para estabelecer que os espaços das vilas não deveriam ser ocupados por indígenas. O lugar deles era nos aldeamentos, onde seriam catequizados e "civilizados". A agilidade em orientar os oficiais da Câmara de Curitiba a recolherem os indígenas, mesmo contra a vontade destes, e levá-los aos aldeamentos, explica a escassez de registros "oficiais" desses grupos na região. Ainda que sua presença fosse condenada, ela existia e sustentava uma estrutura econômica local.

Os documentos também revelam aspectos sobre os aldeamentos, considerados o local adequado para acolher os indígenas, os quais deveriam ser administrados por religiosos da Companhia de Jesus por um período de "três anos". Na ausência dos jesuítas, qualquer clérigo que soubesse se comunicar com os indígenas poderia desempenhar essa função. Organizadas com aproximadamente trezentos casais, as aldeias deveriam cultivar a terra e aprender ofícios para subsistência. Os indígenas cativos poderiam ser comercializados, e o comprador teria a posse por dez anos, ao fim dos quais eles seriam libertos, podendo morar e comercializar nas capitanias.

Também foi estabelecida a jurisdição dos aldeamentos, com capitães agindo como juízes em causas envolvendo indígenas. Casos mais complexos poderiam ser apelados para o Ouvidor da Capitania. Próximo ao final do documento, ordena-se a libertação dos indígenas cativos que não tivessem sido escravizados por um processo "justo".

Em um Provimento de 1774, consta a "Lei sobre os Carijós", em que Dom João ordena ao Capitão-General da Capitania de São Paulo que os "Paulistas" não poderiam explorar o interior em busca de ouro acompanhados de indígenas, e que a administração destes deveria ser transferida para outras pessoas ou herdeiros (Curitiba, 1733, p. 3). Esse documento reflete a

postura rigorosa em relação aos que abrigavam indígenas nas vilas, onde seu lugar era considerado nos aldeamentos.

Uma Ordem Real de 1746 ordenava providências para a criação de um “carimbo de ferro com a letra F”, para marcar os “negros calhambolhados e vadios fugitivos”, capturados por Capitães do Mato e outros encarregados. Em companhia de outros “negros, carijós e bastardos”, esses homens eram incumbidos de capturar e punir os fugitivos, com autorização para atirar e matar se resistissem (Curitiba, 1743, p. 3). Essa ordem ilustra o papel imposto a indígenas e negros na sociedade colonial da época.

Grande parte das menções aos indígenas nos documentos oficiais da Comarca de Curitiba estão em correspondências, atas e registros administrativos, geralmente sobre “projetos de conquista, catequese e civilização dos índios”, ou relatos de ataques e invasões a propriedades dos colonos, referidos como “correrias dos índios”. Com a independência administrativa do Paraná em 1853, o cenário local foi afetado, incluindo a população indígena, que resistia às ofensivas de extermínio. Essa data marca o início de fontes documentais mais específicas, como Relatórios de Governo e correspondências dos Secretários de Governo.

Documentos do Arquivo Público do Paraná sobre a presença indígena em São José dos Pinhais são escassos, em contraste com os registros mais abundantes em Curitiba. Na dissertação de mestrado de Pedro Fortes (2014), ele apresenta uma análise minuciosa das fontes históricas, observando um cenário de disputas entre autoridades provinciais e lideranças indígenas no Planalto Curitibano.

A presença se refere situações extremamente distintas, indígenas que buscam refúgio de alguém ataque a aldeamentos, a busca pelos brinde e ferramentas, sua prisão pelas autoridades policiais, à prestação de algum esclarecimento solicitado, ou mesmo, a reivindicação de terras e o descontentamento com os órgãos e metodologias da política indigenista. A emancipação política do Paraná em 1853 revelou-se com o tempo em um espaço propício para o fortalecimento da política de algumas lideranças indígenas junto à administração provincial, política esta, cabe dizer, distinta em seu formato geral e nos seus objetivos. Entretanto, a atuação política dos índios nas cidades estava proibida, e quando não esteve, foram movidos esforços para suprimi-las e minimizar seus impactos (Fortes, 2014, p. 119).

Devido à proximidade de São José dos Pinhais com Curitiba, as expedições organizadas para Guarapuava também exigiam a mobilização da população da freguesia, que em geral era pequena. Nessas expedições, era comum o retorno com indígenas capturados, que seriam utilizados para diversas atividades cotidianas, como relatado por Saint-Hilaire em suas conversas com os indígenas durante sua estadia em Curitiba (Hilaire, 1964).

Em relação a São José dos Pinhais, observa-se uma menor variedade de situações documentadas em comparação a Curitiba. Os registros costumam se referir a invasões,

avistamentos e perseguições a indígenas na região dos Ambrósios, atualmente parte do município de Tijucas do Sul. Enquanto Curitiba recebia mais visitas de indígenas, especialmente de lideranças que buscavam estabelecer relações políticas, abrigo, brindes e ferramentas, em São José dos Pinhais prevalecia uma atitude de afastamento forçado dos chamados “selvagens”, gerando pânico a cada novo avistamento. Esse padrão mental se reflete no relatório do Presidente da Província de 1854.

Tive já ocasião de dizer-vos que os índios selvagens mais de uma vez tem ameaçado a segurança dos habitantes dos Ambrósios, distrito de São José dos Pinhais. Agora de comunicar-vos, que a força organizada pelo chefe de polícia em defesa dos habitantes daqueles lugares, de acordo com as instruções, que recebera do referido magistrado, conseguiu o fim proposto sem cometer atos de barbaridade, que caracterizaram as “bandeiras” (Paraná, 1854, p. 61-68).

O documento menciona, em seguida, um grupo de nove indígenas que foi interceptado por uma diligência organizada para conter os chamados “selvagens” no distrito dos Ambrósios. Esse grupo incluía uma idosa, bebês e jovens, provavelmente os mais vulneráveis, enquanto os membros mais fortes e saudáveis teriam preferido manter a distância. O relato destaca os sentimentos contraditórios que os indígenas despertavam: um misto de desprezo, ao serem vistos como “rudes” e “interesseiros”, e o senso de “dever cristão” dos colonizadores brancos de garantir que recebessem o evangelho para serem “incorporados à sociedade”.

Surpreendeu esta diligência um troço de índios, que, no meado de maio último, enviou ao chefe de polícia: compunha-se de 9 pessoas, contando-se uma velha que parecia orçar por 80 anos, uma criança de poucos dias de nascida e, entre esses dois extremos, rapazes e raparigas de 14 anos para baixo. Seria muito conveniente, e houve desígnio de fazer voltar às matas a octogenária e mais os rapazes e raparigas, cuja idade e forças concentrissem, com dádivas, que em gente rude e interesseira produzem forte impressão e os predispõe a receber o evangelho e abraçar a vida social. A morte, porém, da velha, e de três índios um tanto crescidos, provenientes ou de pura nostalgia, ou de moléstias, que produz a mudança de regime e modo de viver, veio, dentro em pouco tempo, impossibilitando qualquer intento nesse sentido. Foram entregues mediante um termo, que estas pessoas assinaram (Paraná, 1854, p. 61-68).

O trecho também evidencia dois outros aspectos: a elevada mortalidade dos indígenas devido a doenças para as quais não possuíam imunidade, e a prática de colocar indígenas sob a administração de cidadãos locais por meio de termos, cujo conteúdo, contudo, não foi localizado. Documentos da Igreja mostram que a freguesia, e posteriormente a cidade de São José dos Pinhais, contava com muitos “administrados”, que realizavam diversas atividades para atender às necessidades de seus “administradores”, conforme detalhado no item anterior

Ainda, é possível aproximar-se da narrativa coletada por Pripá (2021, p. 24), entre um dos anciãos da terra indígena Laklãnõ-Xokleng em Ibirama/SC, o Cangó Patté, que relatou que os caçadores de indígenas os perseguiram por vários dias, aguardando o momento oportuno para

atacar. Esse momento, geralmente ao amanhecer, era escolhido porque o grupo se encontrava em sono profundo, facilitando o massacre completo. Em muitas dessas situações, apenas mulheres e crianças sobreviviam, sendo capturadas e exibidas como troféus nas grandes cidades. Algumas dessas pessoas eram entregues para adoção, enquanto outras eram enviadas para conventos, onde recebiam instrução nos costumes dos “civilizados”.

Conforme Patté explicou, a decisão de formar alianças com os brancos teria sido motivada pela necessidade de interromper as mortes, uma vez que muitos familiares já haviam perdido a vida, e os líderes queriam evitar o derramamento de mais sangue entre seus parentes.

As análises dos registros e documentos históricos sobre a freguesia de São José dos Pinhais, em especial aqueles relacionados aos indígenas, revelam um contexto complexo e multifacetado de interações entre os povos originários e os colonizadores. Desde o século XVII, a presença indígena era vista com desconfiança e desprezo pelos colonizadores, que viam esses grupos ora como “selvagens” e ameaças à “ordem pública”, ora como mão de obra disponível para sustentar a economia local. Ao mesmo tempo, havia uma visão paternalista e “civilizadora” dos colonizadores, que viam a evangelização e a incorporação forçada dos indígenas como uma missão cristã, embora, na prática, muitas vezes essa incorporação estivesse associada à submissão e ao trabalho compulsório.

A escassez de registros formais sobre os indígenas e a concentração de menções a eventos de conflito – como as “correrias dos indígenas” nos Ambrósios – evidenciam o esforço para suprimir ou invisibilizar a presença indígena no cotidiano da freguesia. No entanto, os registros eclesiásticos e alguns documentos administrativos revelam indícios de que os indígenas estavam integrados à vida econômica e social da freguesia, ainda que sob condições restritivas e subordinadas aos interesses coloniais.

Além disso, o alto índice de mortalidade indígena devido a doenças e o despreparo das autoridades em lidar com as questões de direitos e autonomia dos povos originários reforçam o impacto devastador da colonização sobre esses grupos. Assim, a presença indígena em São José dos Pinhais não foi apagada completamente, mas reinterpretada e relegada a uma condição de subserviência, enquanto a estrutura econômica da freguesia dependia, em parte, de seu trabalho.

Essas conclusões ressaltam o papel dos povos indígenas na história local, desmistificando a ideia de um “vazio” indígena e trazendo à tona a resiliência dos povos originários, que, mesmo em meio a um contexto hostil, resistiram, se adaptaram e mantiveram suas identidades, mesmo que, por vezes, em registros fragmentados e silenciados.

Considerando que a maioria das fontes formais tem como assunto principal as “*correrias dos indígenas*” nos Ambrósios, o conteúdo destas fontes, foi justamente o objeto de uma análise mais aprofundada na sequência.

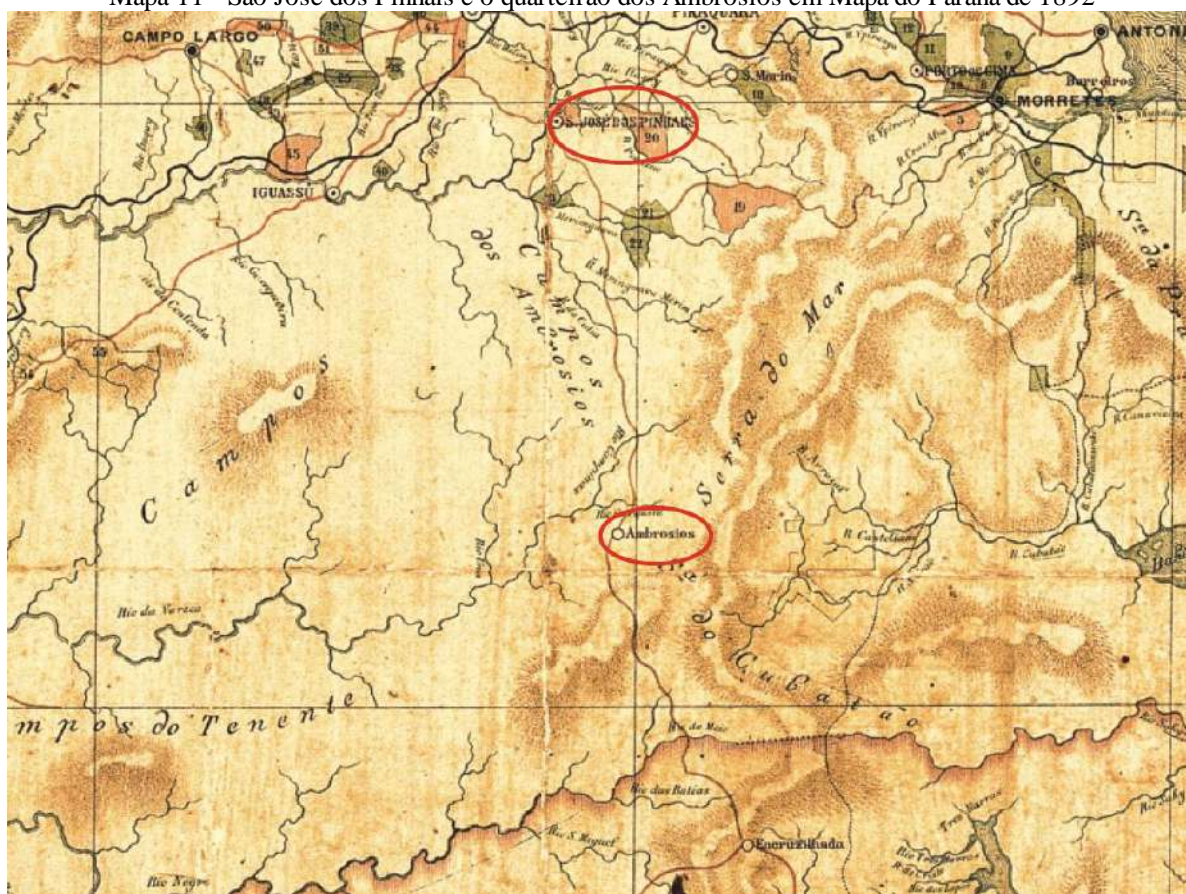
4.2.4 Territórios de resistência: “as correrias dos indígenas” nos campos dos Ambrósios

A criação da Comarca de Curitiba e o surgimento de vilas coloniais no Planalto Curitibano marcaram um processo de organização e delimitação territorial. Nesse contexto, a Freguesia de São José, originada com a construção da Capela Bom Jesus dos Perdões, destaca-se como um exemplo da consolidação da ocupação portuguesa na região. O Ouvidor Pardinho desempenhou um papel fundamental ao delimitar um território ao sul da Capitania de São Paulo, ainda considerado “sertões sem dono” (Marochi, 2016). Essa região apresentava fronteiras indefinidas, dificultando uma gestão territorial abrangente.

A região dos Ambrósios, hoje pertencente ao município de Tijucas do Sul, destaca-se como área de resistência indígena, especialmente dos Laklãnõ-Xokleng. Documentos históricos, como as correspondências do General Antônio da Silva Pimentel, relatam a presença desses indígenas na área e os esforços governamentais para conter suas incursões contra fazendas locais. Essas movimentações indígenas enfatizam a resistência dos Laklãnõ-Xokleng contra a ocupação de suas terras, o que levou o governo a tomar medidas sistemáticas, como o envio de Manoel Roiz da Mota para controlar os “gentios da vacaria”.

Um mapa organizado pelo engenheiro Manoel Francisco Ferreira Correia (1892), intitulado “Zona Colonizada do Estado do Paraná”, ilustra o contexto territorial em questão. Embora datado do final do século XIX, o mapa é um dos mais antigos do Estado e revela a imensidão do território de São José dos Pinhais, cujos limites alcançavam Santa Catarina. A região dos Ambrósios, destacada no mapa, era uma área estratégica para a resistência indígena.

Mapa 11 - São José dos Pinhais e o quartirão dos Ambrósios em Mapa do Paraná de 1892



Fonte: Estado do Paraná (1892).

Durante o século XIX, ocorreram diversos episódios de “correrias indígenas”. Um deles, em 1839, resultou na morte de cinco membros de uma mesma família no quartirão dos Ambrósios. Conforme registrado na ata volume 51, da Câmara de Curitiba (1839 p. 8), o Juiz de Paz da Freguesia de São José relatou o incidente como um "total desastre", envolvendo aproximadamente duzentos indígenas armados.

No dia 16 do corrente haver acontecido fatal desastre de terem saído naquele quartirão os Bugres calculando-se a duzentos ou pouco menos de ambos os sexos, e sido infelizes vítimas cinco pessoas, uma mãe e quatro filhos, varadas com grandes flechas, lanças e bordoadas (Câmara de Curitiba, 1839, p. 8).

A fim de reestabelecer o sossego público, o Juiz de Paz da Freguesia ressalta a necessidade de diligências para afugentar os indígenas, mais meia arroba de pólvora e balas. Em discussão entre os vereadores, ofereceu-se seis libras de pólvora, mais duas libras e balas que foram ofertadas por um reverendo. Em 1841, talvez ainda impactados e com medo do ocorrido, houve novo registro do Presidente da Câmara de Curitiba, solicitando de munição, para proteção contra as incursões indígenas no distrito de São José, para isso era necessária a liberação de munição e pólvora, a fim de que se evitasse qualquer tipo de atentado.

Desta vez, possivelmente ciente do que foi deliberado pela Câmara em 1838, o Juiz de Paz deixa claro que saber da existência de munição na Câmara de Curitiba, na quantidade “dois caixotes com mil e quinhentos cartuchos”. Segundo a ata de volume 53, foi entregue ao Juiz de Paz da Freguesia de São José cem cartuchos e, a Câmara autorizou as dispensas necessárias para a organização de diligências (Câmara de Curitiba, 1839, p. 9).

Um evento semelhante ao que ocorreu em Ambrósios foi objeto de análise de Mota (2017), ao investigar o “Incidente do Passo Ruim”, um ataque dos indígenas Xokleng a um grupo de tropeiros em 1868, em um local próximo à Vila Rio Negro. Em suas análises invés de simplificar o evento como um ataque unilateral dos indígenas contra os tropeiros, Mota destacou a resistência dos Xokleng em defesa de suas vidas e territórios frente à invasão colonial.

Essa perspectiva amplia a compreensão de episódios semelhantes na região de São José dos Pinhais, como o ataque aos colonos dos Ambrósios. Tais eventos revelam um contexto de defesa ativa dos povos indígenas contra as incursões que ameaçavam seu modo de vida, reforçando o protagonismo dos Laklãnõ-Xokleng e outros grupos na tentativa de manutenção de suas terras e identidade cultural. Essa abordagem permite perceber que, para os indígenas, esses conflitos não eram meros episódios de violência, mas sim ações estratégicas em resposta à violência sistêmica da colonização, que buscava subjugar-los e ocupar seus territórios.

Esse tipo de análise desafia as visões tradicionais e reforça a necessidade de reinterpretar o papel indígena nas narrativas históricas, sublinhando sua resistência ativa e a complexidade das relações entre indígenas e não indígenas na formação do território e da sociedade local.

A região quarteirão dos Ambrósios, estrategicamente utilizada pelos indígenas como território de resistência, está justamente na área em que havia o antigo caminho dos Ambrósios, investigado por Moreira (1975). Que segundo o referido autor, teria recebido este nome pelos não indígenas, em função de uma planta aromática local semelhante a espécies encontradas em Portugal. Mesmo tendo um nome português, o caminho era pré-colonial, fazia parte de uma rede de caminhos indígenas pré-cabralianos que conectava as regiões de Santa Catarina a São Paulo pelo Planalto Curitibano.

Em sua obra “Caminho das Comarcas Curitiba e Paranaguá”, Moreira (1975) investigou aspectos históricos do caminho, concluindo que ele era utilizado desde o início do século XVI por exploradores europeus, incluindo, Binot Palmier de Gonneville em 1504, cuja expedição no interior do continente, por sinal, foi facilitada por boas relações com os indígenas “Carijós” da região. Moreira sinalizou a existência de variações locais no nome do caminho, como

sair da Província envolvia cruzar um vasto sertão de sessenta léguas, desprovido de habitações e repleto de pântanos, considerados “assolados de índio” (Hilaire, 1964).

Segundo o viajante, além desse percurso principal, havia outro caminho que conectava Curitiba ao litoral, passando pela Paróquia de São José (atual São José dos Pinhais). Esse caminho, porém, era menos utilizado, pois, além de perigoso, incluía um trecho extremamente íngreme, onde muitas vezes era preciso transportar a carga nas costas. Ainda, devido ao risco de encontro com “índios inimigos dos brancos,” a rota era evitada por viajantes (Hilaire, 1964, p. 110).

A obra de Debret, da Figura 20, intitulada “Valle da Serra do Mar” pode ser ilustrativa a descrição de Hilaire, auxiliando na compreensão do cenário que existia na serra que se transpunha entre o Planalto Curitibano e o Litoral (Debret, 1834, p. 11). A descrição que o pintor fez do cenário também transmite a sensação de beleza e perigo do lugar, pois representa um vale de aspecto sombrio e imponente, no centro das “gargantas da Serra do Mar”, onde lá no centro, uma família de “Coroados” instalou sua cabana, a fim de viverem da pesca e caça, que seria a suficiente para a sua felicidade.

Figura 21 - Vale da Serra do Mar do Debret



Fonte: Debret (1834, p. 11).

Ao coletar relatos com os anciões Laklãnõ-Xokleng de sua aldeia, a pesquisadora Pripá (2021, p. 22) nos proporciona um olhar diferente sobre o uso dos caminhos na região, para além da abordagem de rotas comerciais, envolvem as relações e tradições dos grupos, remeteria a acontecimentos que antecedem o contato com os não indígenas. São acontecimentos que teriam levado à divisão entre determinados grupos, pois, segundo os anciões, inicialmente havia duas grandes famílias: os Vãnhkomãg e os Kañre.

Eis que, em determinado momento, segundo a narrativa, Vãnhkomãg, em determinado momento, tomaram a iniciativa de matar guerreiros do grupo Jãkre, incorporando em seguida as mulheres e crianças desse grupo à sua comunidade. Esse episódio deu início a uma série de conflitos familiares, que acabaram por originar três subgrupos de cerca de 50 a 100 pessoas cada: Kókózũ to pláj, Laklãnõ e Āggyng. A discordância maior resultou do fato de que as mulheres Jãkre foram trazidas sem consenso entre os membros dos grupos. Segundo a tradição contada pelos anciões, os Vãnhkomãg - conhecidos mais tarde como “Xokleng” - e os Jãkre — identificados posteriormente como “Kaingang” - eram irmãos que entraram em disputa por essas mulheres.

Naquela época, era comum que homens com melhores condições pudessem ter mais de uma esposa, o que gerou uma rivalidade intensa entre os dois irmãos. Em um momento crítico, os Vãnhkomãg (“Xokleng”) aproveitaram uma oportunidade para atacar os Jãkre (“Kaingang”), matando seus guerreiros para permanecer com as mulheres. Parte do grupo Jãkre (“Kaingang”) sobreviveu, refugiando-se em locais distantes, embora em alguns momentos houvesse reencontros entre eles e os Vãnhkomãg (“Xokleng”), os quais mais tarde se subdividiriam e seguiriam diferentes (Pripá, 2021, p. 22).

Antes de se dispersarem, esses grupos ainda mantinham encontros, seja para comemorar eventos importantes, seja para celebrar festividades. Esses encontros entre os Jãkre (“Kaingang”) e os Vãnhkomãg ocorriam de maneira “pacífica”, pois as disputas não eram por território, mas pelas mulheres dos grupos. Conforme Urban (1978), entre os Xokleng, havia dois grupos principais: os Waikòmang e os Kañre, que constituíam patrimetades. Os Waikòmang exterminaram os homens da metade Kañre, incorporando as mulheres e crianças deste grupo à sua comunidade. Esse ato pôs fim ao sistema de patrimetades entre os Xokleng, levando à formação de novos subgrupos, divididos entre parentes consanguíneos, afins e não parentes. Ainda segundo os relatos dos anciões, as disputas entre esses grupos não eram territoriais, como é evidente na continuidade dos encontros até o momento em que suas terras começaram a ser invadidas pelos “zũg”, os homens brancos (Pripá, 2021, p. 22).

O movimento de ocupação do território que tenciona os grupos mais para o Sul, a política de aniquilação da população fez com que as correrias diminuíssem, já na segunda metade do século XIX no quarteirão dos Ambrósios, porém não deixaram de acontecer ou, gerar temor entre os habitantes da não mais Freguesia, sim cidade de São José dos Pinhais, elevada a esta categoria em 1853, mesmo ano em que o Paraná emancipou-se de São Paulo.

Com a elevação de São José dos Pinhais a cidade em 1853 e a consequente emancipação do Paraná de São Paulo, a organização de documentos administrativos e históricos ganha nova configuração. O Arquivo Público do Paraná preserva uma rica coleção documental que possibilita diferentes análises desses conflitos e resistências, evidenciando uma constante preocupação das autoridades locais com a presença indígena, especialmente no distrito dos Ambrósios. Os pedidos de reforço e de segurança, documentados por autoridades municipais e provinciais, apontam para uma realidade de embate e resistência indígena que se perpetuava, ainda que menos intensamente.

Em março 1854, o subdelegado de polícia do recém-criado município de São José dos Pinhais, José Joaquim Passos de Oliveira, comunica para o então Presidente da Província, Zacarias Góes de Vasconcellos, que segundo o Inspetor de Quarteirão dos Ambrósios, tal parte do município estaria ameaçada de invasões de “selvagens”, sendo que, a ausência de um verbo poderia mudar o sentido do texto, pois “estavam sendo ameaçados” ou “se sentiam ameaçados”. No documento o subdelegado pede providencias, pois, os habitantes estariam bem fundamentados e possuiriam provas das atrocidades dos “selvagens”, pois já haviam experimentado o peso da barbárie (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 32).

Em 1860, tem registro de outro aparecimento de indígenas ocorreu na fazenda Birituba, que pertencia ao tenente José Manoel Machado (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 152). O chefe da polícia Afonso José Machado, comunicou o então presidente da Província José Francisco Cardoso, por meio de ofício, que indígenas apareceram nas vizinhanças de uma fazenda no município. Algumas pessoas teriam seguido os indígenas pela mata e, estavam solicitando reforços para afugentá-los da região

Em 1866, tem mais um pedido do chefe de polícia, Antônio Vicente Siqueira Leite, direcionado para o vice-presidente da província Agostinho Ermelino de Leão, desta vez solicitando dezesseis homens da Guarda Nacional para afugentar indígenas que estariam fazendo “correrias” na região dos Ambrósios, ressaltava ainda, que os moradores da região que eram os maiores interessados fariam o serviço somente se fossem dispensados de outras obrigações, considerando que na época os habitantes locais eram responsáveis pela manutenção das estradas, pontes, igreja e etc. (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 442).

Em uma correspondência de 1869, do vigário de São José dos Pinhais, Francisco José Correia Bittencourt, para o vice-presidente da província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão, o religioso, confirma o recebimento de um aviso do Ministério do Império solicitando a informações sobre a catequese dos indígenas e, esclarece que a paróquia não possui aldeamentos. O vigário complementa a correspondência destacando que “apenas no Distrito Ambrósio, desta Paróquia de longe em longe acontecem algumas correrias de selvagens da tribo Botocudos”, que quando os moradores da região os encontravam, eles “embrenham” pela mata (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 515).

No mesmo ano, do documento anterior, 1869, tem uma correspondência interessante, do presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, Antônio Joaquim de Oliveira, que em resposta a uma solicitação do vice-presidente da província, Agostinho Ermelino de Leão, informou não haver no município nenhum aldeamento e, também, nenhum contato com indígenas, nem mansos e nem selvagens (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 519). Resposta que gera uma certa dúvida, uma vez que as correspondências anteriores, inclusive do vigário, no mesmo ano afirmam o contrário.

Antes de concluir este item, cabe reforçar que processo de ocupação territorial no Planalto Curitibano, sobretudo em São José dos Pinhais e na região dos Ambrósios, refletiu uma tentativa de expansão e domínio colonial que encontrou na resistência indígena um obstáculos significativo, e as estratégias de resistência do povo Laklãnõ-Xokleng foi exitosa por algum tempo. A pressão para o deslocamento dos povos originários, reforçada por políticas de repressão e aniquilamento, contribuiu para a diminuição das “correrias” indígenas na segunda metade do século XIX. No entanto, tais incursões continuaram a ser mencionadas nos registros oficiais, alimentandas inclusive pelos temores entre os habitantes do município.

Ao final, este estudo sugere que a resistência dos povos Laklãnõ-Xokleng e outros grupos da região deve ser compreendida não apenas como um conjunto de episódios violentos, mas como parte de uma estratégia consciente de preservação de seu território e de sua identidade cultural diante da crescente invasão e ocupação colonial. Essas resistências são documentadas nas tensões territoriais e nos registros administrativos, que, quando lidos em conjunto, oferecem uma perspectiva mais rica e complexa sobre as interações entre colonizadores e indígenas.

4.2.5 Identidades negadas

Investigar aspectos da história indígena em fontes documentais do período colonial apresenta desafios significativos. Além da necessidade de analisar essas narrativas a contrapelo, muitos documentos expõem a exploração e genocídio sofridos por esses grupos. Ao buscar

detalhes sobre indígenas que viviam em São José dos Pinhais nesse período, as fontes mais frequentes encontradas foram os livros de óbito das Igrejas Bom Jesus dos Perdões e São José. Para os colonizadores, parecia que os indígenas não nasciam, não viviam e não festejavam - apenas morriam.

A abordagem local deste item, requer uma atenção em relação ao tratamento com as fontes, muitas vezes fragmentadas, parciais ou produzidas sob a ótica dos colonizadores — exigiu uma leitura atenta aos detalhes e silêncios. Essa postura metodológica encontra respaldo na micro-história, cuja proposta analítica, como destaca Jacques Revel (1998), valoriza o estudo de casos singulares, acontecimentos marginais e indícios discretos que permitem iluminar dinâmicas sociais mais amplas.

Ao mobilizar livros de óbito, registros eclesiásticos, vestígios arqueológicos e documentos administrativos, a análise adotada neste trabalho se alinha ao princípio da “intensidade documental” característico da microanálise: não importa a quantidade de fontes, mas a densidade interpretativa possível a partir delas. Essa opção metodológica foi essencial para recuperar vozes e presenças indígenas que, de outra forma, permaneceriam invisibilizadas nas tramas do arquivo.

Embora a história oficial tenha, por muito tempo, se esforçado para apagar suas vidas e trajetórias, este trabalho busca o movimento contrário: resgatar esses sujeitos e suas histórias, mesmo diante de lacunas nas fontes. Entre os personagens recuperados dessa narrativa, destaca-se Verônica, uma mulher indígena administrada, cujo nome aparece várias vezes no “Livro Tombo de Óbitos I” (São José dos Pinhais, 1852). Embora não se tenha informações sobre sua etnia ou local de nascimento, Verônica chamou atenção pelos registros recorrentes de eventos de sua vida, como sepultamentos de filhos, casamento de parentes e a morte de seu esposo.

O primeiro registro com referência a Verônica, é de 1767, quando enterrou a sua filha Luzia, de apenas sete meses:

Aos vynte e oyto dias do mês de fevreyro de mil e setecentos e sessenta e sete anos faleceo da vida presente Luiza innocent filha legitina de Jerônimo escravo e de Veronica administrada de Antonio João da Costa. Tinha de idade sete meses e foi sepultada na Matriz desta Freguesia, se encomendou o seu corpo, e para constar fiz este assento. Vigário João da Silva Reis (São José dos Pinhais, 1852, p. 30)

O sepultamento, sob a perspectiva cristã, era um evento significativo, que envolvia o imaginário da vida eterna e a proximidade com o divino. O local do enterro refletia o status social dos falecidos: quanto mais próximo ao altar, maior o prestígio. Também era comum “encomendar o corpo”, isto é, pagar missas pela salvação da alma. Essa prática, embora acessível a poucos, reforçava a hierarquia social até na morte.

Neste registro, pode-se observar outro costume cristão da época, que era o de “encomendar o corpo”, ou seja, a realização de missas para a salvação da alma. Como estas missas tinham um preço, nem sempre acessível, quanto mais posses, maior o número de missas que ficavam pagas para serem realizadas para o falecido e garantir a sua entrada na eternidade.

O registro destaca ainda a paternidade da criança, algo incomum em registros envolvendo filhos de mulheres indígenas ou escravizadas. Frequentemente, crianças nascidas nessas condições tinham a paternidade declarada como incógnita. O mais comum, era no registro constasse que o pai era incógnito ou desconhecido. Havia ainda o caso das “criança expostas ou abandonadas”, que eram deixadas nas soleiras das portas das famílias para que as criassem, o que deveria ser feito, pois era “um dever cristão”, costume adotado em São José dos Pinhais (Marochi, 2011, p. 59). Verônica, no entanto, teve sua relação com Jerônimo registrada formalmente, o que pode indicar algum nível de estabilidade em sua vida matrimonial.

O registro do abandono de crianças, também vem acompanhado de outras reflexões, principalmente quando não se sinalizava onde e quando as crianças haviam sido abandonadas, pois, crianças expostas, além de ser uma prática “aceitável” na sociedade colonial portuguesa, também, era utilizada para formalizar o registro de um filho “bastardo” na família.

O casamento da administrada Verônica, com o escravizado Jerônimo também era uma aliança comum na época, pois em geral os registros indicam a existência de relações matrimoniais entre indígenas e escravizados, ou com outras pessoas consideradas marginalizadas, como os “bastardos”, os “agregados” e os “libertos”. O casamento de Clemente, outro filho da Verônica e do Jerônimo, em 1780, ilustra um pouco mais estes laços matrimoniais:

Aos sete dias do mês de junho de mil sete centos e oitenta e cinco annos de manhã nesta igreja matriz do Patrocínio de São José feitas as canônicas denúncias segundo o que determina o segredo o sagrado concílio de Trento. Constituíram o ritual do Bispado sem denúncias impedimento algum, e nem eu saber e com licença do reverendo vigário da Vara da Comarca Francisco dos Santos Lima da data o primeiro dia do mês de junho do presente anno ... e das testemunhas abaixo assinado o Tenente João da Rocha Loires casado, e José Ferreira de Camargo também casado, ambos desta moradores desta freguesia e pelo poder de de mim reconhecidos Infancie Eclerid por palavras do presente Clemente Soares filho legítimo de João Soares já defunto e Silvana sua mulher, com Euzébia de Jesus filha legítima de Jerônimo já defunto escravo que foi do Capitão Antônio João da Costa e de Verônica de Jesus sua mulher, ambos os contratantes pardos. E logo receberam as bênçãos conforme o ritual romano prescreve. Para constar eu fiz assento no mesmo dia [...] Vigário Jozé Baptista Dias (São José dos Pinhais, 1785, p. 82).

Este registro revela que Verônica passou a adotar o sobrenome “de Jesus”, possivelmente em alusão à esposa de seu administrador, Maria da Rocha de Jesus. Essa prática

era comum entre indígenas administrados, que recebiam sobrenomes ligados a seus administradores possivelmente para facilitar a integração social e religiosa.

O administrador de Verônica, Capitão Antônio João da Costa, casado com Maria da Rocha de Jesus, era proprietário de uma vasta sesmaria no Planalto Curitibano. De acordo com um código do Arquivo Nacional, sua propriedade localizava-se entre a olaria do Rio Grande (Iguaçu), o Feital Grande e o Rio Pequeno, abrangendo uma extensão de aproximadamente 1 por 2 léguas (Ritter, 1980, p. 229).

Em 1785, no Livro de Matrimônio I, outro registro, desta vez do matrimônio da Antônia com Mathias, ela, filha de Verônica e Jerônimo. A transcrição será feita a partir da parte dos proclames, com especificidades diferentes da citação anterior, que, no entanto, reforça a ideia de que em todos os documentos está se tratando de uma mesma pessoa:

... aos quinze do presente mês e ano, em pedido na minha presença, das testemunhas abaixo assignadas Manuel Bueno da Rocha homem viúvo, e Diogo Bueno Barbosa homem casado, moradores e fregueses desta freguesia e pelo poder de mim reconhecido se casarão Infanticie Eclerid por palavras do presente Mathias crioulo filho legítimo de Manuel e Bernarda ambos escravos. Com Antonia filha legítima de Jerônimo escravo e Verônica administrada que foi como foi também a contratante mencionada do Capitão Antônio João da Costa. E logo receberam as bênçãos conforme o ritual romano. Como consta fiz este assento no mesmo dia e esta escritura sagrada. Vigário Jozé Baptista Dias (São José dos Pinhais, 1785 p. 82).

Outros registros com sepultamento de crianças, matrimônios de filhos continuaram aparecendo, porém não é possível afirmar quando se trata da Verônica de Jesus ou de uma outra, sua homônima. De fato, contemporânea a Verônica de Jesus, existia uma outra indígena, que era administrada da família Almeida, cuja história também apresenta um potencial investigativo, especialmente pelo fato de um dos seus filhos, de pai incógnito ter sido sepultado dentro da igreja, demonstrando que ela possuía um certo prestígio, considerando lógica colonial cristã são-joseense.

A família de Verônica residia na propriedade do Capitão Antônio João da Costa, um dos mais ricos proprietários do Planalto Curitibano, cuja sesmaria abrangia vastas terras (Ritter, 1980). Apesar das adversidades, Verônica e sua família deixaram marcas em registros históricos, oferecendo um vislumbre de sua trajetória e contribuindo para a reconstrução da história indígena local.

Por meio desses registros, torna-se possível reconstruir, ainda que parcialmente, a vida de personagens indígenas, suas contribuições para a formação da sociedade local, resgatando suas identidades e trajetórias que, por tanto tempo, foram negadas. No caso da Verônica, o interesse inicial em saber mais sobre sua biografia, iniciou ao ver os registros de sepultamento

de seus filhos, pois, como mulher e mãe, o sentimento de alteridade se fez presente, uma vez que enterrar um filho trata-se de um evento que me causaria grande sofrimento.

Mesmo que em outra época e contexto, ciente que a maternidade é uma experiência plural, que conjuga possibilidades de gestar e práticas de cuidado nem sempre condicionadas entre si. Existe uma construção cultural em torno do papel da maternidade, fortemente influenciada pela religiosidade, pela medicina e mais recentemente pela psicologia, que sustentam um discurso bastante hegemônico sobre o que é ser mãe. Ao mesmo tempo, que pouco se investiga sobre a maternidade indígena, como alguns etnias mantêm o cuidar de forma partilhada, coletiva, seguindo preceitos cosmológicos e culturais específicos.

O conhecimento sobre as especificidades que envolvem a gestação e os cuidados maternos entre as mulheres indígenas no Brasil ainda é bastante limitado. Considerando a diversidade de cosmologias e concepções de mundo presentes entre as mais de 300 etnias indígenas do país, é inviável estabelecer uma visão homogênea sobre essas práticas. Cada povo possui particularidades culturais que influenciam de maneira singular a relação das mulheres com seus filhos. Diante disso, este levantamento está restrito às publicações científicas disponíveis, refletindo as etnias e as referências culturais abordadas nesses estudos.

Em um artigo Valeska, Zanello e Antloga (2024), publicaram uma revisão de literatura acerca da maternidade indígena nas publicações científicas, entre suas conclusões, destacam a presença do discurso ocidental euecêntrico ao prescrever as mulheres indígenas como exercer a maternidade, sobressaindo advertências ancoradas no referencial médico, focados em prevenir a mortalidade infantil. Além disso, entre os artigos analisados:

Fica evidente o compromisso de educar, tratar e normalizar, permanecendo o governo pela via da imposição sobre os corpos e as existências das mulheres indígenas enquanto mães, o que acusa a presença de uma lógica tutelar como herança do colonialismo (VALESKA; ZANELLO; ANTLOGA, 2024, p: s/n).

Considerando as investigações desenvolvidas até aqui, podemos sustentar a hipótese de que Verônica era uma mulher Kaingang ou Guarani, o que já reduz a duas etnias o universo cosmogônico a ser explorado. Apesar de Verônica ter sido casada com um homem escravizado, o Jerônimo, com o qual teve filhos, vivendo afastada da organização social tradicional de suas etnia original, dado o contexto violento da colonização, tencionando mudanças, rupturas, ressignificações e reinvenções da tradicional idade, ainda entende-se pertinente apresentar alguns elementos que envolvem as possíveis etnias de Verônica, e como elas entediam a maternidade, pois elas fizeram parte de quem ela foi, de sua identidade enquanto mulher indígena, que estava em uma condição de “administrada”.

Uma organização social tradicional Kaingang, é marcada pelo dualismo, entre as famílias clânicas Kamé e Kairu. Conforme Rodrigues (2012, p. 89) existe um dualismo exogâmico, onde as metades se opõem e se complementam, dependem uma das outras para realizar seu trabalho, rituais e seus casamentos – um casamento ideal seria aquele realizado entre indivíduos de metades opostas, apesar de existirem registros de casamentos que transgridem esse princípio, mesmo assim são aceitáveis.

Este aspecto é relevante, para melhor compreender as relações maternas na etnia Kaingang, pois como explicou Rodrigues (2012, p. 90) a filiação nesta etnia é patrilinear, portanto, os filhos de um casamento pertencem à metade e a seção paterna. Já a residência seria matrilocal, ou seja, “o jovem casal irá residir na casa do pais da esposa, pois o genro (*iambre*) deve obrigação ao sogro (*kakrô*)” (Rodrigues, 2012, p.90).

A questão da residência familiar impacta em outro aspecto acerca do cotidiano deste grupo, sua organização espacial, onde a casa é uma unidade importante da organização social, pois as metades Kaingang não são espacialmente localizadas, não implicando em posições ou hierarquias.

Observando alguns elementos da maternidade entre os povos Guarani, também é possível observar a questão para além dos aspectos biológicos, aproximando-se mais de aspectos da cosmovisão destes povos, cuja a concepção de um filho, desde seu desenvolvimento intra-uterino, nascimento e projeção de comportamentos futuros possuem concepções específicas.

No sistema cosmológico da etnia Guarani-Mbyá, por exemplo, a gestação e concepção estão além do estabelecimento de “relações sexuais”, que ocupam um papel secundário, mas sim, da “alma humana”. Existem narrativas que envolvem uma a crença de que a concepção idealmente, ocorra devido a causas sobrenaturais, por intermédio do sonho, a criança é enviada pelos deuses-heróis, ou parentes falecidos, ao pai, que conta para a mãe, que então engravida (Azevedo, 2024, p. 22).

No cotidiano Guarani, o nascimento de uma criança seria marcado por preocupações e cuidados em torno do recém-nascido, tanto por parte do pai, como da mãe. De acordo com relatos descritos por Azevedo (2004, p. 23) as preocupações pré-natais existiam tanto para as mães como para os pais, a fim de garantirem um bom parto e o desenvolvimento saudável do bebê. Entre os cuidados paternos de pais da etnia Guarani-Mbyá, por exemplo, “evitava-se amarrar quaisquer coisas e não armar o laço para pegar animais, pois haveria perigo de ferir o nascituro: não pode comer carne de bugio, porque o bugio, mesmo depois de atirado, fica suspenso pela própria cauda.” (Azevedo, 2004, p. 23)

A mulher Guarani-Mbyá, quando grávida não deve se zangar, pois a raiva passaria para a carne, ossos e espírito da criança, que se tornaria um mau feiticeiro, poro-avyk'y-á. Tratam-se de aspectos míticos, do contexto que coordenava o modo de vida deste grupo, que estabelecia uma íntima relação com o mundo sobrenatural e o terreno. Além disso, a própria ideia de reencarnação, a certeza de pré-existência da vida, seu retorno ao mundo terreno por meio de novas gestações de mulheres da própria aldeia, além de trazer uma dimensão muito específica para a ideia de concepção, também proporcionava uma relação acolhedora com a morte, inclusive de bebês ou ainda crianças pequenas.

Como mulher e mãe, ao redigir este item, desejei que Verônica fosse Guarani, pois, dentro da cosmogonia desse povo, a morte é compreendida de maneira diferente, com a certeza da reencarnação e do retorno ao mundo terreno por meio das mulheres da comunidade. Em meio a tantas violências e dores que compunham o cenário do contato e colonização, talvez, sob essa perspectiva, o luto por tantos filhos perdidos pudesse ter sido menos doloroso, ressignificado dentro de uma visão de continuidade e pertencimento espiritual.

Diante das reflexões trazidas ao longo deste item, percebe-se que a história de Verônica, ainda que fragmentada e reconstituída a partir de lacunas documentais, carrega um valor inestimável para o entendimento da presença indígena na formação da sociedade local. Sua trajetória permite entrever as dinâmicas sociais, os rearranjos familiares e as estratégias de sobrevivência dos povos indígenas em um contexto de dominação colonial. Seu nome persiste nos registros não apenas como um dado administrativo, mas como um indício de resistência e adaptação.

A análise das práticas maternas entre os povos Kaingang e Guarani reforça a complexidade dos processos de ruptura e ressignificação impostos pela colonização. A maternidade, para as mulheres indígenas, não se restringe ao vínculo biológico, mas é atravessada por cosmologias e relações comunitárias que, no caso de Verônica, foram profundamente alteradas pelo sistema colonial. Ainda que sua descendência tenha se diluído no emaranhado de relações sociais que compunham a sociedade colonial, sua história permite vislumbrar a resiliência dessas populações, que mesmo sob condições de extrema subalternização, mantiveram suas práticas, memórias e laços de pertencimento.

Por fim, a narrativa de Verônica não deve ser lida apenas como um testemunho do passado, mas como um convite à reflexão sobre as continuidades do apagamento indígena na atualidade. Sua história ecoa na ausência de reconhecimento dos povos originários em São José dos Pinhais e em tantas outras localidades do Brasil. A revisão dessas trajetórias e a construção

de novas narrativas históricas são passos fundamentais para a reparação e valorização das identidades indígenas, que seguem sendo negadas, mas jamais esquecidas.

4.3 AS FONTES MATERIAIS DO CONTATO

A Arqueologia tem desempenhado um papel essencial na ampliação do entendimento sobre a ocupação humana no Planalto Curitibano, tanto no período pré-colonial quanto durante a colonização. Por meio da análise de vestígios materiais deixados por diferentes grupos, essa disciplina possibilita reconstituir aspectos do cotidiano indígena e colonial que as fontes documentais, isoladamente, não conseguem elucidar.

Em São José dos Pinhais, diversos sítios arqueológicos foram identificados e registrados no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ou mencionados em relatórios de pesquisa. Alguns desses sítios foram classificados como coloniais, contendo vestígios associados à chamada “tradição Neobrasileira”, enquanto outros foram categorizados como históricos. Embora essas classificações sejam temas de debate e atualização na literatura arqueológica contemporânea, elas ainda são amplamente utilizadas nas fichas de dados do SICG/IPHAN. Esses registros contribuem para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais, culturais e territoriais dos grupos indígenas no Planalto Curitibano, evidenciando como o contato colonial impactou suas práticas e organização.

Os sítios arqueológicos do contato e pós contato, geralmente, estão localizados próximos a antigas estradas e caminhos, em contraste com os sítios pré-coloniais, que costumam ser encontrados em áreas próximas a cursos d’água, como rios e riachos. Essa mudança na localização reflete adaptações culturais e de infraestrutura trazidas pela colonização, quando o desenvolvimento de trilhas e estradas passou a facilitar o transporte de mercadorias, a comunicação e a ocupação territorial pelos colonos. Para os grupos indígenas, a proximidade de fontes de água era fundamental para suas atividades de subsistência e práticas culturais. Já para os colonizadores, o acesso às estradas tornou-se um fator prioritário, favorecendo a circulação comercial e a conexão entre diferentes regiões da colônia, especialmente com a introdução de novas técnicas agrícolas e sistemas de abastecimento centralizado.

Consultado levantamentos documentais feitos por Ritter (1980) foi possível observar a distribuição de sesmarias para os donatários no século XVIII, assim, fazer algumas conexões com a região em que os vestígios materiais desta época foram localizados. Como a descrição das propriedades não é exata, a proposta no Quadro 6 foi levantar hipóteses aproximadas, a partir da referências gerais:

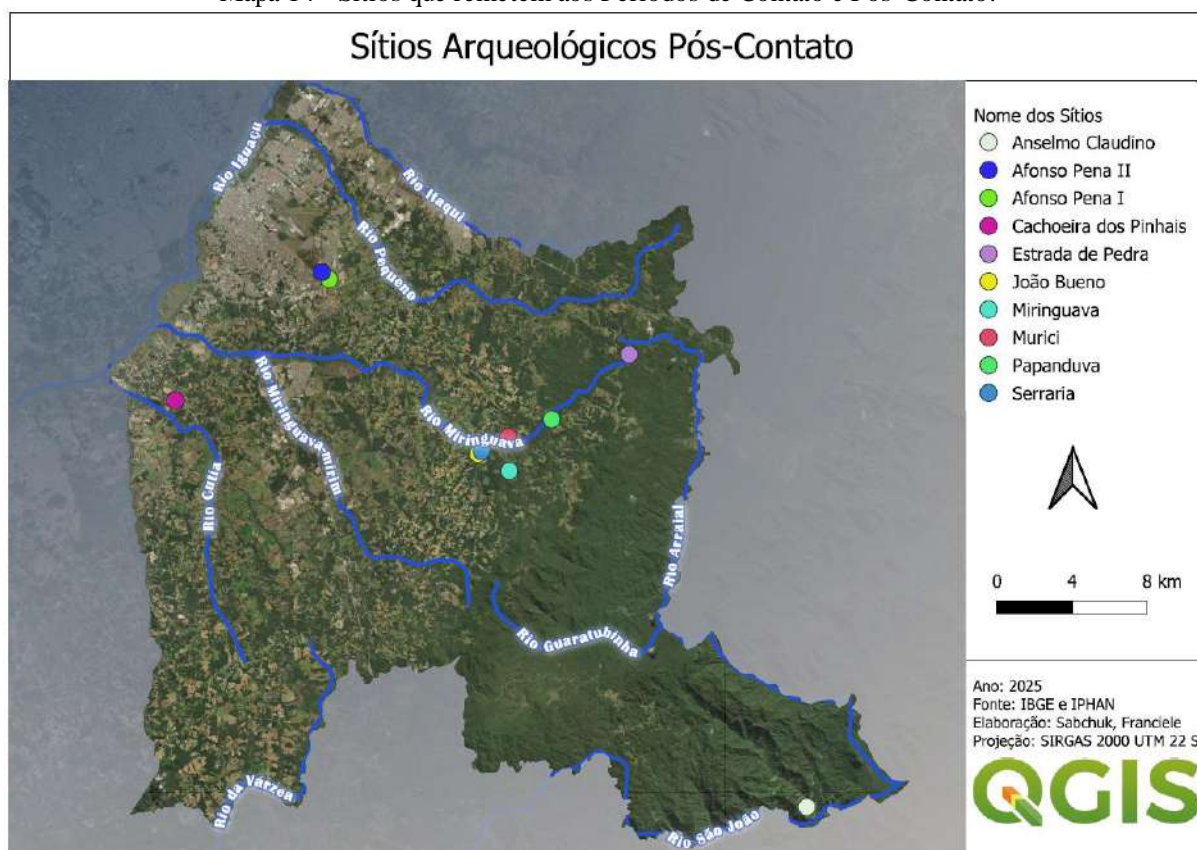
Quadro 5 - Sesmarias de São José dos Pinhais no Século XVIII

Donatário	Localização	Possível articulação
José da Costa	Localizada entre a olaria do rio Iguaçu, o Feital Grande e o rio Pequeno.	Afonso Pena I, Afonso Pena II e o Capão Grosso I.
Sebastião Felix Bicudo	Nas proximidades do Miringuava até as cabeceiras do rio Guaratuba.	João Bueno, Serraria e Miringuava.
Gabriel Alves de Araújo	Da sesmaria de Bicudo até a Serra do Mar, entre o Rio Pequeno e o Rio Grande.	São José dos Pinhais e o Estrada de Pedra.
Manoel Alves de Abreu	Nas proximidades do rio Iguaçu, rio abaixo, até as terras de Sebastião Alvares de Abreu.	Cachoeira
Antônio Bueno da Veiga	Nos Campos do Miringuava	João Bueno, Serraria e Miringuava.
José Medeiros Salvadores	Perto do rio Iguaçu, entre o Miringuava e o rio Cotia.	Cachoeira
Manoel Pinto do Rêgo	Nos campos dos Ambrósios, nas margens do Rio de Una	Não se aplica.
Antônio Bueno da Veiga	Entre a sesmaria anterior e as terras do Bicudo.	João Bueno, Serraria e Miringuava.

Fonte: Ritter (1980, p. 231-232).

Os relatórios mais recentes, ancorados em literaturas e estudos mais atualizados, uma vez que a ciência produz novos conhecimentos constantemente, têm criticado as classificações tradicionais dos sítios arqueológicos, mas, esta pesquisa adota uma abordagem que dialoga com o que foi formalizado nos registros textuais, ciente de que essas narrativas foram produzidas em um período em que a Arqueologia da região ainda era fortemente influenciada pelos modelos do PRONAPA (Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas). Esse programa foi fundamental na profissionalização da Arqueologia no Brasil e norteou os primeiros registros sistematizados, são estas narrativas que subsidiaram as análises discursivas, portanto, tais termos ainda estão presentes neste texto, porém devem ser interpretados em seu contexto de produção.

Mapa 14 - Sítios que remetem aos Períodos de Contato e Pós-Contato:



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE e IPHAN (2025).

Os sítios Afonso Pena I, Afonso Pena II e Estrada de Pedra estão vinculados ao traçado do Caminho do Viamão. Enquanto que o João Bueno, Miringuava, Murici Papanduva e Serraria, teria uma maior proximidade ao caminho que levaria para o sul, poderia ser um ramal para o caminho dos Ambrósios.

Os relatórios geralmente ressaltam a necessidade de análises mais detalhadas e apontam o potencial de estudos futuros sobre esses vestígios materiais. No entanto, na prática, os locais onde esses materiais são armazenados nem sempre dispõem de equipes disponíveis para atender pesquisadores de diferentes áreas. A falta de profissionais qualificados e as agendas restritas dificultam o acesso, enquanto os profissionais existentes frequentemente acumulam diversas funções, como atividades de campo, produção de artigos, organização de acervos, atualização de bancos de dados, exposições, divulgação científica e recepção de pesquisadores.

Essas atividades são essenciais e exigem grande dedicação; contudo, a sobrecarga sobre um número reduzido de profissionais compromete a ciência, o conhecimento produzido e, em última instância, o bem-estar dos próprios profissionais. Essa observação é fundamental para contextualizar as limitações encontradas durante o desenvolvimento desta pesquisa. Ao buscar fontes e acervos, as dificuldades de acesso e a obtenção de dados inconclusivos refletem, não

uma crítica ao trabalho dos profissionais da área, mas o reconhecimento das limitações acadêmicas e científicas existentes e o impacto que elas exercem sobre esta e outras pesquisas.

4.3.1 Sítios arqueológicos do período colonial em São José dos Pinhais

Alguns destes sítios possuem vestígios materiais vinculados aos grupos humanos que ocupara a região mais recentemente, portanto, não serão objeto de análise. Este item pretende olhar para os sítios arqueológicos que se acredita serem do período colonial em São José dos Pinhais, buscou-se à presença de vestígios cerâmicos da “Tradição Neobrasileira”, que teria sido produzida por grupos “Neobrasileiros” ou “Caboclos”. Esses bens arqueológicos eram voltados para o uso doméstico e combinavam técnicas indígenas, africanas e portuguesas.

A cerâmica Neobrasileira teria características específicas, usados como marcadores típicos da tradição em questão (Chmyz, 1976, p. 145) como o acabamento corrugado, escovado, incisão, e elementos como asas, alças, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados e pederneiras. Essas características auxiliam na identificação dos vestígios, indicando uma adaptação cultural única entre grupos indígenas e caboclos ao longo do período colonial.

Embora a terminologia “tradição Neobrasileira” tenha sido amplamente empregada em relatórios e fichas do IPHAN, ela tem sido revisitada criticamente pela literatura arqueológica contemporânea. Inicialmente chamada de “cerâmica cabocla” nos anos 1960, a nomenclatura mudou para “neo-brasileira” e, posteriormente, “Neobrasileira” (Dias Jr., 1988, p. 3). Esse processo classificatório buscou distinguir as características tecnológicas, morfológicas e associativas desses vestígios:

- a) Âmbito Tecnológico: uso de pasta cerâmica com argila fina e temperos, compostos por quartzo quebrado ou moído, feldspato, hematita, carvão e etc.; manufatura é por técnica de anelamento, com roletes e espirais finos; a queima predominante é redutora, apliadeixando o aspecto das paredes e do núcleo da cerâmica com tons acinzentados e negros; comumente a superfície é alisada e decorada com um polido estriado; encontram-se decorações típicas das cerâmicas indígenas como corrugado, unglado, escovado, polido, estriado e etc.; aplicação de reforços externos como cilindros próximos a borda, perfurações, asas horizontais, asas múltiplas e outras;
- b) Âmbito Morfológico: as formas são simples, com pequenas sinuosidades na área do pescoço e das bordas; os mais comuns são conjuntos de pratos e tigelas abertas, as tigelas com fundo plano e paredes inclinadas para o exterior.

- c) Associação com outros objetos: nos mesmos sítios outros objetos aparecem como cachimbos cerâmicos, discos cerâmicos perfurados e tortuais de fuso; presença de artefatos líticos indígenas como lâminas de machado; objetos de ferro, vidro, louça, porcelana e cerâmica torneada.

Esses marcadores demonstram que, embora as cerâmicas carreguem forte influência indígena, elas também incorporam técnicas culturais de outras procedências, consolidando o termo "Neobrasileira" como categorização. Contudo, questiona-se atualmente se essa classificação captura toda a complexidade cultural desses vestígios, e novas abordagens vêm sendo discutidas para contemplar essa diversidade cultural.

Os sítios arqueológicos classificados como pertencentes à “tradição Neobrasileira” em São José dos Pinhais foram revisados a partir de relatórios disponíveis no IPHAN. Contudo, as descrições dos vestígios cerâmicos frequentemente são classificadas como inconclusivas, impossibilitando afirmar sua relação direta com a “tradição Neobrasileira” ou determinar sua origem precisa. Apesar disso, não se descarta a possibilidade de que esses bens arqueológicos tenham sido produzidos por indígenas da região, já influenciados por tecnologias e estéticas não indígenas.

É relevante destacar que as dificuldades de análise não decorrem da qualidade dos vestígios, mas, frequentemente, da carência de recursos humanos, financeiros e materiais na academia e nos órgãos de preservação. Essa fragilidade compromete a atenção e o aprofundamento necessários para explorar plenamente o potencial arqueológico dos materiais.

Mesmo diante dessas limitações, a menção aos sítios e a reflexão sobre a relevância dos vestígios são cruciais para manter a discussão aberta e promover futuras investigações que possam esclarecer melhor a complexa história cultural do Planalto Curitibano.

4.3.1.1 Sítio Represa Seca-1

O Sítio Represa Seca-1, localizado na área ocupada pela multinacional Renault, apresenta vestígios arqueológicos pré-coloniais e coloniais, classificados como pertencentes à “tradição Neobrasileira” (Chmyz, 1997). Situado na margem direita do rio Pequeno, a cerca de sete metros acima do leito do rio, o sítio foi identificado em uma área arada, com peças distribuídas superficialmente em um espaço de 36x26 metros. Contudo, fragmentos de louça faiança e artefatos líticos estavam concentrados em uma área menor, de aproximadamente 10x8 metros. As constantes arações do terreno fragmentaram e danificaram significativamente os vestígios (Chmyz, 1997, p. 11).

Entre os materiais identificados, destaca-se a louça faiança, um tipo de cerâmica esmaltada amplamente utilizada no Brasil colonial. Caracterizada por uma base de argila revestida com uma camada vítrea branca e frequentemente decorada com padrões azuis ou coloridos, a faiança foi introduzida no Brasil a partir do século XVI pelos colonizadores europeus. Essa cerâmica representava uma alternativa mais acessível à porcelana, sendo amplamente difundida no contexto doméstico e cotidiano colonial.

Nas proximidades do sítio, foi observado um caminho com aproximadamente três metros de largura, ladeado por um barranco natural e um solo argiloso de coloração marrom-escura, se encontrou um fragmento cerâmico a 15 cm de profundidade. A cerâmica encontrada era possivelmente dos séculos XVII e XVIII, com características tecnológicas indígenas, sugerindo uma ocupação antiga com influência das tradições indígenas na confecção dos materiais. Embora se observassem indícios de construções, a ausência de telhas indicava que a cobertura poderia ser de sapé, uma prática comum na região durante o período colonial.

Além dos fragmentos atribuídos à “tradição Neobrasileira”, foram também coletados indícios cerâmicos que sugerem a continuidade da ocupação por “neobrasileiros” na área, mesclando-se a fragmentos de vidro e recipientes mais recentes, refletindo a presença de moradores contemporâneos (Chmyz, 1997, p. 33).

O relatório técnico de 1997 enfatizou a necessidade de análises adicionais para confirmar ou refutar as observações iniciais. Diferentemente do sítio Arroio do André, que foi alvo de estudos subsequentes, o sítio Represa Seca-1 parece ter recebido menos atenção após o levantamento inicial realizado durante a Arqueologia de Contrato para a construção do complexo industrial. Isso ressalta a importância de novas pesquisas no local para aprofundar a compreensão sobre sua relevância histórica e arqueológica.

4.3.1.2 Sítios Alameda das Araucárias e Campo do Assobio

Os sítios Alameda das Araucárias e Campos do Assobio foram escavados em 1997 devido às obras de construção da empresa automobilística AUDI. A pesquisa inicial indicou que a área não possuía uma ocupação indígena densa em tempos remotos, possivelmente por falta de uma rede hidrográfica significativa, com apenas córregos menos expressivos presentes. A presença indígena pré-colonial foi detectada em dois pontos isolados e pontuais, sem indícios de aldeias. Estes locais eram provavelmente utilizados para atividades temporárias, como caça e coleta.

Em contraste, os vestígios mais numerosos na área estão associados a ocupações coloniais e de imigrantes, que tendiam a estabelecer núcleos habitacionais próximos aos

caminhos coloniais, como os do Arraial e dos Ambrósio, ao invés de rios, como era típico das populações indígenas.

O Alameda da Araucárias estava localizado a 1300 m da margem esquerda do rio da Campina e, a 160 m de um córrego, em uma encosta de elevação, a 27 m acima do rio e 13 m acima do córrego. Estava significativamente perturbado, por duas estradas carroçáveis que entrecortavam a área, sendo que uma delas, era ladeada por araucárias adultas em fileiras, daí provavelmente a inspiração para o nome do sítio.

Ao norte a estrada era bem arborizada, e o terreno tinha sido arado, possuindo restos de uma lavoura de milho, enquanto ao sul, a paisagem predominante era de pastagens. O solo era argiloso, com uma coloração marrom escura até uns 12 cm, depois era marrom avermelhado (Chmyz, 1997, p. 8). Os vestígios eram superficiais, estavam dispostos em uma área de 30X20 m, sendo compostos de fragmentos de cerâmica manufaturada domesticamente, telhas coloniais (goivas), louça de porcelana e vidro (Chmyz, 1997, p. 8).

O sítio Campo do Assobio apresenta vestígios cerâmicos de tipo “Neobrasileiro” e situa-se na margem esquerda do Rio da Campina, a aproximadamente 1780 metros de distância e a 32 metros acima do nível do rio. De acordo com análises técnicas presentes no relatório, a região era marcada por diversos vales formados por antigos córregos em ambos os lados do sítio, atualmente secos, mas que no passado convergiam em direção a uma das represas instaladas ao longo do único córrego ainda ativo.

Esse sítio se encontrava em uma suave elevação, protegido por um pequeno bosque esparsos, entre uma vegetação de onde sobressaía uma araucária adulta de grande porte. Foram realizados cortes experimentais e trincheiras com estratigrafia controlada para compreender melhor o uso do espaço. Essas estratégias de pesquisa permitiram a identificação da estrutura de um antigo poço desativado.

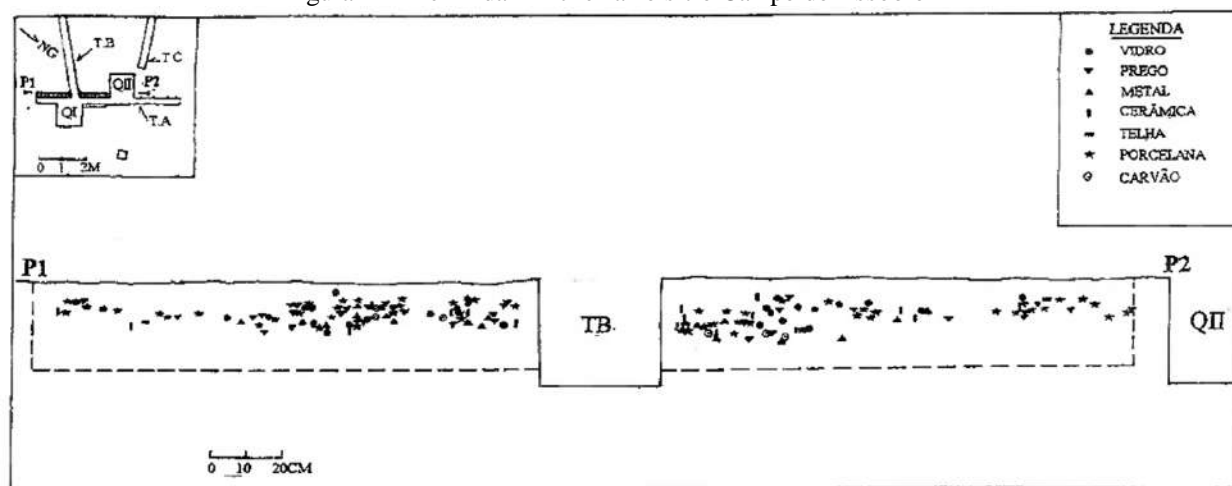
O poço, de formato cilíndrico, possuía 1,20 metro de diâmetro e sua parte interna era construída com pedras cuidadosamente justapostas, sem o uso de argamassa. A base, localizada a uma profundidade de 5,62 metros, era composta por lajes de rocha. O poço estava preenchido com solo argiloso de coloração cinza escuro e, assim que o entulho foi removido, a água preencheu o espaço interno (Chmyz, 1997, p. 11).

A localização desse poço levou à descoberta de uma área ocupada nas proximidades. A análise estratigráfica da área revelou a presença de louça, vidro e telha colonial. Em uma área no canto oeste do sítio, foi encontrado um bolsão em forma de meia calota, com 40 centímetros de diâmetro, contendo fragmentos de louça, vidro, telhas, peças metálicas e carvão vegetal. O

solo em contato com o material era argiloso-arenoso, de cor marrom escuro, enquanto as camadas inferiores assumiam uma coloração marrom claro.

O relatório fornece uma descrição detalhada sobre o sentido de abertura das trincheiras e os horizontes contemplados no corte, incluindo o que poderia ser o piso da ocupação, além da distribuição dos vestígios, com representações gráficas que indicam as áreas de maior e menor concentração de bens arqueológicos, conforme ilustrado na Figura 21.

Figura 22 - Perfil da Trincheira no sítio Campo do Assobio



Fonte: Chmyz (1997, p. 10).

Em um dos setores do sítio, a cerca de 10 a 12 cm de profundidade, foi descoberta uma estrutura singular, coberta por uma camada de solo argiloso de tonalidade cinza-escuro. Essa estrutura era formada por uma placa de argila queimada, de superfície compacta e trincada, com pequenos grânulos de cor azul espalhados sobre a laje. No solo que recobria essa superfície, encontraram-se fragmentos semelhantes aos de outras áreas do sítio.

Do interior do poço, foi possível resgatar uma variedade significativa de bens arqueológicos, apesar das dificuldades de extração. Com o poço cheio de água, foi necessário utilizar baldes e roldanas para remover o material, que vinha envolto em lodo e precisava ser cuidadosamente manuseado. Entre os objetos recuperados, havia tijolos inteiros e em pedaços, fragmentos de telhas coloniais, louça de faiança e porcelana datando provavelmente da metade do século anterior. Também foram encontrados pedaços de bonecas, frascos de medicamentos, perfumes e bebidas alcoólicas, botões de porcelana, ossos, calçados com solas de couro e madeira, ferramentas, talheres, entre outros itens. Em outras áreas do sítio, encontraram-se vestígios semelhantes, como cerâmica artesanal, partes de bonecas de porcelana, botões, diversos frascos de vidro, talheres, etc. (Chmyz, 1997, p. 15).

É provável que os sítios Alameda das Araucárias e Campo do Assobio estejam interligados, embora sejam necessárias análises mais detalhadas tanto do acervo quanto da área, que estava preservada na época da prospecção. Este acervo, pela diversidade de bens arqueológicos, oferece informações valiosas para a compreensão de aspectos culturais do cotidiano de vários segmentos sociais, incluindo as crianças, cuja presença frequentemente foi pouco documentada e investigada.

4.3.1.3 Sítios Afonso Pena I e Afonso Pena II

Durante as pesquisas arqueológicas para a ampliação do aeroporto Afonso Pena, em 1999, foram identificados quatro indícios arqueológicos, dos quais dois correspondiam a ocupações coloniais, ficando sob a guarda do CEPA. Naquele ano, as prospecções foram realizadas de forma superficial, e embora um projeto tenha sido elaborado, ele não chegou a ser executado.

De acordo com Bora (2010), o Indício 2 provavelmente abrigava um sítio da “tradição Neobrasileira” ou de cerâmica indígena, que demandaria investigações mais aprofundadas. O arqueólogo e professor Igor Chmyz teria resgatado 122 fragmentos de recipientes cerâmicos, vidro e rochas, associados à ocupação histórica colonial, localizados a 50 metros da margem esquerda de um córrego. As coordenadas desta área, UTM 7172126 – 0684996, correspondem ao cadastro do Sítio Afonso Pena II, na área 9 do projeto de adequação.

O material arqueológico foi identificado na superfície, junto a uma área de erosão linear, que estava misturado a materiais mais recentes. Conforme relato de um morador antigo, o local, situado no extremo sudeste da área, era utilizado como depósito para produtos veterinários e alimentícios impróprios para consumo (Bora, 2010, p. 79).

O Indício 4, mencionado no relatório, refere-se ao Sítio Afonso Pena I, relacionado à ocupação histórica do período colonial. O acervo identificado incluía 47 evidências, entre fragmentos de recipientes cerâmicos, vidro e metal, encontrados ao longo de mais de 200 metros, a aproximadamente 50 metros de um córrego, na área 9/25 (Bora, 2010, p. 79).

O Sítio Arqueológico Afonso Pena I abrange uma área de 7200 m², contendo vestígios materiais associados a uma ocupação histórica, como indicado pelos responsáveis pela redação do relatório. Entre os achados estavam fragmentos de cerâmica indígena, louça europeia, garrafas e elementos de construção, incluindo pregos.

A análise preliminar dos materiais sugeria que se tratava de um sítio do período colonial, classificado na “tradição Neobrasileira”, conforme descrito por Chmyz *et al.* (1999). No entanto, o relatório destacou a necessidade de estudos mais detalhados para confirmar essa

hipótese, pois alguns materiais, como os fragmentos de louça, podem estar associados a fases posteriores de ocupação da área (Bora, 2010, p. 163).

4.3.1.4 Sítios Miringuava, Murici, Papanduva, Serraria e João Bueno

As pesquisas arqueológicas realizadas durante a construção da barragem de captação de água no Rio Miringuava revelaram diversos sítios arqueológicos que evidenciam o contato entre populações indígenas e não indígenas na região. As escavações ocorreram em etapas, acompanhando o progresso das obras, dada sua magnitude e duração. Entre os sítios identificados com evidências de materiais coloniais e pós-coloniais estão os sítios Papanduva, Murici, Miringuava, escavados na primeira etapa, e os sítios João Bueno e Serraria, analisados em uma segunda etapa.

O sítio Miringuava é um sítio a seu aberto, que foi classificado como “Histórico”. Sua localização foi feita com auxílio de moradores da região, que sinalizaram que naquele local existiam ruínas de uma antiga casa onde se fazia carvão. Na análise da superfície nada foi localizado e, foram abertas quadras para sondagem no solo, caracterizado por uma grande quantidade de matéria orgânica além de saturado por água, chamado de organossolo.

A uma profundidade de cerca de 30 cm abaixo do solo, foi localizado indício de carvão, no sítio também observou-se a presença de fragmentos de louça, metal e de vidro. Após o curadoria, em laboratório, os técnicos os artefatos a partir de suas especificidades, no caso da louça, foi possível investigar três fragmentos mais detalhadamente, e a partir da pasta utilizada para sua fabricação classificá-las como faiança. Dois dos vestígios tinham técnicas decorativas distintas, um deles a “*transfer printing*”, utilizada desde 1750, possuindo uma decoração azul escura datada de (1802-1846), de motivo floral. A outra peça era ornamentada com faixas e frisos azuis, um método utilizado dos anos 1750 aos anos de 1790 até o século XX (Fundação Aroeira, 2017, p. 85).

Em relação a análise da coleção de vidro, todos os fragmentos foram classificados como parte de um mesmo recipiente, com superfícies lisas e translúcidas, no entanto, não foi possível identificar a técnica de manufatura utilizada na fabricação destes vestígios. A única peça de metal do sítio, foi provavelmente feita de ferro e está em péssimo estado de conservação, com bastante corrosão, o material tem a forma de um projétil de arma de fogo, não sendo possível identificar o calibre.

O sítio Murici, está localizado próximo à área que será alagada pela represa. Como no sítio anterior, não foram encontrados materiais na superfície, mas os vestígios apareceram após escavações no organossolo. A cerca de 30 cm de profundidade, encontrou-se uma camada rica

em carvão, indicando uma possível estrutura de combustão. Foram coletados seis fragmentos de louça, incluindo três de faiança com diferentes características (borda, parede e base) e dois fragmentos de “ironstone”. Um dos fragmentos apresentava esmalte azulado perolado, conhecido como “perlware,” uma técnica de impermeabilização utilizada entre 1779 e 1840 na Europa (Fundação Aroeira, 2017, p. 115).

O sítio Papanduva, tem as mesmas características dos anteriores, em relação a necessidade de escavação e a classificação do solo. Nele também havia presença de louça faiança, sendo que em dois fragmentos delas havia o esmalte *peralware*, que a deixava com um tom perolado. Além disso, havia uma peça com um tipo de ornamento decorativo de faixas e frisos, cujo uso teve início no século XVIII e continuou até o século XX. Havia também quatro fragmentos de vidro, sem coloração, translúcidos, que pareciam fazer parte de um copo ou outro tipo de recipiente não identificado.

De acordo com o relatório da etapa inicial de construção da represa, existem indícios de que se tratem de sítios pós-coloniais, porém, seriam necessários estudos mais aprofundados e detalhados com objetivo de entender o local como um todo, bem como, aspectos históricos da sua ocupação (Fundação Aroeira, 2017). Na segunda fase da pesquisa, cujos dados constam em outro relatório, foi possível localizar informações de outros dois sítios o Serraria e o João Bueno.

O sítio Serraria é formado de estruturas de canais, diques de argila, vertedouro em taipa de pedra, berço de roda de água e reservatório de elevação do nível da água. De acordo com as narrativas orais, coletadas pelos pesquisadores, a estrutura seria parte do que um dia havia sido uma serraria, daí o nome do sítio (Sociedade da Água, 2016, p. 214).

O último sítio mencionado neste item seria o João Bueno, com características multicomponencial, pois nele havia vestígios líticos, cerâmica, louça industrializada e carvão. Em geral, a louça possui características mais recentes, não remetendo indícios de terem sido produzidas em um período colonial.

4.3.1.5 O sítio Anselmo Claudino

Os sítios arqueológicos relacionados ao projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Guaratuba, situados na área da Serra do Mar, não estão formalmente registrados na base de dados do IPHAN. Segundo Claudia Parellada (2006), os formulários de cadastramento dos sítios foram preenchidos e protocolados junto ao IPHAN em 1996, mas o registro não foi concluído devido a falhas administrativas no órgão. Tais falhas podem ter sido causadas por

limitações de pessoal, recursos, espaço, além de mudanças frequentes de sede e sistemas de gestão, o que teria resultado no extravio de documentos.

Um dos sítios identificados durante os estudos de impacto ambiental realizados pela COPEL foi o sítio Anselmo Claudino, localizado em São José dos Pinhais, na região da Colônia Castelhanos. Este sítio revelou vestígios cerâmicos das tradições Neobrasileira e Itararé-Taquara (Parellada, 2006, p. 46).

Devido à importância e ao caráter único dos vestígios, Parellada (2006, p. 48) forneceu uma descrição detalhada da cerâmica resgatada, sendo sua tese uma das principais referências sobre o acervo atualmente preservado no Museu Paranaense. As cerâmicas possuem características como manufatura acordelada e queima com oxidação incompleta, o que resultou em tons predominantemente escuros, com variações ocasionais em ocre. Os principais antiplásticos observados são grãos de quartzo, com a presença menor de feldspatos, mica, cerâmica moída, carvão e hematita. A espessura dos bojos varia entre 3 e 13 mm, predominando entre 5 e 6 mm.

A superfície das cerâmicas varia do marrom claro ao negro, e em menor quantidade observa-se ocre e laranja. Tratamentos como engobo vermelho e negro foram identificados nas superfícies. A partir da reconstrução parcial das peças, Parellada concluiu que elas apresentavam formas globulares a arredondadas, com bases levemente planas, côncavas ou convexas.

Outro aspecto notável da região da Colônia Castelhanos, onde o sítio Anselmo Claudino está localizado, foi revelado por meio de fotografias aéreas, que mostraram estruturas ovaladas e elipsoidais, relacionadas a antigas paredes de habitações aldeãs. Embora a área tenha sido afetada por plantações de milho e banana, ainda é possível identificar vestígios dessas estruturas antropogênicas.

Os vestígios encontrados no sítio Anselmo Claudino contribuem para o entendimento dos padrões de ocupação do Planalto Curitibano e da Serra do Mar, fornecendo informações valiosas sobre a interação entre grupos indígenas e os processos de colonização. Apesar das dificuldades de preservação e registro formal desses sítios, eles destacam a importância da Serra do Mar como um espaço de relevância histórica e arqueológica.

4.3.2 Conclusões Históricas e Arqueológicas do Planalto Curitibano

Este capítulo explorou as evidências arqueológicas relacionadas à ocupação indígena e colonial em São José dos Pinhais, com ênfase na relevância dos vestígios materiais como elementos essenciais para a reconstrução histórica. As descobertas arqueológicas apresentadas,

provenientes de estudos em sítios como Represa Seca-1, Alameda das Araucárias, Campo do Assobio, Afonso Pena I e II, Miringuava, Murici, Papanduva, Serraria e João Bueno, além do Sítio Anselmo Claudino, revelam a complexidade cultural e histórica da região do Planalto Curitibano.

Embora a documentação histórica tradicional muitas vezes tenha negligenciado ou omitido as populações indígenas no contexto da formação regional, os vestígios arqueológicos desafiam essa narrativa, evidenciando a presença ativa de grupos indígenas tanto no período pré-colonial quanto durante a colonização. As interações entre indígenas, africanos e colonizadores europeus foram refletidas em materiais como cerâmica, louça, vidro e estruturas habitacionais, demonstrando a dinâmica cultural desses grupos, como ressignificavam as práticas que se apropriavam, dando-lhes sentido próprio.

Um dos principais desafios enfrentados ao longo da pesquisa foi a análise dos materiais arqueológicos sob categorias tradicionalmente utilizadas, como "tradição Neobrasileira", que, embora amplamente criticadas por sua limitação em abarcar toda a diversidade cultural e tecnológica, ainda figuram como referência em grande parte dos registros. A adoção desse vocabulário foi fundamental para dialogar com as fontes investigadas, mas destaca a necessidade de futuras revisões conceituais para um entendimento mais abrangente e atualizado.

Além disso, as limitações impostas pela falta de recursos humanos e financeiros, somadas à sobrecarga das equipes de arqueologia, evidenciam a necessidade de investimentos no setor. A dificuldade de acesso a acervos e a ausência de estudos aprofundados em alguns sítios reforçam a importância de fortalecer as políticas de preservação e pesquisa arqueológica, não apenas para expandir o conhecimento científico, mas também para preservar a memória cultural e histórica da região.

Por fim, a análise dos vestígios arqueológicos encontrados em São José dos Pinhais oferece uma nova perspectiva sobre a formação histórica da região, destacando o papel central dos indígenas e afrodescendentes nesse processo. Esses vestígios materiais não apenas revelam a presença desses grupos, mas também sublinham sua agência histórica, adaptabilidade e resistência frente às transformações impostas pela colonização.

Dessa forma, o estudo arqueológico da região contribui para reescrever narrativas históricas, evidenciando as interações culturais e dinâmicas sociais que moldaram o território do Planalto Curitibano e suas comunidades. As descobertas também demonstram que, embora fragmentados, os vestígios materiais são testemunhos valiosos das histórias e memórias de povos que, por muito tempo, foram marginalizadas nos relatos oficiais.

4.3.3 O ensino de História e a Educação Patrimonial

Este trabalho desenvolveu uma abordagem histórica voltada à investigação da presença dos povos originários na região do Planalto Curitibano, com destaque para São José dos Pinhais, contemplando desde o período pré-colonial até os impactos do contato e da colonização. Ressalta-se, no entanto, que essa presença não se limita ao campo da História ou às narrativas do passado: os povos indígenas seguem atuantes na sociedade contemporânea, com manifestações culturais, conhecimentos e demandas em constante afirmação e luta por seus direitos. Compreender essa permanência é essencial para a leitura das dinâmicas sociais atuais.

Em consonância com essa visão, o pesquisador Pedro Henrique Fortes (2020), em sua tese de doutorado, apresentou um panorama contemporâneo da presença indígena em Curitiba e na Região Metropolitana, reforçando a relevância de vincular essas histórias às narrativas históricas e sociais.

A intenção deste trabalho vai além da produção historiográfica: visa também gerar impactos no campo da educação básica. A experiência da autora como professora da rede pública influenciou fortemente a escrita da tese, que foi concebida de forma didática e acessível, com o propósito de possibilitar sua apropriação por docentes e estudantes da rede municipal. Esse esforço se alinha às diretrizes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que reconhecem a necessidade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares.

Ao longo da pesquisa, buscou-se articular universidade e escola como campos complementares da prática histórica. Os conhecimentos sistematizados foram compartilhados com professores da rede municipal de São José dos Pinhais por meio de seminários, cursos e oficinas, promovendo a formação continuada e o diálogo entre pesquisa acadêmica e prática docente. Esse intercâmbio permitiu que os achados da pesquisa ultrapassassem os limites acadêmicos e influenciassem diretamente a prática pedagógica.

A participação em mostras pedagógicas da rede municipal possibilitou à autora observar a presença de trabalhos que valorizavam os etnoconhecimentos dos povos indígenas, fruto de projetos desenvolvidos por professores e estudantes ao longo do ano letivo. Essa aproximação também evidenciou fragilidades na abordagem da História Indígena Local, revelando a importância da troca constante entre os espaços acadêmico e escolar.

Figura 23 - Trabalho escolar apresentado na Mostra Pedagógica da Rede Municipal de SJP:



Em visita a Mostra Pedagógica, realizada nas unidades escolares da rede municipal, foi possível observar a presença de trabalhos pedagógicos com os etnoconhecimentos dos povos indígenas, nos projetos desenvolvidos pelos professores e estudantes ao longo do ano letivo.

Fonte: acervo pessoal da autora (2024).

A organização e oferta de cursos sobre História e Cultura Local, em parceria com as Secretarias de Educação e Cultura, representaram ações concretas desse diálogo, com programação voltada a uma abordagem de longa duração. As atividades de campo e formações com foco no Patrimônio Histórico e Cultural Local também se mostraram fundamentais para fomentar uma educação inclusiva, contextualizada e conectada ao território.

A pesquisa evidenciou a escassez de espaços de memória voltados à valorização da trajetória dos povos originários em São José dos Pinhais. A criação de lugares de memória, como a valorização de toponímias indígenas ou a transformação de sítios arqueológicos em espaços educativos e turísticos acessíveis, é fundamental para conectar passado e presente. Propostas como a transformação do Sítio Céu Azul em um “sítio escola” apontam caminhos para a consolidação de uma educação patrimonial que valorize os saberes indígenas e fortaleça vínculos com o território.

A expressão “lugares de memória” foi cunhada por Pierre Nora, que os define como espaços dotados de uma tríplice dimensão. São, em primeiro lugar, **lugares materiais**, nos

quais a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são também **lugares funcionais**, pois exercem ou passaram a exercer a função de sustentar memórias coletivas; por fim, são **lugares simbólicos**, nos quais essa memória — ou melhor, essa identidade coletiva — se expressa e se revela (NORA, 1993).

Figura 24 - Programação do curso de História e Cultura Local:



Programação do curso organizado e ofertado para professores e comunidade sobre a história e cultura de São José dos Pinhais, uma parceria entre as Secretarias de Educação e Cultura, que já está a na segunda edição. Ao formatar os Módulos, existe a preocupação com uma história de longa duração.

Fonte: acervo da autora (2023 e 2024).

Os lugares de memória não são produtos espontâneos ou naturais, mas construções históricas. O interesse que despertam reside justamente em seu valor como documentos e monumentos que revelam processos sociais, conflitos, paixões e interesses que, consciente ou inconscientemente, os revestem de uma função icônica. Se ainda não existem espaços, ou vetores, que ancorem a memória histórica da presença dos povos originários, eles podem — e devem — ser criados, para que se desfaça a ilusão de que esses sujeitos jamais fizeram parte da história local.

Assim como já foram instituídos lugares de memória que preservam a trajetória de imigrantes ou colonizadores, a criação de espaços dedicados à memória dos povos originários configura uma estratégia legítima e necessária.

Diferentes grupos e movimentos sociais reivindicam visibilidade para as suas versões de passado, o que Gonçalves (2018) chamou de **memórias concorrentes**. Tratam-se também

de estratégias de resistência, para que a presença destes povos seja lembrada, mesmo diante da resistência de grupos que ainda preferem a sacralização de uma narrativa histórica eurocêntrica.

Cabe à aos historiadores mediar essas estratégias, ou seja, promover uma escuta ética e crítica entre versões do passado, oportunizando que todos os sujeitos históricos possam ter seu protagonismo histórico registrado nos anais da história, que também é um vetor de ancoragem do passado.

É imprescindível, contudo, garantir o protagonismo indígena nesseS processos, assegurando que suas vozes estejam no centro das decisões e narrativas. Tal postura contribui para romper com estruturas coloniais ainda presentes e evita que a memória indígena seja reduzida à mitologia ou à invisibilidade.

Outro ponto de atenção refere-se às ações de educação patrimonial realizadas por empresas como contrapartida a obras de grande impacto. Ainda que relevantes, essas ações nem sempre alcançam seu potencial transformador. Ampliá-las, por meio da criação de espaços educativos permanentes e projetos de divulgação consistentes, pode aumentar a visibilidade do conhecimento arqueológico e histórico produzido.

Figura 25 – Formação continuada sobre Patrimônio Histórico e Cultural local na educação básica:





Encontro e aula de campo com os Professores da Rede Municipal de SJP sobre Patrimônio Histórico e Cultural Local numa perspectiva inclusiva.

Fonte: acervo da autora (2024).

A articulação entre arqueólogos, historiadores, professores, comunidade local e representantes indígenas é essencial para a construção de narrativas mais inclusivas e representativas. A integração entre descobertas arqueológicas e materiais didáticos, exposições e eventos escolares fortalece o pertencimento e o reconhecimento do patrimônio histórico pela população.

Figura 26 – Oficinas de História e Arqueologia:





Oficinas de Educação Patrimonial desenvolvida com professores e estudantes da rede municipal em parceria com A Lasca Arqueologia, responsável pelo programa de educação patrimonial em função das obras de construção da terceira pista do Aeroporto Afonso Pena.

Fonte: acervo pessoal da autora (2024)

A abordagem da micro-história, conforme discutida por Jacques Revel (1998), também oferece importantes contribuições ao campo da Educação Patrimonial e ao ensino de História Local. Ao priorizar escalas reduzidas, sujeitos concretos e experiências localizadas, essa perspectiva permite a construção de narrativas históricas mais acessíveis e significativas para estudantes e professores, especialmente quando vinculadas ao território em que vivem. A valorização de documentos escolares, relatos de vida, vestígios materiais e práticas culturais locais como fontes históricas torna-se um recurso potente para o fortalecimento da identidade, do pertencimento e da reflexão crítica sobre as diversas formas de habitar e significar o espaço. Nesse sentido, o ensino de História pode operar como um ativador de memórias e saberes, reconhecendo os sujeitos da comunidade — inclusive os povos originários — como protagonistas da história que se ensina e se aprende.

Assim, as descobertas apresentadas ao longo desta pesquisa ampliam a compreensão da ocupação indígena e colonial no Planalto Curitibano e evidencia o potencial de ações integradas entre história, educação e memória. Espera-se que este trabalho contribua para inspirar novas pesquisas, fortalecer práticas pedagógicas e valorizar a presença dos povos originários na construção das identidades locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo central investigar a presença indígena no Planalto Curitibano, com ênfase no município de São José dos Pinhais, por meio de uma abordagem Etno-histórica que considerasse os povos originários como sujeitos históricos ativos. A pesquisa partiu do reconhecimento de que a historiografia local tradicional silenciou ou marginalizou a trajetória desses povos, limitando sua presença às primeiras décadas do período colonial ou os relegando à esfera da arqueologia.

No primeiro capítulo, foi realizada uma análise crítica da produção historiográfica paranaense e são-joseense, revelando como as representações sobre os povos indígenas foram sendo gradativamente excluídas ou tratadas de forma secundária nas narrativas oficiais. Identificou-se um processo de apagamento sistemático, reforçado por materiais escolares, documentos institucionais e produções históricas que, até recentemente, davam pouca visibilidade à contribuição indígena na conformação do território.

No segundo capítulo, a pesquisa voltou-se para o campo da Etno-história e da História Indígena como perspectivas epistemológicas capazes de reconstruir narrativas mais plurais e inclusivas. Foi dada ênfase à interdisciplinaridade com a Arqueologia e a Antropologia, o que permitiu ampliar o olhar sobre os registros históricos, sobretudo nos contextos em que a oralidade e os vestígios materiais são as principais fontes disponíveis.

O terceiro capítulo reuniu e analisou evidências arqueológicas e documentais que demonstram a presença de grupos humanos na região desde tempos imemoriais. Através de sítios arqueológicos, toponímias e registros administrativos, foi possível compreender a dinâmica das ocupações indígenas anteriores ao contato com os colonizadores e os processos de deslocamento, resistência e ressignificação cultural desencadeados após esse encontro.

No quarto capítulo, a narrativa se aprofundou na compreensão dos impactos da colonização sobre os modos de vida indígenas, apresentando-os como protagonistas históricos que resistiram e adaptaram suas cosmologias, territorialidades e práticas sociais diante das transformações impostas. Também foram destacadas ações contemporâneas de valorização da história e cultura indígenas por meio da educação patrimonial e do ensino de História, demonstrando o potencial transformador da pesquisa quando conectada à escola pública e à formação de professores.

Ao longo de toda a trajetória, a pesquisa buscou questionar os limites da produção historiográfica tradicional, propor novas possibilidades de leitura do passado e contribuir com práticas pedagógicas comprometidas com a pluralidade, a justiça social e a memória histórica.

A utilização do conceito de História de Longa Duração permitiu reconhecer permanências e transformações nos usos do território, evidenciando a presença indígena como elemento estruturante da história local.

Esta tese reafirma a necessidade de consolidar espaços de memória, práticas educativas e políticas públicas que reconheçam os povos originários não apenas como parte do passado, mas como agentes históricos e sociais do presente. Espera-se que este trabalho possa inspirar outras investigações, fortalecer os vínculos entre universidade e escola e contribuir para uma História Local mais inclusiva, democrática e sensível à diversidade de sujeitos e temporalidades que a compõem.

Gostaria de destacar que algumas das reflexões apresentadas nesta seção já estão incorporadas ao longo do texto, uma vez que houve uma preocupação em garantir que pesquisadores que consultem partes específicas dele também tenham acesso a essas considerações e conclusões. Esse cuidado reflete a intenção de tornar o conhecimento aqui produzido mais acessível e aplicável, permitindo que diferentes leitores possam encontrar reflexões relevantes em diferentes seções do trabalho.

Percorrer este caminho de pesquisa foi, ao mesmo tempo, um mergulho no passado e um reencontro com o presente. Ao investigar a história dos povos originários do território onde vivo e trabalho, fui desafiada a rever minhas próprias referências, a escutar outras vozes e a lidar com o desconforto provocado pelas ausências e silenciamentos que a historiografia nos impõe.

Como professora da rede pública, vivenciei cotidianamente a potência e os limites do ensino de História. Essa experiência alimentou a inquietação que me levou a esta pesquisa e, ao mesmo tempo, me ofereceu o compromisso de produzir um conhecimento que pudesse dialogar com a escola, com os professores e com os estudantes. Escrever esta tese foi também um ato de resistência e de cuidado: resistência contra as narrativas únicas e excludentes; cuidado com as memórias, com os sujeitos e com os sentidos que a História pode assumir em sala de aula.

Ao longo do trabalho, compreendi que fazer pesquisa histórica é, sobretudo, escutar — escutar os vestígios, os documentos, os silêncios, mas também escutar o presente. A presença indígena em São José dos Pinhais não pertence apenas ao passado remoto: ela resiste, pulsa e nos interpela. Reconhecer essa presença exige responsabilidade, sensibilidade e compromisso ético.

Que esta pesquisa possa ser um convite: a ver de novo, a ouvir com mais atenção e a ensinar com mais cuidado. Que sirva de ponto de partida para novas perguntas, novas ações e novas formas de contar a história — uma história que seja, verdadeiramente, de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. D. A. **O engenho anto-moderno: a invenção do nordeste e outras artes**. 500f. 1994. Tese de Doutorado (História), Campinas, 1994.
- ALMEIDA, L. L. D. Altiva Pilatti Balhana e a Historiografia Paranaense. *In*: BENATTE, A. P.; SAAS, C. L. V. K. **História e Historiografia Paranaense: matrizes e mutações**. Londrina: EDUEL, 2019. p. 195-210.
- ALMEIDA, M. R. C. D. História e Antropologia. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.
- ANDRADE, R. M. Vestires indígenas em Bonecas Karajá: argumentos para uma história da indumentária no Brasil. **História, Questões e Debates**. Curitiba, v. 65, nº 02, p. 188-222, jul./dez.-2017.
- ARAÚJO, A. G. D. M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no Sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 20, p. 9-38, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná Provincial: 1853 - 1870**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009
- ARRUDA, G.; PROENÇA, W. D. L. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da Universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, UEPG, v. V, p. 240-260, 2013.
- AZEVEDO, Maria Tereza R. **Maternidade e Transmissão Cultural: o que os Guarani, residentes na periferia da Capital Paulista, têm a dizer**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-21092023-164003/publico/MTR_1225_Azevedo_2004.pdf. Acesso em: 04 de março de 2025.
- AZEVEDO, T. D. Os médicos e a Antropologia Brasileira. **Anais da Academia de Medicina da Bahia**. Bahia: [s.n.], p. 139-178, 1979.
- BALHANA, A. P. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. **Revista Brasileira de História**, v. 3, p. 11-19, 1983.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. I, 1969.
- BAUDRILLARD, J. **Le système des objets**. Paris: Gallimard, 1968.
- BEGA, M. T. S. **Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção da identidade regional**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 201. 2001.
- BENJAMIN, W. Berliner Kindheit um Neunzehnhundert. *In*: BENJAMIN, W. **Gesammelte Schriften (GS)**. Francfort: Suhrkamp Verlag, v. Band IV, 1981. p. 1.

BIBLIOTECA NACIONAL. Povos Originários. **Biblioteca Nacional Digital**, 2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/povos-originaarios/creditos/>. Acesso em: 29 out. 2024.

BIHGPR. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Curitiba: Livraria Mundial, v. 1, 1917.

BIHGPR. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Curitiba: Livraria Mundial, v. 2, 1918.

BIHGPR. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Curitiba: Livraria Mundial, v. 3, 1919.

BIHGPR. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Curitiba: Livraria Mundial, v. 5, 1951.

BIHGPR. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Curitiba: Livraria Mundial, v. 6, 1953.

BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, n. 28, p. 217-225, 1962.

BINFORD, L. R. Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. **American Antiquity**, Cambridge University Press, v. 45, n. 1, p. 4-20, Jan. 1980.

BLASI, Oldemar. Memória fragmentada sobre a arqueologia no Paraná, nas décadas de 1940, 50 e 60. **Arqueologia** - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. n.4, pp.57-68; 2007.

BLOCH, M. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BONAMIGO, Z. M. **A economia dos Mbya-Guaranis: troca entre homens e entre deuses e homens na ilha da Cotinga em Paranaguá - PR**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Ciências Humanas da UFPR. Curitiba. 2006.

BORA, E. **Projeto para realização de Prospecção, Salvamento e Monitoramento Arqueológico na área do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Afonso Pena - SJP/PR**. CEPA/UFPR. Curitiba. 2010.

BOUTIER, J.; JULIA, D. **Passados Recompostos: campos e canteiros da História**. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 1998.

BOWEN, E. **A new and accurate map of Brazil**: divided into its captainship drawn from the most approved modern maps and charts and regulated by astronomical observations, 17---. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/povos-originaarios/mapas-com-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 2024.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII**. O tempo do Mundo. ed. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 1979.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. Revista de História, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422> - Acesso em: 19 abril de 2025.

BUENO, L. Arqueologia do Povoamento Inicial da América ou História Antiga da América: Quão antigo pode ser um Novo Mundo? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 02, pp. 477-495, maio/ago., 2019.

BURKE, P. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALDERELLI, S.; SANTOS, M. C. M. M. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dezembro-fevereiro 1999-2000.

CANIELE, D. E. **As populações indígenas nas narrativas das autoridades provinciais do Paraná: 1853 - 1889**. 2001. 342f. Dissertação de Mestrado (História) Maringá, UEM/UEL, 2001.

CARMACK, R. M. **Etnohistória y teoría antropológica**. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979.

CARMO, S. P. D. **O Projeto Ponta de Projétil: gestão tecnológica dos Caçadores-Coletores do Alto-Iguaçu**. 2015. 129f. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Curitiba, UFPR, 2015.

CARNEIRO, C. B. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SPAMP, 2013.

CARNEIRO, D. **A História da História do Paraná**. 1. ed. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952.

CARNEIRO, D.; VARGAS, T. **História Biográfica da República do Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CAVALCANTE, T. L. V. Etnohistória e História Indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 01, p. 349-371, jan./jun 2011.

CEPA. **Céu Azul - São José dos Pinhais: Intervenções Preliminares (2017-2020) e escavação de resgate (2021-2022)**. Curitiba, CEPA/UFPR, 2023.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHIARADIS, C. **Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena**. 1. ed. São Paulo: Limiar, 2008.

CHMYZ, I. PRONAPA - Arqueologia Brasileira em 1968. Um Relatório Preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 26, 1974.

CHMYZ, I. **Relatório do Projeto Arqueológico da AUDI**. Curitiba: CEMA/CEPA/FUNPAR, 1997a.

- CHMYZ, I. **Relatório do Projeto Arqueológico da Renault**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997b.
- CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, Curitiba, n. 1, 1976.
- CHMYZ, I.; BROCHIER, L. L. Proposta de Zoneamento Arqueológico para o Município de Curitiba. **Arqueologia**, Curitiba, v. 8, p. 35-60, 2004.
- CIT, C. **Caminhos Antigos da Serra do Mar Paranaense: Potencial Histórico e Arqueológico e os sentidos do Patrimônio no Caminho do Arraial**. 2023. 141f. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social) - Setor de Ciências Humanas na UFPR. Curitiba, UFPR, 2023.
- COLNAGHI, M. C.; MAGALHÃES FILHO, F. D. B. B. D.; MAGALHÃES, M. D. B. D. **São José dos Pinhais a trajetória de uma cidade**. Curitiba: Prefacio, 1992.
- CÓRDOVA, M. J. W. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio o cerco da Lapa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa. v. 2, n. 2, p. 151-190, 2007.
- CORRÊA, A. S. **A imprensa e política do Paraná: prosopografiados redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. 2006. 206f. Dissertação de Mestrado (Sociologia). Curitiba, UFPR, 2006.
- COSTA, L. D.; ANGELI, B. **Conexão Ciência**, 2024. Disponível em: <https://conexaociencia.com.br/a-universidade-tambem-e-territorio-indigena/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- CUNHA, M. C. (Orgs). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- CUNHA, M. C. D. Introdução. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 30,31 e 32, p. 1-8, 1987/1988/1989.
- CUNHA, M. C. D. **Efeito Lévi-Strauss**. Anotações para uma Conferência da USP: Tempo Brasileiro. São Paulo: [s.n.]. 2009.
- CURITIBA. Câmara Municipal. **Boletim do Archivo Municipal de Curityba**: documentos da História do Paraná. 1668-1721. Publicação sob responsabilidade do Francisco Negrão. Volume I. Fundação da Villa de Curityba. 1721a.
- CURITIBA. Câmara Municipal. **Boletim do Archivo Municipal de Curityba**: documentos da História do Paraná. 1668-1721. Publicação sob responsabilidade do Francisco Negrão: Cartas Régias, Provimentos, Alvarás, Resoluções, Vereanças de Curitiba. Volume II. Fundação da Villa de Curityba. 1721b.
- CURITIBA. Câmara Municipal. **Boletim do Archivo Municipal de Curityba**: documentos da História do Paraná. 1721-1812. Publicação sob responsabilidade do Francisco Negrão: Provimentos e Correições. Volume VIII. Fundação da Villa de Curityba. 1812.
- CURITIBA. Câmara Municipal. **Boletim do Archivo Municipal de Curityba**: documentos da História do Paraná. 1721-1733. Publicação sob responsabilidade do Francisco Negrão: Resoluções Ordens, e Provisões. Volume IX. Fundação da Villa de Curityba. 1733.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Boletim do Archivo Municipal de Curityba**: documentos da História do Paraná. 1733-1756. Publicação sob responsabilidade do Francisco Negrão: Resoluções Ordens, e Provisões. Volume XII. Fundação da Villa de Curityba. 1756.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Boletim do Archivo Municipal de Curityba**: documentos da História do Paraná. 1721-1767. Publicação sob responsabilidade do Francisco Negrão: Correspondências e Atos Diversos. Volume XIII. Fundação da Villa de Curityba. 1767.

DAVIS, I. Comparative Jê Phonology. **Estudos Linguísticos**, v. 1, n. 2, p. 10-25, 1966.

DEBRET, J. B. **Voyage Pittoresque et Historique au Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, v. Tomo I, 1834.

DIAS, A.S. **Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994

DIAS, A. S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas teóricas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, janeiro - abril 2007.

DIAS, M. M. M. Como foi a escrita da História do Paraná no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense entre 1900 e 1918. In: BENATTE, A. P.; SAAD, C. L. V. K. **História da Historiografia Paranaense**: matrizes e mutações. Londrina: Edel, 2019. p. 11-127.

DIAS JR. O. F. **A Cerâmica Neobrasileira**. Arquivo IAB, Textos Avulsos 01. Rio de Janeiro: IAB, 1988.

DOMINGUES, J. G. **Políticas Públicas, Educação e Sustentabilidade Guarani: caminhos para a autonomia indígena**. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Maringá - Paraná, p. 179. 2020.

EL-KHATIB, Faissal (org.). **História do Paraná**. Vol.1. 2. ed. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

EPPC. **Projeto Básico Ambiental (PBA)** - Volume 6. Estudos Ambientais Complementares Barragem do Miringuava. [S.l.]. 2011.

ESPAÇO ARQUEOLOGIA. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da LT 525 KV Blumenau - Curitiba Leste**, municípios de Blumenau, Pomerode, Jaraguá do Sul, Corupá, São Bento do Sul, Campo Alegre (SC), Tijucas do Sul, Mandirituba e São José dos Pinhais. Tubarão. 2019.

ESTADO DO PARANÁ. **Região Geográfica Intermediária (IBGE)**. 2018. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20Intermedi%C3%A1rias%20%28IBGE%29%20-%20Paran%C3%A1.pdf > Acessado em: 09/02/2025.

ESTADO DO PARANÁ. Instituto Água e Terra. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná**. Disponível em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, janeiro 1996.

FALCON, F. J. C. História e Historiografia nos anos 50 e 60 do ponto de vista da cadeira da História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia. In: SILVA, F. C. T. D. **Conceitos sobre história e educação**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. A diversidade na educação escolar: o currículo como artefato cultural. **Atos de pesquisa em ação**, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan.-abril 2014.

FORTES, P. H. R. **Entre a Política Indígena e a Política Indigenista**: um estudo sobre as relações políticas entre índios e não índios em Curitiba no século XIX. 184f. 2014. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2014.

FORTES, P. H. R. **Indígenas na cidade**: uma análise histórica e etnográfica na presença kaingang em Curitiba. 379f. 2020. Tese de Doutorado (Antropologia e Arqueologia). Curitiba, UFPR, 2020.

FREITAG, L. C. **Extremo-oeste paranaense**: história territorial, região, identidade e (re) ocupação. Tese de Doutorado (História). 209f. 2002. Franca, Universidade Estadual Paulista, 2002.

FUNDAÇÃO AROEIRA. **Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica, Educação Patrimonial na área de Alagamento do Rio Miringuava**. São José dos Pinhais, 2017.

GALDINO, C. B. D. C. **Temática Indígena no Ensino de História: os Avá-Guarani e a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1973-1982)**. Dissertação de Mestrado em Ensino de História na UFPR. Curitiba, p. 208. 2021.

GINZBURG, C. Anthropology and history in the 1980s: A comment. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. XII, n. 2, p. 277-278, 1981.

GOES, P. R. H. D. **Morfológicas**: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os kaingang (dialetos Paraná) e Mbya (Litoral Sul). 500f. 2018. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Curitiba: UFPR, 2018.

GOMES, A. C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GONÇALVES, J. T. S.. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. *Revista História & Perspectivas*, v. 31, n. 58, p. 22-43, jan./jun. 2018.

GONTIJO, R. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como patrimônio sociocultural. In: ABREU, M.; SOIHET, R. **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

GREEN, W.; DOERSHUK, J. F. Cultural Resource Management and American Archaeology. **Journal of Archaeological Research** [s.n.], 1998.

GREGA, R. **Curitiba Luz dos Pinhais**. Curitiba: Solar do Rosário Arte e Cultura, 2016.

GRIFFITHS, Tom. Travelling in Deep Time: la longue durée in Australian history. *Australian Humanities Review*, Australia, n. 18, p. 1-6, June 2000.

GUÉRIOS, P. Antropologia, Ciência, Engajamento: José Loureiro Fernandes e os sentidos da atividade intelectual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, 2021.

GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a História da Historiografia Brasileira como Campo de Estudos e Reflexões. In: NEVES, L. M. P. **Estudos de Historiografia Brasileira**, Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 19 - 35.

GUIMARÃES, M. L. L. S. **Nação e Civilização nos Trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n. 1, 1988.

HELM, C. M. V. Depoimentos de índios Kaingang sobre o trabalho volante que realizaram no Paraná agrário. **História, Questões e Debates**, Curitiba, v. 9, n. 02, p. 271-286, jul./dez.1984.

HELM, C. M. V. **Kaingang, Guarani e Xetá na Historiografia Paranaense**. Trabalho Apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu: [s.n.]. 1995.

HENRY, J. **Jungle people**: a Kaingang tribe of the highlands of Brazil. New York: Vintage Books (1. ed. 1941), 1964.

HILAIRE, S. Curitiba em 1820. In: MARTINS, R. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra Limitada, v. I, 1953.

HILAIRE, S. **Viagem à Comarca de Curitiba (1820)**. São Paulo: Brasiliana, v. 315, 1964.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HODDER, I. **The present past. An Introduction to anthropology for archaeologists**. G.B: B. T.: Basts Ford, Lda, 1982.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional. 2 Edição Revisada. Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Mapeamento geológico**. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Mapeamento-Geologico>. Acesso em: 13 out 2023.

IPHAN. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. **IPHAN**, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>. Acesso em: 9 jun. 2023.

IURKIV, J. E. Romário Martins e a Historiografia paranaense. **Educere**, v. 2, n. 2, p. 123-132, julho a dezembro 2002.

JAVORSKI, M. E. Aspectos da produção Historiográfica de Alfredo Romário Martins. In: BENATTE, A. P.; SAAD, C. L. V. K. **Historiografia da historiografia paranaense**: matrizes e mutações. Londrina: Eduel, 2019. p. 276.

JGP CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES. **Relatório de Impacto Ambiental LT 525 kv Blumenau - Curitiba Leste**. Curitiba: COPEL, 2017.

OLIVEIRA, J. P.. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

KERSTEN, M. S. D. A. José Loureiro Fernandes, um intelectual na "Província". **Arqueologia**, Curitiba, v. 3, n. Número Especial, p. 147-154, 2005.

KUPER, A. **The reinvention of primitive society. Transformations of a myth**. Londres: Routledge, 1988.

LARAIA, R. D. B. Primórdios da Antropologia brasileira. **Ciência & Tópico**, p. 5-21, 2018.

LAZZARETTI, N. G. **Análise da indústria lítica do sítio Floresta das Imbuías em relação ao contexto arqueológico do Primeiro Planalto Paranaense**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2023.

LEAL, A. P. D. R. **Musealização da Arqueologia: documentação e gerenciamento do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná**. Trabalho Monográfico (Bacharelado em Museologia). -. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

LEE, R. B.; VORE, I. D. **Man the Hunter**. [S.l.]: Wenner-Gren Foundation for Anthropological, 1968.

LE GOFF, J. A história nova. 5°. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994.

LÖWY, M. A contrapelo. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2 sem. 2011.

MACHADO, B. P. **A historiografia de Romário Martins na sua História do Paraná**. Colóquio de Estudos Regionais Comemorativo ao I Centenário de Romário Martins. Curitiba: Boletim do Departamento de História da UFPR. 1974.

MACHADO, B. P. Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná. **História Questões e Debates**, Curitiba, n. 14, p. 177-205, Dezembro 1987.

MACHADO, D. **A criação do curso de História da UFPR: notas iniciais de pesquisa**. Anais ANPUH. Natal, p. 1-17. 2013.

MACHADO, D. Un Tournant Historiographique: inflexões historiográficas em Cecília Westphalen, 1953-1962. In: BENATTE, A. P.; SAAD, C. L. V. K. **História da Historiografia paranaense: matrizes & mutações**. Londrina: EDUEL, 2019. p. 157-178.

MACHADO, J.; FERREIRA, C. H. **Resistência Guarani: uma vivência na Aldeia Rio Silveiras**. São Paulo: Tendens, 2016.

MCGRATH, Ann. Deep histories in time, or crossing the great divide? In: MCGRATH, Ann; JEBB, Mary Anne (ed.). **Long history, deep time: deepening histories of place**. Australia: ANU Press, 2015. p. 1-31.

MALERBA, J. **A história na América Latina. Ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCANTE, M. F. **Aldeados e africanos livres**: relações de compadrio e formas de inserção no aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895). 168f. 2012. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba, UFPR, 2012.

MARCHESE, E. **O intelectual Faris Michaele (1940-1977) e sua dimensão regional: questões da cultura e da educação**. Mestrado (Educação) - UFPR. Curitiba, p. 110. 2014.

MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953**: do poema ao modelo historiográfico. 361f. 2013. Tese de Doutorado (História). Curitiba, UFPR, 2013.

MARCHETTE, T. D. **Corvo no galho das acácias**: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MARCHIORO, M. **Sobre os índios da Pedra Escorregadia**: matrimônio e família na aldeia de Itapecerica em comparação com as demais aldeias paulistas (1732-1830). 163f. 2018. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba, UFPR, 2018.

MARINHO, R. P. **Os Xetá e suas histórias: memória, estética, luta desde o exílio**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Setor de Ciências Humanas da UFPR. Curitiba. 2018.

MAROCHI, M. A. **Caminhando por São José dos Pinhais**. 1. ed. São José dos Pinhais: Edição da autora, 2021.

MAROCHI, M. A. **Da freguesia a diocese: a trajetória da igreja católica em São José dos Pinhais**, 1690-2007. 1. ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2007.

MAROCHI, M. A. **História & Memória**: a busca pela construção de uma identidade de São José dos Pinhais. 1. ed. São José dos Pinhais: Edição da Autora, 2014.

MAROCHI, M. A. **Imigrantes 1870-1950**: os europeus em São José dos Pinhais (PR). 3. ed. São José dos Pinhais. São José dos Pinhais: Edição da Autora, 2013.

MAROCHI, M. A. **Ordem e Poder**: uma ideia de construção da vida política e administrativa de São José dos Pinhais. 1. ed. Curitiba: Edição da Autora, 2016.

MAROCHI, M. A. **Uma história de esperança**: entre o nascer e o morrer: documentos oficiais e de memórias da religiosidade e da cultura em São José dos Pinhais. 1. ed. Curitiba: Edição da Autora, 2011.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, 1953.

MASTER AMBIENTAL LTDA. **Programa de Arqueologia Preventiva**: restauração e ampliação de capacidade da rodovia PR-414, trecho Curitiba - Pinhais - Piraquara - PR. Londrina/PR, 2013.

MENESES, U. B. D. A cultura Material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENTZ-RIBEIRO, P. Escavações Arqueológicas no Sítio RS.TQ.58. Monte Negro, RS, Brasil. In: Série Documentos, 10:1-86. Rio Grande: Editora Furg, 1999.

MERENCIO, F. T. **Tecnologia Lítica Xetá: um olhar arqueológico para a coleção etnográfica e lítico lascado e polido do MAE-UFPR**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2014.

MICHAELE, F. A. S. **Presença do índio no Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. III, 1969.

MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas realizadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Quarto Ano 1968 - 1969. **Publicações avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi, Belém**, Belém, v. 15, p. 37-70, 1971.

MILLER, J. T. O. Arqueologia na Região central do estado de São Paulo. **Arquivo do Museu Paranaense - Nova série - Etnologia**, Curitiba, v. 2, 1978.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. **Tempo - Departamento de História da UFF**, Niterói: EDUFF, v. 14, n. 28, 2010.

MOLES, A. A. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre-docência). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MOREIRA, J. E. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e de Paranaguá: até a emancipação da província do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, v. 2, 1975.

MOREIRA, J. E. **Dicionário Bibliográfico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1957.

MOREIRA, J. E. História da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. **Revista médica do Paraná**, Curitiba, v. 12, n. 4-6, p. 155-162, jul. - dez. 1953.

MORGAN, L. H. **Ancient Society**. London: John Murray, 1877.

MOTA, L. T. A construção do "vazio demográfico" e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**. Assis, SP - Universidade Estadual Paulista, v. 2, p. 123-137, 1994. ISSN 0104-1452.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

MOTA, L. T. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar na história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-16, julho-dezembro 2014.

MOTA, L. T.; CARSTEN, A. A. Virotos: espacialização e uso por populações indígenas no Sul do Brasil. **Clio Arqueológica**, Pernambuco, v. 28, n. 2, 2013.

MOTA, Lúcio Tadeu; MACELLA, Márcio Augusto Uliana; GARCIA, Julia Mahamut. **Povos originários no município de Doutor Camargo no médio rio Ivaí, estado do Paraná**. *Revista Arqueologia Pública*, v. 19, e024008, 2024. DOI: 10.20396/rap.v19i00.8675933. ISSN 2237-8294.

MULLER, H. I. Fragmentos de construção de subjetividade: Brasil Pinheiro Machado. In: BENATTE, A. P.; SAAR, C. L. V. K. **História e Historiografia paranaense: matrizes e mutações**. Londrina: EDUEL, 2019. p. 179-193.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES DA UFPR. **Cadernos de Arqueologia - Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica**. 2. ed. Paranaguá: [s.n.], v. 1, 1976.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NEUNDORF, A. **A questão de limites e a questão identitária no Paraná: história e imprensa na construção do acontecimento**. Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. Porto Alegre: [s.n.]. 2008.

NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. **O povo de Luzia**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

NEVES, W. A.; RONCAGLIA JÚNIOR, M. J.; MURRIETA, R. S. S. **Assim caminhou a humanidade**. 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2022.

NOELLI, S. F. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. **Revista da USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 218-269, 2000.

OLIVEIRA, J. A. D. **História da Arqueologia Paranaense: um balanço da produção arqueológica no Estado do Paraná no período de 1876-2001**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UEM. Maringá, p. 306. 2002.

OLIVEIRA, J. E. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. **ANPUH - XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba.: Moinho do Verbo, 2001.

ORSER, C. E.; FAGAN, B. M. **Historical Archaeology**. [S.l.]: Harper Collins College Publishers, 1995.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. P.. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PARANÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1854. Curitiba: Typographia Paranaense, 1854.

PARELLADA, C. **Estudo Arqueológico no Alto Vale do Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, treco X**. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo. 2006.

PARELLADA, C. I. Arqueologia dos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais no Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 163-170.

PARELLADA, C. I. **Relatório Final de atividade do Programa Arqueológico da Barragem Piraquara II**. Museu Paranaense. Curitiba, 2009.

PARELLADA, C. I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. **FUNDAMENTOS VII**, p. 118 - 135, janeiro 2008.

PEREIRA, F. C. As pinturas rupestres na região de Pirai de Serra - Paraná. **Anais do XVIII EAIC**, Ponta Grossa, 2009.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História - UFPR, 1996.

PICANÇO, J. D. L.; MESQUITA, M. J. A cartografia Primitiva da Baía de Paranaguá (séculos XVI-XVII) e os limites da América Portuguesa. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 67, p. 805-815, jul./ago. 2015.

PINHEIRO, I. D. S. **A etnografia Guarani no Norte do Paraná: a educação escolar indígena no contexto da globalização**. 208f. 2018. Dissertação de Mestrado (Educação). Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2018.

POLITIS, G. Movendo-se para produzir: Mobilidade Nuca e padrões de assentamento na Amazônia. **World Archaeology**, v. 27, n. 3, p. 496-511, fevereiro 1996.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Atlas escolar do município de São José dos Pinhais**. São José dos Pinhais: SEMED, 2022.

PRIPÁ, W. C. **Lugares de Acampamento e Memória do Povo Laklãno/Xokleng**. 127f. 2021. Dissertação de Mestrado (História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. [S.l.]: Carlini&Caliato, 2019.

PROUS, A. **O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PROVOPAR-PR. **Vida Indígena no Paraná: memória, presença e horizontes**. Curitiba, PROVOPAR-PR, 2006.

REDE, M. História e Cultura Material. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 133-150.

REIS, J. C. **A Escola dos Annales. A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, T. F. D. A Revista História Questões e Debates: o surgimento e a sua produção historiográfica na década de 1980.. In: BENATTE, A. P.; SAAD, C. L. V. K. **História da historiografia Paranaense: matrizes e mutações**. Londrina: EDUEL, 2019. p. 243-252.

REVEL, J. (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, P. A. M. Arqueologia do Vale do rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 18, p. 13-184, 1991.

ROCHA NETO, Bento Munhoz. Da necessidade de divulgação da História paranaense. In: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. I, 1969, p. 11-24.

RODRIGUES, Isabel Cristina. **Vẽnh Jykre si: memória, tradição e costume entre os Kaingang da T.I.- Faxinal - Cândido de Abreu-Pr.** 2012. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROJAS, J. L. **La Etnohistória de América. Los indígenas, protagonistas de su história**. Buenos Aires: SB, 2008.

ROSA, C. S. D. **Ilusão e Paraíso: História da Arqueologia na Amazônia (1948-1965)**. Universidade Federal do Pará. Belém. 2008.

ROSATO, M. **Uma Constelação de Imagens: a experiência Etnográfica de Vladimír Kozák**. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-graduação em Antropologia - Setor de Ciências Humanas na UFPR. Curitiba. 2009.

ROSEVICS, L. Os primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900-1930). **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 38-50, Junho 2016.

SABCHUK, F. **Entre prescrições e práticas: uma proposta para a formação continuada de professores no trabalho com a questão indígena no ensino de história para as séries iniciais no município de São José dos Pinhais**. Maringá: UEM. Dissertação de Mestrado, 2020.

SAHLINS, M. **Stone Age Economics**. London: Tavistock Publications, 1972

SALVIA, F. L.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. 2. ed. Porto Alegre: Poesenato Arte e Cultura, 1989.

SANTOS, S. C. D. Apresentação. In: SANTOS, S. C. D. **Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos**. Florianópolis: UFSC, 1985. p. 11-16.

SANTOS, S. C. D. **Índios e Brancos no sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Lunardelli, 1975.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Apostila de História e Geografia** - Curitiba: SEMED/ Bom Jesus, 2008.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Filme Institucional de São José dos Pinhais**. Produção: Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. [S.l.]: [s.n.]. 2015.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Livro de óbito 1**. Catedral de São José. [S.l.], p. 140. 1757-1852.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, **Livro de Matrimônio 1**. Catedral de São José. [S.l.], 1757 - 1835.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Tertúlia**: causos e lendas são-joseenses. São José dos Pinhais: Coleção autores da terra, v. IV, 1996.

SCHILD, J. D. J. I. J. **Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha**. 195f. 2016. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWENGBER, V. L. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da LT 525 KV Blumenau - Curitiba Leste**. Tubarão: Espaço Arqueologia, 2019.

SESSEGOLO, G. C. **Relatório Final Diagnóstico e Prospecção Arqueológica**. Ecossistema Consultoria Ambiental. Curitiba. 2011.

SGANZERLA, E. M.; CHMYZ, I. *et al.* A Arqueologia do Contorno Leste de Curitiba. **Arqueologia**, Curitiba, v. 7, p. 1-76, 1996.

SILVA, G. P. N. D. **Projeto de pesquisa vinculado à dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR**. CEPA/UFPR. Curitiba, p. 194. 2020.

SILVA, L. G. D. **Mulheres indígenas e seus percursos acadêmicos**: olhares plurais sobre a experiência Kaingang na UFPR. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). 2023. Curitiba, UFPR, 2023.

SILVA, P. B. G. E. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. XXX, n. 3, p. 489-506, set. /dez. 2007.

SILVEIRA, R. M. G. Região e História: questão e método. *In*: SILVA, M. A. (org.). **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. p. 39.

SIMÃO, A. P. **Do caco ao fragmento**: análise da coleção cerâmica Guarani do sítio arqueológico Lagoa Xambrê - Altonia/PR. 183f. 2002. Dissertação de Mestrado (História). Maringá, UEM, 2002.

SOCIEDADE DA ÁGUA. **Programa de Resgate Arqueológico da Barragem do Rio Miringuava - Área do Canteiro**. SANEPAR. São José dos Pinhais. 2016.

SOCIEDADE DA ÁGUA. **Subprograma de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial**. São José dos Pinhais, SANEPAR, 2014.

SOUZA, C. Missionários e Feiticeiros: representações do índio segundo os missionários castelhanos das missões jesuíticas do Paraguai (século XVII-XVIII). **História, Questões e Debates**. Curitiba, v. 25, n. 02, p. 117-147, jul/dez. 1996.

SOUZA, F. L. **Nação e Herói**: a trajetória dos intelectuais paranistas. 127f. 2002. Dissertação de Mestrado (História). Assis, Universidade Estadual Paulista, 2002.

STUART, J. **Theory of Culture Change: the Methodology of Multilinear Evolution**. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

THOMAZ, J. C. T. **Programa de Resgate Arqueológico Barragem do Miringuava - Sub Programas de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial**. Curitiba: SANEPAR, 2014.

TRIGGER, B. G. Ethnohistory: problemas and prospects. **Ethnohistory**, v. 29, n. 01, p. 1-19, 1982.

UFPR. **Pós-graduação em Arqueologia e Antropologia**, 2023. Disponível em: <http://www.prppg.ufpr.br/site/ppgaa/pb/historico-e-contextualizacao/>. Acesso em: 30 maio 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. LAEE. **Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história de Maringá**, 2013. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/laee/destaque>. Acesso em: 10 jun. 2013.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. **Hostória dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Cia das Letras, 1992. p. 87-102.

URBAN, G. **A model of Shokleng social reality**. Tese de doutoramento pelo Departamento de Antropologia de The University of Chicago. Chicago. 1978.

VACA, C. D. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1987.

VALESKA, Maria Liliane Gomes dos Santos; ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla. **Maternidades indígenas nas publicações científicas: uma revisão narrativa referida ao dispositivo materno**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 72, p. e00720004, nov. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202400720004>. Acesso em: 04 de março de 2025.

VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1907.

VOLCOV, J. E. **Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no Alto Rio Iguaçu, PR**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Setor Ciências Humanas UFPR. Curitiba, p. 191. 2011.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

WANKE, E. T. **Faris Michael, o tapejara. Uma biografia**. Rio de Janeiro: Edições Plaquette, 1999.

WATSON, P.; LEBLANC, S. A.; REDMAN, C. L. **Explanation in archaeology: an explicitly scientific approach**. Nova York: Columbia University Press, 1971.

WESTPHALEN, C. M. Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizado em 2 de dezembro de 1964. **História & Debates**, Curitiba, p. 285-315, janeiro-junho 2009.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem História**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ANEXOS

Anexo I - Artigos da Revista História Questões e debates com a temática indígena

Ano:	Volume, número e tema:	Autor, título e páginas:	Época:	Considerações:
1984	V. 09; N° 1	Cecília Maria Vieira Helm. Depoimentos de índios Kaingang sobre o trabalho volante que realizaram no Paraná agrário. (p. 271-286).	Décadas de 1970 e 1980.	A autora utilizou como fonte um material produzido nos últimos dez anos pelos indígenas Kaingang do Paraná, que estavam relacionados a questões agrárias.
1996	V. 25, N°2 Intelectuais e Poder.	Costa Souza Missionários e Feiticeiros: representações do índio segundo os missionários castelhanos das missões jesuíticas do Paraguai (século XVII-XVIII) (p. 117-147).	Brasil Colônia	No artigo o autor problematiza o imaginário do europeu em relação ao indígena guarani no Brasil, no período da colonização. Ainda, reflete sobre o que considerou demonização dos costumes indígenas como justificativa para a colonização.
2017	V. 65, N° 2, Histórias da Moda	Rita Moraes de Andrade Vestires indígenas em Bonecas Karajá: argumentos para uma história da indumentária no Brasil. (p. 198-222).	2012	No artigo a autora partiu de análises da indumentária indígena nas bonecas karajá, as ritxoko, que foram registradas pelo IPHAN, como patrimônio imaterial brasileiro.
2020	V. 68, N° 1, Direitos Humanos e Políticas de Memória.	Tamiris Maia Gonçalves Pereira, Sônia Maria de Magalhães e Elias Nazareno. Estado do Conhecimento sobre história da alimentação indígena no Brasil. (p. 368-403).	Atualidade.	A pesquisa buscou contextualizar as abordagens dos “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” recentes da história da alimentação, com foco na alimentação indígena, analisando livros, teses e dissertações sobre a temática.
2023	V. 71, N° 1. Os Tempos na (depois da) História: Revoltas, Crise e Guerra.	Ana Carolina Cernicchiaro A agência político-ontológica da arte indígena contemporânea.	Contemporâneo.	A autora buscou demonstrar como as produções dos artistas indígenas não apenas colocam em xeque a universalidade da História da Arte e seus dispositivos históricos e estéticos da invisibilidade, como também problematizou o pensamento utilitarista, etnocêntrico e antropogênico.

Fonte: organizado pela autora (2023).

Anexo II - Teses e dissertações do banco do PRPPG

Ano:	Autor/Orientador:	Título:	Breve comentário:
2002	Autora: Ana Cristina Vanali Orientadora: Cecília Helm	O Botocudo Tibagyano: análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba	A autora produziu uma contribuição aos estudos indígenas paranaenses analisando os registros etnográficos do sertanista Telêmaco Borba.
2003	Autora: Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz Orientador: Márnio Teixeira Pinto	Tradição, mudança e o sentido da história entre os Kaiowá Guarani	A pesquisa não estava depositada no banco.
2003	Autora: Valdirene Ganz Orientadora: Edilene Coffaci de Lima	Os Mbyá Guarani e a Natureza: um ensaio bibliográfico	A pesquisa não estava depositada no banco.
2005	Autor: André Essenfelder Borges Orientador: Oscar Calávia Sães	Caminhos da cultura indígena: o Peabiru e o neoindianismo.	Investigou aspectos do caminho do Peabiru, cujos trechos perpassavam os atuais estados do sul do Brasil e, ainda hoje, restam trechos preservados que vêm sendo interpretado como ramais do caminho do Peabiru. Segundo alguns cronistas, o caminho formou um leito coberto por gramíneas e fazia a ligação entre o Oceano Atlântico e o Pacífico. Atualmente, autores acadêmicos falam dele como pertencentes aos grupos Ge, outros argumentam ser de origem guarani.
2006	Autor: Sady Pereira do Carmo Júnior Orientador: Laercio Loiola Brochier	O projeto ponta de projétil: gestão tecnológica dos caçadores do Alto-Iguaçu, Paraná.	Análise tecnologia do material lítico encontrado no sítio arqueológico Arroio de Santo André, em São José dos Pinhais.
2006	Autora: Zélia Maria Bonamigo Orientadora: Edilene Coffaci de Lima	A economia dos Mbyá-Guaranis: trocas entre homens e entre deuses e homens na ilha da Cotinga em Paranaguá – PR	Estudo etnográfico sobre a economia do grupo Mbyá-Guarani, que vive na Ilha da Cotinga em Paranaguá.
2011	Autor: Marcelo de Abreu Gonçalves Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Ethos e movimento: um estudo sobre mobilidade e organização social Mbyá Guarani no litoral Sul do Brasil.	Analisou os deslocamentos, as redes de sociabilidades dos Mbyá Guarani na região sul do Brasil, incluindo no Paraná.
2011	Autor: Jonas Elias Volcov Orientador: Igor Chmyz	Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no alto Rio Iguaçu, Paraná.	Buscou compreender os episódios de ocupação da região do Alto Iguaçu pelas famílias linguísticas Tupi e Jê a partir do século XVI.
2012	Autora: Angela Aparecida de Oliveira Gomes Orientador: Claudio Pereira Symanski	Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomórficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil	Analisou aspectos simbólicos em contextos associados a esculturas conhecidas por zoólitos, zoósteos e antropólitos, localizadas no interior sul do Brasil, incluindo Paraná.
2012	Autora: Carolina Dias Cunha Casão	Etnografando o sistema de parto kaingang na terra indígena Mococa-PR.	Investigação etnográfica sobre práticas e concepções kaingang sobre a gestação, parto e pós-parto.

	Orientadora: Laura Perez Gil		
2015	Autor: Patrick Leandro Baptista Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Cacique” Kretã: aquele que olha por cima da montanha enxerga mais alto.	Trabalho etnográfico sobre a constituição da liderança Kaingang na Terra Indígena Manguaí do Paraná.
2016	Autora: Josiéli Andréa Spenassatto Orientadora: Laura Perez Gil	Os lados da Mistura: Desafios da coabitação e dos intercassamentos na Terra Indígena São Jerônimo (PR/Brasil)	Etnografia dos povos Guarani, Kaingang e Xetá, habitantes de uma mesma Terra Indígena nomeada São Jerônimo na bacia do Rio Tibagi. Investigou sobretudo as dinâmicas de interação entre os seus moradores, principalmente sob o aspecto do parentesco e da política.
2017	Autora: Fernanda Henrique Orientadora: Laura Perez Gil	Por uma onirologia Kaingang: um breve levantamento etnográfico sobre o sonhar	Trouxe uma reflexão sobre o que é o sonho entre a sociedade kaingang a partir da literatura e de um trabalho de campo, buscou cujo intuito é desenhar os primeiros traços da Terra Indígena Queimadas, no Paraná.
2018	Autora: Letícia Fernandes Orientadora: Edilene Coffaci de Lima.	Nossos guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Ywy Porã (Abatiá-PR)	Investigação etnográfica junto aos Guarani Nhandewa da TI Ywy Porã/Posto Velho (localizada no município de Abatiá-PR) a respeito da organização política da TI e a inserção dos jovens nesse âmbito.
2018	Autora: Linda Osiris González Cárdenas Orientador: Lorenzo Gustavo Macagno	Mbyá Guarani e turismo na tríplice fronteira: tensões e representações turísticas sobre “O Guarani”	Investiga a atuação dos povos Guarani na atividade turística realizada na tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai)
2018	Autor: Paulo Roberto Homem De Goes Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Morfológicas: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os kaingang (dialetos Paraná) e Mbya (Litoral Sul)	Buscou identificar e contrastar, a partir de dados etnográficos, as lógicas de produção territorial Kaingang dialeto Paraná (Je) e Mbya do Litoral Sul (Tupi-Guarani).
2018	Autor: Rafael Pacheco Marinho Orientadora: Edilene Coffaci De Lima	Os Xetá e suas histórias: memória, estética, luta desde o exílio.	Experiência etnográfica junto aos Xetá (tupi-guarani), especialmente com as famílias residentes na Terra Indígena São Jerônimo (São Jerônimo da Serra, PR), bacia do Rio Tibagi, e na Aldeia Urbana Kakané Porã (Curitiba, PR).
2019	Autor: Ferdinando Alfonso Armenta Iruretagoyena Orientadora: Maria Inês Smiljanic Borges	A fala das sombras: o rap guarani e a musicalização do outro	Tratou dos jovens da aldeia Araçaí (Piraquara), do grupo guarani-mbya e, como se expressam pelo Hip-hop.
2019	Autora: Lays Gonçalves da Silva Orientadora: Edilene Coffaci De Lima	Mulheres indígenas e seus percursos acadêmicos: olhares plurais sobre a experiência Kaingang na UFPR	Analisou a presença e permanência de mulheres indígenas kaingang no percurso universitário.
2019	Autora: Tiemi Kayamori Lobato da Costa. Orientadora: Cimea Barbato Bevilacqua.	Casas, cozinhas e parentes: uma etnografia sobre políticas de habitação e modos de habitar Guarani	Explorou as concepções indígenas e estatais a respeito do que é uma casa. A etnografia teve como foco uma política habitacional destinada aos indígenas das etnias Kaingang e Guarani, no estado do Paraná, Brasil.

2020	Autor: Pedro Henrique Ribas Fortes Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Indígenas na cidade: uma análise histórica e etnográfica da presença kaingang em Curitiba.	Explorou como a região do planalto Curitibano apresenta um complexo e denso histórico de contato em relação aos indígenas e não indígenas, que podem ser revelados através da análise de dados demográficos, históricos, etnográficos.
2021	Autor: Carlos Henrique Emiliano De Souza Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Eu não acho, do meu ponto de vista...”: uma etnografia sobre os Guarani Mbyá de Guaviraty em contexto de obras no litoral paranaense.	Refletiu sobre o modo como os Guarani Mbyá se relacionam com a natureza, comparando com as práticas do estado brasileiro. Para isso levou-se em consideração o contexto de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos que pretendem se instalar nas proximidades da Tekoa Guaviraty em Pontal do Paraná.
2021	Autor: Gian Carlo Teixeira Leite Orientador: Edilene Coffaci De Lima	Você mesmo está se matando a si próprio”. A contra-antropologia dos Xetá	A partir de experiência etnográfica realizada junto aos indígenas Xetá (tupi-guarani) que vivem na Terra Indígena São Jerônimo da Serra – PR, buscou apresentar como os brancos, aparecem ao povo Xetá como figura relevante de uma contra antropologia.
2021	Autora: Lilianny Rodriguez Barreto Dos Passos Orientadora: Laura Perez Gil	As Coisas Xetá: pessoas, instituições e coleções	Analizou a história de vida das coisas Xetá que atualmente se encontram nos acervos do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e Museu Paranaense.
2021	Autora: Naomi Mayer Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Enquanto existir o avaxi, vão existir os Guarani”: culinária, território e política mbya em tekoa Takuaty	Partiu do milho (zea mays) e, à luz da antropologia da alimentação e da etnologia indígena, narrar articulações alimentares, políticas e territoriais correspondentes em Takuaty, tekoa mbya localizada na Terra Indígena da Ilha da Cotinga, na Baía de Paranaguá, litoral do estado do Paraná.
2022	Autor: Rodrigo Souza Fontes De Salles Graça Orientador: Ricardo Cid Fernandes	Política Kaingang: coletivos entre roças, artesanatos, “Projetos”, guerras e festas.	Analizou a política e dos coletivos kaingang a partir da etnografia entre as Terras Indígenas Queimadas e Mococa, Norte do Paraná, em torno de cinco recortes: roças (agricultura), artesanatos, “Projetos”, guerras e festas.
2023	Autor: Cristiano Cit Orientador: Laercio Loiola Brochier	Caminhos Antigos da Serra do Mar Paranaense: Potencial Histórico e Arqueológico e os Sentidos do Patrimônio no Caminho do Arraial	Arquivo não depositado.
2023	Autor: João Pedro Minto Russo Orientador: Edilene Coffaci De Lima	Uma arqueologia do genocídio: a atuação do Serviço de Proteção aos Índios entre os Xetá	Examinou a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os Xetá à luz do conceito de genocídio. Estudou um grupo que era originário da Serra dos Dourados, no vale do Rio Ivaí, noroeste do Paraná, os Xetá (Tupi-Guarani) e, como foram vítimas de um processo sistemático e vertiginoso de remoção forçada e desintegração social como consequência da expansão colonial da frente cafeeira que

			movimentava a economia do estado entre as décadas de 1940 e 1950.
2023	Autora: Nicolle Guedes Lazzaretti. Orientador: Fábio Parenti	Análise da indústria lítica do sítio Floresta das Imbuías em relação ao contexto arqueológico do Primeiro Planalto Paranaense	Arquivo não depositado.

Fonte: organizado pela autora (2023) com base no portal de teses e dissertações da UFPR.

Anexo III - Teses e dissertações das Universidades Estaduais e da UNILA

Instituição:	Ano:	Autor/Orientador:	Título:	Comentário:
UEM	2001	Autora: Dulce Elena Caniele Orientador: Lúcio Tadeu Mota	As populações indígenas nas narrativas das autoridades provinciais do Paraná: 1853 – 1889.	Analizou como os presidentes e vice-presidentes da Província do Paraná, no período de 1853 a 1889, pensavam e desenvolviam as suas ações políticas em relação às populações indígenas.
UEM	2002	Autora: Ana Paula Simão Orientador: Lucio Tadeu Mota	Do caco ao Fragmento: análise da coleção cerâmica Guarani do Sítio Arqueológico Lagoa Xambrê – Altônia/PR.	Fez uma revisão bibliográfica sobre o avanço dos estudos arqueológicos e como possibilitaram uma nova abordagem dos vestígios cerâmicos, como os de Xambrê.
UEM	2002	Autora: Josilene Aparecida de Oliveira Orientador: Lúcio Tadeu Mota.	História da Arqueologia paranaense: um balanço da produção arqueológica do Paraná no período de 1876-2001.	Analizou o processo de produção do conhecimento Arqueológico, sistematizando e atualizando as informações sobre a pré-história das populações indígenas do Paraná.
UEM	2006	Autor: Éder da Silva Novak Orientador: Lúcio Tadeu Mota.	Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930.	Analizou a política indigenista desenvolvida pelo governo do Paraná durante o período conhecido como <i>Primeira República</i> e a situação dos grupos indígenas que habitavam o território paranaense, bem como sua reação e estratégias perante as atitudes do governo.
UEM	2010	Autora: Iraci Pereira Gomes Orientador: Lucio Tadeu Mota	Os Xokleng do rio dos Pardos.	Analizou as ações empreendidas pela Inspetoria do SPI, de Curitiba, para o contato e a pacificação dos Xokleng, com destaque para o sertanismo.
UEM	2010	Autor: Glauco Constantino Perez Orientador: Lucio Tadeu Mota	Etnoarqueologia dos grafismo Guarani, estudo do cervo cerâmico do sítio arqueológico Córrego da Lagoa 2 – Altônia – PR.	Analizou os grafismos encontrados no acervo cerâmico Guarani do sítio arqueológico Lagoa Xambrê – Altônia – Pr,
UEM	2010	Autora: Nádia Moreira Chagas Orientador: Lúcio Tadeu Mota	Europeus e indígenas – relações interculturais no Guairá nos séculos XVI e XVII.	Aborda a história do Guairá, tratando de aspectos físicos e populacionais da região antes e depois da chegada dos europeus.
UEM	2012	Autora: Grazieli Eurich Orientador: Lucio Tadeu Mota	O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índio Kaingang e colonos na vila da Pitanga (1923).	Historiciza o conflito ocorrido na Vila da Pitanga, região Central do estado do Paraná, em abril de 1923, entre índios Kaingang e colonizadores. Utilizou como fonte a literatura regional; os jornais da época que noticiaram o

				conflito; e o Processo Crime aberto contra os indígenas.
UEM	2013	Autor: Marcos Francisco Bonetti Orientador: Lucio Tadeu Mota	Indígenas, cotidiano e conflitos em Guarapuava no século XIX (1839-1885)	Fez um Estudo qualitativo de crimes praticados por e contra indígenas em Guarapuava no século XIX.
UEL	2017	Autora: Maquiele Elisabete Menegusso Orientadora: Claudia Eliane Parreiras.	Da cerâmica arqueológica Itararé-Taquara à cestaria kaingang: um estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar sobre a trajetória Jê no baixo Tibagi, Paraná	A autora utilizou a metodologia Etno-histórica para compreender melhor a presença kaingang no baixo Tibagi e desconstruir o mito de vazio demográfico.
UNILA	2019	Autora: Pedro Louvain de Campos Oliveira Orientador: Clóvis A. Brighenti	Missão de Santa Maria do Iguçu: a trajetória e as relações de contato Jesuítico-Indígenas no rio Iguçu.	A dissertação não estava disponível na página.
UEM	2020	Autora: Simone Aparecida Queize Orientador: Gilmar Arruda	Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no médio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960)	Analizou a longa trajetória da ocupação humana no território do médio curso do rio Ivaí, localizado na região central do Paraná.
UEPG	2020	Autor: Alexandre Mazetto Vieira Orientador: Jean Carlos Moreno	Por um ensino de História de colonial: os Tupi Guarani do Alto Paranapanema.	Analizou a história, memória e cultura dos povos originários, do grupo Tupi-Guarani, que vivem no sudoeste paulista.

*UEL- Banco disponível a partir de 2017.

**UNIOESTE e UNESPAR – Não foram localizadas dissertações com os filtros utilizados.

Fonte: organizado pela autora.

Anexo IV – Vestígios arqueológicos

CNSA/ Código IPHAN:	Nome do Sítio:	Sítio:	Data Localização:	Fonte ou bibliografia consultada:
PR 00526 PR4125506 BAST00017	Fazenda Céu Azul/ Céu Azul	Lítico lascado/ sítio a céu aberto/ Tradição Umu.	1899 (registrado por José Wilson Rauth) Redescoberto em 2015 pelo CEPA.	CEPA. Céu Azul - São José dos Pinhais: Intervenções Preliminares (2017-2020) e escavação de resgate (2021-2022). Curitiba, CEPA/UFPR, 2023. SILVA, G. P. N. D. Projeto de pesquisa vinculado à dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR. CEPA/UFPR. Curitiba, p. 194. 2020.
PR 00748	Rio Pequeno 1	Lítico/ Céu aberto/ Tradição Umu.	1996	SGANZERLA, Eliane Maria et ali. "Arqueologia do Contorno Leste de Curitiba". Arqueologia. Curitiba: CPEA/UFPR, 1996. 1-80 pp. Arqueóloga Responsável: Igor Chmyz
PR 00749	Rio Pequeno 2	Sítio cerâmico a céu aberto/ Tradição Itararé-Taquara.	1996	SGANZERLA, Eliane Maria et ali. "Arqueologia do Contorno Leste de Curitiba". Arqueologia. Curitiba: CPEA/UFPR, 1996. 1-80 pp. Arqueólogo Responsável: Igor Chmyz
PR 00750	Rio Pequeno 3	Sítio cerâmico e lítico a céu aberto/ Tradição Umu/Itararé-Taquara.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 00751	Represa Seca 1	Cerâmico a céu aberto – Tradição Neobrasileira.	1996.	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 00752	Represa Seca 2	Cerâmico a céu aberto, Tradição Itararé-Taquara.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 00753	Capão	Cerâmico a céu aberto/ Tradição Itararé-Taquara.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 00754	Arroio de Santo André	Sítio lítico habitação a céu aberto/ Tradição Umu.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997. CARMO, S. P. D. O Projeto Ponta de Projétil: gestão tecnológica dos Caçadores-Coletores do Alto-Iguaçu. 2015. 129f. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Curitiba, UFPR, 2015.
PR 00755	Pinheiro da Divisa I	Sítio cerâmico a céu aberto/ Tradição Itararé-Taquara.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 00756	Pinheiro da Divisa II	Sítio cerâmico a céu aberto/ Tradição Itararé-Taquara.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 00757	Alameda das Araucárias	Sítio cerâmico a céu aberto/	1997	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da AUDI. Curitiba: CEMA/CEPA/FUNPAR, 1997a.

		Tradição Neobrasileira.		
PR 00758	Campo do Assovio	Sítio cerâmico a céu aberto/ Tradição Neobrasileira.	1997	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da AUDI. Curitiba: CEMA/CEPA/FUNPAR, 1997a.
PR 01293 PR4125506 BAST00004	Sítio Arqueológico Histórico Afonso Pena I	Sítio cerâmico a céu aberto/ Tradição Neobrasileira.	1999	CHMYZ, I; CHMYZ, J; LIMA. Relatório Técnico dos trabalhos realizados para constatação de patrimônio arqueológico na área de ampliação do Aeroporto Afonso Pena. 1999 BORA, E. Projeto para realização de Prospecção, Salvamento e Monitoramento Arqueológico na área do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Afonso Pena - SJP/PR. CEPA/UFPR. Curitiba. 2010.
PR 01294 PR4125506 BAST00003	Sítio Arqueológico Histórico Afonso Pena II	Sítio cerâmico a céu aberto/ Tradição Neobrasileira.	1999	CHMYZ, I; CHMYZ, J; LIMA. Relatório Técnico dos trabalhos realizados para constatação de patrimônio arqueológico na área de ampliação do Aeroporto Afonso Pena. 1999 BORA, E. Projeto para realização de Prospecção, Salvamento e Monitoramento Arqueológico na área do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Afonso Pena - SJP/PR. CEPA/UFPR. Curitiba. 2010.
PR 01295 PR4125506 BAST00002	Sítio Arqueológico Histórico Afonso Pena III	Lítico/ Tradição Umbu.	1999	CHMYZ, I; CHMYZ, J; LIMA. Relatório Técnico dos trabalhos realizados para constatação de patrimônio arqueológico na área de ampliação do Aeroporto Afonso Pena. 1999 BORA, E. Projeto para realização de Prospecção, Salvamento e Monitoramento Arqueológico na área do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Afonso Pena - SJP/PR. CEPA/UFPR. Curitiba. 2010.
PR 01331 PR4125506 BAST00009	Estrada de Pedra	Antiga estrada.	1998.	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Tertúlia: causos e lendas são-joseenses. São José dos Pinhais: Coleção autores da terra, v. IV, 1996. MAROCHI, M. A. Caminhando por São José dos Pinhais. 1. ed. São José dos Pinhais: Edição da autora, 2021.
PR 01332 PR4125506 BAST00008	Estrutura Escavada Pinheiro Seco	Artefato lítico lascado e cerâmico.	1996	CHMYZ, I. Relatório do Projeto Arqueológico da Renault. Curitiba: CEPA/UFPR, 1997.
PR 01665 PR4125506 BAST00001	Capão Grosso III	Sítio histórico a céu aberto/ cerâmico.	2013	ESPAÇO ARQUEOLOGIA. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da LT 525 KV Blumenau - Curitiba Leste, municípios de Blumenau, Pomerode, Jaraguá do Sul, Corupá, São Bento do Sul, Campo Alegre (SC), Tijucas do Sul, Mandirituba e São José dos Pinhais. Tubarão. 2019.

PR 01667 PR4125506 BAST00006	Capão Grosso - 2	Cerâmico Tradição Itararé-Taquara.	2000	Ficha de dados de Sítios Arqueológicos - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná. Documentações n° 4690- 4691. Arqueólogo Responsável: Igor Chmyz - CEPA - UFPR.
PR 01669 PR4125506 BAST00007	Capão Grosso - 1	Sítio cerâmico Neobrasileiro.	2000	Ficha de dados de Sítios Arqueológicos - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná. Documentação n° 4689. Arqueólogo Responsável: Igor Chmyz
PR 01837 PR4125506 BAST00005	Cachoeira dos Pinhais	Trata-se de um sítio Histórico.	2015	Bibliografia não localizada/ Mencionada em: ESPAÇO ARQUEOLOGIA. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da LT 525 KV Blumenau - Curitiba Leste, municípios de Blumenau, Pomerode, Jaraguá do Sul, Corupá, São Bento do Sul, Campo Alegre (SC), Tijucas do Sul, Mandirituba e São José dos Pinhais. Tubarão. 2019.
PR 01998 PR4125506 BAST00014	Gamelas 1	Sítio cerâmico pré-colonial com fragmentos de cerâmica e pouco material lítico.	2018	SCHWEWNGBER, V. L. et al. Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação da LT 525 kV Blumenau - Curitiba Leste. Relatório final de pesquisa. Tubarão: Espaço Arqueologia, junho de 2018.
PR 01999 PR4125506 BAST00015	Colônia Malhada 1	Sítio cerâmico pré-colonial com fragmentos de cerâmica e pouco material lítico.	2018	SCHWEWNGBER, V. L. et al. Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação da LT 525 kV Blumenau - Curitiba Leste. Relatório final de pesquisa. Tubarão: Espaço Arqueologia, junho de 2018.
PR4125506 BAST00010	Barro Preto	Sítio lítico a céu aberto.	2014	THOMAZ, J. C. T. Programa de Resgate Arqueológico Barragem do Miringuava - Sub Programas de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial. Curitiba: SANEPAR, 2014.
PR4125506 BAST00011	Miringuava	Dados ainda não disponíveis no IPHAN	2014	THOMAZ, J. C. T. Programa de Resgate Arqueológico Barragem do Miringuava - Sub Programas de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial. Curitiba: SANEPAR, 2014.
PR4125506 BAST00012	Murici	Multipotencial (Tradição Umbu, cerâmica Itararé-Taquara e Histórico)	2014	THOMAZ, J. C. T. Programa de Resgate Arqueológico Barragem do Miringuava - Sub Programas de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial. Curitiba: SANEPAR, 2014.
PR4125506 BAST00013	Papanduva	Histórico.	2014	THOMAZ, J. C. T. Programa de Resgate Arqueológico Barragem do Miringuava - Sub Programas de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial. Curitiba: SANEPAR, 2014.

PR4125506 BAST00016	Portãozinho 01	Vestígio lítico/ sítio a céu aberto.	2018	SCHWEWNGBER, V. L. et al. Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação da LT 525 kV Blumenau - Curitiba Leste. Relatório final de pesquisa. Tubarão: Espaço Arqueologia, junho de 2018.
Não possui	Elídia Furquim	Cerâmica Itararé-Taquara	2005	PARELLADA, C. Estudo Arqueológico no Alto Vale do Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, treco X. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo. 2006.
Não possui	Ingo Grassmann	Cerâmica Itararé-Taquara	2005	PARELLADA, C. Estudo Arqueológico no Alto Vale do Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, treco X. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo. 2006.
Não possui	Pedro Cardoso	Cerâmica Itararé-Taquara	2005	PARELLADA, C. Estudo Arqueológico no Alto Vale do Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, treco X. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo. 2006.
Não possui	Anselmo Claudino	Cerâmica Itararé-Taquara e Neobrasileira.	2005	PARELLADA, C. Estudo Arqueológico no Alto Vale do Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, treco X. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo. 2006.
Não possui	Pedro dos Santos	Cerâmica Itararé-Taquara	2005	PARELLADA, C. Estudo Arqueológico no Alto Vale do Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, treco X. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo. 2006.

Fonte: (IPHAN, 2025) – Acessado 05/03/2025 e (Parellada, 2006).